Universidade de Coimbra
Faculdade de Economia
Centro de Estudos Sociais
Programa de Mestrado e Doutoramento "Pós-Colonialismos e Cidadania Global"

Lourenço Cardoso

O branco "invisível":
um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007)

Coimbra
2008

Universidade de Coimbra
Faculdade de Economia
Centro de Estudos Sociais
Programa de Mestrado e Doutoramento "Pós-Colonialismos e Cidadania Global"

Lourenço Cardoso

O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais sob a orientação do Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos

Coimbra
Maio/2008

Universidade de Coimbra
Faculdade de Economia
Centro de Estudos Sociais
Programa de Mestrado e Doutoramento "Pós-Colonialismos e Cidadania Global"

Lourenço Cardoso

O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007)

Banca Examinadora

_____
Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos
Orientador

_____
Membro

_____
Membro

Dissertação defendida e aprovada em ---------/--------/----------

Coimbra
2008

Dedico esta dissertação à Maria Aparecida da Silva Bento
com todo o meu carinho e admiração

Agradecimentos

Se por caso não tivesse concorrido no processo que me levou a conquistar a Bolsa do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (International Fellowships Program - IFP), não seria possível defender esta dissertação na Universidade de Coimbra. Expresso a minha singela gratidão para essa instituição. Sou grato a toda equipe da Fundação Carlos Chagas que é responsável pela coordenação desse programa no Brasil, cito particularmente: Fúlvia Rosemberg, Ida Lewkowicz, Maria Luisa Santos Ribeiro, Leandro Feitosa Andrade, Márcia Aparecida Caxeta Pereira, Raquel Ribeiro, Meire Blanche Lungaretti.

No curso de pós-graduação *Pós-colonialismos e Cidadania Global*, agradeço a todos os responsáveis e aos professores doutores: Maria Paula Meneses, Margarida Calafate Ribeiro, José Manuel Mendes e Elísio Estanque. Com maior ênfase, agradeço e reconheço a dedicação do professor doutor Boaventura de Sousa Santos, por me acolher como aluno e orientar esta dissertação.

O querido foi um orientador terno e rigoroso. Santos é uma pessoa extraordinária, um intelectual que é uma voz dissonante contra dogmas que brutalizam as relações humanas, mesmo quando se faz necessário se opor contra as doutrinas da própria esquerda. Ele é uma pessoa de rara sensibilidade, cabe-lhe, portanto, a palavra afeto, a mesma ternura que lhe dedico de forma singela e irrestrita. Ao mencionar o professor Boaventura de Sousa Santos, não poderia deixar de citar a Lassalete Paiva, sua secretária, que é uma pessoa gentil, generosa e profissional exemplar, e também a Alexandra Pereira e a Margarida Gomes que resolveram pendências burocráticas relacionadas a minha bolsa IFP.

Não conseguirei citar todas as pessoas a quem sou grato, mencionaria a Rosemeire Barbosa da Silva como a mais importante. Ela foi a primeira pessoa que me incentivou a estudar no Centro de Estudos Sociais, além das críticas pontuais no decorrer do processo. A Rose foi quem me recebeu em Coimbra fazendo-me sentir em casa. Ela é a grande amiga; que me apoiou nos bons e maus momentos, será sempre impossível corresponder. Guardo um carinho mais que especial para Nilzélia de Oliveira nosso convívio e a alegria do dia-a-dia ficarão guardado na lembrança. A Élida Lauris foi a pessoa mais presente no decorrer desse trabalho – além de intelectual brilhante –, é extremamente generosa e foi com quem discuti esse texto em vários momentos. Ela é a amiga que gosto sempre de encontrar; estivemos na direção da Associação Brasileira de Estudantes e Investigadores Brasileiros (AEI - APEB) e

no Fórum da Associação dos Estudantes e Investigadores dos Países de Língua Oficial Portuguesa (AEI - CPLP) que foi uma experiência enriquecedora que levarei para o Brasil. Nesse sentido, deixo uma particular menção para todos os participantes das organizações estudantis.

No curso *Pós-colonialismos e Cidadania Global* tive a sorte de encontrar a Nilma Lino Gomes que é uma intelectual do movimento negro de prestígio no Brasil, ela colaborou em muitas das minhas tarefas do primeiro ano letivo. A minha trajetória enquanto ativista negro foi influenciada pelos militantes negros Edmar Silva, Helio Santos e Maria Aparecida da Silva Bento. O meu encontro com a Nilma em Coimbra simboliza o brindar desta minha formação enquanto ativista.

Não posso deixar de mencionar a Sônia Araújo e o Elísio Macamo que ofereceram excelentes comentários e dicas. As queridas Ana B e a Alice Cruz por causa delas será sempre prazeroso voltar para Coimbra. Nesse momento não posso deixar de mencionar uma grande amiga recente a Cristiana Gaspar, pessoa que tive a sorte de conhecer, trata-se de uma pessoa bela e rara, uma pessoa com talentos múltiplos, entretanto, simples. Trata-se de uma pessoa que muitas outras pessoas gostariam de parecer. Meu muito obrigado para Rose, Élida e Cris sempre serão insuficientes, porque as palavras não dão conta de todo o afeto que gostaríamos de expressar. No meu convívio com a Élida e a Cris também há um cão e um gato.

Hoje tenho um afilhado cão o "Guiço", sempre animado, sempre persistente e com saudade – não importa se o tempo transcorrido seriam minutos ou dias, temos muito a aprender com esse cão. Também tenho um amigo gato, o "Guiço 1", ele é muito diferente do cão; desdenha das pessoas, decide o momento que oferecerá e receberá atenção. Temos também muito que aprender com esse gato.

Há muitas pessoas maravilhosas que encontrei em Portugal: Lennita Ruggi, Marcos Lúcio, Felipe Moraes, Eleonora Schettini M. Cunha e o Toni Praxedes – espero sempre revê-los. Um abraço especial ao grande amigo Praxedes, pelas nossas conversas e boemia. Nesse momento, não posso esquecer dos meus momentos no "Casarão", quando o Felipe; Boaventura e eu recitávamos poesias em noites agradabilíssimas, muito obrigado seu Carlos e Elisete por sempre nos receber com alegria no seu espaço.

No Brasil, faço uma menção mais que especial para Roberto Carlos Camargo sua colaboração com a minha pesquisa foi fundamental, novamente, agradeço ao Edmar Silva, que sempre me incentiva e ao Lindomar Oliveira que resolveu algumas de minhas pendências burocráticas. Nunca será demais agradecer ao Hélio Santos e a Maria Aparecida da Silva Bento, sem me esquecer do Cuti, Márcio Barbosa, Esmeralda Ribeiro, Deise Benedito,

Antônio Rago Filho, Vera Lúcia Vieira, Dyi, Márcia Lopes, Acácio de Almeida, Teresinha Bernardo e tantos outros.

Quanto a minha família – meu pilar fundamental –, muito obrigado pai, muito obrigado mãe, irmãos, sobrinha e afilhado: Margarida da Conceição Cardoso, Lourenço Bispo Cardoso, Luzinete da Conceição Cardoso, Leonardo da Conceição Cardoso, Eliete da Conceição Cardoso, Leandro da Conceição Cardoso, José Nilson Cardoso, João da Cruz Cardoso, Ademir Xavier, Cristina Xavier e Fernanda da Conceição Cardoso; Clayton Xavier.

Um agradecimento mais que especial para minha irmã Eliete, por ter enviado os livros que precisei, além de resolver tantas outras questões – sem essa minha irmã estaria realmente "perdido". Com o mesmo carinho agradeço ao Leonardo, Leandro e a Luzinete por serem sempre prestativos e generosos. Não posso esquecer minha irmã caçula Cristina e a minha queridíssima sobrinha Fernanda. Com o mesmo apreço, não me esqueço do meu primo José Nilson que é o novo irmão que veio se juntar a casa dos meus pais. Para mamãe e para papai não existem palavras para agradecer; relembro neste momento o meu irmão Lindelso que morreu cedo demais, guardo-o sempre na lembrança. Deixo o agradecimento mais importante e a menção amorosa mais especial para Rita de Cássia Camargo, que é a pessoa que amo mais que tudo.

Lista das principais siglas e abreviações

CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
CES - Centro de Estudos Sociais
FEUC - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
FNB - Frente Negra Brasileira
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MN - Movimento Negro
MNU - Movimento Negro Unificado
MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial
NMS - Novos Movimentos Sociais
ONG - Organização Não Governamental
TEN - Teatro Experimental do Negro
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAC - Universidade Federal do Acre
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFCE - Universidade Federal do Ceará
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFGO - Universidade Federal de Goiás
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UFSE - Universidade Federal do Sergipe
UFTO - Universidade Federal de Tocantins
UNB - Universidade de Brasília
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIFAP - Universidade Federal do Amapá
UNIR - Universidade Federal de Rondônia
USP - Universidade de São Paulo
UC - Universidade de Coimbra

Resumo

Esta dissertação sustenta o argumento de que a branquitude enquanto tema nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil é uma emergência. A emergência desse tema relaciona-se com a influência e poder de mobilização do movimento negro. Para averiguar a utilização do tema branquitude na produção acadêmica brasileira, procurou-se empreender o que Boaventura de Sousa Santos denominou *sociologia das ausências e das emergências.*

A primeira parte da dissertação faz a discussão teórica das principais questões relacionadas ao estudo das relações raciais na literatura consolidada. Fez-se uma interface entre a reflexão teórica dirigida à realidade brasileira e os principais autores no campo dos estudos culturais e das teorias que ficaram conhecidas como pós-coloniais.

Na segunda parte, são discutidos os resultados e conclusões que emergiram do levantamento de dados e as implicações do que se intitulou emergência da branquitude. O trabalho empírico consistiu em um levantamento dos resumos de teses e dissertações voltadas para o estudo das relações raciais em trinta universidades públicas brasileiras. Após a análise do resumo das teses e dissertações levantadas, constatei que a branquitude, como tema de pesquisa, esteve ausente durante o período de 1960 aos 2000, e emergiu neste início de século (2000-2007). Pode-se concluir que, no Brasil, a área das relações raciais é marcada por um profundo entrelaçamento entre a atuação do Estado, a reflexão teórica e acadêmica e a mobilização por parte dos movimentos sociais.

Palavras-chaves: racismo, branquitude, sociologia das ausências e das emergências, movimento negro.

Abstract

This thesis supports the argument that the whiteness as an issue in researches on race relations in Brazil is an emergence. The emergence of this theme relates to the influence and power of mobilization of the black movement. To investigate the use of the theme whiteness in the academic production in Brazil, I tried to undertake what Boaventura de Sousa Santos called *sociology of absences and emergencies*.

The first part of the dissertation is the theoretical discussion of key issues related to the study of race relations in theoretical frameworks. There was an interface between the theoretical reflection to the Brazilian reality and the main authors in the field of cultural studies and theories that became known as post-colonial.

In the second part, are discussed the results and conclusions that emerged from the survey data and the implications of what is called the emergence of whiteness. The work consisted of an empirical survey of abstracts of thesis and dissertations devoted to the study of race relations in thirty Brazilian public universities. After examination of the abstract of thesis and dissertations, noted that the whiteness, as a matter of research, was absent during the period from 1960 to 2000, and emerged in the beginning of this century (2000-2007). It was concluded that, in Brazil, the area of race relations is marked by a profound intertwining between the actions of government, academic and theoretical reflection and mobilization of social movements.

Keywords: racism, whiteness, sociology of absences and emergencies, black movement.

Pode-se dizer que, no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio

(Alberto Guerreiro Ramos, 1995[1957]: 202)

Índice

Prefácio 21

PARTE I - PESQUISADOR BRANCO: "OBJETO" NEGRO REBELADO

Capítulo 1: As relações raciais no Brasil

1. Prólogo 29
2. Raça, negro e branco sem aspas 31
   2. 1 Os termos raça, negro, racismo e étnico/racial na produção acadêmica brasileira ... 32
3. A idéia de raça na sociedade brasileira 38
   3.1 A ideologia do branqueamento 40
      3. 1. 2 Embranquecer é enegrecer 41
      3. 1. 3 A raça é inferior, portanto embranquece 42
4. O mito da democracia racial 44
   4.1 O preconceito de raça existe 47
      4. 1. 1 Preconceito, discriminação e desigualdade racial no Brasil 49
      4. 1. 2 O persistente racismo no Brasil 52
5. Epílogo 56

Capítulo 2: O negro rebelado e o movimento negro

1. Prólogo: o negro rebelado 61
2. Frente Negra Brasileira 65
3. O Teatro Experimental do Negro 68
4. Movimento Negro Unificado 71
5. Zumbi 300 anos e a elaboração de políticas anti-racistas 74
6. O movimento negro na produção acadêmica brasileira 76
   6.1 Gênero e raça 79
   6.2 Movimento negro: força *versus* fragilidade 82
7. Epílogo 84

Capítulo 3: O Estado brasileiro e o combate ao racismo

1. Prólogo 89
2. O Estado brasileiro alterna períodos de democracia com períodos de ditadura 91
3. Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra 95
4. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial 97
5. Políticas de ação afirmativa 99
6. As ações afirmativas na produção acadêmica brasileira 102
7. Debate nacional sobre as políticas de ação afirmativa 104
8. A discriminação "justa" é uma forma emancipatória de utilizar a raça 107

PARTE II - "PROVINCIALIZAR" O BRANCO

Capítulo 4: Os principais temas sobre as relações raciais

1. Procedimentos metodológicos 115
2. Hipóteses de trabalho 118
3. Auto-reflexão 118
   3.1 Negro: usos & sentidos 123
4. Quadro geral da produção acadêmica brasileira sobre relações raciais 127
5. Os temas apontados pela pesquisa dos resumos de teses e dissertações (Universidade de São Paulo: 1957-2006) 136
6. Breves considerações finais 143

Capítulo 5: A produção acadêmica nas cinco regiões

1. A pesquisa no Brasil 147
2. Resultados e discussão 155

3. Apontamentos da pesquisa 160
4. Epílogo 169
Capítulo 6: A branquitude no Brasil
1. Prólogo 173
2. A branquitude nos Estados Unidos 174
3. O conflito do branco anti-racista 175
4. A branquitude acrítica: a superioridade racial e a pureza nacional 178
5. Branquitude: privilégio & diferenças 180
6. A branquitude como "propriedade" e outros "ganhos materiais" 183
7. O branco como grupo minoritário: a branquitude na África do Sul 184
8. A branquitude no Brasil 188
8.1 O branco "invisível"? 190
8.2 A "patologia social do 'branco' brasileiro": um artigo pioneiro 191
9. A branquitude implícita e intelectuais "brancos" ou não negros 194
10. Epílogo: a emergência da branquitude 198
Conclusão
O pesquisador sob suspeita: auto-reflexões finais 204
Provincializar o branco 207
O branco "invisível" por interesse e ignorância 210
Bibliografia geral 211
Apêndice 229

Prefácio

Nesta dissertação, parti da seguinte hipótese: o branco enquanto tema, nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, é praticamente uma ausência. Após a pesquisa que realizei nos resumos de teses e dissertações das universidades brasileiras, principalmente da Universidade de São Paulo, pude perceber que o branco enquanto tema não se encontrava completamente ausente. Na realidade, depois de um período de ausência – de 1957 à 2002 –, a branquitude tornou-se um tema emergente.

O termos "ausente" e "emergente" serão empregados no decorrer desta dissertação com o sentido que lhes dá Boaventura de Sousa Santos quando propugna uma sociologia das ausências e das emergências (Santos, 2006c: 86-125). Foi com base nesse referencial teórico que desenvolvi a minha hipótese central de trabalho. Esta dissertação está dividida em duas partes. Na primeira parte, com base em fontes secundárias, apresento os principais temas em discussão no âmbito das relações raciais: raça, movimento negro, racismo, políticas de ação afirmativa, entre outros. Na segunda parte, concentrar-me-ei em apresentar os detalhes da pesquisa realizada. Farei a exposição dos dados levantados junto à Universidade de São Paulo e junto a outras vinte e nove universidades nas cincos regiões brasileiras: Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

No levantamento bibliográfico encontrei apenas dois trabalhos semelhantes à pesquisa que realizei. Os livros *Cem anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil* organizado por Kabengele Munanga (org., 2002), e *Teses e dissertações sobre desigualdades educacionais e ação afirmativa* (2006) de autoria de André Brandão. A publicação de Munanga consistiu em uma exposição extensa da bibliografia sobre o negro na sociedade brasileira, porém, sem aspiração de analisá-la (Munanga [org.], 2002: 1-3). No que diz respeito ao trabalho de Brandão, resume-se a uma exposição de quarenta e nove resumos, de cinquenta e uma teses e dissertações de dezoito universidades de quatro regiões brasileiras que são: Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste ficando de fora a região norte do Brasil (Brandão, 2006: 5-40). O trabalho que apresento aqui se distingue por duas razões principais: (1) procura ser mais completo estendendo a análise para alcançar as cinco regiões brasileiras; e (2) é um trabalho analítico que relaciona os dados levantados sobre as teses e dissertações com os temas em debate sobre as relações raciais nomeadamente o tema da branquitude.

Na trajetória da minha dissertação, pude primeiramente perceber que os textos acadêmicos publicados e consolidados sobre as relações raciais levam a supor que a

branquitude seria uma ausência no estudo sobre a temática racial na sociedade brasileira, sobretudo se a análise se restringir à quantidade de textos publicados com este tema. Com a intenção de testar melhor a hipótese dessa suposta ausência, direcionei a pesquisa para as teses e dissertações. A análise desta produção acadêmica pode trazer mais elementos que o levantamento da literatura consolidada uma vez que, em sua maioria, estes textos ainda não foram publicados. Apesar da minha intenção, ao realizar essa pesquisa, ter sido refletir sobre o alcance da preocupação acerca do tema branquitude na produção acadêmica brasileira em todas as áreas, somente encontrei produções nos seguintes campos: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Saúde e Linguística, Letras e Artes.

A branquitude refere-se à identidade racial do branco. Ruth Frankenberg, umas das principais estudiosas desse tema, define-a "como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, em uma posição de poder, em uma geografia social de raça, e como lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo" (Frankenberg *apud* Piza, 2002: 71; Frankenberg, 1999b: 43-51; 2004: 307-338).

Os estudos sobre a branquitude problematizam o branco enquanto tema. Esse fato é relevante porque, ao contribuir para que se problematize tanto o branco quanto o negro, pode repercutir no maior aprofundamento dos estudos sobre as relações raciais no Brasil (Ramos, 1995[1957]c: 163-211). A branquitude enquanto tema será detalhada no Capítulo 6 [A branquitude no Brasil]. Esta dissertação está estruturada em seis capítulos, mais introdução e conclusão, em que desenvolverei a hipótese central que sustenta que a branquitude seria uma emergência nas pesquisas sobre as relações raciais e outras cinco hipóteses que serão apresentadas no Capítulo 4.

No Capítulo 1, com base na literatura sobre as relações raciais tratarei detalhadamente do conceito de raça, considerada como categoria analítica e de luta. Será apontado quando a idéia de raça surge no contexto brasilero, serão detalhadas as ideologias do branqueamento e o mito da democracia racial finalizando com uma discussão detalhada sobre o racismo no Brasil ao mencionar as distinções entre os conceitos preconceito, preconceito de raça, discriminação racial e desigualdades raciais.

No Capítulo 2, o principal tema abordado será o movimento negro começando pelo resgate da rebeldia escravizada no período colonial e a sua conflituosa inserção no mundo do mercado de trabalho. Serão também apresentadas três importantes organizações negras que são a Frente Negra Brasileira; o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado. Também será abordado o papel da mulher negra na produção das pesquisas e, por fim, será realizada uma reflexão apontando as *forcas* e as *fragilidades* do movimento.

No Capítulo 3, será tratado o papel do movimento negro articulado com Estado brasileiro, abordarei o Conselho de Participação da Comunidade Negra; a Secretaria Especial da Igualdade Racial. O principal enfoque, desse capítulo, será a abordagem das políticas de ação afirmativa.

No Capítulo 4, será apresentada a pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados e as hipóteses de trabalho. Serão apontados os principais temas sobre as relações raciais no Brasil com ênfase na Universidade de São Paulo, além de realizar uma auto-reflexão sobre a pesquisa.

No Capítulo 5, prosseguirei com a apresentação da pesquisa preocupado em perceber as diferenças regionais dos dados levantados. Os resultados são apresentados nas cinco regiões brasileiras: Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Neste capítulo serão refletidas outras hipóteses secundárias que não estão relacionadas com as hipóteses principais desta dissertação.

No capítulo 6, o tema principal é a branquitude no Brasil, serão abordados a branquitude nos EUA; o conflito do branco anti-racista e a branquitude acrítica – referente à branquitude expressa em grupos neozistas, ou grupos xenófobos. Também será abordada em detalhe a branquitude no Brasil. A idéia de que o branco não se enxerga como ser racial será questionada e se perceberá que a branquitude já havia sendo abordada no Brasil de maneira implícita, isto é, com as pesquisas realizadas em populações brasileiras de origem italina e alemã, sem necessariamente classificar essas produções como temática racial. Na conclusão, refletirei sobre a relevância da emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (Ganley, 2003: 12-30; Sovik, 2004b: 315-325).

Justifico a primeira parte do título desta dissertação [*O branco "invisível"*] da seguinte maneira: a suposta "invisibilidade", que não significa ausência de privilégios; destacando-a pretendo suscitar a reflexão sobre as consequências dessa fictícia "invisibilidade", porque contribui para a manutenção dos privilégios que os brancos obtêm devido ao racismo (Frankenberg; 2004: 307-338). Ao questionar essa "invisibilidade", objetivo seguir na direção da abolição do racismo (Santos, 2002b: 352; Guimarães, 2003b: 251-268).

Esta dissertação também possui como referencial teórico estudos conhecidos como pós-coloniais. Considera-se o livro *Orientalismo* de Edward Said o marco fundacional da ótica pós-colonial. Essa perspectiva teria começado a ser esboçada por Frantz Fanon ao procurar descrever a modernidade pelo ponto de vista do negro e do colonizado (Costa, 2006: 85). Santos aponta que o viés marcadamente culturalista dessa linha de estudos pode levar ao ocultamento da materialidade das relações históricas, sociais e políticas (Santos, 2006f: 35).

Esse autor também chamará a atenção para pecularidades do colonialismo de matriz portuguesa, que resultaria em análises nos respectivos territórios pós-coloniais, que podem destoar das teorias hegemônicas com base no colonialismo britânico.

No decorrer desta dissertação dialoguei com autores como Frantz Fanon, Albert Memmi, Paul Gilroy e Stuart Hall que são referências das linhas das teorias pós-coloniais e também dos estudos culturais. Um dos diálogos centrais com esses autores refletem-se na idéia de raça. Nos capítulos 1 e 3, detalho essas discussões, somente adianto que esses autores foram relevantes para chamar a atenção para a crítica e auto-crítica da utilização da idéia de raça, mesmo quando se trata de uma utilização política que seria o caso do "essencialismo estratégico", abordado especialmente em minha auto-reflexão no Capítulo 4.

PARTE I

PESQUISADOR BRANCO: “OBJETO” NEGRO REBELADO

Capítulo 1: As relações raciais no Brasil

1. Prólogo

Neste capítulo abordarei as principais linhas de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Essa produção inicia-se no século XIX, nos estudos hoje conhecidos como "racismo científico" (Costa, 2006: 151-187), os quais sustentavam a tese de que o negro era inferior biologicamente. No início do século XX, ainda persistia essa mentalidade racista e, também, se difundiu a ideologia do branqueamento, baseada na aspiração de um país branco. Nesta concepção, o mestiço era apontado como um ser degenerado devido à sua descendência africana[1].

Na década de trinta do século XX, vigorou a ideologia de branqueamento, enquanto começou a surgir a ideologia da democracia racial. Com a ideologia da democracia racial, o mestiço em vez de representar degenerescência passou a ser exaltado enquanto representante do autêntico povo brasileiro, fruto da mistura, preponderantemente entre branco e negro.

No cerne da ideologia da democracia racial, o mestiço deixará de ser considerado "o pior" ou "melhor" "dos dois mundos" – negro e branco – e tornar-se-á o genuíno povo brasileiro. Essas duas ideologias (do branqueamento e da democracia racial) produzem uma população brasileira imaginada, primeiramente, branca e, depois, mestiça. Esse ideário persiste na sociedade brasileira e a democracia racial tornou-se uma ideologia popular, mesmo tendo sido questionada e criticada por intelectuais de prestígio (como veremos adiante, o sociólogo Florestan Fernandes sustenta que essa ideologia não passa de um mito) (Fernandes, 1978, vol. I: 253-254). Apesar disso, o mito da democracia racial, isto é, a tese que sustenta o argumento de que o racismo não existe na sociedade brasileira, ainda é muito difundido.

O mito da democracia racial é criticado não só por setores da academia como também pelos movimentos sociais, sobretudo, pelo movimento negro – como será mostrado no Capítulo 2. A ideologia do branqueamento, por sua vez, não é mais questionada, pois, atualmente tornou-se difícil sustentar a tese de que sociedade brasileira deveria ser branca. Apesar disso, a identidade racial branca persiste desde os tempos coloniais enquanto ideal de belo, inteligente, civilizado, em suma, ideal de ser humano (Munanga, 1988: 14; Pieterse, 2002: 17-24).

O mestiço é muito difundido no Brasil e no mundo como símbolo de objeto sexual, principalmente na figura da mulher negra (Ribeiro, 2006: 801-811; Wing, 2002: 160-169). A idéia de um povo brasileiro mestiço e/ou povo moreno procura suavizar os conflitos raciais

[1] Diga-se de passagem que a população de origem ameríndia (indígena da américa), também seria considerada degenerada porque, na hierarquia social, estaria em posição inferior ao branco eurocêntrico.

diluindo as desigualdades existentes com a criação de uma igualdade simulada na figura de um povo homogéneo e assim desautoriza os discursos anti-racistas. Não por acaso o movimento negro propõe que mestiços, considerados pardos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se identifiquem por livre consciência como negros (Rocha e Rosemberg, 2007: 125-146), em uma estratégia para visibilizar as desigualdades raciais e suprimir o racismo.

Nos anos noventa do século passado, o Estado brasileiro finalmente reconheceu a existência do racismo (Costa, 2006: 146)[2]. Neste momento, cabe enfatizar que o racismo, enquanto ideologia que sustenta a tese de superioridade e inferioridade entre pessoas e grupos, de fato promove desigualdades entre brancos e negros, de maneira inequívoca na sociedade brasileira (Hasenbalg, 2005: 230-231). Foi essa desigualdade baseada no racismo que o Estado brasileiro reconheceu recentemente.

Hoje, ao olhar o Brasil, pode parecer distante a idéia de inferioridade racial com viés biológico, ou a antiga ambição de se desejar branco, ou, até mesmo, a idéia de que inexiste racismo neste País. Na discussão sobre as relações raciais, tanto dentro quanto fora da academia, já se encontra distante a idéia de inferioridade racial com viés biológico. Inúmeros autores e grupos contribuíram nessa discussão, porém, os mais expressivos no espaço acadêmico são os sociólogos Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg (Motta, 2000: 113-133; Guimarães e Hasenbalg, 2006: 259-268); e fora da academia, os movimentos sociais, especialmente, o movimento negro (Gilroy, 2001: 9).

O que chama atenção em todas as abordagens sobre as relações raciais, dentro e fora da academia, quer realizadas por negros quer por brancos ou outros, é que geralmente ocorre a redução da temática racial ao "problema do negro", ou seja, não se pensa o branco enquanto tema de pesquisa. Portanto, este primeiro capítulo é importante para procurar perceber o significado da branquitude nos estudos sobre as relações raciais, além do papel do branco enquanto pesquisador (Piza, 2002).

Neste capítulo, voltarei a abordar o racismo científico, o branqueamento, o mito da democracia racial e a importância da crítica dos sociólogos Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg. O movimento negro será tratado com maior detalhe no capítulo seguinte. Antes de mais nada, acredito ser proveitoso esclarecer as opções terminológicas quanto a alguns conceitos que serão utilizados ao longo desta dissertação. Apesar de levar em conta que a raça é um conceito controverso e que, por essa razão, muitos

[2] Voltarei a esse assunto no Capítulo 3.

autores (Silvério, 2003: 57-87) preferem empregar o termo entre aspas para acentuar que o estão utilizando com o significado de construto social, opto por, na maioria dos casos, não utilizar os conceitos raça, branco ou negro com aspas.

2. Raça, negro e branco sem aspas

Esta dissertação encontra-se no meio da discussão a respeito do conceito raça (Banton, 2002: 90-96). A este respeito, a indagação que faço é: como posso utilizar os termos raça, negro, negritude (identidade racial negra), branco e branquitude (identidade racial branca), se no que diz respeito à espécie humana inexistem as raças no sentido biológico (Guimarães, 2002b: 48)? A tese que inexiste raça no sentido biológico tornou-se consenso nas linhas de pesquisa sobre relações raciais, depois da segunda Guerra Mundial. Por conseguinte, a utilização do conceito raça com significado biológico, comum na ciência do século XIX (Arendt, 2006: 223-228), é atualmente considerado pela ciência como arcabouço, sem fundamento científico, de idéias racistas.

Poderia afirmar que a controvérsia da utilização do conceito raça é proveniente do racismo; mais importante do que abolir o conceito raça, é a abolição do racismo que persiste na sociedade brasileira e em outras partes do globo. A questão que deve ser colocada é: ao utilizarmos o conceito raça estaríamos mais próximos da extinção do racismo? Alguns autores argumentam que sim; outros, dentre os quais, destaco Paul Gilroy, pensam o contrário. Gilroy sustenta que já se pode prescindir do conceito de raça, mesmo no seu sentido de construto social, para que seja alcançado o fim do racismo (Silvério, 2003: 57-76; Gilroy, 1998: 838-847). Para outros autores, a utilização do termo raça pode ser estratégica na luta contra o racismo. Neste caso, preferem empregar o termo entre aspas para indicar, justamente, seu significado como construto social e, assim, distingui-lo de qualquer significado biológico.

Nesta dissertação, utilizo o termo raça também com o sentido de construto social. A partir do momento em que revelo esta minha posição, penso que passa a ser desnecessário empregar os conceitos raça, negro ou branco entre aspas. Até o presente momento, não prescindo do conceito raça, porque estou convencido de que ele é necessário para se caminhar em direção à supressão do racismo na sociedade brasileira. Neste ponto, estou plenamente de acordo com a ótica de alguns intelectuais como Antonio Sérgio Guimarães (Guimarães, 2002b: 48-53), e com os movimentos sociais, sobretudo, o movimento negro.

Ao me identificar enquanto negro, procuro fazê-lo com o objetivo de fazer frente ao racismo, por mais que esse conceito possa ser considerado inadequado, anacrônico e

essencialista. Além disso, mesmo que a raça seja uma idéia que o opressor criou a meu respeito, ainda estou convencido de que, no Brasil, a raça é uma idéia importante na luta contra o racismo. Lutar pela abolição do racismo é uma maneira emancipatória da utilização do conceito raça (Santos, 2002b: 112-116; Gomes, 2006a: 1-79).

Muitos movimentos sociais, em sua luta, utilizam a identidade coletiva de maneira emancipatória. No caso particular do movimento negro brasileiro, no debate acerca das políticas de ação afirmativa – tema que será abordado no Capítulo 3 –, a utilização do conceito raça como construto social é um exemplo do uso de determinados conceitos em uma perspectiva emancipatória. Refiro-me à emancipação com o mesmo sentido que propugna Gomes:

> A emancipação entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, esteve presente nas ações da comunidade negra organizada, com todas as tensões e contradições próprias desse processo, tanto no período da escravidão, quanto na pós-abolição e a partir do advento da República (Gomes, 2006a: 7).

2. 1 Os termos raça, negro, racismo e étnico/racial na produção acadêmica brasileira

A pesquisa realizada, a ser apresentada na Parte II, mostra que o conceito raça – como construto social – é utilizado, de longa data, nas produções sobre relações raciais. A primeira dissertação encontrada com utilização desse termo aparece no ano de 1957. De todos os termos, raça é o de utilização com registro mais antigo nas teses e dissertações. As categorias negro, racismo e étnico/racial são utilizadas de forma recorrente. Adiante, na Tabela 1, sistematizo o momento em que os temos raça, negro, racismo e étnico-racial aparecem nas teses e dissertações das universidades públicas brasileiras. A tabela agrupa as universidades de acordo com região do Brasil a que pertencem. Na região norte não foi encontrado registro de utilização do termo étnico/racial.

Tabela 1 – Quadro geral da emergência de quatro termos fundamentais na produção acadêmica sobre relações raciais no Brasil

Termo	Universidade	Aparece em	Subárea
Raça [racial]	1) UFMG (Sudeste; Mestrado, Ciências Humanas)	1997	Educação
	2) UFRJ (Sudeste; Mestrado; Ciências Sociais Aplicadas)	1979	Comunicação
	3) UFSCAR (Sudeste; Mestrado, Ciências Humanas)	2003	Educação
	4) UNICAMP (Sudeste; Mestrado, Linguística, Letras e Artes)	2003	Letras

Termo	Universidade	Aparece em	Subárea
	5) USP (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1957	Ciências Sociais
	6) UFRGS (Sul; Mestrado; Ciências Humanas)	1999	História
	7) UFSC (Sul; Mestrado; Ciências Humanas)	1995	Educação
	8) UFMS (Centro-Oeste; Mestrado, Ciências Humanas)	2003	Educação
	9) UNB (Centro-Oeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1974	Ciências Sociais
	10) UFPA (Norte, Mestrado; Ciências Humanas)	2004	Antropologia
	11) UFBA (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1992	Ciências Sociais
	12) UFCE (Nordeste; Mestrado; (Saúde	1995	Medicina
	13) UFPB (Nordeste, Mestrado; Ciências Humanas)	1985	Sociologia
	14) UFPE (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2003	Ciência Política
Termo	**Universidade**	**Aparece em**	**Subárea**
Negro	1) UERJ (Sudeste; Mestrado, Linguística, Letras e Artes)	1998	Letras
	2) UFES (Sudeste; Mestrado, Linguística, Letras e Artes)	1999	Letras
	3) UFMG (Sudeste; Mestrado, Linguística, Letras e Artes)	1984	Letras
	4) UFRJ (Sudeste; Mestrado, Linguística, Letras e Artes)	1976	Letras
	5) UFSCAR (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2003	Educação
	6) UNICAMP (Sudeste; Doutorado; Ciências Humanas)	2000	Ciências Sociais
	7) USP (Sudeste; Doutorado; Ciências Humanas)	1961	Ciências Sociais
	8) UFRGS (Sul; Mestrado; Ciências Humanas)	1987	Educação
	9) UFSC (Sul; Mestrado; Ciências Humanas)	1991	História
	10) UFMT (Centro-Oeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2006	História
	11) UFMS (Centro-Oeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2003	Educação
	12) UNB (Centro-Oeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1974	Ciências Sociais
	13) UFPA (Norte; Mestrado; Ciências Sociais Aplicadas	2003	Direito
	14) UFBA (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1990	Ciências Sociais
	15) UFCE (Nordeste; Mestrado; (Saúde)	1995	Medicina
	16) UFPB (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1985	Sociologia
	17) UFPE (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2003	Ciência Política
	18) UFSE (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2005	Ciências Sociais
	19) UFMA (Nordeste; Mestrado; Ciências Sociais Aplicadas)	1999	Políticas Públicas (Serviço Social)
	1) UERJ (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2005	Ciências Sociais

Termo	Universidade	Aparece em	Subárea
Racismo	2) UFMG (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1992	Ciência Política
	3) UFRJ (Sudeste; Doutorado; Ciências Sociais Aplicadas)	2000	Comunicação
	4) UFSCAR (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2003	Educação
	5) UNICAMP (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2006	História
	6) USP (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1991	Educação
	7) UFRGS (Sul; Mestrado; Ciências Humanas)	2001	Educação
	8) UFSC (Sul; Mestrado; Ciências Humanas)	1997	História
	9) UNB (Centro-Oeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1990	Antropologia
	10) UFPA (Norte, Mestrado; Ciências Humanas)	2006	Ciências Sociais
	11) UFBA (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1993	Ciências Sociais
	12) UFCE (Nordeste; Mestrado; Linguística; Letras e Artes)	2004	Letras
	13) UFPE (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2006	Ciência Política
Termo	**Universidade**	**Aparece em**	**Subárea**
Étnico/ racial [Etnia e raça]	1) UFMG (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1997	Educação
	2) UFRJ (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2002	Educação
	3) UFSCAR (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2004	Educação
	4) UNICAMP (Sudeste; Doutorado; Ciências Humanas)	2001	Educação
	5) USP (Sudeste; Doutorado; Ciências Humanas)	1986	Antropologia
	6) UFRGS (Sul; Mestrado; Ciências Humanas)	2001	Educação
	7) UFSC (Sul; Mestrado; Ciências Humanas)	2000	Antropologia
	8) UNB (Centro-Oeste; Doutorado; Ciências Humanas)	2001	Antropologia
	10) UFBA (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1990	Ciências Sociais
	11) UFCE (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1995	Educação
	12) UFPB (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1995	Sociologia
	13) UFMA (Nordeste; Mestrado; Ciências Sociais Aplicadas)	1999	Políticas públicas (Serviço Social)

Abaixo, os gráficos 1, 2, 3 e 4 apontam a emergência dos termos: raça, negro, racismo e étnico-racial nos estudos sobre as relações raciais no Brasil (Santos, 2006c: 86-125).

Gráficos do quadro geral da emergência de quatro termos fundamentais na produção acadêmica sobre relações raciais no Brasil.

Gráfico 1

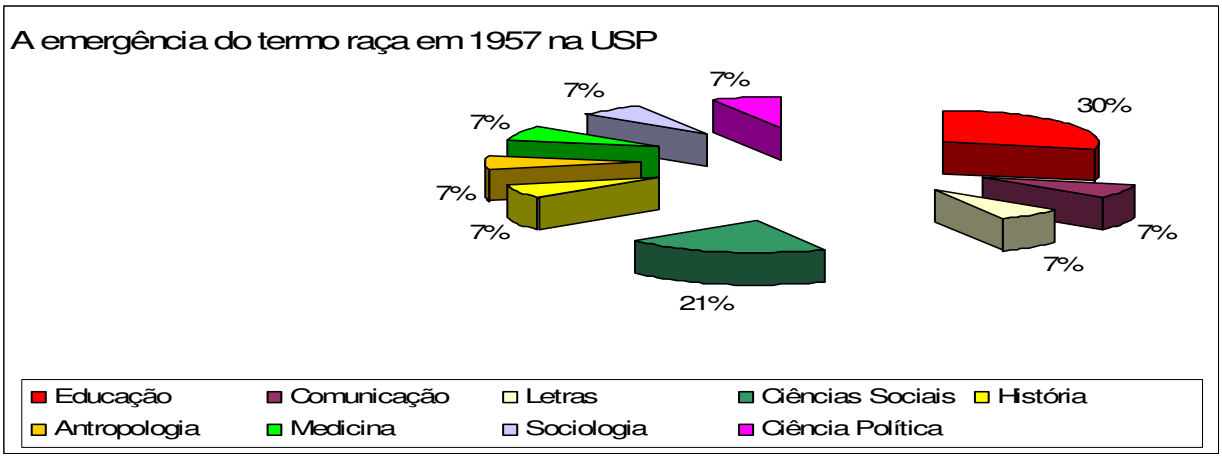


Gráfico 2

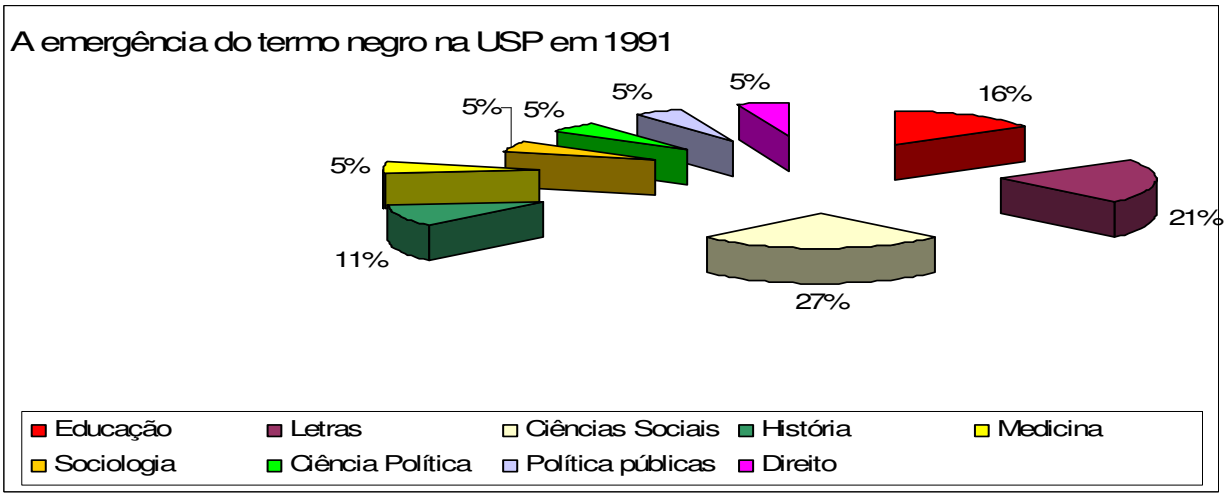


Gráfico 3

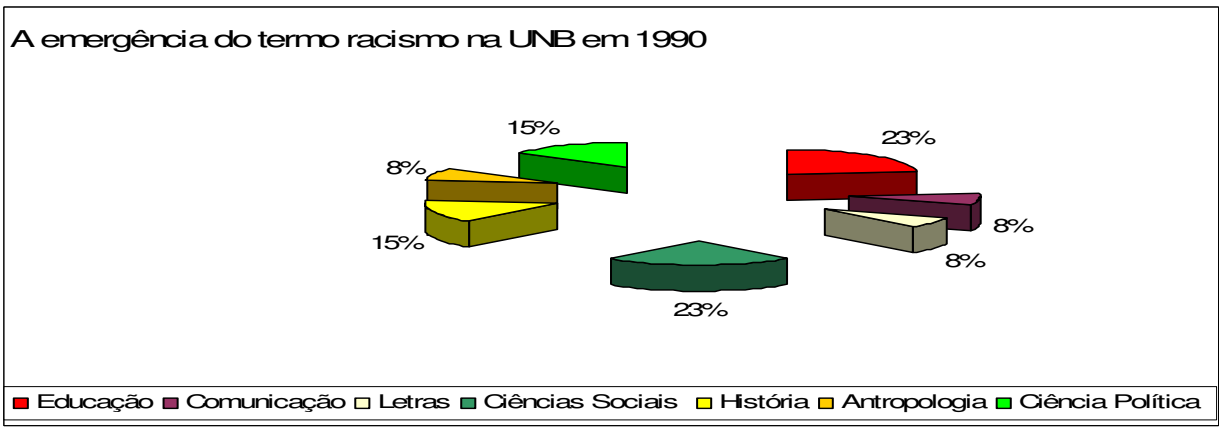
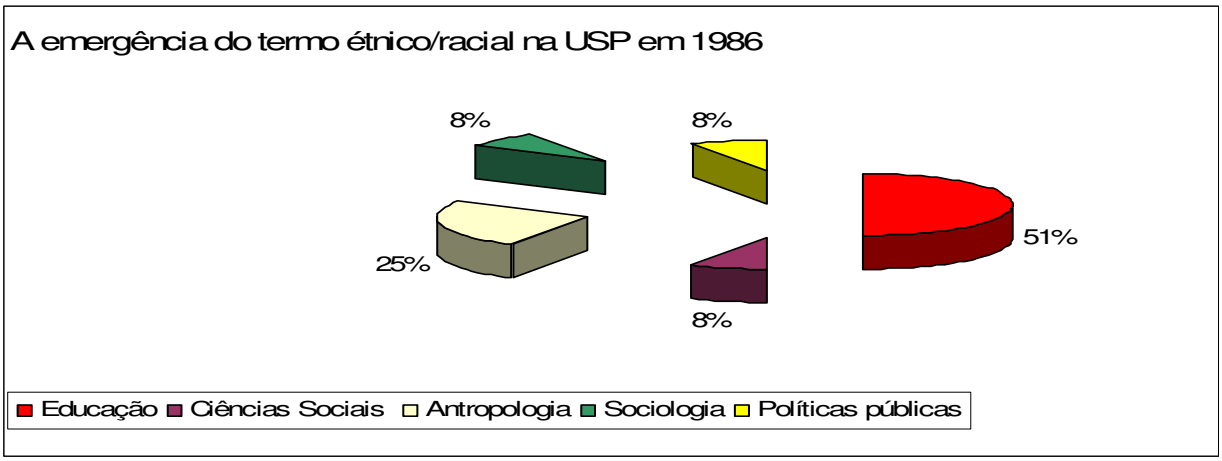


Gráfico 4



Os gráficos mostram simultaneamente o momento em que os termos aparecem, em que universidades surgiram e quais as áreas de estudos[3] a que pertenciam. Todos os gráficos indicarão a universidade em que o termo aparece pela primeira vez e a área de concentração onde ele apareceu nas universidades pesquisadas.

Assim, o Gráfico 1 mostra que o termo raça aparecerá na produção acadêmica pela primeira vez em 1957. Esse termo surge na Universidade de São Paulo, região Sudeste do Brasil.

O Gráfico 2, por sua vez, mostra que o termo negro aparecerá em 1991, igualmente na USP. Logo abaixo, o Gráfico 3 aponta que o termo racismo aparece no ano de 1990 pela primeira vez na Universidade de Brasília, região Centro-Oeste. O Gráfico 4 mostra que o conceito étnico/racial surge pela primeira vez em 1986, novamente na Universidade de São Paulo.

Foi possível notar que os termos raça, negro, racismo e étnico/racial são termos comumente utilizados na literatura sobre a temática racial, e eles aparecem conforme o contexto em que as teses e dissertações são produzidas. O termo raça sempre será utilizado para designar o negro e, raramente, refletirá a identidade racial branca. A conjugação entre raça e branquitude na reflexão acadêmica apenas ocorrerá recentemente – como será desenvolvido na Parte II.

O termo racismo nem sempre aparecerá; haverá um momento em que serão empregadas outras palavras como preconceito de cor, ou preconceito de raça. Essa

[3] As universidades pesquisadas empregavam distintamente os termos sociologia e ciências sociais, tal classificação se deve à forma como o curso de ciências sociais está organizado nas universidades brasileiras. Em muitas universidades, as ciências sociais referem-se a uma formação geral que depois é seguida de especialização em sociologia, ciência política ou antropologia.

intermitência na utilização do termo racismo também se justifica pela forte defesa do argumento de que o racismo não existe na sociedade brasileira (Gomes, 1995: 97-108; Gorender, 1990: 43). Os termos étnico e racial passaram a ser empregados conjuntamente na literatura sobre as relações raciais (Sollors, 2002: 97-104).

Etnia possuiria uma conotação que remete a um legado cultural, supostamente, comum. E a raça teria um significado que remete a características físicas, mesmo que isso, não seja motivo para distinção hierárquica. Stuart Hall define-as da seguinte maneira:

> A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de lugar – que são partilhadas por um povo (…)
>
> [a raça] é uma categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas corporais – cor de pele, textura de cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (Hall, 2005: 62-63).

No que diz respeito a esses dois conceitos, esse mesmo autor chama a atenção que etnia e raça são identidades culturais que não são fixas, portanto, não são categorias de essência (Hall, 2005: 12-13). Concluindo, em virtude de um conceito não substituir o outro, passou-se a utilizar comumente na literatura sobre relações raciais o conceito etnia[4] junto do conceito raça, resultando na categoria étnico/racial. Essa utilização conjunta representa, em si, um indicativo de que esses conceitos são imprecisos para dar conta de todas as matizes de um grupo e estarão sempre sujeitos a discussão.

O termo raça aparece pela primeira vez no século XVI será utilizado como base de doutrina científica, em uma interpretação da história como luta natural das raças no século XIX (Arendt, 2006: 208-216; Wieviorka, 2002: 460-461). A etnia aparece pela primeira vez no século XVIII (Sollors, 2002: 97-104), contudo, embora normalmente ela seja empregada separada do termo raça, ambas começarão a ser empregadas como nome composto no século XX por causa das especificidades inerentes a cada um desses conceitos.

O processo de globalização tem proporcionado o retorno da etnia, ou melhor, tem criado novas "identidades culturais". Uma das razões desse fenômeno é o fluxo internacional de pessoas da periferia para o centro do sistema mundo, como ocorre com os Estados Unidos. Isso tem realizado uma mudança étnica (Back, 2002: 446); como consequência, os brancos, nessa nação, agora são considerados minoria, por conseguinte, os não-brancos oriundos de

[4] Além da bibliografia consultada, cf. também Poutignat e Fenart-Streiff (1998), para o conceito de etnia, Guimarães (2002b), para o conceito de raça.

uma nova fase de migração se tornaram maioria; são os grupos formados por hispanos, asiáticos, afro-americanos (Hall, 2005: 82-84). Convém salientar que na sociedade norte-americana, bem como nas sociedades brasileira e centro-européia o grupo branco possui mais facilidade de rejeitar a sua pertença étnico/racial do que os não-brancos (Poutignat e Fenart-Streiff, 1998: 74).

3. A idéia de raça na sociedade brasileira

A idéia de raça aparece no Brasil no século XIX influenciada pelo pensamento europeu, cuja maior expressão se encontra na figura do conde Arthur de Gobineau. Sua obra *Essai sur I´Ineglité des Races Humaines*, publicada em 1853, tornar-se-ia a base fundamental para as teorias racistas do início do século XX (Arendt, 2006: 223). A tese central do livro sustenta que a evolução da história seria uma luta natural entre as raças que ainda se reflete na sociedade contemporânea. Nesse pensamento, encontra-se implícita a idéia de raça no sentido biológico; isto é, os grupos humanos são pertencentes a determinadas raças e a raça branca seria superior enquanto a raça negra seria inferior. A cultura ocidental, por seu turno, representa o legado da raça branca. Essa cultura, contudo, estaria em declínio porque, no transcorrer da história, as raças começaram a misturar-se.

O que transparece na obra de Gobineau é um certo pessimismo em relação ao futuro da humanidade, por causa da mistura de raças (Munanga, 2004: 45). No decorrer do tempo, com a miscigenação das gerações, as raças se degeneraram. A raça ideal seria a branca, concomitantemente, o extremo oposto seria a raça negra (Mignolo, 2003: 634; Achebe, 2007: 73-76; Larson, 2007: 77-79; Serequeberhan, 2007: 89-92; Ashcroft, 2002: 511-520). A raça branca seria o grupo civilizado, e a Europa representaria o berço da civilização. O branco ideal seria o povo germânico e os nórdicos, descendentes da "raça dos deuses" e, por conseguinte, o ideal de ser humano. O próprio conde Arthur Gobineau – apesar de francês – sustentou descender do deus germânico Odin. Esse autor também se orgulhava de ter elevado a história ao mesmo reconhecimento das ciências naturais devido a sua explicação para o declínio das civilizações (Arendt, 2006: 215-216).

Como aponta o parágrafo anterior, um dos pressupostos básicos da teoria de Gobineau, seria a pureza racial, isto é, o grupo branco puro original seria composto pelos povos germânicos e nórdicos, porém eles já não seriam mais puros, pois teriam se misturado com outros grupos – "os outros" – (Said, 2007: 24-27) e, por essa razão, teriam formado raças

inferiores. Os "brancos puros" ao se relacionarem com "os outros" conduziram a civilização ao declínio, porque o mestiço nunca seria igual ao branco, uma vez que ele também possui herança genética do ser inferior. Essa conclusão científica, no início do século XX, influenciou os "homens da ciência" no Brasil (Schwarcz, 2007: 23-42).

O argumento de "raça superior" e "raça inferior" vigorou como tese científica influente. Essas teorias somente serão desacreditadas, com maior força, no século XX, depois da segunda Guerra Mundial, com a derrota dos alemães. Naquela época, Adolf Hitler, chanceler do Estado alemão, sustentava a superioridade e pureza da raça branca (germânica) e, para conquistar apoio popular, utilizava o racismo dissimulado como argumento científico, que se tornou em um eficiente instrumento de propaganda política (Hobsbawm, 1995:16-17; Arendt, 2006: 458; Gilroy: 2000: 141). No século XIX, para o Conde Arthur Gobineau o ideal de uma de raça pura estava em decadência e a civilização humana estaria propensa à extinção:

> […] Somos tentados a atribuir uma duração total de 12000 a 14000 anos ao domínio do Homem na Terra, sendo esse tempo dividido em dois períodos: o primeiro já passou, e pertenceu à juventude […] o segundo já começou, para testemunhar o declínio em direção à decrepitude" (Arthur Gobineau *apud* Arendt, 2006: 224),

Daqui se extrai a idéia de que, a civilização humana ao se tornar mestiça tenderia a se extinguir, logo, o mestiço é um ser degenerado e a origem dessa degenerescência encontra-se no não-branco, principalmente o negro africano (Hofbauer, 1999: 107-109). Isso significa que o branco seria o único grupo saudável. Essa constatação pessimista de Gobineau será reformulada pelos seus próprios contemporâneos, "pela tese de sobrevivência dos mais aptos" (Munanga, 2004: 50-51).

Para finalizar, essas idéias são representativas do que, atualmente, denominamos racismo científico (Costa, 2006: 151-186). Elas estarão presentes na sociedade brasileira do final do século XIX[5]. Naquela época, o Brasil possuía um problema vital que era o número elevado de negros que se tornaram cidadãos brasileiros depois da abolição da escravatura. Diante desse contexto, os "homens da ciência", com base nas teorias racistas, sustentavam uma ideologia do branqueamento que, de fato, expressava o desejo de um determinado grupo de que a sociedade brasileira se tornasse branca.

[5] Os grupos neo-nazistas podem ser citados como exemplo.

3.1 A ideologia do branqueamento

A ideologia do branqueamento é fruto do período em que o Brasil se inseria na sociedade de classes. A elite brasileira desejava "progredir" tendo como modelo a "grande" potência dos arredores, os Estados Unidos da América. Dentro desse ideal de progresso, o trabalhador negro era indesejado na sociedade de classes, significando atraso, dado seu passado colonial e escravocrata. Essa elite queria se apegar ao futuro, atraída por uma idéia de "progresso" devidamente influenciada pelo intelectual francês Auguste Comte[6].

Neste momento, somente o trabalhador branco representava o progresso. Por conseguinte, restava ao trabalhador negro – antigo escravizado –, desaparecer ao se misturar com o branco para gerar mestiços, ou seja, negros embranquecidos. Isto era possível porque a raça branca por ser considerada superior à raça negra, com a mistura, diluiria a raça inferior no decorrer das gerações. O filho mestiço de um casal negro e branco seria, então, uma evolução positiva, um negro-embranquecido.

No século XIX, uma elite de intelectuais, sobretudo da área do direito, medicina e letras contribuiu para fortalecer a ideologia do branqueamento depois do fim da monarquia. Refiro-me, nomeadamente a Francisco José Oliveira Viana, Silvio Romero, João Batista Lacerda, Raimundo Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Edgard Roquete Pinto, Herman von Ihering, Oswaldo Cruz, Miguel Pereira, e Azevedo Sodré. O problema central para a construção da identidade nacional brasileira era a existência de um povo mestiço e feio, segundo a opinião do Conde Arthur de Gobineau. Ele expressou seu ponto de vista, quando visitou o país como enviado francês em uma estadia de quinze dias (Schwarcz, 2007: 11-42).

Além da influência da teoria "histórico-racial", elaborada por Gobineau, e do positivismo de Auguste Comte, a elite intelectual brasileira foi influenciada também por outras teorias européias designadamente o darwinismo e o evolucionismo[7], que são

[6] Em 1848 Auguste Comte criou uma "Sociedade Positivista", que angariou grande número de seguidores. Entre 1851 e 1854, publicou os volumes do "Sistema de política positivista", cujas idéias viriam fundamentar várias correntes de pensamento político, em vários países. No Brasil a influência do positivismo de Comte traduziu-se não só no ideário dos republicanos, mas nas ações políticas que acompanharam a proclamação da República. Entre elas, a separação entre igreja e Estado, o estabelecimento do casamento civil, o fim do anonimato na imprensa e a reforma educacional proposta por Benjamin Constant. Auguste Comte fundou "o positivismo" tendo por método dois critérios: o histórico e o sistemático; outras ciências abstratas antes da Sociologia haviam atingido a positividade: a Matemática, Astronomia, a Física, a Química e a Biologia. Assim como nestas ciências, em sua nova ciência chamada de física social e posteriormente Sociologia, Comte usaria da observação, da experimentação, da comparação, da classificação e da filiação histórica como método para a obtenção dos dados reais. Cf.. Dicionário de Sociologia, 2002.

[7] **O darwinismo** é o termo usado para designar vários processos relacionados com as ideias de Charles Darwin, isto é, as ideias relacionadas com a seleção natural das espécies. Em 1859, quando foi publicada "A Origem das Espécies", de Charles Darwin, esta obra continha o princípio da seleção natural, que determina quais membros da espécie têm mais chance de sobrevivência. As crias não são reproduções idênticas de seus pais. A cada geração, a característica favorável torna-se mais pronunciada e mais difundida nas espécies. Com o passar dos

introduzidos no Brasil no mesmo período. Depois de introduzidas, essas teorias são reelaboradas de maneira peculiar e local, o que se refletiu, por exemplo, na discussão a respeito do estímulo ou desestímulo à mistura de raças. Neste âmbito, concentro-me em tratar daqueles argumentos que rejeitam a miscigenação.

3. 1. 2 Embranquecer é enegrecer

Como já se viu, na sociedade brasileira do século XIX, o pensamento consensual da elite estava de acordo com os pressupostos básicos da teoria de Gobineau: a idéia de uma humanidade dividida em uma hierarquia biológica de raças, sendo a raça branca o ideal de superioridade. Algumas idéias defendidas no período se opunham à miscigenação que era associada à degeneração, e o mestiço a um ser degenerado. Não havia consenso, contudo, quanto à idéia – defendida por Arthur Gobineau – de que a sociedade humana se extinguiria naturalmente devido à mistura de raças. Nesta linha de pensamento, o médico Nina Rodrigues teve maior expressão (Costa, 2006: 167):

> Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura, da população brasileira, admitida pelo Dr. Sílvio Romero. Não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo território do país, considero pouco provável que a raça branca consiga predominar o seu tipo em toda a população brasileira (Nina Rodrigues *apud* Munanga, 2004: 61).

Esse autor foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a se colocar inequivocamente no lugar do branco que assume o negro brasileiro e o negro africano como objeto de pesquisa. Nina Rodrigues, que se coloca na posição de um cientista da raça superior, produziu trabalhos considerados fundacionais da reflexão sobre ciências humanas no Brasil. Estas obras consolidam a lógica de que a raça e/ou cultura inferior devem ser apenas objetos de estudo (Piza, 2002: 59-90). Não se questiona o conhecimento produzido, refletindo acerca da influência exercida pelas escolhas e estereótipos assumidos pelo cientista, tampouco são interrogados os limites e a clausura da cultura daquele que se considerado superior. Naquele período, dado o relativo consenso em torno da existência de um natural "determinismo biológico" não é difícil compreender essa lógica e Nina Rodrigues é um bom exemplo das imbricações entre ciência e senso comum na produção e reprodução de estereótipos racistas

séculos, a seleção natural elimina as espécies antigas e produz novas. **O evolucionismo social** era a teoria associada a acadêmicos como Tylor, Lewis Henry Morgan e Herbert Spencer. Essa teoria representou uma tentativa de formalizar o pensamento social com linhas científicas modeladas conforme a teoria biológica da evolução. Se organismos podem se desenvolver com o passar do tempo de acordo com leis compreensíveis e deterministas, parece então razoável que isso também seja possível para as sociedades. Cf.. Dicionário de Sociologia, 2002.

(Costa, 2006: 161). Contudo, chama atenção o fato de que ainda hoje vigore na academia brasileira o predomínio do determinismo do pesquisador branco – objeto negro.

Nina Rodrigues produziu obras fundadoras da Antropologia brasileira e realizou estudos pioneiros sobre cultura africana e religiosidade afro-brasileira. Em uma de suas conclusões, sustentou que os negros se encontravam na infância da escala evolutiva, enquanto os brancos já se encontravam na fase adulta; era um equívoco, portanto, o tratamento igualitário entre negros e brancos. Os negros enquanto crianças deveriam ser tutelados pelos brancos e viver sob outras leis, mesmo porque eles estavam determinados biologicamente à criminalidade.

A miscigenação no Brasil era problemática, porque além de os negros serem considerados inferiores, os portugueses eram tidos como brancos da "pior espécie", um povo atrasado e europeus de segunda categoria (Munanga, 2004: 59; Santos, 2006e: 234). Enfim, Nina Rodrigues opõe-se, então, à mistura de raças, não só porque levava à degeneração da raça superior como também porque o branco português não se tratava de um "branco tão superior assim". Esse autor ainda afirmava que a miscigenação poderia levar ao enegrecimento (Costa, 2006: 174), ou seja, o branco enegreceria, e isso seria um retrocesso ao desejo de embranquecimento da sociedade brasileira**.**

3. 1. 3 A raça é inferior, portanto embranquece

Ao contrário de Nina Rodrigues, intelectuais como Silvio Romero, Oliveira Viana e João Batista Lacerda sustentavam que a sucessiva mistura de raças conduziria ao branqueamento resultando na diluição da raça negra no decorrer das gerações. Se o mestiço, ao embranquecer, sempre procurasse se relacionar com os brancos, não ocorreria esse retrocesso. Esses autores eram otimistas em relação à possibilidade de uma sociedade brasileira branca. Embranquecer seria realmente embranquecer, porque a raça inferior seria eliminada à medida que se misturasse com a raça superior, ou seja, a raça branca iria se sobrepor no transcorrer das gerações.

Apegado a este otimismo, ou em outras palavras, ao desejo de um país branco, foi incentivada a imigração de povos brancos para o Brasil. A elite intelectual (preponderantemente médicos, advogados, letrados) e política discutia nas assembléias legislativas as propostas de branqueamento, como se observa no texto de Silvio Romero (Bento, 2002b: 37), transcrito abaixo:

> Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das últimas tende a diminuir, com a internação[8] do selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, a influência européia tende a crescer com a imigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. *O mestiço é a condição para vitória do branco*, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores do clima. É em sua forma ainda grosseira uma transição necessária e útil, que caminha para aproximar-se do tipo superior (Silvio Romero, 1953 *apud* Costa, 2006: 179).

Nessas palavras, Silvio Romero chamava atenção ao fato de que o clima tropical é uma condicionante à formação populacional; encontra-se implícito nesse discurso o determinismo geográfico; isto significa que os ameríndios e os africanos seriam povos menos inteligentes do que os europeus, porque eram originários de regiões de climas quentes, além de pertencerem a uma raça inferior biologicamente. Porém, devido ao seu otimismo, a mistura de raças faria com que o brasileiro do futuro, leia-se branco, não fosse afligido por essa degeneração climática, ao mesmo tempo que eliminaria suas características biológicas inferiores, ou seja, sua parte negra e "ameríndia".

Dito isso, a idéia central contida nas palavras de Silvio Romero dizem respeito ao incentivo da imigração de brancos, principalmente italianos, alemães e austríacos. Por resultado dessa política de incentivo à imigração, chegaram ao Brasil, naquele período: portugueses, italianos, espanhóis, alemães e austríacos e também japoneses. No primeiro momento, os principais grupos que chegaram foram os de italianos, portugueses e espanhóis (Santos, 2001: 44-45). Apesar da chegada de japoneses, eles – como todos os outros grupos não-brancos –, não eram desejados para a formação do povo brasileiro. Vale ressaltar que, nessa nova onda migratória à formação populacional brasileira, o grupo mais indesejado de todos eram os africanos – grupo que, no passado, era cobiçadíssimo por causa da escravização.

Na defesa dessa idéia de que o mestiço era o caminho para o embranquecimento da população brasileira, destaca-se igualmente o médico João Batista Lacerda. Esse autor não comungará com a idéia de determinismo biológico e, da mesma forma que Nina Rodrigues, procurará sustentar a inferioridade e superioridade em um foco moral e cultural. Os argumentos propostos por Lacerda sustentam-se na idéia de raças atrasadas – negras – e raça adiantadas – brancas – e que o convívio do branco com o negro prejudicou os dotes morais do branco (Hofbauer, 1999: 172-173).

No que se refere ao mestiço, Nina Rodrigures sustentava que não se trata de um ser degenerado e, sim, de um ser intermediário com tendência a se tornar branco. A sua previsão,

[8] Sérgio Costa diz que Silvio Romero faz alusão ao extermínio indígena.

apoiada em um diagrama elaborado pelo seu colega Roquete Pinto, antevia que o negro desapareceria em 2012 (Schwarcz, 2007: 94-98).

Hoje, em 2008, parece improvável que o negro desapareça da sociedade brasileira daqui a quatro anos. Porém ao assistir à televisão, no Brasil, parece que o negro realmente desapareceu desde 1950, quando foi inaugurada a TV Tupi, primeira emissora de televisão brasileira[9](Guimarães 2004b: 80-81).

4. O mito da democracia racial

Em 1933, o sociólogo Gilberto Freyre publicou o livro *Casa-Grande & Senzala* tornando-se, provavelmente, o livro mais influente sobre relações raciais no Brasil, tanto no contexto nacional, quanto internacionalmente. Em geral, atribui-se a esse livro a responsabilidade de ser a obra matriz da ideologia da democracia racial no Brasil, bem como do lusotropicalismo em Portugal e nos países africanos de Língua Portuguesa (Valentim, 2003: 67-73).

Essas ideologias possuem em comum o fato de elogiarem a colonização lusitana, ou seja, os portugueses possuiriam uma propensão especial para se relacionarem com os povos de culturas diferentes e disso resultaria que as sociedades por eles colonizadas não apresentariam práticas de racismo, como aconteceu nos Estados Unidos e na África do Sul, vividas sob o jugo da colonização britânica. Um exemplo de sucesso da colonização portuguesa seria o próprio Brasil.

A sociedade brasileira poderia apresentar alguns casos de preconceito de cor, não significando, porém, que sejam atitudes racistas; o sociólogo Gilberto Freyre insistirá nesse argumento, e essa será a idéia central do que passou a ser denominada ideologia da democracia racial – depois renomeada mito da democracia racial pelo sociólogo Florestan Fernandes (1978, vol. I: 253-254). No que diz respeito a esse mito, estou plenamente de acordo com a definição que lhe atribuiu Munanga:

> O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades

[9] A desigualdade racial entre negros e brancos que aparecem na televisão é muito grande, além de o negro ser incluído de forma excludente e, em geral, no exercício de papéis subalternos.

> subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (Munanga, 2004: 89).

De acordo com Guimarães, Freyre não inventou a expressão "democracia racial". Ele havia utilizado a expressão "democracia social" em uma conferência proferida em Lisboa, em 1937, intitulada *Aspectos da influência da mestiçagem sobre relações sociais e de cultura entre portugueses luso-descendentes*.

De certo modo, Gilberto Freyre permaneceu em silêncio em torno dessa idéia, que era relativamente consensual e apresentada como ideal de relação inter-racial. Durante um certo período, a defesa desse ideal interessava a todos, inclusive a certas tendências do movimento negro (Guimarães, 2005b: 124) que, na década de quarenta do século anterior, objetivavam ser integrados no Brasil enquanto brasileiros, e não necessariamente enquanto negros, isto é, a identidade negra se integraria à identidade nacional (Munanga, 2004: 127-129). Somente em 1962 Freyre tomará para si a expressão democracia racial. Esse autor apropria-se explicitamente desta expressão em defesa da identidade mestiça, uma identidade que seria mais do que luso-brasileira, seria luso-tropical:

> My thanks go to those who participated by being present at the commemorations of Camões Day in Rio de Janeiro this year, and came to hear the words of someome who, as a disciple of Camões' "varied color", is as opposed to the mystique of "negritude" as to "whiteness": two sectarian extremes that are contrary to the very Brazilian practice of racial democracy through *mestiçagem*: a practice that imposes special duties of solidarity with other mixed-race peoples. Especially those of the Portuguese Orient and Africa. Especially with those of black and *mestiço* Africans marked by the Portuguese presence (Freyre, 1962) (Gilberto Freyre *apud* Guimarães, 2005b: 124)[10].

O trecho acima chama atenção ao fato de que a idéia de identidade negra ou identidade branca seria uma idéia mítica. Para Gilberto Freyre – diferentemente do que pensava Nina Rodrigues – o ser intermediário, o mestiço, não seria um ser degenerado e, sim representaria, a síntese do povo brasileiro, fruto das três raças matrizes: branco, negro e ameríndio.

Freyre irá contestar e desautorizar o determinismo biológico e climático, idéia preponderante da geração anterior e, do mesmo modo, o sentimento de inferioridade, que

[10] "Meus agradecimentos a quantos, pela sua presença, participam este ano, no Rio de Janeiro, da comemoração do Dia de Camões, vindo ouvir a palavra de quem, adepto da "vária cor", camoneana, tanto se opõe à mística da "negritude" como ao mito da "branquitude": dois extremos sectários que contrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõe deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os da África Portuguesas. Principalmente com os das Africas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana (Gilberto Freyre, 1962)", Tradução de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães.

segmentos da elite sentiam por terem sidos colonizados pelos portugueses. Argumentará sempre em favor da colonização ibérica. Tal colonização, de certa maneira, foi superior a todas as outras, por causa da propensão especial dos portugueses que, diferentemente de outros povos, sabiam conviver com povos de culturas diferentes[11].

As idéias de Gilberto Freyre ganharam repercussão mundial e, ainda hoje, influenciam a ótica do estrangeiro a respeito do povo brasileiro. A idéia de um povo mestiço, no qual o homem é malandro e a mulher mulata, constitui um estereótipo de brasileiro, que fortalece o imaginário de que, caso não se liberte desses estereótipos, "não se trata de um país para ser levado a sério" (Damatta, 1984: 51-75).

Antes da publicação de *Casa-Grande & Senzala*, diante da idéia de que não existia preconceito racial na sociedade brasileira, um grupo de negros estadunidenses quiseram migrar para o Brasil, ou seja, abandonar um país racista para serem acolhidos no paraíso da democracia racial; porém não foram aceitos, pois já bastavam para elite brasileira os negros brasileiros e, além disso, eles poderiam corromper a harmonia racial brasileira, como mostra o trecho do documento daquela época, transcrito abaixo:

> […] entre nós, não existe propriamente preconceito de raça. Ora, a vinda de indivíduos da raça negra, de procedência norte-americana virá criar tal preconceito no país. Poderá despertar tal sentimentos que nós não temos ("Imigração negra" *Correio da Manhã 2.8.21*) (Gomes, 2003: 307-331).

Gilberto Freyre foi um autor importante ao propor o enfraquecimento da tese de determinismo racial biológico. Vale ressaltar que as idéias de Feyre estavam imbuídas dos ensinamentos de Franz Boas, antropólogo norte-americano, seu ex-professor da Universidade de Columbia. Franz Boas rechaçava o significado biológico de raça e optava por utilizar o conceito cultura. Encontra-se em Gilberto Freyre a idéia de hierarquia cultural que, por vezes, revela uma contradição, pois se mostra nítido em seu texto a idéia de hierarquia racial (Hofbauer, 1999: 218-221). Em Gilberto Freyre[12], ao insistir nos termos cultura atrasada e adiantada, a idéia de hierarquia racial é deslocada para um concepção de hierarquia cultural.

Freyre apropria-se do termo democracia racial precisamente no momento em que ele começa a ser contestado com maior vigor devido a idéias e influências externas provenientes sobretudo do movimento da negritude, do sentimento de altivez negra expressa nos movimentos pelos direitos civis dos negros norte-americanos e da luta dos africanos –

[11] Nem todos os colonialismos são iguais, no que diz respeito a colonização portuguesa, cf. Santos (2006e): 211 - 255.
[12] Em Gomes (1995): 99-104, vê-se uma crítica competente sobre o lugar da mulher no livro *Casa-Grande & Senzala.*

especialmente dos países africanos de língua oficial portuguesa – nas guerras de libertação colonial.

A partir da década de cinquenta, como se verá no Capítulo 2, o movimento negro redireciona o discurso sobre a ideologia da democracia racial. Esse movimento social passou a criticar aquela ideologia com severidade, pois chegou à conclusão de que o desejo, nutrido por todos, de uma sociedade brasileira harmoniosa racialmente, colaborava para o mascaramento do racismo no Brasil e, com a sustentação do racismo, os negros jamais seriam integrados na identidade nacional de forma equitativa.

Se a premissa é verdadeira, ou seja, se todos somos mestiços, inclusive os brancos e os negros, os mestiços ainda assim seriam classificados e hierarquizados socialmente, distinguindo-se os negros dos brancos. Em contraposição à ideia de identidade mestiça propugnada por Freyre, o movimento negro propõe a identidade negra, ou seja, a livre autodefinição de pessoas pretas e pardas como negras. Isso seria feito em uma estratégia de luta anti-racista, inspirada na experiência dos negros norte-americanos.

A importância dessa estratégia para a luta no movimento justifica-se pela tendência de branqueamento da população que emerge dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A categoria pardo é tendencialmente assumida por brancos e pretos, o que implica a diminuição do número de pretos nas estatísticas no intervalo de um censo a outro (Santos, 2000: 51-59; Ramos, 1995[1957]b: 222-224).

´

4.1 O preconceito de raça existe

A ideologia de democracia racial passou a ser contestada pelo movimento negro a partir da década de cinquenta. A academia, por sua vez, passaria a criticá-la com maior força pela influência do sociólogo Florestan Fernandes, sobretudo, a partir da década de sessenta do século passado, quando ele defendeu a tese de Provimento de Cátedra na Universidade de São Paulo intitulada *Integração do negro na sociedade de classes*[13].

Florestan Fernandes é o mais expressivo sociólogo brasileiro de sua geração (Guimarães, 2005c: 100) e cunhou a expressão mito da democracia racial, em uma crítica direta à idéia de relação inter-racial harmoniosa no Brasil (Guimarães, 2005b: 119-140). Vale ressaltar que a *Integração do Negro* é fruto do trabalho anterior realizado por Florestan

[13] Esse livro tornou-se uma referência fundamental nos estudos sobre relações raciais no Brasil.

Fernandes e Roger Bastide[14]. Refiro-me ao projeto das Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), conhecido como Projeto UNESCO. O objetivo desse projeto era analisar as razões que faziam com que as relações raciais fossem harmônicas na sociedade brasileira (Maio, 1999: 141-158).

A UNESCO passou interessar-se pela experiência racial "bem sucedida" da realidade brasileira, principalmente depois do genocídio sofrido pelo povo judeu na segunda Guerra Mundial (Arendt, 2006: 207-211). Esse projeto ocorreu nos anos de 1951 e 1952; foi coordenado por Roger Bastide e Florestan Fernandes na cidade São Paulo, por Thales de Azevedo na cidade Salvador e L. A. Costa Pinto[15] na cidade do Rio de Janeiro. As conclusões de L. A. Costa Pinto, em síntese, sustentam que o preconceito de raça seria expressão dos conflitos que ocorrem em uma sociedade de classes e seria uma reminiscência da sociedade escravista. Esse discurso será adotado pelos sindicatos e partidos políticos de esquerda (Bobbio, 2001: 79-87; Guimarães, 2005c: 84-85) e, ainda persiste na mentalidade contemporânea dos segmentos de esquerda.

Além da pesquisa realizada no Rio de Janeiro, no Projeto UNESCO destacaram-se as pesquisas realizadas em São Paulo e Salvador por apresentarem conclusões divergentes sobre a existência do preconceito de raça. Donald Pierson chegará à conclusão de que, praticamente, não existe preconceito de raça no Brasil; os casos ocorridos seriam irrelevantes. Isto significa que seria verdadeira a tese freyreana de harmonia racial (Guimarães, 2005c: 77), pelo menos no que diz respeito à capital baiana. Contudo a posição de São Paulo será aquela que vigorará e pautará as academias brasileiras, assim como demonstra o trecho do livro *Integração do negro* de Florestan Fernandes, citado abaixo:

> (…) Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se "o homem de cor" aos grilhões invisíveis do seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna.
>
> Como não podia deixar de suceder, essa orientação gerou um fruto espúrio. A idéia de que o padrão brasileiro de relações entre "brancos" e "negros" se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da "democracia racial brasileira". Admita-se, de passagem, que esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo "muito pouco fel" e sendo suave, doce e cristãmente humano (Fernandes, 1978, vol. I: 253-254).

[14] Roger Bastide sociólogo francês que deu aulas de sociologia na Universidade de São Paulo, na década de trinta do século passado. Na obra desse autor, destacam-se as pesquisas sobre o Candomblé – religião afro-brasileira de matriz africana.

[15] Thales de Azevedo e L. A. Costa Pinto são pesquisadores de prestígio sobre relações raciais no Brasil. No entanto, Florestan Fernandes foi o pesquisador de maior destaque da sua geração sobre essa temática, além de ter sido tutor intelectual, de dois outros dois grandes pesquisadores desse campo da geração seguinte, os sociólogos Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

As palavras de Florestan Fernandes poderiam ser resumidas da seguinte forma: o preconceito de raça existe no Brasil, portanto, a idéia de harmonia racial não passa de um mito. Florestan Fernandes e seus ex-orientandos Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni destacaram-se por criticar a idéia de escravidão suave no período colonial e harmonia racial na sociedade de classes. Depois da reflexão crítica desses autores, sobretudo de Florestan Fernandes, tornou-se mais difícil à academia brasileira sustentar a idéia de democracia racial (Ianni, 2004b: 6-20), apesar de ela ainda persistir no ideário popular. No Capítulo 3 demonstrarei como essa questão se recoloca no debate sobre políticas de ação afirmativa.

Feita essa ressalva, resta dizer que Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, ao se tornaram sociólogos de prestígio, ganharam vigor para influenciar a reflexão acadêmica brasileira sobre relações raciais em todo o território nacional (Cardoso, 1961: 3-37; Guimarães, 2005c: 100). Na Parte II, ao apresentar os resultados da pesquisa sobre as teses e dissertações sobre relações raciais no Brasil, mostrarei que os textos desses ilustres sociólogos são os primeiros sobre relações raciais produzidos em uma instituição acadêmica – refiro-me à Universidade de São Paulo.

Dito isso, pode-se afirmar que esses autores, da chamada escola paulista de sociologia, tiveram o mérito de aproximar a reflexão acadêmica das pautas dos movimentos sociais. Isto significa que setores da academia e os movimentos sociais chegaram ao consenso de que a idéia de igualdade racial perfeita, mesmo como um desejo a ser concretizado no futuro, estava servindo para o fortalecimento do preconceito de raça na sociedade brasileira do tempo presente.

4. 1. 1 Preconceito, discriminação e desigualdade racial no Brasil

Na história das relações raciais no Brasil, os estudiosos nem sempre utilizaram o termo racismo, apesar de a população negra ter sido permanentemente classificada como inferior desde a época da escravidão. Além disso, ainda persiste a controvérsia sobre a existência do racismo na sociedade brasileira, mesmo sendo este um discurso difícil de sustentar sobretudo depois de o trabalho de Florestan Fernandes ter constatado a existência de preconceito de raça no Brasil e as desvantagens vividas pelos negros na sociedade de classes devido à sua pertença étnica e racial.

Florestan Fernandes, em seu livro clássico *Integração do negro na sociedade de classes*, utilizava o termo preconceito de cor como sinônimo de preconceito de raça. O termo racismo passará a ganhar força na academia com a publicação, nos anos 70, de *Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil*, de autoria do sociólogo Carlos Hasenbalg. Esse autor demonstrou que o racismo é um elemento inequívoco que proporciona desigualdades entre negros e brancos (Hasenbalg, 2005: 230-231), portanto, essas desigualdades são raciais.

A academia brasileira e os movimentos sociais passaram, então, a utilizar o conceito desigualdades raciais. Após o trabalho de Hasenbalg, a academia brasileira foi levada a pensar o termo racismo sem utilizar eufemismos. O livro *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* nos anos 70 já teorizava sobre o papel do movimento negro para a promoção da igualdade racial.

> O efeito da raça sobre estrutura de classe e a evolução das desigualdades raciais dependerá da emergência de movimentos raciais e das formas assumidas por estes, bem como da forma como os movimentos raciais se ligam a outras lutas e movimentos sociais (…) (Hasenbalg, 2005: 231).

Atualmente, o movimento negro tornou-se um protagonista na luta anti-racista, ao argumentar que a desigualdade racial também significa privilégios do grupo branco e, concomitantemente, desvantagens ao grupo não-branco. Por essa razão, faz-se sempre necessário discutir a discriminação racial "injusta" motivada pela defesa dos privilégios (Bento, 2002c: 147-162). Vale ressaltar que o conceito desigualdade racial será importante para a luta anti-racista, particularmente para o movimento negro, ao exigir do Estado brasileiro a adoção de políticas de promoção da igualdade racial. O conceito desigualdade racial foi igualmente fundamental para o reconhecimento oficial do racismo pela nação brasileira no ano de 1995.

Isso significa que, no Brasil, houve o reconhecimento por parte de um chefe de Estado, no caso, o presidente Fernando Henrique Cardoso (Hasenbalg, 2005: 30), de que determinadas desigualdades eram produto inequívoco do preconceito racial e racismo, levando a uma discriminação racial "injusta", que se torna visível em quesitos como: mortalidade infantil, expectativa de vida, hostilidade no tratamento no acesso à saúde, anos de escolaridade, rendimento salarial, renda familiar *per capita*, tamanho da família, *status* ocupacional do pai, mobilidade ocupacional inter-geracional e outras (Silva, 2000: 33-51 sob Nelson Valle).

No que diz respeito à utilização do termo preconceito de cor, dada a quantidade de estereótipos depreciativos que eram associados à palavra negro, durante muito tempo a

literatura brasileira evitou utilizar a palavra pessoa negra preferindo o eufemismo pessoa de cor (Pinto, 1998: 170-210). Essa opção terminológica está presente nas primeiras produções acadêmicas sobre relações raciais. Em uma modesta hipótese, a mudança nos termos adotados, bem como a posição política de resignificação da palavra negro, passou a ocorrer nos textos acadêmicos devido à influência dos movimentos sociais identitários e, igualmente, quando o negro torna-se pesquisador. Nesse contexto, o negro se autodefine de maneira positiva (Munanga, 1988: 36) e, ao fazê-lo, recusa eufemismos como a denominação pessoa de cor.

Para Thales de Azevedo, o conceito preconceito de cor não é utilizado como eufemismo para a palavra negro, que contém implícito o conceito raça. Esse autor utilizava esse termo para destacar que o preconceito na sociedade brasileira era realmente de cor, e não de raça. Em outras palavras, quando a pessoa ascendia socialmente, deixava de enfrentar preconceito, ou seja, era o dinheiro e o *status* que faziam com que a pessoa se tornasse branca ou "de cor". O sociólogo Antonio Sérgio Guimarães colaborará com essa discussão, ao realçar que no conceito preconceito de cor encontra-se implícito o preconceito de raça, ou seja, o preconceito de cor não deixa de ser um preconceito de raça (Guimarães, 2002b: 54), mesmo quando expressada pela cor.

No caso de Fernando Henrique Cardoso, quando este utiliza o conceito preconceito de cor aplica-o o mesmo significado de preconceito racial (Guimarães, 2005c: 83). Além disso, esse autor sustentará que preconceito racial ocorria desde à época da escravidão negra no Brasil (Guimarães, 2004a: 22).

De maneira semelhante pensava, o sociólogo Oracy Nogueira[16] que sustentará a existência, na sociedade brasileira, de preconceito de raça, ao qual atribuiu a denominação preconceito de marca para distingui-lo do preconceito de origem, vivido pelos negros estadunidenses. O preconceito de marca seria baseado na corporeidade, na cor da pele, cabelos, lábios e etc., e o preconceito de origem seria baseado na hipótese de descendência negra, mesmo que seus traços físicos sejam mais próximos dos traços do branco (Nogueira, 1998: 243). Nogueira argumenta que o preconceito de marca na sociedade brasileira não era tão prejudicial, quanto o preconceito de origem da sociedade estadunidense. No mesmo sentido, Marvin Harris[17] vai argumentar que o preconceito de cor não vinha acompanhado de discriminação ou segregação racial (Guimarães, 2005c: 82-83).

[16] Sociólogo de prestígio no Brasil que realizou pesquisa pelo *Projeto* UNESCO em Itapetininga, cidade do interior de São Paulo.
[17] Antropólogo norte-americano que realizou estudos sobre relações raciais no Brasil.

Objetivamente, pode-se afirmar que o preconceito racial seria um julgamento depreciativo *a priori* feito a outra pessoa ou grupo, enquanto que a discriminação racial seria a prática do preconceito racial ou do racismo. A discriminação racial como prática de preconceito racial é justificada pela ignorância. Convém salientar que o preconceito não se trata de uma característica inata das pessoas, ele se aprende no convívio social (Gomes, 1995: 28).

Levando-se em consideração o que foi visto até agora neste trabalho, é plausível afirmar que no Brasil também ocorre a discriminação racial pela defesa de privilégios, como aponta a intelectual Maria Aparecida da Silva Bento (Bento, 2002b: 28-29), ao contrário do que ocorre com a discriminação racial motivada pelo preconceito, isto é, justificada pela ignorância. Esse tipo de discriminação racial se manifesta com base no saber e possui o objetivo inconfesso de manter os privilégios do grupo discriminador.

Resta dizer que as políticas de ação afirmativa também são denominadas como "discriminação justa" (Silva Jr., 2003: 107). Nesse caso, a discriminação racial ocorre para privilegiar grupos que possuem um histórico, por vezes secular, de enfrentamento do preconceito e racismo (Silva, 2000: 33-50 sob Nelson Valle)[18].

4. 1. 2 O persistente racismo no Brasil

Vale ressaltar que, o preconceito racial e o racismo se encontram no mundo das idéias, e a discriminação racial "injusta" seria a objetivação do preconceito e do racismo, isto é, a prática de racismo (Gomes, 1995: 58-59). Diante do que já foi mencionado, pode-se notar que os conceitos preconceito de cor, preconceito de raça, discriminação racial e racismo não são estáticos. De acordo com Michael Banton e Robert Miles:

> Até o final dos anos 1960, a maioria dos dicionários e livros escolares definiam [o racismo] como uma doutrina, dogma, ideologia, ou conjunto de crenças. O núcleo dessa doutrina era de que a raça determinava a cultura, e daí derivam as crenças na superioridade racial. Nos anos 1970, a palavra foi usada em sentido ampliado para incorporar práticas e atitudes, assim como crenças; nesse sentido, racismo [passa a] denota[r] todo o complexo de fatores que produzem discriminação racial e, algumas vezes, frouxamente, designa também aqueles [fatores] que produzem desvantagens raciais (Banton & Miles, 1994, p. 276 *apud* Guimarães, 2004a: 25)

No que se diz respeito à relação entre racismo e colonialismo, vale a pena trazer à luz a colaboração dos pensadores Frantz Fanon e Albert Memmi. O primeiro vai sustentar que

[18] Falarei mais sobre esse assunto no Capítulo 3.

"não é possível subjugar homens sem logicamente inferiorizá-los. E o racismo seria a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, dessa inferiorização" (Fanon, 1980, 33-51). E, o segundo, dirá "que o racismo resume e simboliza a relação fundamental que une o colonialista e colonizado" (Memmi, 1989: 68).

No Brasil, sobretudo nos trabalhos dos sociólogos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, há consenso sobre a existência de preconceito racial desde o período da escravização (Ianni, 2004b: 6-20). Isso significa que o negro africano e, depois os negros brasileiros, se deparavam com o racismo e discriminação racial desde que foram trazidos "forçadamente" para o território brasileiro. Assim como aponta Florestan Fernandes:

> Aqui [Brasil], nem mesmo na era escravocrata a discriminação vinha em segundo plano. O preconceito sempre forneceu a justificação emocional, moral e racional da discriminação. Ele apenas servia para legitimar a apropriação da pessoa do escravo ou a exclusão do "liberto" e do "homem livre" de certas regalias e direitos sociais. (Fernandes, 1978, vol. II: 37-38)

Esse trecho, além de colocar o conceito de preconceito e discriminação racial na sociedade brasileira do período escravocrata, ao jogar por terra a idéia de escravidão suave, faz com que se pense o racismo na sociedade brasileira desde o início da colonização. Além disso, percebe-se que o termo racismo não é utilizado; porém, ele se encontra implícito na frase "o preconceito sempre forneceu a justificação emocional, e racional da discriminação", ou seja, essa "discriminação" seria discriminação racial "injusta", portanto prática de racismo.

Ao identificar preconceito e discriminação, ou seja, prática de racismo na sociedade escravocrata, a questão que se coloca é a seguinte: a desigualdade racial seria uma persistência desse preconceito racial, discriminação racial "injusta" e racismo na sociedade de classes, isto é, é um resquício do passado? Carlos Hasenbalg comentará a esse respeito ao analisar o livro *Integração do Negro na Sociedade de Classes*.

> Após a abolição, argumenta Fernandes, a sociedade herdou do antigo regime um sistema de estratificação racial e subordinação do negro. A persistência dessa estratificação após a emancipação é devidamente atribuída aos efeitos do preconceito e discriminação raciais. Apesar da compreensiva e meticulosa dissecação das relações raciais brasileiras, a principal debilidade interpretativa resulta dessa conceituação do preconceito e discriminação raciais como sobrevivências do *ancien regime*. Essa perspectiva, relacionada à teoria de caráter assincrônico da mudança social, explica os arranjos sociais do presente como resultado de "arcaísmos" do passado (Hasenbalg, 2005: 82)

"O negro prolonga assim, o destino de escravo (…)", como observou Florestan Fernandes (Fernandes, 1978, vol. II: 346). Justamente, a idéia de discriminação racial "injusta" como reminiscência do passado, que seria superada com o desenvolvimento da

sociedade de classes. Essa foi a principal crítica de Hasenbalg endereçada a Fernandes[19]. De acordo com o primeiro autor citado, as reminiscências do passado são reelaboradas segundo os múltiplos interesses dos brancos na sociedade de classes, pois eles obtêm vantagens com a persistência das desigualdades raciais (Hasenbalg, 2005: 82-84). Isto é, o branco vai ser beneficiado na competição com o negro no novo contexto depois da abolição; em suma, "o negro que foi escravizado no passado, torna-se preterido no presente" [20].

Diria que Carlos Hasenbalg aprofunda e dá um novo viés ao trabalho de Fernandes, ao propor que as condições sociais subalternas em que vivem a maioria dos negros brasileiros, ou os não-brancos, explicam-se além do legado do passado escravista mas, igualmente, pelo preconceito racial, o racismo, a discriminação racial "injusta" que ocasionam desigualdades raciais, entre negros e brancos na sociedade de classes; ou seja, na busca de analisar os opressores do passado, convém não fechar os olhos aos opressores do presente (Santos, 2002b: 226-232).

O termo racismo surgiu na década de trinta do século XX, de acordo com Robert Miles e Pierre-André Taguieff. Esses autores diriam que no primeiro momento ele servirá mais para um conceito de luta do que analítico (Hofbauer, 2006: 42; Sollors, 2002: 98). No entanto, na literatura sobre relações raciais, o debate que se coloca a esse respeito seria se o racismo nas sociedades teria surgido na Europa, ou se ele já se encontrava presente nos primórdios da colonização e escravização moderna. Nesse caso, refiro-me ao "racismo colonial", expressão utilizada por Albert Memmi, que sustenta a idéia de racismo presente em todos colonialismos, que coincide com a ótica Frantz Fanon (Memmi, 1989: 68-89; Fanon: 1980: 44) e de Fernando Henrique Cardoso, ao se expressar, com outras palavras, sobre o colonialismo e a escravidão no contexto brasileiro, mencionados alhures (Guimarães, 2004a: 22).

Na sociedade contemporânea (Santos, 2006f: 37), diferentes autores têm utilizado o termo racismo de forma mais ampla, pois a opressão mundial causaria uma discriminação "injusta" que não tem por base apenas a raça em seu significado biológico, embora se possa afirmar que essa concepção restrita de racismo se mantenha implicitamente, sobretudo no

[19] O sociólgo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães diz que "Fernandes não responsabiliza o passado pela persistência do preconceito, mas vai buscar suas causas em fatores do presente, como a competição entre brancos e negros no mercado de trabalho e a defesa dos privilégios estamentais" (Guimarães, 2005: 84). Nesse assunto, no que se refere ao livro *Integração do Negro da Sociedade de Classes*, discordo de Guimarães e estou de acordo com a análise de Carlos Hasenbalg.

[20] Reelaboração do verso "o enganado no passado preterido no presente" do poeta Carlos de Assumpção, incluso no poema "Protesto", confira o site http://br.geocities.com/tamboresfalantes/doispoetas.htm, consultado em 29 de março de 2008.

contexto europeu; a título ilustrativo, cito a discriminação que enfrentam os imigrantes nos países europeus e nos Estados Unidos da América (Santos, 2002a: 128).

> (…) Balibar criou o conceito de "racismo sem raças", e usa também o termo "neo-racismo" (este último tem sido utilizado por Castles); Fanon e recentemente também Hall, fala em "racismo cultural"; Essed cunhou o termo "etnicismo racial" (Hofbauer, 2006: 44).

A crítica que se tem feito ao crescente número de definições de racismo abrevia-se na seguinte reflexão: se esses "racismos" não colaborariam para esvaziar esse conceito e, consequentemente, para obstaculizar a luta anti-racista (Hofbauer: 1999: 204-205 e 2006: 44). Contudo, questionamentos como esses são feitos na academia, ao se pensar o racismo no Brasil, não se deve fechar os olhos à sua realidade. Por esta razão, estou de acordo com a definição do sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães:

> Racismo é referido, em primeiro lugar, como sendo uma doutrina, quer se queira científica, quer não, que prega a existência de raças humanas, com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais (Guimarães, 2004b: 17).

Percebe-se na definição de Guimarães, uma maior proximidade com o significado clássico do racismo, isto é, em que o conceito raça enquanto construto social é fundamental, portanto, não é substituído, por exemplo, pelo conceito de imigrante, como no caso do neo-racismo, ou "racismo sem raça" proposto no contexto europeu pelo intelectual Etiene Balibar (Santos, 2002a: 128; Balibar, 1991: 17-28).

Guimarães ainda definirá o racismo conhecido como institucional (Santos, 2001: 109-110; Guimarães, 2005c: 172), da seguinte forma:

> Chama-se, ainda, de racismo o sistema de desigualdades de oportunidades, inscritas na estrutura da sociedade, que podem ser verificadas apenas estatisticamente através da estrutura de desigualdades raciais, seja na educação, na saúde pública, no emprego, na renda, na moradia, etc. (Guimarães, 2004b: 18).

Nota-se no trecho citado que, na definição de Guimarães, se encontra contido o conceito desigualdade racial utilizado por Carlos Hasenbalg. Ressalto que esse conceito tem sido importante à luta anti-racista no Brasil, objetivado, sobretudo, na cobrança por políticas de ação afirmativa.

No caso da sociedade brasileira, dada a vigência de uma ideologia que nega a existência do racismo, mais importante do que dilatar este conceito, é pensar em uma maneira de aboli-lo. Nessa tarefa, os movimentos sociais identitários, os intelectuais negros e brancos

ou não-negros[21] têm colaborado ao utilizar o conceito racismo como conceito analítico e de luta, ciente de que nem sempre o tempo da análise coincide com o tempo da luta (Guimarães, 2002b: 50 e 2003a: 93-107), isto é, o tempo da academia nem sempre coincide com o tempo dos movimentos sociais e, enquanto isso, o racismo persiste no Brasil em pleno século XXI.

5. Epílogo

Este capítulo objetivou refletir sobre alguns conceitos que estarão presentes ao longo desta dissertação, nomeadamente: raça, racismo, étnico-racial, preconceito de cor, preconceito racial, desigualdade racial. Para a discussão desses conceitos, refleti igualmente sobre as ideologias do branqueamento e sobre o mito da democracia racial. Além disso, justifiquei a razão de minha escolha em não utilizar raça, branco, negro e outros termos com aspas (Guimarães, 2005c: 194), sem deixar de mencionar que utilizo esses conceitos com a significação de construto social.

Um dos termos principais deste trabalho, o conceito de racismo, passará a ser empregado com maior constância somente a partir dos anos 1970, ou seja, a partir do marco literário sobre as relações raciais *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* de Carlos Hasenbalg. Na pesquisa realizada, o termo racismo aparece pela primeira vez em 1990 na Universidade de Brasília, em uma dissertação de mestrado na subárea de Antropologia.

Relembro que Carlos Hasenbalg, em *Discriminaçao e Desigualdades*, já teorizava, acertadamente, sobre o papel do movimento negro para promoção da igualdade racial. O decorrer do tempo comprovou esse argumento. No ano de 1995, o Estado brasileiro reconheceu oficialmente o racismo (Hasenbalg, 2006: 30). Nos anos 2000 tem início a política de ação afirmativa com a reserva de cotas para negros e indígenas em algumas universidades públicas. Nesses dois marcos da história brasileira, o movimento negro esteve em cena como um dos protagonistas destacado.

No histórico apresentado neste capítulo sobre as relações raciais no Brasil, identificam-se três autores "brancos" ou não-negros, como mais influentes: Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg (Motta, 2000: 113-133). Neste capítulo, na medida em que aponto esses autores "brancos", isto é, autores que não se autodefinem como negros,

[21] Esses autores geralmente não se autodefinem como brancos, portanto definem "os outros" que são seus objetos de estudos preferenciais como negros. Assim como não tive, e nunca terei com alguns, já mortos, a oportunidade de perguntá-los sobre como se definem no quesito da pertença étnica e racial, opto por denominá-los de não-negros, porque essa classificação se encontra implícita nas produções desses autores.

torna-se evidente a ausência de autores que se autodefinem como negros. O negro como protagonista e, principalmente, o papel do movimento negro serão abordados no capítulo seguinte.

Adianto somente que, nos anos 1950, 1960 e 1970 se destacam autores negros como Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos. Além disso, destacam-se o Teatro Experimental do Negro nos anos 1950 e o Movimento Negro Unificado nos anos 1978. Nos anos 1957, Alberto Guerreiro Ramos defenderá que a literatura sobre as relações raciais resume-se à sociologia do negro brasileiro (Ramos, 1995[1957]c: 163-211), e aproximadamente quarenta e cinco anos depois Maria Aparecida da Silva Bento – teórica das questões sobre o racismo e ativista negra – recoloca essa questão nos mesmos parâmetros ao sustentar que as relações raciais no Brasil se reduzem ao "problema do negro" (Sovik, 2004a: 365).

Maria Aparecida da Silva Bento, também, irá propor que se analisem as relações raciais no Brasil, refletindo sobre o privilégio que o branco obtém com o racismo e questionando a sua identidade racial branca, leia-se branquitude (Bento, 2002b: 28-32). Regressarei a esse assunto no Capítulo 6.

Em resumo, este primeiro capítulo mostra a escassez do branco enquanto tema e, concomitantemente, a sua preponderância no papel de pesquisador na literatura consolidada sobre relações raciais. Com base em uma "sociologia das ausências e das emergências" (Santos, 2006c: 86-125), caracterizei essa escassez da temática branquitude como uma ausência. Para verificar essa hipótese e testar a extensão de tal escassez, realizei uma pesquisa em 606 teses e dissertações em trinta universidades em todo o território nacional. Resulta dos dados levantados junto às teses e dissertações que esta suposta ausência é na verdade uma emergência recente.

Este primeiro capítulo sugere o branco enquanto uma ausência. A pesquisa, a ser apresentada na segunda parte desta dissertação, irá demonstrar que os estudos da branquitude no Brasil, de fato, depois de ausentes durante um longo período, têm emergido. As potencialidades dessa emergência para o atual panorama da discussão sobre relações raciais serão abordadas na Conclusão. Neste instante, somente adianto que, no final desta dissertação, sustentarei que a emergência do tema da branquitude torna mais complexa, profunda e ampla a análise sobre o racismo no Brasil.

Capítulo 2: O negro rebelado e o movimento negro

1. Prólogo: o negro rebelado

O movimento negro contemporâneo é um movimento social identitário que agrega muitas entidades, associações, organizações não governamentais (ONGS), núcleo de estudos universitários, fundações, associações culturais, Agentes Pastorais Negros (APNs), blocos afros, redes e outros – além de atuar nos partidos políticos e em secretarias da administração em governos municipais, estaduais e federal. Refiro-me ao Conselho do Negro, a Fundação Cultural Palmares e a Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) (Santos, 2000: 70-71; Silvério, 2003: 57; Ianni, 2004b:15 -16).

Os ativistas negros geralmente consideram-se como um grupo unificado, apesar da multiplicidade característica desse movimento (Mendonça, 1996: 2). O que equivale a dizer que, os múltiplos movimentos negros fazem parte de um único movimento negro, apesar dos seus contrastes. O movimento social negro no Brasil ou, simplesmente, Movimente Negro (MN), insere-se, no contexto local e global, no que se convencionou denominar Novos Movimentos Sociais (NMSs). Os NMSs surgem na década de setenta do século passado, a partir do enfraquecimento da classe como elemento chave e agregador na definição identitária da luta dos grupos sociais. Consequentemente, as organizações políticas de massa fragmentaram-se em vários e separados movimentos sociais, entre eles: o movimento feminista, movimento gay, lésbica, bissexual e transgênero (GLBT), movimento anti-racista, movimento anti-belicista e outros. Esses movimentos se caracterizam, dentre outros fatores, sobretudo, por serem monotemáticos e apelarem, de modo freqüente, a uma política de proteção e promoção de igualdade e do reconhecimento da diferença (Santos 2006d: 259-293; Santos, 2002a: 220-225; Gohn, 2004: 119-132 e 269; Touraine, 1998b: 127-172; Hall, 2005: 44; Said, 1995: 409). No caso do movimento negro contemporâneo, ele procura resgatar a memória do seu passado colonial e escravocrata ao recuperar a história das lutas individuais e coletivas do negro africano e brasileiro que foram silenciadas pela narrativa hegemônica.

O movimento negro, na articulação do seu discurso, argumenta que o negro opõe-se contra o racismo cotidiano dos dias atuais, assim como o negro africano e o negro brasileiro escravizados pelejavam contra essa opressão no passado[1]. Esse discurso dirige sua crítica sobretudo às idéias de escravidão benevolente, cuja matriz se encontra na obra de Gilberto Freyre (Freyre, 2003: 422; Fernandes, 1978, vol. II: 37-38). A benevolência da escravidão deriva da idéia de uma colonização portuguesa peculiar, benemerente, que fundaria a

[1] Nesta dissertação restringirei-me à escravização negra africana e brasileira. Em relação à escravização indígena no Brasil, cf. Monteiro (1994).

sociedade brasileira contemporânea em uma tradição cultural não conflitiva, nomeadamente no que concerne aos conflitos raciais entre negros e brancos (Gorender, 1990: 43).

Em seguida, a título de ilustração, apresento três fontes policiais do século XIX do Arquivo do Estado de São Paulo (Brasil)[2]. Essas fontes são indicativas de uma pequena mostragem do desrespeito à lei que visava coibir o tráfico de africanos e às reações dos escravizados negros africanos e brasileiros ao trabalho compulsório desumano (Cruz, 2001: 61-68).

Documento 1: Tráfico de escravizados

> Tendo ontem chegado à esta cidade vindo da cidade de Santos, aonde fui por vossa excelência tomar conhecimento do negócio relativo ao Brigue português caçador suspeito de ter importado africanos no Brazil; e Sumaca Rebeca suspeito de se preparar para o mesmo tráfico: tenho a participar a Vossa Excelência que formando um processo acerca do primeiro resultou haverem indícios (...) de ter com efeito importado seiscentos africanos na praia de pireque e em conseqüência ficou pronunciado à prisão e livramento José Martins dos Santos, mestre, e que diz ser também proprietário do dito Brigue. Quanto a Sumaca Rebeca, houve equívoco no aviso da repartição da justiça de 15 do passado, pois a Sumaca suspeita chama-se Constança; e não, mas sim igualmente o Patacho Nacional, Empreendedor sobre cujas tripulações recaem as suspeitas de terem sabida os perpetradores do assassinato dos oficiais ingleses. Ambas estas embarcações embarguei, e breve remeterei à Vossa Excelência um relatório circunstanciado a este respeito (Ano: 1844, Ordem: 2442, Remetente: Carlos Antônio de Bulhões Ribeiro – Chefe de Polícia. Destinatário: Manuel Felizardo de Souza Mello – Presidente da Província).

Pode-se verificar, na fonte transcrita acima, do ano de 1844, que o tráfico de escravizados africanos persistiu em terras brasileiras, apesar de ter se tornado ilegal no ano de 1831. Nota-se, neste Documento 1, que a polícia tentava reprimir este crime há treze anos. Essa Lei de 1831 ficou popularmente conhecida como "Lei para inglês ver", devido ao fato de ser muito desrespeitada e por causa dela ter sido adotada em virtude da pressão da nação imperial da época – a Inglaterra (Moura, 2004: 240-241; Santos, 2006e: 212).

Este Documento 1 chama a atenção ao fato de aparecer o número exato de africanos comercializados – seiscentos. Essa fonte, do mesmo modo, indica que a "Sumaça" (pequena embarcação) apreendida foi a errada. A "Sumaça" criminosa seria outra que se chama "Constança". Outro acontecimento que chama atenção é o crime de assassinato de ingleses, além do crime de tráfico de pessoas.

[2] Estes arquivos foram organizados no projeto de pesquisa *Arquivos de Polícia Em São Paulo: A Capacitação profissional na produção de instrumentos de pesquisa Arquivo do Estado de São Paulo* coordenado pela historiadora Heloisa de Faria Cruz. A duração do projeto foi de 1999 à 2001.

Documento 2: Os pretos provocam desordens

> Nos subúrbios desta vila acham-se trinta e tantos pretos que julgo serem escravos fugitivos trazido de Santos como colhemos por um Fazendeiro (...) dois indivíduos livres. Afrontação d'esta Villa acha-se aterrada, com a estada d'estes pretos aqui, pois que, constantemente veem a povoação embriagar-se e provocão desordens e também, tanto os pretos como os seus capitães aconselhão os escravos das fazendas dos Municipios a fugirem para Santos ou S. Paulo e procurarão o Dr. Antônio Bento os defenderá de qualquer perseguição dos Senhores.
>
> Hontem um grupo d'esses pretos vierão a Villa, embriagaram-se, provocarão desordens e dirigirão insultos a policia, e tendo sido um d'eles preso foi preciso guardas a cadeia por um grande número de paisanos, armando-se também o povo da Villa para defenderem-se, pois que os companheiros do preso anunciarão virem de noite tiralo da cadêa e dão um saque geral na povoação para insirias a cabôclada (Termos d'elles).
>
> A volta do esposto de V. Exª que as coisas aqui vão mal e que de um momento para outro pode dar-se graves e invitáveis desastres por falta de força; pelo que vou solicitar de V. Excª dontada urgência, um reforço de 15 praças pelo menos, para destacarem n'esta Villa até melhoras este estado de cousas, devendo vir comandadas por um inferior de toda confiança
>
> Deus Guarde V. Ex.ª (Ano: 1888, Ordem: 2696 17 de janeiro de 1888, Remetente: Marciliano da Costa Bezerra – delegado em exercício da Villa Santa Rita de Passa Quatro Destinatário: Salvador Antônio Munis de Barreto de Aragão – Chefe de Polícia da Província de São Paulo).

Neste Documento 2 está explícita a intranqüilidade que os escravizados – os pretos como refere o documento – estavam provocando nas cidades do interior. Em "Villa Santa de Passa Quatro", acham-se trinta e tantos pretos e a sociedade está aterrada. E para piorar a situação, esses "pretos" vêm à povoação embriagar-se e causar "desordens", e aconselham os "pretos" escravizados de municípios do interior fugirem para São Paulo ou Santos, e procurarem o Dr. Antônio Bento, que os defenderá das perseguições dos seus senhores.

A desordem e descontrole é tão grave que um grupo desses "pretos" vieram até à "Villa", embriagaram-se e xingaram os policiais. Um "preto" foi preso, e para que não fosse resgatado, foi necessário guardar a cadeia. E, além disso, houve a ameaça que os pretos viriam à noite e provocariam um saque geral na povoação da "Villa". Para retomar o controle da "Villa" e evitar o provável desastre, sugere-se que se reabra o posto policial e que vá um reforço de quinze praças para ficar na "Villa" até as circunstâncias melhorarem.

Esse Documento 2, além de se predispor a mostrar a falta de autoridade da polícia, pelo motivo de possuir poucos praças para fazer valer sua autoridade, também traz a ótica dos personagens brancos que relatavam os temores que os pretos alegadamente provocavam – pode-se perceber o alegado caso de vício alcoólico para a população negra. A embriaguez gerou catastróficas conseqüências para a história da família negra brasileira, pois tratava-se de

um problema de saúde pública (Domingues, 2002: 563-599). Nesse item, os movimentos negros são geralmente negligentes.

Seguindo esse documento, nota-se que a desordem que os pretos causavam significava, em alguns casos, a fuga do trabalho cativo. Outro detalhe que chama atenção é que um personagem abolicionista foi citado (Antônio Bento) como partícipe do movimento Caifáses, que colaborava com a fuga dos escravizados (Moura, 2004: 78).

Documento 3: Assassinato do feitor

> Confirmando o meu officio de 5 do corrente, cumpre-me levar ao alto conhecimento de V.Ex.ª que, tenho estranhado, não haver V.Ex.ª até hoje, dado solução à minha justa exigência, motivada unicamente a bem do município.
>
> No dia 11 do corrente um escravo dos Srs. Ferr.ª S. Guedes, deste município, assassinou ao feitor da respectiva fazenda. O assassino acha-se preso e processado.
>
> A mór parte dos fazendeiros deste termo têem dado liberdade aos seus escravos, rasão porque nos achamos em condições bem melindrosas. Assim, pois, peço com toda urgência à V. Exª se digne mandar para esta cidade uma força de 10 praças (pelo menos) e 1 commandante de confiança, para prevenir-se algum desastroso perigo. Pois os ex-escravos vagam livremente armados de faccas e cacetes, pelo que a população se acha amedrontada.
>
> Espero ser attendido tanto neste como no 1º pedido; ao contrário, peço in continente exoneração do cargo.
>
> Deus guarde V.Ex.ª (Ano: 1888, Ordem: 2696, 19 de Janeiro de 1888, Remetente: Francisco Antônio Leito – Delegado de Polícia de Araras. Destinatário: Salvador Antônio Munis de Barreto de Aragão – Chefe de Polícia da Província de São Paulo).

Esse Documento 3 mostra, particularmente, a história do assassinado de um feitor. Em consequência deste ato, a maior parte dos fazendeiros, concederam a liberdade aos seus escravizados. Nesse relato, é patente o medo dos proprietários de serem mortos pelos seus próprios escravizados, o que fez com que lhes outorgassem a liberdade. Esses escravizados ao ascender a condição de livres tornavam-se desempregados e encaminhavam-se às cidades (Santos, 2001: 77-80), gerando desconforto à população urbana. O grande receio vivido nos centros urbanos era de que os ex-escravizados estivessem armados e a polícia não possuísse efetivo policial suficiente para manter a ordem da cidade.

Ao matar seu feitor, o escravizado provavelmente não pensou na repercussão deste ato – simplesmente reagiu ao agressor e esta atitude cooperou como mais uma atitude individual, que se somou a outras ações, individuais e coletivas que colaboraram para ruir com a escravidão legal no Brasil imperial.

Nesses três documentos policiais (um de 1844), verifica-se que o tráfico de africanos ainda era largamente praticado, independentemente da proibição legal que havia tornado a atividade um ilícito passível de punição. Dentre essas fontes, duas delas datam de 1888 – o ano da abolição da escravatura –, e mostram o escravizado como sujeito histórico, que reage à opressão. O sociólogo Oracy Nogueira em seu livro clássico, *Preconceito de Marca*, realizou uma análise documental com fontes do século XIX, semelhantes a essa, além de jornais daquela época. Em resumo, Nogueira mostrou que o escravizado também foi um personagem histórico que se rebelou contra o sistema escravista (Nogueira, 1998: 111-121 e 126-127). É possível afirmar que concorreram para o movimento de abolição da escravatura no Brasil tanto uma pressão interna, exercida por negros livres e brancos abolicionistas, quanto uma pressão externa, exercida no plano internacional pelo Reino Unido. Esta influência dos britânicos sobre a administração imperial brasileira sustentava-se na ideia de que os negros livres eram um potencial mercado consumidor para a aquisição dos produtos comercializados pela Coroa britânica (Moura, 2004: 240-241; Hasenbalg, 2005: 86).

Concordo com a crítica do historiador Jacob Gorender quando coloca em questão "a idéia de escravidão benemerente, paternal e legalista, com negociações pacíficas e paz social entre classes antagônicas" (Gorender, 1990: 43), principalmente, quando ela é vista sob uma perspectiva do "Sul"[3] (Valentim, 2003: 67-73; Santos, 2002a: 283; Meneses, 2005a: 59-60). Pode-se dizer que o movimento negro contemporâneo, em sua religação com o passado, sustenta o argumento "de que a história da escravidão é antes uma das manifestações de incoformismo, insatisfação e rebeldia do escravo, do que um ajustamento às condições vigentes" (Nogueira, 1998: 73).

2. Frente Negra Brasileira

Durante o período áureo dos quilombos – espaços territoriais habitados especialmente por negros fugitivos da escravidão – têm-se o Quilombo dos Palmares como a expressão máxima de resistência contra a opressão do colonizador/escravizador branco. Enquanto as

[3] De acordo com Boaventura de Sousa Santos, "[o] 'Sul' seria uma métafora do sofrimento humano (2006a: 25). Em um mesmo sentido, Maria Paula de Meneses acrescenta que, "[o] 'Sul' exprime todas as formas de subordinação que o sistema capitalista mundial deu origem: expropriação, supressão, silenciamento, diferenciação, desigualdade, etc., incluindo, por isso, toda a experiência histórica subalternizada dentro do próprio mundo Ocidental" (2005b: 61).

associações abolicionistas entraram em colapso na metade do século XX (Pinto, 1998: 217), persistiram antigas associações negras e surgiram novas organizações sociais empenhadas na luta de emancipação negra: Candomblé, Umbanda[4], escola de samba, irmandades, associações negras.

Essas associações se expressavam de maneira recreativa e religiosa e, ainda, por meio da disseminação da cultura diaspórica africana, na língua, estética, coreografia e música da sociedade brasileira (Hall, 2003: 335-349; Pinto, 1998: 231). Além dessas organizações, com essas características, surgiram associações negras que assumiram uma plataforma de protesto contra as condições de vida da população negra (Fernandes, 1978, vol. II: 8; Pinto, 1998: 169-210).

A maior expressão desse tipo de organização, do período pós-abolição, foi a Frente Negra Brasileira (FNB) (Munanga, 2004: 128). Essa organização foi fundada em 16 de setembro de 1931, no Município de São Paulo (SP); foi fechada pela ditadura instituída durante o governo de Getúlio Vargas, em 1937, quando todos os partidos políticos foram colocados na ilegalidade (Domingues, 2007: 346-371; Hofbauer, 1999: 291).

A sociedade brasileira vivia em um clima de efervescência, na terceira década do século XX; o governo Getúlio Vargas teve que enfrentar um Golpe de Estado em 1932, no episódio histórico que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista[5]. Neste mesmo ano, foi fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de extrema-direita (Bobbio, 2001: 67-78). Três anos depois, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização de esquerda. Nesse diapasão, a FNB insere-se no cenário nacional, em um contexto propício à disseminação da mensagem de libertação da população negra, com o advento do rádio, do disco de vinil e, sobretudo, com o surgimento da imprensa negra (Silva, 2000: 99-100 sob "Salloma").

No plano internacional, ocorria a primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917) e a segunda Guerra Mundial (1939-1945). O fim dessas Grandes Guerras resultaria na maior difusão da crítica à ideologia de superioridade racial e no fortalecimento dos movimentos anti-coloniais (Hobsbawm, 1995: 16; Valentim, 2003: 67). A FNB é produto dessa época e procurou congregar todos os grupos de resistência e luta existentes; tornou-se uma entidade minimamente estruturada, imprimindo carteiras de identidade, dispondo de uma milícia própria – para ocasiões oficiais em que era necessário garantir a segurança de seus

[4] Cadomblé e Umbanda são religiões de matrizes africanas.
[5] Ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932 o movimento armado ocorrido no Brasil em 1932 com objetivo de derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas.

correligionários – e um jornal próprio, intitulado *A Voz da Raça* (Hofbauer, 1999: 295). Os frentenegrinos possuíam uma estratégia de abordagem eficiente, que fez com que se expandissem nacionalmente.

De acordo com o historiador Petrônio Domingues[6], a FNB expandiu-se da capital de São Paulo para o interior, passando, também a atuar em outros Estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, além de manter vínculos com organizações no Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. No que diz respeito a seus quadros, a Frente Negra Brasileira era formada por negros, desempregados, trabalhadores braçais e trabalhadores com baixa remuneração ou que exerciam trabalhos que não gozavam de prestígio social, além de funcionários de escritórios e profissionais liberais (Domingues, 2005: 78-164 e 2007: 352).

O Estatuto da FNB previa, em uma de suas cláusulas, que a Frente tinha por finalidade constituir-se em um partido político[7]; essa foi uma experiência que continua inédita na sociedade brasileira (Fernandes, 1978, vol. II: 30). Em sentido lato, pode-se dizer que o principal objetivo da FNB era fazer com que o negro ascendesse socialmente ao ser educado; em outras palavras, se o negro obtivesse a educação em paridade com o branco, poderia competir em igualdade de condições na sociedade de classes (Fernandes, 1978, vol. II: 32). A ideia central por detrás dessa estratégia política era a aprendizagem dos valores do mundo ocidental, através do ensino formal, fazendo com que o negro se tornasse "educado". Somente era possível ser educado dentro dos padrões definidos pela "lógica branca", ou pensamento hegemónico, ou seja, o negro deveria se igualar ao "padrão branco", eurocêntrico e cristão (Santos *et al.*, 2005: 29; Mignolo, 2003: 648-649; Wallerstein: 1996: 101-103). Em consequência disso, era desvalorizado o resgate da cultura de matriz africana existente, por exemplo, no Candomblé e Umbanda – práticas sócio-culturais tidas como religiões oriundas de uma civilização atrasada.

A Frente Negra Brasileira procurou se inserir na sociedade brasileira de uma maneira que não ameaçava a sociedade de classes, como aponta o sociólogo Florestan Fernandes (Fernandes, 1978, vol. II: 93). E, do mesmo modo, a sua concepção de negro acabou por desvalorizar os próprios negros, ao passo que rejeitou qualquer ligação com a diáspora africana. Na ótica da FNB, o negro encontra-se na lógica de raça e cultura; isso significa que o

[6] Petrônio Domingues é historiador brasileiro formado pela USP especilista na Frente Negra Brasileira.
[7] Art. 4º. – Como força política organizada, a Frente Negra Brasileira, para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais, pleitará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro (Domingues, 2005: 87).

negro não possuía uma raça biologicamente inferior, contudo, possuía uma raça atrasada culturalmente, que poderia avançar através da educação (Hofbauer, 1999: 296).

O período em que surgiu a Frente Negra Brasileira era o momento em que o Estado-nação, na administração Getúlio Vargas, orientava a sociedade no sentido de diluir todas as diferenças em uma identidade nacional (Hall: 2005: 47-65). Dessa forma, é possível afirmar que a FNB lutou contra o racismo submetendo-se à lógica da integração ao Estado nacional. Os frentenegrinos protestavam contra a discriminação racial no contexto nacional sem associar essa luta à história da diáspora africana (Gilroy, 2001: 78-82; Almeida, 2000: 234-236). Eles eram negros, que reivindicavam ser respeitados, enquanto cidadãos brasileiros.

Portanto, conforme afirmado anteriormente, a FNB lutou contra uma ideologia racista universalista, o que equivale a dizer, que essa organização se opôs ao racismo com a intenção de integrar a sociedade brasileira, sem reivindicar a sua diferença (racial) ou seu espaço próprio, tentando desligar sua atuação de qualquer estereótipo oriundo da história do tráfico africano transatlântico (Munanga, 2004: 127-131; Pinto, 1998: 197-198).

3. O Teatro Experimental do Negro

O Teatro Experimental do Negro (TEN) surgiu no Rio de Janeiro em 1944, sob a liderança de Abdias do Nascimento, que é a personalidade negra de maior longevidade e expressividade no movimento negro contemporâneo. O TEN expressava-se artisticamente e politicamente. Seus objetivo principais foram: "combater o racismo através de instrumentos jurídicos, democratização do sistema político, e abertura do mercado de trabalho, o acesso dos negros à educação, e a elaboração das leis anti-racistas" (Gonçalves e Silva, 2000: 147-148).

Ao se expressar artisticamente, essa organização social procurou realizar espetáculos teatrais, trazendo a figura do negro de maneira realista, quer em papéis centrais, quer em personagens secundários, mas sempre apresentando-os com dignidade. Essa atitude afirmativa foi muito relevante, naquele período, porque o negro somente aparecia em personagens subalternos e estereotipados (Nascimento e Nascimento, 2000: 206-210). O TEN também realizou tarefas educacionais, que proporcionaram o refinamento artístico necessário ao implemento e melhoramento das atividades culturais desempenhada pelos artistas negros.

Porém, o papel desempenhado pelo TEN não se limitava à produção de espetáculos e peças teatrais; seus integrantes também estavam preocupados em se expressar de maneira política, de forma mais evidente, através da criação do jornal intitulado *Quilombo* (1949-

1950), no qual escreviam intelectuais negros e não-negros. Ainda, realizou eventos como A Conferência Nacional do Negro em 1949, e o I Congresso do Negro em 1950 (Lopes, 2004: 643; Nascimento, 2004: 209-224). Do mesmo modo, atuou na Constituinte de 1946[8] ao promover a Convenção Nacional do Negro Brasileiro – CNNB. Como resultado dessa convenção, foram elaboradas proposições para serem incorporadas à Constituição. Entretanto, os parlamentares recusaram a contribuição do TEN, utilizando o argumento de que faltavam exemplos concretos de preconceitos raciais.

Do ponto de vista programático, o TEN se propunha a resgatar os valores do negro, trazendo de volta à baila a história da diáspora africana que, até então, continuava desvalorizada pela sociedade brasileira (Nascimento, 2004: 210). Nesse aspecto, essa organização se diferenciava da Frente Negra Brasileira à medida que os frentenegrinos rejeitavam esse resgate da história associado à matriz africana (Hofbauer, 1999: 299). O TEN foi influenciado pelo contexto global, sobretudo pelo movimento da negritude – que teve suas idéias veiculadas pela imprensa negra dos anos cinquenta. A população negra lia, através desses jornais, as idéias de Aimé Ceisaire, Léopold Segnhor, Léon Damas e Langston Hughes (Leite e Cuti, 1992: 167; Césaire, 1971: 5-79).

No cenário nacional, o TEN atua no momento em que uma parcela da intelectualidade "branca"[9] passou a dialogar com o movimento negro de maneira mais direta. Intelectuais "brancos" como Oracy Nogueira e Florestan Fernandes se aproximaram de intelectuais e ativistas negros como Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos (Guimarães, 2005c: 90-91) – e este diálogo refletirá tanto na academia, quanto na militância. Reflete-se, por exemplo, na conclusão de Florestan Fernandes de que a democracia racial na sociedade brasileira não passava de um mito (Fernandes, 1978, vol. I: 253-254; Munanga, 2004: 89).

Em relação ao Teatro Experimental do Negro, muito se pode acrescentar. Porém, nos restringiremos à polêmica entre o movimento negro e a academia, que se relaciona diretamente com o objeto desta dissertação. Neste intuito, convém dizer que o movimento negro se encontra representado pelos intelectuais Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos e, na academia, pelos intelectuais Luís Aguiar Costa Pinto e Edison Carneiro. No decorrer do I Congresso do Negro Brasileiro, organizado pelo TEN, em 1950, ocorreu uma controvérsia entre esses intelectuais. Costa Pinto e Edison Carneiro eram de tendência

[8] Deu origem à constituição promulgada em 18 de setembro de 1946 após a ditadura do presidente Getúlio Vargas.

[9] Esses intelectuais geralmente não se autodefiniam como negros, nem como brancos, havia um silêncio sobre a autodefinição, no entanto, eram vistos pelos militantes e intelectuais que se definiam como negros como intelectuais brancos. No Brasil, o pesquisador branco que estuda as relações raciais não se identifica enquanto branco, apenas identifica o seu objeto enquanto negro (Piza, 2002: 60-61).

marxista, ligados ao partido comunista, e também resistentes a qualquer idéia que considerasse a categoria raça. Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, ao contrário, influenciados pelo movimento da negritude, pensavam na relevância do conceito raça, levando em conta a experiência empírica dos brasileiros classificados como negros. Contudo, as duas tendências estariam de acordo na crítica aos estereótipos depreciativos atribuídos aos negros (Macedo, 2005: 239-242).

Costa Pinto, particularmente, defendeu que o TEN reproduzia uma aspiração de uma elite negra, que se encontrava distante do "negro da massa", defendendo naquela altura que a questão central a ser perseguida deveria ser a luta pelo fim da exploração da sociedade capitalista. Esse autor argumentava que Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos inverteram a lógica da dominação de classes pela lógica da dominação da raça (Pinto, 1998: 235-265; Banton, 1977: 88) e, como consequência dessa inversão, concorriam para o mascaramento da questão central, que é a opressão de classe do negro pertencente à massa.

Abdias do Nascimento reagiu às críticas, ao sustentar o conceito raça, como identificação auto-valorativa; esta seria uma atitude individual de afirmar-se enquanto negro. Essas idéias apareceram na peça teatral que escreveu, chamada *Sortilégio* (Macedo, 2005: 241-242). Abdias do Nascimento, neste momento, pensou o negro de maneira essencialista, influenciado pelo movimento da negritude e pan-africanista (Munanga, 1988: 35-38). Isso indicava, que a teoria marxista não lhe convencia, nem mesmo servia como baliza à explicação total das condições sociais em que viviam os cidadãos brasileiros classificados como negros (Santos, 2006c: 96).

Em relação à crítica sobre a inversão da lógica de opressão de classe pela de raça, de fato, tanto Abdias do Nascimento, quanto Guerreiro Ramos não priorizavam a interpretação marxista (Macedo, 2005: 241; Pinto, 1998: 245). Veja-se, por exemplo, um argumento de Guerreiro Ramos em relação ao marxismo decorrente da discussão suscitada após o Congresso do Negro de 1950:

> Não somos nem marxistas, nem anti-marxistas. Somos pós-marxistas, como Marx foi pós-hegeliano, pós-feuebachiano. Não somos solipsistas. (…) O saber tem história. Como esforço de atualização do saber, o marxismo transcende Marx, (…) Marx jamais teve o projeto de elaborar o marxismo (Ramos 1996[1963]: 35).

No trecho acima, Guerreiro Ramos dialoga com o historiador Jacob Gorender, que também estava ligado ao partido comunista e, como na maioria dos esquerdistas daquele período, era otimista em relação ao futuro da União Soviética (Bobbio, 2001: 63-66; Ramos, 1996[1963]: 29-37). No que diz respeito à dualidade negro elite e negro massa, conforme

apontou Costa Pinto, o TEN era formado tanto por negros acadêmicos (leia-se elite), quanto por negros não-acadêmicos (leia-se massa). Em Guerreiro Ramos, além de sua participação no Teatro Experimental do Negro, nota-se a influência do movimento da negritude; isso influenciou para que, a partir da década de cinquenta, passasse a se autodefinir como negro (Barbosa, 2006: 217-228) – antes se autodefinia como mulato.

Como resultado das polêmicas do Congresso de 1950, Guerreiro Ramos se empenhou nos estudos sobre as relações raciais no Brasil. E chegou à conclusão que a sociologia brasileira, quando se refere às relações raciais, se restringe a uma sociologia do negro. Esse autor sustentou que "[…] no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio" (Ramos, 1995[1957]c: 202). As conclusões de Guerreiro Ramos, na década de cinquenta do século passado, podem ser transpostas para os dias atuais (Sovik, 2004b: 315-325).

Muito ainda poderia ser acrescentado à atuação do Teatro Experimental do Negro, contudo, torna-se necessário rumar em direção à história do Movimento Negro Unificado, que representa outro período significativo da história do movimento negro no Brasil.

4. Movimento Negro Unificado

O movimento negro chegou à década de sessenta do século passado com o acúmulo das experiências da Frente Negra Brasileira e do Teatro Experimental do Negro e de tantas outras – a imprensa negra, irmandades religiosas, Candomblé e Umbanda (Pinto, 1998: 213-216). Em 1964, deu-se o Golpe Militar no Brasil, depondo do poder o presidente Getúlio Vargas; o Brasil passa a ser governado por uma junta militar déspota durante vinte um anos (1964-1985). Foram restringidas as liberdades democráticas, com censura à imprensa e aos cidadãos, prisão e exílio de quem se opunha ao regime.

A repressão aos opositores foi violenta, com a utilização de tortura e assassinatos sumários; a justificativa era proteger a sociedade brasileira do perigo do comunismo e do socialismo, tendo como principal referência a União Soviética; após a segunda Guerra Mundial, o conflito ideológico entre capitalismo/comunismo se fortaleceu, havendo a polarização entre duas grandes potências: de um lado, os Estados Unidos da América e, de outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, inaugurando um período de corrida armamentista, conhecido como Guerra-fria (Coimbra, 2001: 11-19; Rodeghero, 2002: 463-

488). Os efeitos dessa crise ou polarização mundial fizeram-se sentir no Brasil; durante esse período, pode-se dizer que houve enfraquecimento dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, uma união de forças na luta pela redemocratização do Brasil.

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), nome que foi reduzido para Movimento Negro Unificado (MNU), é fruto do período da redemocratização brasileira e do ressurgimento dos movimentos sociais. Surge em 1978 e simboliza o marco do movimento negro contemporâneo, caracterizado pela diversidade de ações negras, individuais e coletivas, e por ter como principal objetivo o de expurgar o racismo da sociedade brasileira (Santos, 1992: 45-48).

No cenário internacional, o MNU acompanhou as lutas pelos direitos civis dos negros norte-americanos e os movimentos pela libertação das colônias africanas: em seu discurso, sustentará a idéia de solidariedade entre todos os povos da diáspora (Hall, 2003: 341-349, Guimarães, 2002a: 1-60). Esta organização "[…] entenderá a cultura negra como denominação genérica para todo o tipo de manifestação cultural relacionada com diferentes formas de resistência da população negra contra o racismo" (Hofbauer, 1999: 316).

O MNU entende a identidade negra como a disposição do negro em se autodefinir como negro, em uma tomada de consciência que, ao questionar a idéia de que não existe racismo, confronta o "mito da democracia racial" (Costa, 2006: 145). Esta proposta subdivide os negros em dois grupos: (1) os "conscientes", que se autodefinem como negros; e (2) os "inconscientes", que não se autodefinem como negros, mas como brancos, mestiços, ou simplesmente recusam qualquer classificação (Munanga, 2004: 88).

Nessa empreitada, é importante ressaltar que o MNU deseja conscientizar os mestiços[10] sobre a sua situação e desvantagem sociais, com a intenção de que se tornem sujeitos políticos na luta anti-racista. A insistência nessa estratégia política redunda na repetição de um discurso que, muitas vezes, acaba por não atingir a maior parte do público-alvo e, por vezes, por se tornar repetitivo, não tem o alcance que dele se espera.

A persistência da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial na sociedade brasileira levanta sérios obstáculos ao propósito do MNU de construção de uma identidade negra (Hofbauer, 1999: 221). Veja-se, por exemplo, a popularização do mito da democracia racial a partir da década de trinta do século passado, em grande parte devido à valorização da harmonia racial por parte do Estado – sobretudo após o governo Getúlio Vargas (Munanga, 2004: 89).

[10] O mestiço neste caso seria supostamente o hibrido do negro com o branco, geralmente classificado como pardo pelo IBGE.

Poderia afirmar que, no geral, o Movimento Negro Unificado não conseguiu colocar em prática o objetivo de uma coordenação unificada das ações do movimento negro, dada sua diversidade. No entanto, essa entidade é simbólica para o movimento negro brasileiro. Seu surgimento em um Ato Público, em 1978, representa o momento em que o movimento negro conseguiu visibilizar a denúncia do racismo existente na sociedade brasileira (Santos, 1992: 48).

Na atualidade, os principais quadros do movimento negro têm se relacionado de maneira direta ou indireta com o Movimento Negro Unificado (Huntley e Guimarães [org.], 2000: 17-18) e essa construção da identidade negra faz com diferentes entidades, em suas múltiplas manifestações, se considerem pertencentes a um único movimento negro, mesmo quando não atuam unificadamente.

Resta dizer que se podem encontrar no Movimento Negro Unificado discursos essencialistas em torno do argumento de que ser negro em si significa ser especial, diferentes dos que apontei no Teatro Experimental do Negro (Hall, 2003: 347). Como sugere Guimarães (2005c: 67), trata-se de um discurso racialista anti-racista.

No caso do MNU, o antropólogo Andreas Hofbauer mostra que essa organização negra sustentará, em determinados discursos, a idéia que certos valores que a sociedade branca eurocêntrica almeja já se encontravam presentes na sociedade africana; por exemplo: liberdade, igualdade e justiça social. O maior exemplo desse legado resultou na organização social que ficou conhecida como Quilombo dos Palmares (Hofbauer, 1999: 314). Neste tipo de discurso, o MNU estaria invertendo a idéia racista de superioridade branco-eurocêntrica, em função de uma superioridade negro-africana. Esse discurso mantém o racismo, invertendo os papéis dos personagens, porque o seu argumento, por ser mítico e essencialista, não rompe, pelo contrário, inverte a hierarquia da lógica de classificação social vigente (Santos, 2006c: 86-125; Fanon, s/d[1952]: 263-267).

Assim, diferentemente do que o Antonio Sérgio Alfredo Guimarães denominou ótica racialista anti-racista, podem ser identificados discursos com abordagem racista anti-racista. Não se encaixam como exemplos de uma abordagem racialista anti-racista, supostamente exercida pelos movimentos negros, porque essa seria uma abordagem em que o recorte racial não é necessariamente racista. Discursos de natureza racista anti-racista invertem os papéis dos personagens e perpetuam a idéia de superioridade racial e cultural.

5. Zumbi 300 anos e a elaboração de políticas anti-racistas.

O feriado nacional em comemoração ao dia 13 de Maio – data em que a princesa Isabel sancionou o documento jurídico que tornava ilegal a escravidão negra no Brasil – sempre foi criticado pelo movimento negro no Brasil. O motivo desse descontentamento deve-se ao fato de que, nessa data oficial, comemora-se a abolição da escravidão como um gesto de bondade individual, sem levar em devida consideração outros fatores e, dentre os quais, a luta individual e coletiva dos escravizados pela liberdade. Por esta razão, a militância negra propôs como data comemorativa o dia 20 de Novembro, dia Nacional da Consciência Negra, data da morte de Zumbi dos Palmares[11], o maior líder de quilombo que se teve notícia no Brasil.

O discurso que defende o 20 de Novembro em contraposição ao 13 de Maio, busca recontar a história "de baixo para cima", colocando o oprimido como senhor de sua própria narrativa. Em 1971, o Grupo Palmares propôs o feriado 20 de Novembro (Silveira, 2003: 23-42). Todavia, só a partir de 1978, com o Movimento Negro Unificado, essa proposta foi difundida com força e em escala nacional.

O 20 de Novembro não ficou restrito ao Grupo Palmares, ou ao MNU; tornou-se um discurso consensual entre as diversas organizações negras que ressurgiram, ou surgiram no período de redemocratização brasileira. A retomada da ação dessas organizações resultou na Marcha de Zumbi dos Palmares Contra o Racismo pela Cidadania e a Vida, em 1995 (Santos, 1992: 72-73; Costa, 2006: 146). Essa marcha simboliza o momento em que o movimento negro deixou de apenas denunciar o racismo e passou a propor políticas de promoção da igualdade racial. Se 1978 simboliza o momento no qual o movimento negro denuncia o racismo nacionalmente, 1995 simboliza um passo a mais na luta anti-racista brasileira (Bento, 2002a: 21).

A Marcha de Zumbi dos Palmares, ocorreu durante a administração Fernando Henrique Cardoso – primeiro governo a reconhecer oficialmente a democracia racial como mito e a existência do racismo no Brasil. É importante que se diga que a organização desse

[11] Zumbi do Palmares foi o principal líder do Quilombo de Palmares, um vasto território do nordeste brasileiro que abrigava escravizados que fugiam do regime da escravidão e outros perseguidos pela monarquia de D. Pedro II. Foi muito difícil para o Império brasileiro destruir esse quilombo. Quando finalmente conseguiram destruir o Quilombo de Palmares, Zumbi conseguiu escapar. Ele seria capturado depois, em 20 de Novembro de 1695, após ser traído. Sua cabeça foi decapitada para comprovar a sua morte. Zumbi foi considerado pelo movimento negro brasileiro um símbolo da consciência e resistência negra e a data de sua morte é feriado em cidades como São Paulo, Santo André, Campinas, Rio de Janeiro, entre outras, e fortaleceu a pressão dos movimentos sociais para que Zumbi viesse a ser considerado herói nacional, comemorada o dia de sua morte como feriado nacional que seria o Dia Nacional da Consciência Negra (Lopes, 2004: 698).

evento se remete a um contexto de início da consolidação da política neoliberal. Será a partir desse momento que o Brasil passa a seguir os direcionamentos do Consenso de Washington, designadamente idéias como a redução da prestação de serviços públicos por parte do Estado, atribuindo-os a empresas privadas e Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos (Guimarães, 2005a: 4-6). Com esse novo direcionamento, o Terceiro Sector cresceu e se fortaleceu e, acompanhando esse movimento, a militância passa a atuar por meio de ONGs, tornando-se essa uma das vertentes mais influentes dentro do próprio movimento.

As ONG's espalharam-se pelo Brasil, sendo muitas vezes financiadas por Fundações Internacionais, dentre as quais podem ser citadas: a Fundação Ford, a Fundação MacArthur, Rockefeller e Kellogg. Além do movimento negro realizar parcerias com empresas privadas e órgãos governamentais (Costa, 2006: 198). Nesse sentido, as organizações negras agem da mesma maneira que as entidades que trabalham em outras questões sociais, como gênero, meio ambiente, terra, ou população sem abrigo; significa dizer que o Estado passa a considerar de maneira mais prepositiva a pressão dos movimentos sociais.

As ONGs que estão inseridas no debate público acerca das debilidades das políticas sociais no Brasil têm vindo a fazer duras críticas à adoção acrítica do posicionamento neoliberal presente no discurso do Consenso de Washington, afirmando que essas diretrizes economicistas têm contribuído para o aumento das desigualdades sociais nos países pobres (Santos, 2006g: 305-313). Os países pobres e emergentes não podem, simplesmente, atuar como gerentes ou fiscalizadores dos serviços prestados à nação. Essa abordagem coloca sua população mais vulnerável às instabilidades económicas do mercado. Por outro lado, e por mais paradoxal que possa parecer, da parceria entre Estado e terceiro setor também podem resultar experiências que contribuem para minimizar as desigualdades e, igualmente, levar ao aprofundamento da democracia. As virtualidades de sua atuação não colocam o Estado ou o terceiro setor acima de críticas. Um traço passível de questionamento é, por exemplo, sua administração: se possui um viés democrático, ou autoritário (Santos, 2006h: 340-345).

É possível afirmar que o movimento negro se encontra no cerne dessa interação entre terceiro setor e o Estado e, nesse contexto, o pós-Marcha de Zumbi 300 anos tende a agir, de maneira mais frequente, na articulação entre as escalas local e global. Refiro-me especialmente aos preparativos para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, e Intolerância Correlata (III CMCRDRXIC), ocorrida em Durban, que contribuiu para a operacionalização das primeiras políticas de ação afirmativa no Brasil (Costa, 2006: 146-147).

O governo brasileiro não queria participar da Conferência de Durban sem que tivesse ações concretas de combate ao racismo para relatar. Por esta razão, realizou várias reuniões para saber quais medidas poderiam ser adotadas. Foram convidadas pessoas de diferentes setores da sociedade, ativistas e intelectuais do movimento negro para esses encontros. O governo receava que as pessoas ligadas à luta anti-racista sustentassem a inexistência de atitudes concretas para a promoção da igualdade racial no Brasil e encontrassem na Conferência de Durban uma plataforma internacional para apresentar as desigualdades raciais em diferentes campos (educação, saúde, emprego, salário, expectativa de vida, etc.) e fortalecer o seu discurso (Silva, 2000: 33-51 sob Nelson Valle).

A política de ação afirmativa é uma pauta que o movimento negro lançou para a sociedade brasileira (Guimarães, 2005a: 1-12). Essa política tem gerado muitas controvérsias ultimamente – abordarei esse assunto no próximo capítulo. A influência do movimento negro é o principal argumento deste capítulo; essa influência é perceptível na própria história deste movimento social identitário.

6. O movimento negro na produção acadêmica brasileira

A Tabela 1 reflete a emergência do movimento negro enquanto tema de pesquisa nas universidades públicas em quatro das cinco regiões brasileiras: Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste. Na região norte não foram encontradas teses e dissertações que empregassem esse termo.

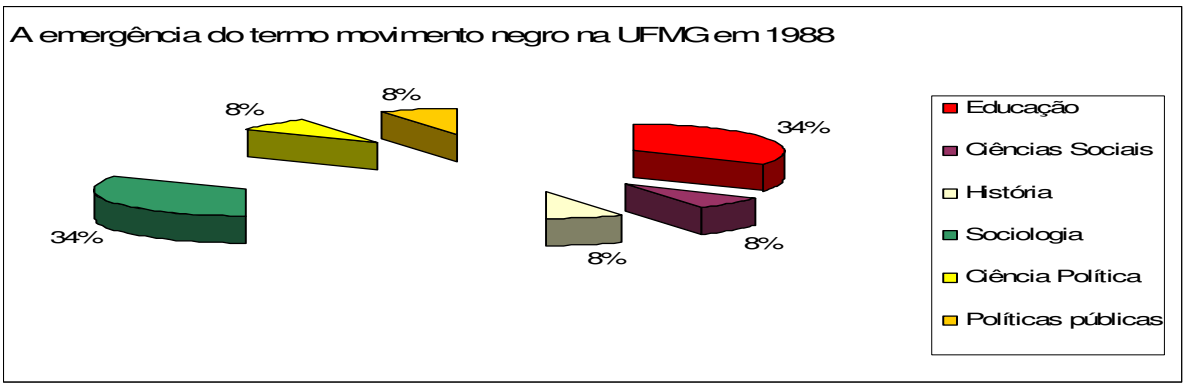
Tabela 1 – Quadro geral da emergência do termo movimento negro Brasil período de 1957 a 2007

Termo	Universidade	Aparece em	Subárea
Movimento Negro	1) UERJ (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2002	Ciências Sociais
	2) UFMG (Sudeste; Mestrado Ciências Humanas)	1988	Sociologia
	3) UFRJ (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1991	Sociologia
	4) UFSCAR (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2004	Sociologia
	5) UNICAMP (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2001	Ciência Política
	6) USP (Sudeste; Doutorado; Mestrado; Ciências Humanas)	1991	Educação
	7) UFRGS (Sul; Mestrado; Ciências Humanas)	2002	Educação
	8) UFSC (Sul; Mestrado; Ciências Humanas)	2004	Educação
	9) UNB (Centro-Oeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2002	Sociologia

Termo	Universidade	Aparece em	Subárea
	10) UFBA (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1997	Educação
	11) UFPB (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2006	História
	12) UFMA (Nordeste; Mestrado; Ciências Sociais Aplicadas)	2001	Políticas Públicas (Serviço Social)

Nessa tabela procurei perceber quando o termo movimento negro aparece nas produções acadêmicas. O exame desse prospecto mostra que o termo surge primeiramente no ano de 1988, na Universidade de Minas Gerais – situada na região Sudeste. O fim da década de oitenta representa o início pragmático do período democrático – que culminou com a eleição de Fernando Collor de Mello[12] à Presidência da República –, e do surgimento e fortalecimento de diversas organizações negras pós-MNU. A questão racial do negro no Brasil passa a integrar o quadro de pesquisas acadêmicas a partir de 1988 e estende-se até 2006.

Gráfico 1



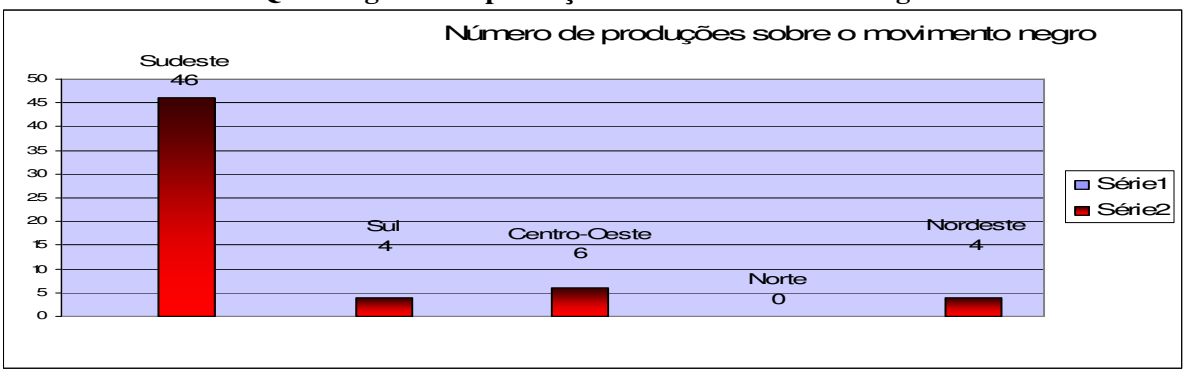
O Gráfico 1, mostra simultaneamente o momento em que o termo aparece, em que universidade surgiu pela primeiras vez, e quais as áreas de estudos[13] a que pertenciam. Assim, neste Gráfico o termo movimento negro aparece pela primeira vez na Universidade Federal de Minas Gerais. Este termo também aparecerá em outras universidades nas cinco regiões do Brasil concentrado nas áreas de Sociologia e Educação com 34% do, seguido por Ciências Sociais, História, Ciência Política e Políticas Públicas, todas com 8%.A seguir, será

[12] Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito por eleições diretas após vinte e um anos de regime militar. Para impossibilitar o processo de *impeachment* por suspeita de estar envolvido em corrupção, renunicou ao cargo em 1992. O então vice-presidente, Itamar Franco, assumiu o cargo até 1994, quando foi sucedido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

[13] As universidades pesquisadas empregavam distintamente os termos sociologia e ciências sociais, tal classificação se deve à forma como o curso de ciências sociais está organizado nas universidades brasileiras. Em muitas universidades, as ciências sociais referem-se a uma formação geral que depois é seguida de especialização em sociologia, ciência política ou antropologia.

apresentado o Gráfico 2, que quantifica o quadro geral das produções sobre o movimento negro no Brasil:

Gráfico 2
Quadro geral das produções sobre o movimento negro



Esse gráfico mostra os números das produções que abordaram o movimento negro enquanto tema. Nesta ilustração, além do movimento negro aparecer enquanto termo, ele, do mesmo modo, passou a ser tema das produções acadêmicas.

Logo abaixo, na Tabela 2, serão apresentados acadêmicos negros, influentes tanto no espaço acadêmico, quanto no espaço da militância. Restringi-me à USP, porque, em minha pesquisa, esta universidade é a mais destacada na produção sobre a temática racial no Brasil. Digo que esses intelectuais são negros porque os próprios se autodenominam como negros, de maneira explícita ou implícita (Rocha e Rosemberg, 2007: 759-799). Esta seria a identidade negra que propõe o movimento negro, para aqueles que seriam classificados como "pardos" pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Tabela 2 – Intelectuais negros expressivos que passaram pela Universidade de São Paulo

Nº	Ano	Nível	Título	Autor	Subárea
1	1980	Mestrado	Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil	Eunice Aparecida de Jesus	Direito
2	1998	Doutorado	Racismo e saúde	Maria Inês da Silva Barbosa	Saúde
3	1999	Doutorado	A negação do Brasil: identidade racial e estereótipos sobre o negro na história da telenovela brasileira	Joelzito Almeida de Araujo	Comunicação
4	2000	Doutorado	Chic show e Zimbabwe e a construção da identidade nos bailes black paulistanos	João Batista Félix	Antropologia
5	2002	Doutorado	Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte	Nilma Lino Gomes	Antropologia
6	2002	Doutorado	Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações	Maria Aparecida da Silva Bento	Psicologia escolar

Nº	Ano	Nível	Título	Autor	Subárea
			empresariais e no poder público		
7	2003	Doutorado	Veredas das noites sem fim: um estudo com famílias negras de baixa renda sobre o processo de socialização e a construção do pertencimento racial	Eliane dos Santos Cavalleiro	Educação
8	2005	Doutorado	A construção do outro como não-ser como fundamento do ser	Sueli Carneiro	Filosofia e Educação

As dissertações e teses supracitadas são referenciais importantes para quem pretende conhecer as relações raciais no Brasil pelo ponto de vista da intelectualidade negra. Dentre essas oito produções, destaco a tese *Pactos Narcísicos no racismo* de Maria Aparecida da Silva Bento, pois trata-se da primeira produção acadêmica no Brasil que pesquisou a branquitude brasileira. Da pesquisa realizada, essa tese emerge como marco simbólico dos estudos sobre a branquitude (Santos, 2006c: 86-125).

6.1 Gênero e raça

Em seguida, na Tabela 3, indicarei que a ótica do masculino como universal é preponderante nas produções acadêmicas sobre relações raciais no Brasil.

Tabela 3 – Gênero e raça na produção acadêmica brasileira sobre relações raciais

Universidade	Ano	Nível	Subárea	Títulos	Autora/Autor
UFMG (Sudeste)	[1] 2000	Mestrado	Planejamento Regional	Uniões informais no Brasil em 2000 [manuscrito]: uma análise sob a ótica da mulher	Costa, Carolina de Souza.
UFRJ (Sudeste)	[2] 1997	Mestrado	Psicologia	Feminismo negro em construção: a Organização do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro	Lemos, Rosalia de Oliveira.
	[3] 1999	Mestrado	Letras	A branca e a negra: erotismo e sexualidade na ficção brasileira do século XIX	Fonseca, Cláudia Marques dos Anjos e.
	[4] 2001	Mestrado	Letras	Tambor de crioula: a sensualidade negra no Maranhão	Costa, Creusimar Siqueira.
	[5] 2005	Doutorado	Comunicação	Formação da imagem da mulher negra na mídia	Trindade, Azoilda Loretto da
	[6] 2006	Mestrado	História Comparada	Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970 – 1990	Viana, Elizabeth do Espírito Santo
UNICAMP (Sudeste)	[7] 2004	Mestrado	Educação	Mulher negra alfabetizando que palavra mundo ela ensina o outro a ler e escrever?	Regina de Fátima de Jesus
	[8] 2005	Mestrado	História da Arte	Modos de negra e modos de branca: o retrato "baiana" e a imagem da mulher negra na arte do século XIX"	Renata Bittencourt
USP (Sudeste)	[9] 1994	Doutorado	Antropologia	Mulher negra professora universitária: trajetória, conflitos e	Oliveira, Eliana de

Universidade	Ano	Nível	Subárea	Títulos	Autora/Autor
				identidade	
UFRGS (Sul)	[10] 2006	Doutorado	Educação	O mundo na caixa: gênero e raça: no Programa Nacional Biblioteca da Escola: 1999	Kaercher, Gládis Elise Pereira da Silva
UFSC (Sul)	[11] 2006	Mestrado	Educação	A invisibilidade da mulher negra em Joinville: formação e inserção ocupacional	Rosa, Vanessa da
UFMS (Centro-Oeste)	[12] 2003	Mestrado	Educação	Ascensão social e os conflitos de gênero e raça mulheres negras em mato grosso do sul	Dina Maria da Silva
UNB (Centro-Oeste)	[13] 1990	Mestrado	Letras	Musa negra na poesia brasileira(a)	Leite, Nivia Rodrigues
	[14] 2006	Mestrado	História	As mulheres, a comunidade de Conceição e suas lutas: histórias escritas no feminismo	Souza, Maria Aparecida de Oliveira
UFBA (Nordeste)	[15] 1998	Mestrado	Ciências Sociais	Fulôs, Ritas, Gabrielas, Gringólogas e garotas de programa: falas, práticas, textos, imagens, em torno de negras e mestiças, que apontam para a construção da identidade nacional, a partir da sensualidade atribuída a mulher brasileira.	Antônio Jonas Dias Filho
	[16] 1999	Mestrado	Ciências Sociais	Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em salvador	Márcia dos Santos Macedo
	[17] 2001	Doutorado	Educação	Raça, Gênero e Educação Superior na Bahia	Delcele Mascarenhas de Queiroz

Dentre seiscentas e seis teses e dissertações pesquisadas, somente foram encontradas dezessete trabalhos que abordaram a questão de raça e gênero explicitamente. Isso pode representar um indício de que os estudos sobre a temática racial refletem a ótica universal masculina (Haraway, 1995: 19).

A seguir, tem-se o Gráfico 3, que quantifica o percentual das produções que tematizam explicitamente raça e gênero:

Gráfico 3
Percentual das produções que tematizam explicitamente raça e gênero

O Gráfico 3, elaborado com base na Tabela 3, mostra que apenas 3% do total das produções acadêmicas abordam de maneira explícita o tema raça e gênero, apesar da maioria das produções acadêmicas brasileiras serem produzidas por mulheres. Elas apresentaram trabalhos em maior quantidade do que os homens em quatro regiões do País, quais sejam: Sudeste, Sul, Norte e Nordeste.

As ilustrações expostas alhures (Gráfico 3 e Tabela 3) revelam que ainda é tímida a articulação entre raça e gênero. Isso significa que os estudos sobre as relações raciais criticam a universalidade do branco (Jeanson, s/d[1952]: 21, 263; Memmi, 1989: 83), sem criticar, em geral, a universalidade do homem. Quando essa crítica se coloca, é geralmente feita pela mulher negra. Ao observar a Tabela 3, nota-se que, dos dezessete trabalhos sobre raça e gênero, em apenas um o autor é do sexo masculino. Isso sugere que o homem pesquisador, ainda que atente para as questões referentes à raça, não se preocupa tanto com a relação entre esta e o gênero, salvo algumas exceções. Essa conclusão aplica-se tanto ao pesquisador negro quanto ao pesquisador branco, que possua ou não envolvimento com o movimento negro.

A crítica do homem enquanto universal, apesar de ser uma das fragilidades do movimento negro e da produção acadêmica sobre relações raciais, ao mesmo tempo é um tema emergente que tende a se fortalecer (Santos, 2006c: 86-125). Nesse âmbito, sustento a seguinte hipótese: a articulação entre raça e gênero tende a se fortalecer no movimento negro e na academia em virtude de as mulheres negras, dia-a-dia, fortalecerem a sua liderança naquele movimento (Guimarães, 2000: 17-18). Na atualidade, elas têm se destacado mais do que os homens negros e, consequentemente, a perspectiva da mulher tenderá a se refletir na pesquisa sobre relações raciais. Isso pode ser mais um indicativo de emergência, na medida em que as pesquisadoras negras que trabalham raça e gênero fortalecem a relevância de se considerar o gênero nesses estudos e isso influenciar as mulheres e os homens de diferentes pertenças étnicas e raciais.

Ao dizer isso, não sustento a idéia essencialista de que uma pessoa deve abordar a raça e o gênero em seus trabalhos, em razão de sua identidade cultural. Apenas, refiro que, resulta da pesquisa, a tendência de serem as mulheres o grupo que tem levantado a relação entre género e raça. Portanto, os trabalhos nesse sentido tendem a se fortalecer na medida em que essas, poucas mulheres, interessadas por essa questão, conseguirem influenciar outras mulheres e os homens a problematizarem sobre a ótica da masculinidade nos estudos sobre as relações raciais (Haraway, 1995: 23).

Ainda nesse assunto, a pesquisa sugere, além da crítica e autocrítica à ótica universal masculina, a ampliação da visão para que o gênero seja considerado com a mesma relevância

do que a raça, e isso se estende para outras identidades culturais (Hall, 2005: 44-45); essa é a emergência que as mulheres negras e o movimento negro têm potencializado na produção acadêmica em geral e, particularmente, no interior do seu movimento social. Em suma, a ótica universal masculina é uma fragilidade do movimento negro que, paradoxalmente, tende a se tornar uma força a partir do protagonismo, sobretudo das mulheres negras pertencentes ao próprio movimento negro; mulheres negras que sugerem, de imediato, a critica à denominação "movimento negro", ao se autodefinirem, muitas vezes, como movimentos de mulheres negras (Roland, 2000: 237-256). Esse fato sugere que o termo movimento negro não abarca sua diversidade sem conflitos e contradições. *A priori*, as ativistas negras sugerem a denominação movimento "negra", isto é, a universalidade da linguagem no feminino ou, talvez, movimento de mulheres negras e homens negros. Apesar disso, os ativistas desse movimento social se posicionam politicamente como pertencentes ao movimento negro, que se expressa na linguagem universal masculina, porém, com crescentes questionamentos.

Os estudos sobre as relações raciais refletem a ótica universal masculina na produção de mulheres e homens de diferentes pertenças étnicas e raciais – mesmo que sejam pertencentes ou não ao movimento negro. Essa é uma hipótese secundária que minha pesquisa sugeriu; embora não a aborde exaustivamente nesta dissertação, deixo-a como apreciação crítica ao movimento negro e à produção acadêmica sobre relações raciais.

6.2 Movimento negro: força versus fragilidade

Neste item, focarei mais em uma reflexão crítica e autocrítica acerca do movimento negro, porque tenho apontado a força desse movimento social no decorrer desta dissertação. E essa força parte uma das minhas hipóteses secundárias que defenderei na Conclusão deste trabalho. É importante, portanto, apontar algumas das críticas àquele movimento social.

Para começar, devo dizer que existe uma crítica dirigida ao movimento negro, desde a década de cinquenta do século passado, que corresponde ao fato de a militância negra não atingir os negros que pertencem à massa. Essa é uma crítica que parte do sociólogo Luis Aguiar Costa Pinto, endereçada aos intelectuais do movimento negro Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos (Pinto, 1998: 235-270).

Percebe-se que, no movimento negro contemporâneo, após a Conferência de Durban de 2001, na maioria dos casos, a organização de eventos em torno das mesmas pessoas, seria, portanto, importante, para a sobrevivência e renovação do próprio movimento, ampliar seu raio de ação. É necessário o diálogo com negros que não pertencem e até rejeitam a militância

negra, além de estendê-lo a pessoas de outras pertenças étnicas/raciais e, particularmente, aos brancos. Convém que o diálogo com outros negros seja feito sem preconceitos advindos da classificação *a priori*: negro consciente e negro inconsciente. Em resumo, deve-se dizer que o discurso repetitivo e quase sempre dirigido ao mesmo público da militância negra é uma de suas fragilidades.

"O corpo como a última palavra da verdade racial" é outra das críticas que se têm dirigido ao movimento negro (Gilroy, 2001: 24). Essa crítica é dirigida ao essencialismo que subjaz a todas as propostas desse movimento social, ao considerar a categoria raça. O essencialismo pode ser necessário como uma estratégia de luta anti-racista (Brah, 2006: 375).

A raça pode ser revestida de força como, por exemplo, na defesa de políticas públicas de promoção da igualdade racial, mas não deixa de ser uma fragilidade, porque o negro ao nascer necessita resignificar sua identidade negra. Mesmo quando resignificado com valores que não sejam pejorativos, ele não se liberta da idéia de raça que foi criada para ele (Costa, 2006: 120; Gilroy, 1998: 838-847). Enquanto houver racismo, convém utilizar o conceito de raça como ferramenta de oposição às desigualdades dela advindas.

A necessidade da utilização do conceito raça pelo movimento negro, além da contradição de aparecer como força e fragilidade, faz com que o ativista negro desperdice sua experiência: quanto o negro seria capaz de produzir, se não fosse necessário lutar contra o racismo? Ou seja, o negro é chamado a lutar em um conflito e em termos que não foram estabelecidos por ele. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos coloca essa questão no trecho transcrito abaixo:

> O aprofundamento da compreensão das relações de poder e a radicalização da luta contra elas passa pela imaginação dos dominados como seres livres da dominação. A activista, pesquisadora ou artista afro-descendente, que faz do seu activismo, do seu estudo ou da sua arte uma luta contra o racismo, aprofunda a sua luta imaginando o que seria o seu activismo cidadão ou a sua arte se não houvesse o racismo, se não tivesse de partir de uma identificação específica que lhe foi imposta e a oprime (Santos, 2006c: 95).

Para terminar, a afirmação da raça na luta contra o racismo, ao mesmo tempo, representa força e fragilidade do movimento negro. A força se encontra na necessidade de se lutar contra o racismo, ao utilizar o termo raça como construção social (Guimarães, 2002b: 77), e a fragilidade se mostra na constatação de que, enquanto houver racismo – refiro-me à sociedade brasileira –, não é prudente para o negro prescindir da idéia de raça, apesar de ser uma "idéia que construíram a respeito dele". Isto é, trata-se de um "essencialismo estratégico e necessário" enquanto o racismo persistir.

7. Epílogo

Este capítulo mostra a influência do movimento negro na sociedade brasileira. Se o movimento negro possui essa força a ponto de fazer com que algumas de suas pautas sejam incorporadas pela academia (Guimarães, 2005a: 1-15), torna-se bastante provável que a branquitude enquanto tema apareça com mais força na academia. Adiante apresento uma breve recapitulação:

a) A hipótese central desta dissertação objetiva sustentar que a branquitude seria um tema emergente nos estudos sobre as relações raciais.
b) A hipótese secundária, que perpassa o desenrolar deste capítulo, visa sustentar que o tema da branquitude foi uma pauta que o movimento negro influenciou para que fosse incorporada pela academia.

Este Capítulo 3, *O movimento negro no Brasil*, sustenta, segundo a minha perspectiva, a influência desse movimento na academia. E isso reforça o argumento de que esse movimento social identitário possui intensidade para que a branquitude se fortaleça como tema acadêmico; essa hipótese central será retomada no Capítulo 6 e defendida na Conclusão. O capítulo seguinte mostrará, particularmente, que o movimento negro propõe pautas que se difundem em todo o território nacional, e as políticas de ação afirmativa representam um exemplo significativo dessa influência.

As políticas de ação afirmativa difundidas nacionalmente mostram-se como outro indício de que a temática da branquitude pode vir a emergir em todas as regiões brasileiras, assim como emergem as temáticas do movimento negro e das políticas de ação afirmativa.

Em suma, se o movimento negro possui uma força que se difunde nas cinco regiões do Brasil, provavelmente a branquitude, sendo uma pauta desse movimento social, tende a se fortalecer e a se difundir na academia, na medida em que essa emergência se fortalece no próprio movimento, bem como na própria academia. Além disso, é importante que o Estado perceba e seja pressionado para reconhecer a relevância da branquitude brasileira na luta anti-racista, e isso é uma possibilidade que pode surgir do diálogo entre o Estado e os movimentos sociais.

Neste capítulo, foram identificados cinco períodos na história do movimento negro:

(1) A Frente Negra Brasileira;
(2) O Teatro Experimental do Negro;

(3) O Movimento Negro Unificado;
(4) A Marcha de Zumbi dos Palmares; e
(5) A Conferência de Durban.

A branquitude enquanto tema surge na década de cinquenta do século passado, com o sociólogo Guerreiro Ramos; tal estudioso chegou a participar do Teatro Experimental do Negro (TEN), em um momento em que essa organização negra adquiriu destaque no cenário político nacional. Recentemente, o tema branquitude foi recolocado com a publicação *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a branquitude e branqueamento,* com destaque para o protagonismo e liderança de Maria Aparecida da Silva Bento, que é fundadora do CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades) – umas das organizações negras de maior influência e prestígio na atualidade (Guimarães, 2000: 17-18).

Daqui se extrai a idéia de que a proposta de se pensar o branco enquanto tema é uma pauta que o movimento negro colocou. A emergência da branquitude relaciona-se com a consolidação de um novo contexto, qual seja, o do fortalecimento do movimento negro pós-Marcha de Zumbi 300 anos e Conferência de Durban. Igualmente, deve-se considerar a força que possui a liderança individual e o prestígio advindo do seu trabalho coletivo de Maria Aparecida Bento que se expressa, principalmente, no CEERT, no qual promove várias atividades (Bento, 2002c: 147-162), dentre elas os seminários que debatem a temática da branquitude no Brasil.

Para se ter uma idéia da influência do CEERT, a ex-Secretária com status de ministra da administração Luís Inácio Lula da Silva, senhora Matilde Ribeiro foi indicada para esse cargo em virtude de sua atuação no movimento negro e, também, por causa de sua atuação no CEERT. Além disso, um outro fundador do CEERT, o senhor Hédio Silva Júnior foi o primeiro negro a assumir um cargo de primeiro escalão no Governo do Estado de São Paulo – o Estado mais rico da Federação brasileira.

No que se refere ao livro *Psicologia social do racismo*, parte dele é fruto da tese de Silva Bento, defendida na Universidade de São Paulo em 2002. Esse trabalho continua sendo pioneiro na problematização e análise da branquitude no Brasil. Contudo, algumas partes desta obra foram publicadas e reformuladas em artigos que se tornaram referência para os estudos sobre as relações raciais no Brasil (Sovik, 2004a: 363-386). Este livro já se encontra citado em produções acadêmicas no Brasil, Holanda e Estados Unidos.

Enfim, Maria Aparecida Bento é reconhecida no movimento negro como uma liderança destacada. Se, por um lado, Guerreiro Ramos foi pioneiro em propor o branco

enquanto tema, por outro lado, Maria Aparecida da Silva Bento foi pioneira ao defender a primeira tese de doutorado acerca desse assunto e, ao organizar o livro *Psicologia do Racismo*, ela – enquanto participante do movimento negro – teve o vigor para fazer com que a branquitude se tornasse uma emergência nos estudos sobre as relações raciais. Isso não foi possível a Guerreiro Ramos, que vivia em outro contexto histórico e, além disso, a sociedade brasileira vivia vinte e um anos de ditadura; e Ramos não estava ligado a uma organização negra, com a mesma intensidade que seu colega Abdias do Nascimento, fundador do TEN, ou como Maria Aparecida da Silva, fundadora do CEERT.

O que equivale a dizer que os movimentos sociais fortaleceram-se no Brasil pós-ditadura militar e tenderam a conquistar maiores espaços em governos mais sensíveis às suas reivindicações. Esse é o caso da administração de Fernando Henrique Cardoso e do atual governo de Luís Inácio Lula da Silva. O movimento negro ainda possui inúmeras reivindicações, porém, alcançou conquistas nesses governos, nomeadamente a partir do reconhecimento oficial do racismo na sociedade brasileira.

Este capítulo destina-se a demonstrar, principalmente, a importância do movimento negro. Contudo, esse movimento possui suas contradições, força e fragilidades. Penso que, entre erros e acertos, esse movimento social possui um histórico inequívoco de colaboração para a sociedade brasileira. Entretanto, são necessárias outras ações que levem à sensibilização da sociedade como um todo, para que o racismo deixe de ser considerado um "problema do negro" – sobretudo do movimento negro – e se torne um problema do branco, um problema de todos, e que seja confrontado, inclusive, por pessoas não adeptas dos movimentos sociais.

Capítulo 3: O Estado brasileiro e o combate ao racismo

1. Prólogo

A história brasileira foi muito influenciada pela idéia de harmonia racial, em grande parte resultante do esforço de construção da identidade nacional por parte do Estado. Durante o regime presidencial de Getúlio Vargas – de 1930 a 1945 e, em um segundo mandato, de 1951 a 1954 – havia a declarada orientação para que as diferenças se integrassem em uma única identidade mestra (Munanga, 2004: 137; Hall, 2005: 20-21). No caso da pertença étnica e racial, o próprio Estado brasileiro tornava público e notório a idéia de que o Brasil era um "paraíso racial", um modelo a ser seguido pelo mundo, principalmente após as atrocidades racistas praticadas pelos nazistas durante a segunda Guerra Mundial (Wallerstein, 2000: 15).

Somente após os vinte e um anos de ditadura militar no Brasil (1964-1985) é que o Estado brasileiro tem caminhado no sentido de reconhecer as clivagens existentes no conceito de identidade nacional. Nos anos 1990, sobretudo na presidência de Fernando Henrique Cardoso, o governo absorveu algumas pautas dos movimentos sociais, dentre elas, a do movimento negro. Isso resultou, primeiramente, no reconhecimento oficial do racismo na sociedade brasileira e, depois, na implementação de políticas de ação afirmativa nomeadamente nas regras de acesso às universidades públicas.

As políticas de ação afirmativa representaram uma maneira de a administração Fernando Henrique Cardoso expressar à comunidade internacional que o Estado brasileiro – além de reconhecer o racismo – também executa ações concretas de combate às desigualdades provocadas pela prática de racismo e preconceito racial. Além disso, fortaleceram a posição do Estado enquanto Estado intercultural, isto é, uma entidade que, em vez de impingir um conceito agregador e universalista de identidade, permite que a sociedade, no geral, e as organizações da sociedade civil, em particular, gerenciem suas identidades culturais (Guimarães, 2006: 278; Santos, 2005: 8-10; Beissinger e Young, 2002: 19-49).

Na atualidade, pode-se afirmar que as políticas de ação afirmativa compõem a principal pauta do movimento negro. A disputa política em torno da promoção da igualdade racial, inclusive pelo interesse despertado pela mídia, tem repercutido em todo o território brasileiro.

Com a redemocratização política, a relação entre o Estado brasileiro, a luta anti-racista e a pressão política exercida pelo movimento negro reflete-se na atual constituição, que criminalizou a prática de racismo; na criação e nos trabalhos da Fundação Cultural Palmares – fundada em 1988; e na institucionalização de Zumbi dos Palmares como herói nacional, em 1995.

A relação Estado nacional e movimento negro expressa-se também na criação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, em 1995; e, recentemente, na criação da Secretaria Especial para Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003 (Costa 2006: 246; Hasenbalg, 2005: 30; Guimarães, 2006: 269-287).

Neste capítulo, abordarei a relação entre Estado e sociedade civil, apontando as políticas de ação afirmativa como exemplo de absorção pelo Estado de uma pauta dos movimentos sociais. Isso significa que a sociedade civil tem um papel destacado no aprofundamento da democracia no interior do Estado ao atuar, sobretudo, na reivindicação da igualdade e em busca do reconhecimento da diferença (Santos, 2006h: 343).

As políticas de ação afirmativa são produto de um novo momento de atuação entre um movimento social e o Estado em que aquele passa a ceder parte dos seus quadros para atuarem dentro deste. Esse período inicia-se na administração de André Franco Montoro no Estado de São Paulo entre 1983 e 1987. Nesse governo, foi criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, liderado pelo ativista e intelectual do movimento negro Helio Santos – a mesma pessoa que onze anos depois coordenaria o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra nomeado pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

O Conselho da Comunidade Negra influenciou a criação de conselhos semelhantes em outros estados, no âmbito da administração estadual e municipal e, particularmente, serviu de exemplo para a criação da Secretaria Especial da Promoção de Políticas para Igualdade Racial (Seppir). Com a criação da Seppir, membros do movimento negro passam a integrar quadros estatais no patamar mais elevado da administração pública que é o federal.

Cabe mencionar que apesar da representação do movimento negro dentro dos canais políticos e burocráticos do Estado, entidades como o Conselho do Negro ou Seppir estarão sempre sujeitas à pressão por parte dos movimentos sociais, pois como adverte Santos nossa noção de "progresso" está orientada pela existência de uma discrepância entre "experiências e expectativas" (Santos, 2002b: 226-227). E, nesse item, o que se espera desses órgãos e o que, na prática, eles podem ou acabam por executar são questões sempre sujeitas ao desacordo e à controvérsia. A pressão e a participação dos movimentos sociais, enquanto elementos fundadores da existência dessas estruturas dentro do Estado, são fundamentais para a elaboração e o aperfeiçoamento das estratégias de promoção de políticas públicas. Neste ponto, Santos sustenta que o repensar democrático do Estado inclui concebê-lo como novíssimo movimento social (Santos, 2006h 317-349).

Antes de retomar às políticas de ação afirmativa, abordarei a história do Estado brasileiro relacionado à alternância de governos democráticos e ditatoriais, e depois retomarei os itens Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e a Secretaria Especial da Promoção de Políticas Públicas Para Igualdade Racial, em virtude de serem essas duas entidades, marcos significativos da parceria entre o movimento negro e o Estado.

Diferente do que foi abordado no capítulo anterior, neste capítulo, estou mais interessado no resultado da interlocução entre Estado e sociedade civil, tendo como principal exemplo dessa interação: as políticas de ação afirmativa.

Utilizo o caso das políticas de ação afirmativa por reforçarem o meu argumento de que as políticas de discriminação "justa" são um exemplo relevante da influência do movimento negro no Estado brasileiro e, particularmente, nos temas de reflexão acadêmica em todo território nacional.

2. O Estado brasileiro alterna períodos de democracia com períodos de ditadura

Desde a proclamação da República em 1889, a sociedade brasileira passou por períodos de democracia, ditatura e redemocratização. Em 1930, ocorre o primeiro desrespeito às regras eleitorais; apesar do processo eleitoral naquele período ser considerado desonesto, o fato é que o então candidato derrotado, Getúlio Vargas, depois de perder as eleições, deu um Golpe de Estado apoiado pelos militares e assumiu o poder. Em 1937, esse mesmo presidente, suspendeu as eleições e instaurou um regime ditatorial – conhecido como Estado Novo (Domingues, 2007: 345-374). Ele seguiu na presidência brasileira ininterruptamente durante quinze anos, até que, em 1945, foi deposto pelos mesmos militares que contribuíram para que ele chegasse ao seu primeiro mandado.

Durante a ditatura de Getúlio Vargas foram extintos os partidos políticos; com o fim da ditadura, o Brasil retornou a um sistema multipartidário. Com o fim da ditadura Vargas, o Brasil viveu um processo de redemocratização até o mandato do presidente João Goulart em 1964. Esse presidente conhecido como "Jango" tornou-se presidente com a renúncia do presidente eleito Jânio Quadros em 1960 e, não chegando ao fim do mandato, seu governo e a democracia foram vítimas de um novo Golpe de Estado encabeçado, mais uma vez, por uma elite militar.

Quando assumiram o poder, os militares deram continuidade ao sistema presidencialista, no qual o presidente seria eleito por uma junta militar, que no futuro, seria

chamado de Colégio Eleitoral. O primeiro presidente militar nesse sistema foi general Castelo Branco, que prometeu levar o Brasil de volta às eleições democráticas – contudo o país continuaria a viver um longo período governado pela ditatura militar. O presidente Castelo Branco sofreu pressões da "linha dura" – vertente arbitrária das Forças Armadas – e inaugurou os Atos Institucionais (Santos, 1992: 66-67).

Esse foi um período de pressão pela redemocratização através dos movimentos estudantis, segmentos industriais e políticos de oposição. Neste burbúrio, assumiu a presidência o general Emílio Garrastazu Médici que, em um primeiro ato de governo, decretou o Ato Institucional Nº 5 (AI- 5) que suspendeu os direitos civis e políticos de todos os cidadãos brasileiros. Esse Ato, diferente dos outros, não tinha data de vencimento e sobrepôs-se à Constituição. O Governo Médici foi o período mais autoritário do regime militar – o funcionamento do Congresso era limitado.

A partir de 1974, os militares assumiram um discurso que propunha uma lenta e gradual redemocratização; esse processo seria coordenado pela junta militar que ainda se encontrava no poder, e todos os direitos civis e políticos ainda estariam suspensos, em uma espécie de "moratória democrática". Ou seja, ainda haveria a arbitrariedade do governo militar, ainda censura e opressão aos movimentos sociais. O presidente responsável pelo início desse novo discurso político foi o general Ernesto Geisel. Portanto, esse presidente iniciou o processo de "liberalização" que levaria o Brasil de forma gradual ao Estado democrático.

Uns dos pilares de sustentação do regime militar foi o controle da economia. Durante os anos 1970, o governo Geisel enfrentou a crise do Petróleo e, como uma resposta à crise petrolífera de 1973, iniciou um projeto de expansão industrial e colonização tardia da Amazônia, que resultaria em gastos públicos que fizeram crescer a economia brasileira – o que ficou conhecido em todo o mundo como "o milagre econômico brasileiro". Todavia, essa política de gastos públicos e interferência direta na economia duplicou a divida externa brasileira. O aumento da dívida associado à falta de direitos políticos e civis deu lugar à insatisfação generalizada em relação ao regime militar. Nesse momento de tensão social, a Igreja Católica assumiu um papel importante como catalizadora das críticas ao regime, juntando-se aos reclames populares pelo fim da tortura no Brasil. Na presidência de Geisel esperava-se que realmente o Brasil caminhasse para redemocratização e, imediatamente, eliminasse as torturas (Coimbra, 2001: 11-19).

O presidente Geisel expressou seu desejo de uma redemocratização gradual, isso dependeria de sua habilidade de lidar com as corporações militares, em especial, os "linha

dura" da ala dos militares. Esse governo já sentia mais a pressão da sociedade civil. Foi pressionado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) especialmente quanto ao desaparecimento de pessoas. Além dos movimentos em favor da redemocratização, outro fator importante que concorreu para o enfraquecimento do regime militar foi o crescimento da representação política do partido de oposição ao regime.

O regime ditatorial militar possuía um sistema bipartidário: de um lado, a ARENA, partido da situação; de outro lado, o MDB, partido da oposição. Os governadores eram eleitos de forma indireta, enquanto os deputados eram escolhidos de forma direta. O presidente Geisel permitiu a participação da oposição no programa eleitoral difundido na televisão e, em consequência disso, o número de candidatos eleitos surpreendeu o próprio MDB.

Na eleição posterior, o governo Geisel tratou de mudar as regras do jogo, criando os "senadores biônicos" – leia-se, não eleitos diretamente – para manter o controle político do país nas mãos da junta militar. A sua política de liberalização estava fugindo de seu controle; o resultado das eleições de 1974 indicou que o regime militar não conseguia mais dissimular que não tinha apoio popular. A crítica da oposição na campanha eleitoral atacou, principalmente, três temas: justiça social, liberdades civis, e desnacionalização.

A pressão para redemocratização aumentava; a morte do jornalista Vladimir Herzog, possivelmente assassinato, depois de ter sido torturado, desencadeou intensas manifestações da igreja e da sociedade civil. A morte de Herzog levou o presidente Geisel a demitir um general, sem consulta da junta militar. Em 1978, a junta militar, que ainda controlava o executivo, elege o general João Baptista Figueiredo, o último presidente do regime ditatorial militar.

O presidente Figueiredo assumiu o governo no momento em que toda sociedade civil e o partido de oposição MDB reivindicavam a redemocratização; surgiram novas lideranças sem nenhuma ligação aos movimentos existentes antes de 1964, como os sindicalistas do ABC[1]. Além dessas novas lideranças, a Lei de Anistia propiciou o retorno de políticos de esquerda que foram exilados durante as tensões pré-1964, dentre eles, Leonel Brizola – destacado político de oposição ao regime.

Na transição do governo ditatorial para o democrático foi pensado em difundir a idéia de um sistema multipartidário, que enfraqueceria e dividiria a oposição, e nisso o governo manter-se-ia no poder, mesmo com eleições diretas (Codato, 2005: 83-106).

1 O chamado ABC paulista era formado pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano – berço industrial que projetou nacionalmente o atual presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Em 1978, ocorreu uma greve histórica sob a liderança do sindicalista Lula.

No fim de 1979, a ARENA virou PDS, o MDB virou PMDB, ressurgiram o PTB, foi criado o PDT e o PT[2]. Nas eleições de 1982, elegeram-se pelo voto direito do povo todos os ocupantes de cargos legislativos, isto é, estava excluída a possibilidade de escolha do candidato ao cargo de presidente da República. A oposição conseguiu a maior porcentagem das cadeiras no Congresso, entretanto, não eram maioria porque estavam divididos e, além disso, a oposição igualmente ganhou o governo dos principais Estados da Federação.

Nas eleições presidenciais de 1985, nem os militares da linha de Figueiredo, nem os opositores tinham um consenso quanto ao nome de um candidato para presidência da República que representasse a "situação", o nome sugerido fora o do político Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, nomeado pelo regime militar; pela "oposição", o nome indicado fora o do político Tancredo Neves que, através de eleições indiretas do Colégio Eleitoral, se sagrou presidente do Brasil.

Finalmente, depois de vinte e um anos, um civil ocuparia o cargo de presidente do Brasil. Tancredo Neves morreu antes de tomar posse e seu vice, José Sarney, assumiu o cargo Brasil. Em 1989, Fernando Collor de Mello conseguiu a maioria de votos necessários para ser eleito presidente. Ele foi o primeiro presidente eleito diretamente desde o governo de Jânio Quadros. Fernando Collor de Mello enfrentou um processo de *impeachment* dois anos depois de eleito, por denúncias de corrupção. Neste ínterim, assumiu seu vice-presidente, Itamar Franco. No governo Itamar, popularizou-se o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso sobretudo devido às medidas adotadas bem-sucedidas de combate à inflação incorporadas em um plano econômico denominado Plano Real (Guimarães, 2006: 269-287).

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso assumia a Presidência da República amparado pela popularidade do Plano Real do governo Itamar Franco. O combate à inflação trouxe um novo significado à redemocratização, uma vez que os altos índices de inflação eram tidos como uma herança do regime militar. Esse presidente conseguiu governar até ao fim do seu mandato, e em 1998 foi reeleito, ainda devido à estabilidade econômica do Plano Real.

Em janeiro de 2002, Luis Inácio Lula da Silva, o líder sindical que surgiu no cenário nacional durante ditatura militar, em 1978, assume a presidência, sendo o primeiro presidente do Brasil de origem operária. Em função da reeleição de 2006, a sua presidência continuará em curso até 2010. Tanto a eleição, quanto a reeleição de Lula simbolizam a consolidação e o

[2] Aliança Nacional Renovadora (ARENA), Partido Democrático Social (PDS), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT).

distanciamento da longa história recente de governos ditatoriais, diante de um processo eleitoral considerado exemplar.

De fato, a democracia no Brasil tem se fortalecido, porém ainda não se pode falar de uma democracia de alta intensidade (Santos, 2006h: 345-349). A parceria do Estado com a sociedade civil é um dos caminhos que podem contribuir para que se caminhe em direção a uma democracia de alta intensidade, como propugna Boaventura de Sousa Santos.

3. Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

O Conselho da Comunidade Negra foi fundado em 1984, devido à mobilização da militância negra pertencente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ele marca o início de uma nova relação entre o movimento negro e o Estado. A militância negra passou a fornecer quadros técnicos e intelectuais com o objetivo de elaborar estratégias em favor da promoção da igualdade racial. O Conselho do Negro procurou atuar nas áreas da educação, segurança, trabalho e comunicação (Santos, 2000: 66).

Como foi mencionado, Helio Santos foi o primeiro presidente do Conselho do Negro – uma personalidade de prestígio no movimento negro (Guimarães, 2000: 17-18). Esse intelectual escreveu o livro *A busca de um caminho para o Brasil,* onde sustentou a tese de que o negro não seria um problema mas uma solução para a sociedade brasileira. Ou seja, o preconceito racial, o racismo e as discriminações raciais "injustas" fazem com que o Brasil rejeite potenciais humanos que poderiam colaborar muito para o crescimento do Brasil (Santos, 2001: 407).

A idéia implícita do Conselho do Negro baseava-se não só na identificação de problemas como também no empenho na proposta de soluções, mesmo que essas propostas tivessem que ser desenvolvidas dentro dos limites e possibilidades técnicas e materiais. Isto é, seria importante um novo relacionamento entre o Estado e movimentos sociais, que não se restringisse apenas a pressionar o Estado como uma entidade que ocupa uma posição exógena.

Nas discussões que ocorriam no interior do movimento negro, a importância do Conselho do Negro não era consensualmente reconhecida mas, pelo contrário, esse órgão foi criticado por diferentes tendências da militância negra, muitas delas consideravam esse tipo de relação entre Estado e movimentos sociais como cooptação. Vale ressaltar que nessas controvérsias o discurso anti-racista era muitas vezes usado para disfarçar as clivagens

políticas e partidárias, isto é, os discursos anti-racistas no interior do movimento negro invisibilizavam as suas divergências políticas (Bobbio, 2001: 79-87). No que se refere a Helio Santos, ele pertencia ao PMDB e depois migrou para o PSDB[3], partido que foi criado por dissidentes pmdebistas.

Certas tendências do movimento negro, principalmente aquelas ligadas a partidos de esquerda de tendências socialistas e anarquistas, eram avessos à idéia da própria existência do Conselho do Negro, por considerarem que além de ser uma espécie de cooptação, a inserção de quadros do movimento negro no âmbito do Estado não representava uma ruptura com a ordem estabelecida. A importância política desse órgão não foi compreendida devido à própria cegueira ideológica de determinados segmentos do movimento, avessos a quaisquer parceria entre Estado e movimentos sociais, ou por não acharem possível esse tipo de relação, ou por sustentarem que os resultados possíveis estão aquém das expectativas, sobretudo, quando se objetiva uma sociedade com a supressão do Estado e das classes.

No entanto, a linha de idéias defendidas por Helio Santos prosperaram e algumas das principais lideranças negras que atualmente influenciam o debate nacional sobre a questão racial participaram direta e indiretamente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra; para citar, apenas dois nomes, refiro-me à Maria Aparecida da Silva Bento e ao Hédio Silva Júnior (Oliveira [org.], 1998: 127).

A idéia de Conselho do Negro prosperou a ponto de, hoje em dia, já não se discutir se a participação da militância negra seria uma espécie de cooptação. Todavia, mantêm-se as críticas sobre os limites de sua atuação. O próprio Helio Santos mencionou que em muitas cidades esses Conselhos vieram a substituir equivocadamente o papel do movimento negro. Quando isso ocorre, o papel desses órgãos praticamente se restringe a realizar eventos culturais sobre a contribuição do negro ou discussões sobre a temática racial de maneira estrategicamente planejada para não causar constrangimentos ao partido no poder. Em outras palavras, os Conselhos são criados e mantidos com a cautela de que não venham estimular conflitos para além do aceitável à máquina administrativa. Nestes casos, o Conselho do Negro, e o próprio negro, encontra-se incluído de forma excludente na estrutura do Estado (Santos, 2006d: 280) e, por essa razão, a existência de movimentos sociais autônomos é imprescindível para forçar o Estado brasileiro em direção a uma inclusão de fato, ou "inclusão realmente inclusiva".

[3] PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira.

O Conselho do Negro foi uma experiência percusora que resultou na Fundação Cultural Palmares, na administração do presidente José Sarney; primeiro órgão federal voltado à valorização da herança da cultura negra, criado no mesmo período do centenário da abolição da escravidão (1988). Além disso, em 2003, foi criada a Secretaria de Políticas Especiais para Promoção da Igualdade Racial – Seppir – que conduziu uma ativista negra a assumir elevado cargo governamental com o propósito de tratar prioritariamente da questão racial. Em relação a isso, detalharei um pouco mais adiante.

O novo direcionamento das práticas do movimento negro, que mudou sua postura constestatória, passando a propor políticas de ação afirmativa concretas, fortaleceu-se e ganhou experiência com o Conselho do Negro. Atualmente, essa postura propositiva não é consensual dentro do movimento, porém trata-se de uma postura hegemônica, inclusive devido ao prestígio e influência desse grupo em São Paulo. No entanto, sempre serão importantes as divergências e os questionamentos às idéias hegemônicas, sobretudo, quando se está falando de um movimento social.

4. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Em 2003, o atual presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, fundou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Essa Secretaria foi criada no dia 21 de Março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1960. O objetivo principal da Seppir consiste em elaborar, promover e incentivar propostas que minimizem as desigualdades raciais no Brasil.

A criação da Seppir no governo Lula dá continuidade à política do governo anterior na área das relações raciais. Contudo, a administração Lula conferiu um *status* às reivindicações do movimento negro dentro do governo federal maior do que o havia sido concedido até então. Hoje, a posição institucional da Seppir é superior à de outros órgãos anteriormente criados, nomeadamente a Fundação Cultural Palmares, criada no governo de José Sarney em 1988 e o Grupo Interministerial para valorização da População Negra (GTI), criado no governo FHC em 1995 (Costa, 2006: 146).

No arranjo dos órgãos ministeriais, muito embora o presidente Lula tenha criado novos ministérios em seu governo, como o Ministério das Cidades, esquivou-se de instituir a Seppir como um ministério. A solução institucional adotada foi atribuir à Seppir um *status* de

ministério, a mesma saída foi utilizada na criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Essa "singela" atitude indica que as políticas de reconhecimento da diferença apesar de institucionalizadas, não são tratadas com a mesma estrutura e orçamento com que são tratados os temas das pastas chefiadas pelos ministros de fato.

O que se pode intuir é que o presidente Lula absorve uma reivindicação dos movimentos sociais ao criar a Seppir, porém, ao mesmo tempo, indica que o conflito racial não é uma questão no topo da agenda política. Essa é uma tarefa que fica a cargo dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil: visibilizar aos governos a relevância da promoção de políticas públicas do Estado nação que desestimulem a discriminação e sigam a trilha da supressão das desigualdades, no caso em questão, do racismo e da desigualdade racial um problema latente que grande parcela da população brasileira enfrenta no cotidiano.

A trajetória para uma democracia de alta intensidade fará com que o capitalismo entre em choque com a democracia (Santos, 2006h: 345). No caso da administração Lula, ainda que se verifique uma maior proximidade do governo com as questões levantadas pelos movimentos sociais, observa-se que não é forte a tendência crítica contra a atual política econômica, por muitos considerada uma continuidade da política econômica neoliberal do governo antecedente (Guimarães, 2006: 277-280).

No que se refere à Seppir, a crítica mais freqüente refere-se à sua atuação de fato, no sentido que não seja apenas simbólica. Em oposição a essa crítica, a Secretaria presta contas publicamente de suas tarefas: o acompanhamento dos diferentes ministérios e outros órgãos do governo objetivando a sensibilização para que coloquem em suas pautas a promoção da igualdade racial, promoção de seminários nacionais, participação em seminários internacionais, atenção aos acordos internacionais que visam a eliminação de todas as formas de discriminação "injusta", auxílio ao Ministério das Relações Exteriores no sentido de estreitar a relação entre o Brasil e os países africanos, principalmente, os de língua oficial portuguesa (PALOP). Da mesma forma, acompanhou e colaborou com a legalização das terras dos remanescentes de quilombos, além de incentivar as políticas públicas para esse grupo e, finalmente, participou, promoveu e estimulou as discussões sobre as políticas de ação afirmativa, principalmente, as destinadas a negros e indígenas e que estão sendo aplicadas no Brasil (Seppir, 2006: 6-155).

Ao que parece, a Seppir encontra-se longe de conseguir alcançar um maior espaço dentro do governo Lula e também tem sido criticada pelo movimento negro. No entanto, até o presente momento, a Seppir não tem conseguido se fortalecer a ponto de suas sugestões serem consideradas significativas por outros ministérios e pelo próprio Presidente da República.

Como mencionado, esse órgão governamental foi uma resposta da administração Lula ao movimento negro, porém é necessário ir além, levando-se em conta que esse governo se mostra mais sensível às reivindicações dos movimentos sociais.

Dito isso, convém admitir que, tanto o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva quanto a Seppir têm suas realizações em curso; somente em um futuro próximo será possível avaliar melhor os impactos de suas ações na sociedade, ainda não é possível avaliar completamente esse ciclo. Nessa mesma linha de raciocínio, é possível dizer que somente daqui a alguns anos a sociedade brasileira absorverá e compreenderá melhor o impacto das políticas de ação afirmativa.

A criação da Seppir é inequivocamente importante, por ser um produto de uma relação entre movimento negro e o Estado que se inicia com o Conselho do Negro em 1984. Porém, esta Secretaria ainda não pode ser considerado um exemplo bem-sucedido de uma prática democrática de "alta intensidade" do governo. Deve-se considerar que, apesar de, neste momento, ser possível identificar um certo direcionamento do governo federal no que respeita às políticas de consagração do princípio da igualdade e do reconhecimento da diferença, todas as ações, principalmente as que ameaçam as regras de distribuição de recursos vigentes, sempre encontram limites difíceis de transpor (Santos, 2006h: 343). Mesmo porque, o governo Lula também não pretende entrar em conflito com os interesses do mercado nacional e internacional (Santos, 2006g: 299).

Isso significa que o papel destinado à Seppir, dado seus limites estruturais e as limitações do próprio governo, restringe-se à minimização dos conflitos raciais. Esse é um dos motivos que faz com que os espaços institucionais não possam substituir o papel dos movimentos sociais. Contudo, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais podem fortalecer os órgãos governamentais para que sejam aprofundadas políticas oficiais pautadas no promoção da igualdade e no reconhecimento da diferença, de forma que o Estado brasileiro seja pressionado permanentemente a não se esquivar da tarefa de promover uma justiça distributiva.

5. Políticas de ação afirmativa

Como já mencionei, no ano 2001, ocorreram os preparativos para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, e Intolerância Correlata (III CMCRDRXIC), convocada pelas Nações Unidas, na cidade de Durban (África do Sul); esse

evento ficou conhecido como Conferência de Durban. Durante a organização da Conferência de Durban, para não passar, em cenário internacional, pelo acanhamento de que não se preocupa devidamente com o racismo, organizou reuniões com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, delineando, assim, o caminho para políticas de ação afirmativa, que teriam continuidade na administração de Lula (Costa, 2006: 146-147).

As políticas de ação afirmativa visam favorecer grupos historicamente discriminados de forma injusta seja em função de seu gênero, opção sexual, pertença étnica e racial, credo religioso, entre outros. O princípio da política de ação afirmativa encontra-se na idéia de que a igualdade deve ultrapassar os limites meramente formais e realizar-se materialmente de acordo com a particularidade de cada caso, o que implica não somente tratar igualmente os iguais mas sobretudo "tratar desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades" (Bobbio, 2001: 123; Aristóteles, 2001: 139).

A expressão ação afirmativa (*affirmative action*) foi criada em 1963 pelo presidente dos Estados Unidos da América, John Fitzgerald Kennedy[4]; ele foi o primeiro político a utilizar essa expressão "ação afirmativa" em um texto oficial em 1961. Em resumo, essas políticas igualmente conhecidas como discriminação positiva ou políticas compensatórias objetivavam:

(a) coibir as discriminações "injustas", praticadas no dia-a-dia;
(b) estimular a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos discriminados "injustamente", nos diversos segmentos, sobretudo, naqueles de prestígio e poder aquisitivo;
(c) estimular personalidades que sejam referências positivas para juventude;
(d) estimular as transformações na sociedade, com o objetivo de influir no imaginário coletivo, que inibam o preconceito, o racismo, e outros pressupostos e ideologias que resultem em discriminações "injustas", ou outras práticas de opressão semelhantes.

As cotas como política de ação afirmativa passaram a vigorar nas universidades estadunidenses nos anos 1960. Elas demarcavam 12% das vagas para estudantes negros. No Brasil, as políticas de ação afirmativa estão associadas principalmente à ideia de cotas de acesso às universidades. E isso ocorreu, sobretudo, porque grande parcela da mídia hegemônica reduziu as políticas de ação afirmativa a cotas para negros, na intenção de cunhar

[4] Foi presidente dos Estados Unidos da América de 1961 até 1963.

a expressão com uma designação "negativa" (Chomsky, 2002: 16-72), e, assim, desestimular a adoção de políticas compensatórias.

Da mesma forma como a expressão cotas para negros foi cunhada de forma pejorativa na sociedade brasileira, semelhante episódio foi testemunhado, em 2004, em Portugal, com as inúmeras reportagens difundidas na mídia portuguesa sobre o barco Borndiep que pertencia a uma ONG holandesa – *Women on Waves* – que ficou conhecido como Barco do aborto. O Borndiep foi impedido de entrar nas águas territoriais portuguesas, não podendo participar de um evento de sensibilização a favor da interrupção voluntária da gravidez. A designação Barco do aborto criada pela mídia portuguesa tinha intenção de expressar uma idéia pejorativa que seria naturalmente associada à reivindicação política de descriminalização da interrupção voluntária da gravidez, como apontou o sociólogo José Manuel Mendes (Mendes, 2004: 147-158).

As políticas de ação afirmativa referem-se a um conjunto de estratégias e iniciativas que visam favorecer grupos sociais que se encontram em desvantagem social, em virtude de discriminações "injustas". O sistema de cotas seria uma dessas modalidades, todavia, existem outras estratégias como:

a) a erradicação da discriminação "injusta", mediante a identificação de práticas de racismo;
b) a adoção de diretrizes, propositadamente inclusivas, que produzam o efeito de melhorar as perspectivas dos integrantes de grupos específicos;
c) a implantação de programas de assistência social destinados a divulgar oportunidades de emprego aos integrantes de determinados grupos, além de atrair candidatos qualificados que integrem tais grupos;
d) tratamento preferencial no emprego e em outras áreas que são conferidos aos integrantes desses grupos;
e) a redefinição do princípio do mérito, isto é, a condição de pertencimento a um determinado grupo se tornaria uma qualificação, ao invés de constituir uma forma de exclusão.

Vale sublinhar que, as políticas de ação afirmativa são estratégias que ainda possuem pouco tempo de existência na história da luta anti-racista. Todavia, elas já foram aplicadas na Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Malásia e outros territórios (Munanga, 2003: 117). No Brasil, um marco importante na história da ação afirmativa

ocorreu em 1991: o Partido dos Trabalhadores (PT) reservou uma cota de 30% para as mulheres concorrerem a cargos eletivos (Soares, 2000: 33-50). Em 1997, foi aprovada a lei que instituiu a adoção de cotas por parte dos partidos políticos de forma a garantir a participação das mulheres nos processos eleitorais[5]. Ainda nesse âmbito, a Constituição da República Brasileira de 1988 também inclui dispositivos de discriminação positiva como, por exemplo, a reserva de vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais nos concursos públicos. Contudo, apesar desse histórico, a controvérsia nacional somente ocorreu, estimulada pela mídia hegemônica, quando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) resolveu adotar cotas destinadas a estudantes que se autodefiniam como negros (Costa, 2006: 148).

6. As ações afirmativas na produção acadêmica brasileira

As tabelas e os gráficos que serão apresentados refletem, na pesquisa realizada nas 606 teses e dissertações, a produção de teses dedicadas ao tema das ações afirmativas.

Tabela 1 – Quadro geral da emergência do termo ações afirmativas

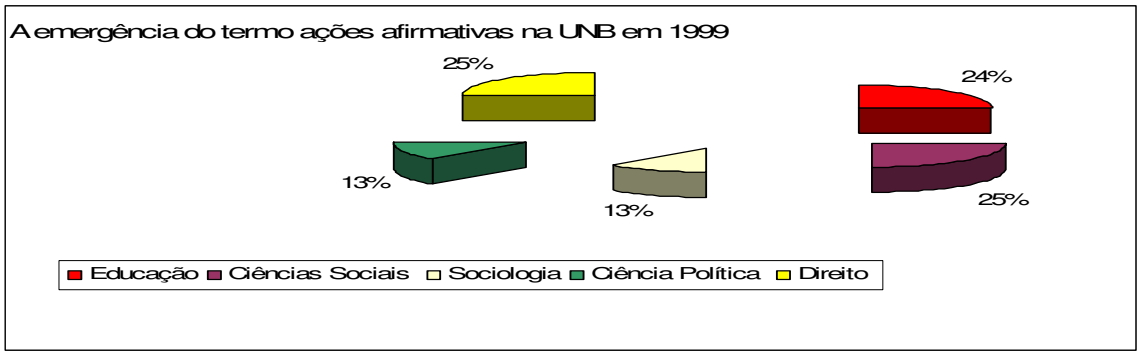
Termo	Universidade	Aparece em	Subárea
Ações afirmativas	1) UERJ (Sudeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2006	Ciências Sociais
	2) UFRJ (Sudeste; Doutorado; Ciências Humanas)	2003	Educação
	3) UFSCAR (Sudeste; Doutorado; Ciências Humanas)	2005	Ciências Sociais
	4) USP (Sudeste; Doutorado; Ciências Humanas)	2000	Educação
	5) UFRGS (Sul; Mestrado; Ciências Sociais Aplicadas)	2004	Direito
	6) UNB (Centro-Oeste; Mestrado; Ciências Humanas)	1999	Sociologia
	7) UFPA (Norte; Mestrado; Ciências Sociais Aplicadas)	2003	Direito
	8) UFPE (Nordeste; Mestrado; Ciências Humanas)	2003	Ciência Política

No levantamento de dados, procurei perceber quando a expressão ações afirmativas aparece nos textos acadêmicos. A análise dessa tabela mostra que o termo surge

[5] Lei nº 9.504/97. No ano de 1995, a Lei nº 9.100 já tinha instituído cotas para a candidatura de mulheres nas eleições mas apenas para as câmaras municipais.

primeiramente no ano de 1999, na Universidade de Brasília, durante o período da administração do presidente Fernando Henrique Cardoso. Assim como abordei alhures, em 1995, esse presidente reconheceu oficialmente a existência do racismo na sociedade brasileira e, em 2001, o governo FHC aplicaria a política de ação afirmativa no Ministério do Desenvolvimento Agrário para cargos de chefia (Hasenbalg, 2005: 30; Costa, 2006: 147-148). Observa-se na Tabela 1 que a academia já problematizava o assunto ação afirmativa dois anos antes de uma política especificamente voltada para esse fim fosse aplicada pelo Estado brasileiro. Depois de 1999, é de se notar como a expressão ação afirmativa vai ser tema de teses e dissertações nas universidades em todas as regiões do território nacional.

Gráfico 1

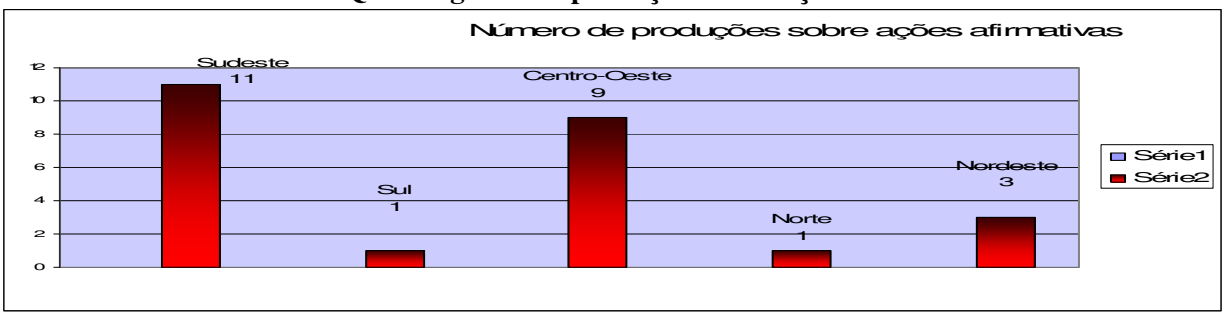


O Gráfico 1, mostra que a expressão ação afirmativa emergiu na Universidade de Brasília em 1999 e, também, que ele aparece nas subáreas de Educação e Ciências Sociais com 25%, seguido por Sociologia e Ciência Política com 13% em outras universidades do território brasileiro. Adiante, apresento a Tabela 2 e o Gráfico 2, que quantifica o quadro geral das produções sobre ações afirmativas.

Tabela 2 – Quadro geral das produções sobre ações afirmativas

Tema	Universidade	Número de produções
Ações Afirmativas	Sudeste	
	UERJ	1
	UFRJ	4
	UFSCAR	2
	USP	4
	Sul	
	UFRGS	1
	Centro-Oeste	
	UNB	9
	Norte	
	UFPA	1
	Nordeste	
	UFPE	2

Gráfico 2 – Quadro geral das produções sobre ações afirmativas



A Tabela 2 e o Gráfico 2 mostram o número de produções que abordaram as políticas de ação afirmativa enquanto tema. É de se destacar que a universidade que produziu o maior número de teses e dissertações sobre o tema foi a Universidade de Brasília (UNB). Considerando que resulta dessa pesquisa a relevância e o predomínio da Universidade de São Paulo na produção sobre relações raciais no Brasil. A preponderância da UNB no tema ação afirmativa, permite-me sugerir a seguinte hipótese: sendo Brasília o centro de decisão política do Brasil, que o tema das ações afirmativas fortalece-se como objeto de reflexão acadêmica na medida em que ganha espaço como reivindicação política.

7. Debate nacional sobre as políticas de ação afirmativa

Apesar de tímida, existem iniciativas de políticas de ação afirmativa contra a discriminação racial "injusta" no mercado de trabalho devido ao protagonismo do movimento negro (Bento, 2000a: 13-32). Essas políticas já são aplicadas em programas de apoio a estudantes de pós-graduação; neste caso, refiro-me especificamente ao Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford (Rosemberg, 2007: 13-20). Todavia, foram as universidades que, ao aplicarem a discriminação positiva em suas regras de acesso, suscitaram o debate nacional.

Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) denominada *O mapa das ações afirmativas na Educação Superior*[6], constatou que 72 instituições (32 % do total de universidades públicas) promovem algum tipo de política compensatória. A sociedade brasileira vive em seu momento atual um interessante debate sobre preconceito racial, racismo e discriminação "injusta" por causa das políticas de ação afirmativa aplicadas nas universidades.

[6] Cf. http://www.foro-latino.org/info_flape/info_pdf/info-flape_52.pdf

Esse debate revela uma diversidade de argumentos e posições antagônicas. O antropólogo Kabengele Munanga e o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães sintetizaram, de forma competente, essa controvérsia (Munanga, 2003: 122-125; Guimarães, 2005c: 192-19). A Tabela 3, com base nesses dois autores, sistematiza os argumentos em debate.

Tabela 3 – Controvérsia sobre as políticas de ação afirmativa

Contra	A favor
Dificuldade de definir quem é negro.	Recomenda-se o princípio da autodefinição.
Abandono dessa política nos EUA, porque não colaborou contra discriminação racial "injusta".	A implantação dessa política nos EUA combateu a discriminação racial "injusta" e colaborou para a mobilidade social de pessoas negras.
Por que a medida não é destinada aos povos indígenas?	Não há divergências sobre a destinação de políticas voltadas às pessoas discriminadas "injustamente" em virtude de serem indígenas, mulheres, homossexuais, portadores de necessidades especiais, etc.
O reconhecimento do conceito raça vai contra a idéia de integração do povo brasileiro.	Sendo a raça enquanto construto social um critério inequívoco que leva às desigualdades entre negros e brancos não se pode invisibilizá-la quando se pretende suprimir essa injustiça social.
As políticas de ação afirmativa levariam oportunistas aproveitarem da situação.	Trata-se de um risco provável, no entanto, devido ao estereótipo pejorativo atribuído aos negros, os oportunistas não seriam em excesso. Além disso, trata-se de novo momento de reflexão sobre o racismo no Brasil, porque as políticas compensatórias acontecem em um dos raros momentos em que não se perde, pelo contrário, se ganha com a identidade negra.
Medidas universalistas teriam o mesmo efeito.	A história mostra que as medidas universalistas não são suficientes, porque elas estão fundamentadas no princípio da igualdade, e para o combate à exclusão faz-se necessário também o princípio do reconhecimento da diferença.
Não existe na sociedade brasileira um consenso sobre a desigualdade causada pela raça.	As políticas de ação afirmativa colaboram para o debate sobre o racismo no Brasil; mais importante do que a busca de um único consenso, é trilhar no caminho da abolição do racismo, que afeta muitas pessoas no mundo.
Reforçariam a classificação social hierárquica.	Ataca a classificação social hierárquica através da garantia de igualdade de oportunidades.
Ferem os princípios constitucionais brasileiros.	Os princípios da constituição são amplos e abarcam uma multiplicidade de interpretações. Uma interpretação sistemática da constituição brasileira oferece elementos de defesa da discriminação positiva.

No que tange a esse debate sobre políticas de ação afirmativa, estou de acordo com aqueles que argumentam a respeito da sua importância. Para citar apenas quatro autores de destaque na academia, cujos argumentos se confrontam nesse debate, situaria Kabengele Munanga e Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, na posição a favor das políticas de ação afirmativa; e Ivone Maggie e Peter Fry, na posição contrária.

No que se refere à posição do movimento negro, não se faz necessário referi-la, porque já foi mencionado que esse movimento social foi o principal responsável para que a academia e o próprio Estado brasileiro absorvessem as políticas de ação afirmativa (Hofbauer, 2006: 9-56).

Dito isso, um dos grandes debates em torno das políticas de ação afirmativa leva a academia a se deparar novamente com a idéia de democracia racial – que abordamos no Capítulo 1. Ou seja, um dos argumentos contrários às políticas de ação afirmativa refere-se ao fato de que ele vai contra a idéia de democracia racial brasileira, que mesmo que seja mítica, faz parte da tradição cultural brasileira (DaMatta, 1984: 47). Isto é, somos "mestiços", portanto, não faria parte de nossa tradição cultural a idéia bipolar negro e branco, que se trata de influência "abusiva" da experiência dos negros estadunidenses, proposta pelo movimento negro (Guimarães, 2002b: 55; Maggie e Fry, 2004: 67-80).

À primeira vista, poucos se opõem que uma nação objetive uma relação inter-racial harmoniosa. Porém, outras questões foram colocadas, primeiramente, pelo movimento negro, liderado pelo sociólogo Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento e, em segundo, pela Escola Paulista de Sociologia, liderada pelo sociólogo Florestan Fernandes; elas são as seguintes:

1) Como foi argumentado, a democracia racial nunca existiu; trata-se de um mito, portanto, seria falso se referir ao passado e também ao presente do Brasil, como exemplo de sociedade de relacionamento inter-racial harmonioso.
2) O mito da democracia racial tem colaborado para a reprodução das desigualdades raciais, além de servir de base teórica para omissão, no que diz respeito ao preconceito racial, racismo e discriminação "injusta".

Para completar, a idéia do mestiço como autêntico brasileiro leva ao ocultamento de outras identidades culturais (gênero, pertença étnica e racial, classe e outras) na defesa de uma identidade nacional supostamente homogênea (Hall, 2005: 21).

Como demonstrei no capítulo anterior, o próprio movimento negro, durante a atuação da Frente Negra Brasileira, estava de acordo com esse princípio, no entanto, a experiência histórica mostrou, e os movimentos sociais e setores da academia perceberam, que enquanto houver racismo, o negro se integra na sociedade brasileira de forma excludente, isto é, sempre em posição hierárquica inferior àqueles classificados socialmente enquanto brancos.

Diante disso, o movimento negro passou a propor se integrar à nação com o princípio de reconhecimento de sua igualdade enquanto brasileiro e sua distinção enquanto negro. Resumiria essa nova postura da militância negra a partir da premissa intercultural proposta pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos: "temos o direito de ser iguais sempre que a

diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza" (Santos, 2006d: 290).

Na idéia de mestiço como autêntico povo brasileiro subjaz a ideologia da democracia racial. O Estado brasileiro não reconheceria o negro na sua distinção, apenas o reconheceria como igual, ou seja, brasileiro; porém em virtude do racismo da sociedade brasileira, essa diferença invisibilizada é vivida no cotidiano, levando a inferiorização daquele classificado como negro, ao mesmo tempo, em que mantém os privilégios daquele classificado como branco. Propugnar a democracia racial, mesmo como um futuro desejado, faz com que se fechem os olhos para opressão do presente, evitando que haja concretamente contra a discriminação "injusta".

No que refere à crítica dirigida, sobretudo ao movimento negro, no sentido de que se está propondo uma sociedade brasileira bipolar dividida entre negros e brancos (Maggie e Fry, 2004: 67-80). Eis os argumentos de Kabengele Munanga:

> (…) Essa integração das diversidades ou pluralidades culturais é o que caracterizaria, a meu ver, o assimilacionismo brasileiro e faz com que a chamada cultura nacional, feita de colcha de retalhos e não de síntese, não impeça a produção cultural das minorias étnicas, apesar da repressão que existiu no passado, mas apenas consiga inibir a expressão política dessas enquanto oposição dentro do contexto nacional
>
> (…)
>
> A luta dos movimentos negros brasileiros contemporâneos, que enfatiza muito o resgate de sua identidade étnica e a construção de uma sociedade pluriracial e pluricultural na qual o mulato possa solidarizar-se com o negro, em vez de ver suas conquistas drenadas no grupo branco, desmente a idéia de uma identidade mestiça conscientemente consolidada (Munanga, 2004: 118).

O movimento negro contemporâneo, segundo Munanga, não propõe uma sociedade brasileira bipolar negra e branca; pelo contrário, propõe uma sociedade pluriracial. Esse mesmo autor sustenta, em contraposição designadamente a Darcy Ribeiro[7], que a identidade nacional seria uma "colcha de retalhos", não uma unidade cultural.

8. A discriminação "justa" é uma forma emancipatória de utilizar a raça

Como havia dito no primeiro capítulo, ainda que a raça seja uma idéia que o opressor criou a respeito do outro, no Brasil, a raça enquanto construto social é uma idéia

[7] Em sua obra "O povo brasileiro", Darcy Ribeiro sustentava a idéia de identidade mestiça brasileira, uma idéia, portanto, de unidade cultural.

imprescindível na luta contra o preconceito racial, racismo e discriminação "injusta". Em suma, a luta pela promoção da igualdade racial implica uma maneira emancipatória de utilização da idéia de raça (Santos, 2002b: 112-116; Gomes, 2006a: 1-79).

As políticas de ação afirmativa que hoje se estendem por todo território brasileiro como forma de acesso ao conhecimento representam um exemplo de concretização de uma pauta emancipatória, particularmente do movimento negro, na sociedade brasileira. Refiro-me à emancipação como forma de transformação social e cultural em que o oprimido objetiva libertar-se das amarras da opressão (Gomes, 2006a: 7). No trecho transcrito, o sociólogo Elísio Estanque contribui para esse assunto:

> Por seu lado, os caminhos emancipatórios, de que fala Boaventura de Sousa Santos, também eles funcionam segundo modelos ambivalentes, sob constelações, na base das quais os grupos e as pessoas promovem hierarquias discrepantes, por vezes antagónicas, onde as igualdades e as *diferenças capacitantes* se inscrevem. Para evitar o risco de trivializar o conceito de emancipação – porque, se ela está em todo lado, não está em lado nenhum – há que situar as propostas emancipatórias em proporções adequadas. É esse o objetivo de uma teoria crítica pós-moderna, que passa, desde logo, pela identificação dos múltiplos lugares de opressão e suas possíveis interligações. Dir-se-á que a própria identificação de tais situações constitui em si mesma um primeiro passo para orientação emancipatória da acção, já que a nomeação pressupõe a existência de actores com capacidade de categorizar relações enquanto opressivas (Estanque, 2004: 300).

De acordo com os sociólogos Elísio Estanque e Boaventura de Sousa Santos, posso, realmente, considerar a política de ação afirmativa como uma forma de se utilizar a raça de maneira emancipatória, desde que seja "em uma proporção adequada", ou seja, a discriminação "justa" não é uma medida que irá culminar diretamente na supressão do racismo, porém, considero um passo importante nessa direção.

De acordo com uma visão marxista ou marxiana estrita, as políticas de ação afirmativa são inefetivas no caminho para a libertação humana, pois esta só seria possível com a superação da sociedade capitalista (Chasin, 2000: 91-100). Aqueles que sustentam as políticas compensatórias, no geral, reconhecem que a opressão vivida pelas pessoas não é apenas de classe. Aqui, faz-se necessário distinguir entre exploração e opressão. Se do ponto de vista dos estudos de classe, é possível identificar, nas relações capitalista, um eixo principal de exploração, a que se dá entre patrões e empregados, a verdade é que, no cotidiano para além dos conflitos interclasse, os seres humanos são submetidos a diferentes formas de opressão. Nesse sentido, no âmbito das relações raciais, a análise estrita da exploração de classe invisibiliza as desigualdades vividas no dia-a-dia pela prática do racismo. A luta contra diferentes formas de opressão salienta a necessidade de outros passos; o que não significa que

as políticas de discriminações "justas" não sejam uma resposta de "baixo para cima" e contra a manutenção do *status quo.*

Não convém esquecer das críticas à utilização do conceito de raça na luta anti-racista (Gilroy, 1998: 838-847); refiro-me nomeadamente ao teórico das questões sobre o racismo Paul Gilroy. Esse assunto já foi abordado no primeiro capítulo; agora, somente gostaria de acrescentar que os argumentos de Gilroy me levam a uma auto-crítica e necessidade de reavaliação da utilização do conceito raça no cenário brasileiro. Ainda que a raça seja empregada de forma emancipatória, como no exemplo das políticas de ação afirmativa – que também se referem a uma prática de "essencialismo estratégico" apontado por Avtar Brah (2006: 375) –, não é prudente a abstenção da crítica à idéia de essencialismo colocadas sobretudo pelos estudos culturais e pós-coloniais (Costa, 2006: 83).

A raça tanto pode ser encarada de maneira emancipatória bem como forma de restrição. Assume uma forma emancipatória quando empregada contra a opressão. Contudo a raça não deixa de ser também uma prisão, uma camisa de força, uma restrição (Fanon, s/d[1952]: 37-39) que se impõe desde sempre àquelas pessoas classificadas socialmente como negras e leva o ativista a lutar em um conflito existente antes mesmo da sua própria existência (Santos, 2006c: 95).

No Brasil, a raça, apesar de ser resiginificada positivamente pelo movimento negro, não deixa de ser uma idéia que o opressor inventou para classificar o outro em uma posição hierárquica inferior. Recentemente, os movimentos sociais têm apontado também para o poder e privilégios inerentes à identidade racial branca – branquitude. Ao fazerem isso, opõem-se à idéia normativa que naturaliza o branco como universal[8] e, nesse sentido, "provincializam" o branco.

Ressalto que esta é uma das lições que os anti-racistas a atuarem no cenário brasileiro podem aprender com autores como Paul Gilroy (Gilroy, 2001: 24): mesmo quando utilizamos estrategicamente conceitos essencialitas, o caráter emancipatório dessa utilização, não pode nos manter aprisionados àquelas categorias e nos obriga sempre à busca de outras emancipações possíveis.

Este capítulo completa o anterior, reforça o argumento que sustenta que as políticas de ação afirmativa são uma pauta cuja influência e pressão do movimento negro contribuiu para que fosse absorvida institucionalmente pelo Estado e como objeto de estudo pelas instituições

[8] Assim como será mostrado na Conclusão.

acadêmicas. As ações afirmativas são, hoje em dia, um tema de pesquisa presente em todo o território brasileiro.

Sublinha-se, assim, a influência do movimento negro que, entre erros e acertos, tem colaborado para que o Estado caminhe em direção à construção de uma sociedade mais justa e igualitária e, quiçá, não se abstenha do conflito com os interesses de mercado em favor daqueles que são mais explorados e oprimidos pelo inescrúpulo de poucos que detém o poder econômico, político, midíatico e, na maioria do casos, são brancos, apesar de muitas vezes, argumentarem que são mestiços, ou simplesmente não pensam sobre isso – afinal, "ser branco é não pensar a respeito". Será?

PARTE II

“PROVINCIALIZAR” O BRANCO

Capítulo 4: Os principais temas sobre as relações raciais

1. Procedimentos metodológicos

Neste capítulo, será detalhada a pesquisa realizada. O trabalho empírico consistiu em um levantamento dos resumos de teses e dissertações da produção sobre as relações raciais em trinta universidades públicas brasileiras. O motivo que me levou a escolher as universidades públicas deveu-se ao fato de que elas são as mais antigas e congregam o maior número de produções. Além disso, essas instituições são as mais reconhecidas pela excelência acadêmica, por isso, são as mais recomendadas pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Nível Superior)[1]. Com o objetivo de abranger todo o território nacional, em cada estado-membro da federação brasileira, foi pesquisada uma universidade, bem como no Distrito Federal. No estado de São Paulo, foram pesquisadas três universidades e no estado do Rio de Janeiro foram pesquisadas duas universidades. São Paulo e Rio de Janeiro receberam uma ênfase especial na pesquisa por uma razão principal, ambos estão localizados na região com maior produção acadêmica do Brasil. No caso de São Paulo, há um protagonismo devido à proeminência da Universidade de São Paulo (USP). O Rio de Janeiro, por sua vez, ganhou destaque no debate nacional sobre políticas de ação afirmativa, tendo a primeira universidade (UERJ) a implementar o referido sistema beneficiando estudantes negros.

Como é natural, a pesquisa partiu do pressuposto de que a USP teria a produção mais expressiva na área das relações raciais – fato que veio a ser confirmado pela pesquisa[2]. Além do mais, conjeturava-se que nesta universidade seria possível obter um maior número de produções em um período mais longo de tempo – fato igualmente confirmado. Na USP, foi possível recuar mais longe no tempo e compreender melhor os diferentes contextos históricos da produção acadêmica na temática racial e, com base nas leituras dos resumos de teses e dissertações, periodizar em quatro distintos momentos a produção acadêmica naquela universidade.

Ao eleger a Universidade de São Paulo como fonte principal da pesquisa, supus que os temas ali encontrados serviriam de modelo para a discussão da produção acadêmica sobre relações raciais no território nacional – fato que igualmente veio a se confirmar. Enquanto na USP foram levantados trinta e dois relacionados com a discussão das relações raciais, nas outras vinte e nove universidades, foram encontrados trinta e quatro temas. Por outras

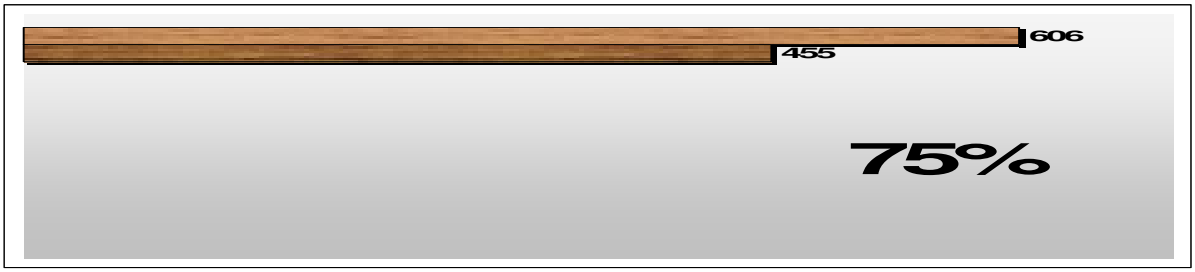
[1] Cf. site da Capes: http://servicos.capes.gov.br/projetorelacaocursos/jsp/grandeAreaDet.jsp
[2] Eu realizei uma pesquisa-teste na Universidade de São Paulo, nos títulos das teses e dissertações, antes de realizar essa pesquisa nos resumos das produções acadêmicas nas demais universidades.

palavras, a produção acadêmica nacional acrescentou apenas dois temas aos que foram produzidos na Universidade de São Paulo – regressarei a esse item adiante.

No estado de São Paulo, além da USP, pesquisei a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e a Universidade de Campinas (Unicamp). Foram levantados dados junto a essas duas universidades de forma a comprovar comparativamente a hipótese do protagonismo da produção acadêmica da Universidade de São Paulo. No estado do Rio de Janeiro, como já foi dito, optei em ampliar a pesquisa por outro motivo. Para além dos dados da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), estendi a pesquisa à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), neste último caso, para analisar os reflexos da temática racial na UERJ, por ter sido esta, a primeira instituição a adotar políticas de ação afirmativa, o que gerou uma discussão nacional de grande repercussão midiática (Costa, 2006: 148) – esse assunto foi abordado com detalhes no Capítulo 3.

A maneira que tive acesso aos resumos foi, na maioria dos casos, pelos sites das universidades. Tendo em vista um levantamento mais detalhado foi feita uma pesquisa presencial na USP para obter fotocópias dos resumos que não estavam disponíveis na Internet[3]. De maneira geral, procurei teses e dissertações que abordavam a temática racial, por meio da utilização de palavras-chave e consultando uma por uma das produções disponíveis. As expressões de busca que utilizei foram: branco, branquitude, negro, negra, negritude, raça, relações raciais, racismo, preconceito racial, discriminação racial, etnia, étnico/racial. Ao utilizar essas palavras, às vezes, somente encontrava uma produção com o emprego do último termo. Apesar disso, essa foi a melhor maneira que descobri para obter o maior número possível de dissertações e teses disponíveis. Do total das produções consultadas, consegui levantar os resumos de 75% das produções, 1/3, uma quantidade representativa, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 1
Porcentagem dos resumos disponíveis Brasil: 1957-2007



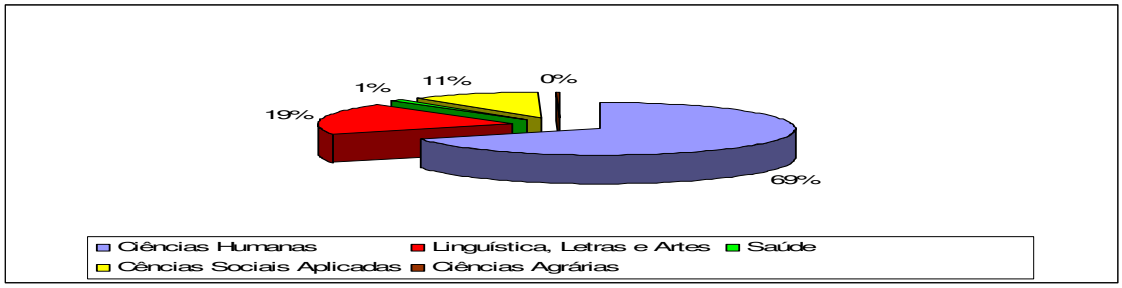
[3] Agradeço ao educador Roberto Carlos Camargo pela colaboração fundamental na pesquisa feita na Universidade de São Paulo.

A metodologia adotada procurou articular análises extensivas e intensivas, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Na análise quantitativa, foi possível levantar os resumos existentes na USP e nas outras vinte e nove universidades, a maioria universidades federais. Com esses dados foi possível construir amostras catalogando variáveis como: a área de concentração dos trabalhos, sua natureza, a distribuição da produção acadêmica por região do território brasileiro e o sexo dos pesquisadores. Ao todo foram levantadas 606 teses e dissertações relacionadas ao tema das relações raciais em todo território brasileiro. A relação dos trabalhos levantados está disponível no Apêndice.

À análise quantitativa associei métodos de análise qualitativa, nomeadamente a leitura dos resumos de teses e dissertações encontrados (Vala, 2005: 100-128; Costa, 2005, 140-141; Bardin, 2002: 114-115). Realizei um diálogo entre a teoria das relações raciais com os temas encontrados com o objetivo de chegar a resultados que não fossem meramente dados estatísticos. A leitura dos resumos permitiu-me definir os principais temas pesquisados na área das relações raciais, qualificando-os e contextualizando-os historicamente.

Não me restringi apenas à área das ciências humanas e ciências sociais aplicadas, onde hipoteticamente poderia haver maior número de produções. O quadro abaixo indica as áreas onde foram encontradas teses e dissertações: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Saúde e Linguística, Letras e Artes[4].

Gráfico 2
Áreas de concentração Brasil: 1957-2007



Pesquisei as produções acadêmicas em as todas as áreas a que tive acesso. Essa escolha levou-me a encontrar trabalhos interessantes como, por exemplo, no curso de medicina, que não possui histórico na produção de estudos sobre temáticas raciais:

[4] Essas classificações sobre as áreas do conhecimento seguiram o padrão proposto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil.

1) *Crescimento e puberdade em pacientes portadores de anemia falciforme* de Norma Lúcia Santos (Universidade de Sergipe, Estudos Clínicos e Laborais, 2005). Essa dissertação analisa a anemia falciforme, que é uma patologia que afeta na maioria dos casos o negro brasileiro.

2) *Comparação refratometrica entre ciclopentolato e a atropina em crianças negras* de Maria Inês Resende Valim Henrique (Universidade de São Paulo, Medicina, 1993). Esta dissertação é um estudo oftalmológico, realizado em crianças negras.

2. Hipóteses de trabalho

A pesquisa realizada sugeriu-me a seguinte hipótese central de trabalho:

- O tema branquitude é uma emergência nas pesquisas sobre as relações raciais

E as seguintes hipóteses secundárias:

- O movimento negro influencia a academia.
- O movimento negro influencia o Estado brasileiro.
- As políticas de ação afirmativa representam um exemplo de pauta de repercussão nacional cuja influência do movimento negro contribuiu para que fossem incorporadas pelo Estado e consequentemente pela academia brasileira.
- A branquitude aparece nas produções brasileiras abordada de maneira implícita.
- A branquitude é uma emergência que o movimento negro influenciou e influencia para que seja incorporada pela academia brasileira.

3. Auto-reflexão

Em razão desta dissertação *O branco "invisível"* expressar em todas as suas páginas a pessoa que sou, por partilhar da tese de Santos "de que todo conhecimento é auto conhecimento" (Santos 2003a: 50-55), realizarei neste momento uma auto-reflexão sobre a pesquisa realizada (Nunes, 2003: 66-67). Para começar revelo que, desde os primeiros diálogos com o orientador deste trabalho, o meu mestrado foi planejado com a intenção de ser continuado em um futuro programa de doutorado, que seria realizado tendo como área geográfica de pesquisa de campo o Brasil.

Segui este planejamento, as conclusões que pude chegar no mestrado restringiram-se à análise documental da produção acadêmica dos pesquisadores brancos e não-brancos. Portanto, não analisei os pesquisadores brancos de maneira direta, mesmo porque não havia elementos para obter os dados sobre a pertença étnico/racial dos acadêmicos, pela razão de que não estavam revelados nas fontes. Além disso, a autodefinição é o critério mais aconselhável para colher esse dado (Munanga, 2003: 122; Rocha e Rosemberg, 2007: 759-799).

Para ser franco, não tive a experiência de ser observado enquanto negro pelos pesquisadores dos quais analisei as produções, ao contrário do que terá sucedido ao sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que teve a experiência de ser observado enquanto português na pesquisa de campo que realizou na favela do Jacarezinho, na cidade do Rio de Janeiro (Brasil); isto ocorreu durante o seu doutorado na década de setenta do século anterior (Santos, 1995b: 126-249). Apesar da diferença, considero que tive uma experiência semelhante ao viver em Coimbra nesses dois anos, essa vivência marcou a minha pessoa e provavelmente reflete-se nesta dissertação.

Ao chegar em Coimbra, não deixei de ser observado enquanto negro, depois, negro e ativista. Os olhares sobre minha pessoa sempre foram constantes, esta é umas das marcas de minha vivência nesta cidade e particularmente no Centro de Estudos Sociais. Se, por um lado, no mestrado, não tive a experiência do trabalho de campo para observar os pesquisadores brancos brasileiros, por outro lado, o meu convívio no Centro de Estudos Sociais proporcionou-me a experiência de ser observado e de observar muitos pesquisadores brancos e não-brancos, a maior parte deles portugueses.

Se observei os brancos enquanto brancos, a maneira que sempre fui observado, foi enquanto negro e militante, que coincide com o modo como me apresentei. Nem sempre, foram necessárias as apresentações para ser encaixado nos estereótipos, primeiro de negro; segundo de militante. O primeiro critério dessa classificação foi em geral a aparência física. Não apenas classificavam-me como negro e brasileiro, como também negro e angolano, quando não distinguiam o sotaque, em razão de minha corporeidade (Gomes, 2003a: 1-14 e 2006b: 288-307).

Se o pesquisador Santos era reconhecido como uma pessoa estranha na favela, que se somava à surpresa a constatação de que era um cientista social português, porque os habitantes dessas moradias estavam familiarizados com antropólogos americanos (Santos, 1995b: 175-193); a maneira estereotipada sob a qual muitas vezes fui visto na cidade de Coimbra pode ser comparada metaforicamente com a imagem de um morador da favela que

entrou na academia (Teixeira, 2003: 14; Pinto, 1998: 168-210); ótica que coincide com a maneira como sou classificado quando frequento espaços culturais em localidades consideradas de elite, onde geralmente não se encontram os negros; refiro-me neste caso à realidade brasileira (Santos: 2006c: 96).

A minha maneira de ler o mundo perpassa por toda essa dissertação. Logo, não fui neutro; realizei a pesquisa em uma perspectiva parcial; esta foi a minha objetividade. Estou de acordo com Donna Haraway quando sustenta "que a objetividade […] trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência entre sujeito e objeto desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo o que aprendemos a ver" (Haraway, 1995: 21).

Portanto, *O branco "invisível"* foi escrito pelo ponto de vista do negro (Santos, 2006f: 26; Hall, 2003: 101-128; Bhabha, 2005: 239-245; Costa, 2006: 85). A minha opção, enquanto subalternizado, foi falar a respeito da subalternidade ao inverter a lógica, por outras palavras, o oprimido falar do opressor, o Oriente falar do Ocidente, o objeto falar do pesquisador, o negro falar do branco. Optei enquanto aquele que afronta a opressão, não apenas falar sobre a opressão ao enfocar o subalternizado, e sim, iniciar uma pesquisa que seguirá no doutorado, que procura falar também sobre o opressor (Spivak, 2007: 28-37; Memmi, 1989: 47).

Nesta minha intenção de inverter a lógica, encontrei estranheza por parte da maioria das pessoas com quem dialoguei, à exceção dos diálogos com Boaventura de Sousa Santos e José Manuel Mendes de Almeida[5]. Isso significa que, no consenso geral, as pessoas sustentavam que o foco da análise sobre o racismo fosse restringido ao negro enquanto objeto (Piza, 2002: 60; Sovik, 2004b: 315-325).

Pensar o branco enquanto objeto parecia incômodo para muitos brancos pesquisadores com quem conversava informalmente. Esses acadêmicos, apesar de sua experiência na análise de subalternizados, não refletiam sobre os privilégios do grupo ao qual pertencem, que provavelmente se entrelaça com algumas formas de subalternidade que investigam. Considero que essas impressões foram um dos aspectos que mais me chamaram atenção no período que vivi em Coimbra e de modo especial do meu convívio no Centro de Estudos Sociais.

Em uma modesta suposição, diria que a estranheza do branco de se pensar enquanto objeto se torna maior se, porventura, pensar-se enquanto objeto de um pesquisador negro e militante (Santos *et al*., 2005: 33-34). Fui classificado e apresentei-me muitas vezes enquanto

[5] Professor de sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais.

negro pertencente ao movimento negro[6], posso deduzir que, esta história pessoal reflete-se nesta dissertação como "em um jogo de espelho" (Santos, 1995b: 124-249). Este trabalho traz-me a responsabilidade da auto-vigilância epistemológica em minha tarefa de realizar uma análise que não é neutra e, entretanto, parcial. Por esta razão concordo com Haraway quando sustenta que as perspectivas dos subalternizados não são inocentes e isentas de uma reavaliação crítica, todavia "são preferidas porque parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas e transformadoras do mundo" (Haraway, 1995: 23; Santos, 2002b: 31).

Apesar de minha atuação em movimentos sociais, somente no curso *Pós-colonialismos e Cidadania Global* pude perceber a dimensão do papel dos movimentos sociais na sociedade local e global contemporânea (Meneses, 2005b: 425-467; Santos, 2003b: 11-23; Santos *et al.,* 2005: 21-101; Santos e Avritzer, 2003: 53-54; Santos e Rodriguez, 2003: 23-32; Santos e Nunes, 2004: 34-44; Mendes, 2004: 147-158; Estanque, 2004: 297-334). Quanto à dimensão do papel dos movimentos sociais identitários e a sua relação com o tema branquitude na sociedade brasileira, reconheço que passei a perceber nos diálogos com Boaventura de Sousa Santos nas reuniões de orientação.

Os encontros com o orientador foram fundamentais, principalmente, para poder formular as hipóteses do trabalho depois do primeiro contato com as fontes de informação que foram as teses e dissertações. A minha estadia no Centro de Estudos Sociais possibilitou-me as condições para que realizasse a dissertação com base em fontes documentais e proporcionou-me impressões que contribuirão com o trabalho que será desenvolvido no doutorado. Refiro-me particularmente à experiência que foi observar e ser observado pelos pesquisadores portugueses, durante o meu convívio no CES.

Nesta auto-reflexão, a minha pertença étnico/racial não deixou de ser uma apresentação pública de umas das minhas identidades culturais (Hall, 2007: 199-201). Agi

[6] Lourenço Cardoso participa do movimento negro em atividades políticas e culturais frequentemente, desde 1998. Foi estudante e professor da Educafro, curso pré-vestibular para negros e "carentes" (ou seja não-negros pobres) de 1998 até 2005. Ministrou o curso História negra no Brasil no Centro Cultural Solano Trindade em 2002. Participou do início de uma discussão sobre a branquitude no Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) em 2005. Palestrou em escolas públicas e entidades do movimento negro; participou de outras atividades organizada pelos movimentos sociais. Entre as suas atividades artísticas, encontram-se a publicação do livro de poesia *O peso do mundo*, São Paulo, edição de autor, 2002, a participação da antologia poética *Cadernos Negros*, vol., 21 & 29; 1998 & 2006 e as peças de teatro intituladas, *Preto*; *Se deus mesmo deu autoridade ao homem* e *Hitler vai a Hitler o inferno que é Hitler*, além do roteiro do curta-metragem chamado: *Cabelo ruim é que cai* que participou do Festival do Minuto na Pontífica Universidade Católica de São Paulo (Brasil) em 2002. Em Coimbra, participou da diretoria da Associação dos Pesquisadores e Investigadores Brasileiros em Coimbra (APEB) em 2006 – 2007; foi presidente do Fórum dos Estudantes e Investigadores da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa em Coimbra (AEI - CPLP) em 2006 – 2007; participou das seguintes antologias poéticas: VÁRIOS AUTORES. *Revista Oficina de Poesia.* Viseu: Palimage Editora, 2006 e VÁRIOS AUTORES. *Revista Oficina de Poesia: 10 Anos.* Viseu: Palimage Editora, 2006.

dessa forma para fazer frente ao racismo, ao ter como primeira intenção viver de forma sadia. Identificar-me enquanto negro e resignificar o sentido pejorativo dessa classificação foi necessário, porque ao nascer fui classificado negro, com todos os significados que se referem aos estereótipos depreciativos semelhantes aqueles do período colonial (Memmi, 1989: 21; Bhabha, 2005: 105-128; Pinto, 1998: 168-210).

Procurei insurgir-me ao sustentar o argumento de que o negro não é um ser inferior, assim como não é especial, pois estou plenamente de acordo com Stuart Hall, quando assevera que não se pode sustentar a idéia de sujeito negro essencial (Hall, 2003: 247). Apesar do negro não ser uma categoria de essência, a luta anti-racismo continua a ser necessária, porque a raça é uma construção social no Brasil (Guimarães, 2002b: 48-61; Roediger, 2000: 1-17). O racismo afeta todos aqueles que são classificados como negros, quando o conflito racial se manifesta em seu grau máximo, pode provocar o extermínio do grupo inferiorizado (Santos, 2006d: 261).

Na pesquisa realizada, algumas produções apontam essa relação entre mortalidade negra e o racismo. A título de ilustração, citarei três produções em diferentes regiões brasileiras: Universidade Federal da Bahia (UFBA), na região Nordeste; Universidade de Brasília (UNB), na região Centro-Oeste e Universidade de São Paulo (USP), na região Sudeste.

I. *Os donos do pedaço: delinquência juvenil em um bairro popular da cidade de Salvador* (UFBA, Mestrado, 1996). Essa dissertação de Gino Tappareli analisa a história de vida de vinte e cinco jovens que ao longo de dois anos foram mortos.
II. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro* (UNB, Direito, 2006). Essa dissertação de Ana Luiza Pinheiro Flauzina analisa a relação entre o sistema penal e a mortalidade negra.
III. *Racismo e saúde* (USP, Saúde, 1998). Essa tese de Maria Inês da Silva Barbosa realiza uma comparação entre mortalidade dos negros e a dos brancos. A pesquisadora conclui que a principal causa de morte dos negros seria o assassinato, e a do branco o ataque cardíaco[7].

Essas três produções mostram como a pertença/étnica racial pode ser umas das razões que levam a morte, este é um problema de saúde pública na sociedade brasileira, assim como

[7] A respeito dessa tese, um jornal brasileiro publicou a reportagem com o seguinte título: *Negro morre a bala e branco do coração in* "Folha de São Paulo 'São Paulo' " domingo, 17 de Maio de 1998.

mostra, *O Atlas racial brasileiro*[8]. Este Atlas mostra que "uma pessoa negra nascida em 2000 viverá, em média, 5,3 anos menos do que uma pessoa branca" (PNUD/CEDEPLAR, 2004). Daqui que se extrai a idéia que ser negro no Brasil faz com que a pessoa esteja em desvantagem social e esta pode ser a razão de sua morte. Por isso não se trata de uma identidade cultural irrelevante (Silva, 2000: 33-49 sob Nelson Valle; Hasenbalg, 2005: 225-231).

3.1 Negro: usos & sentidos

Ser negro brasileiro possui uma história de usos e sentidos históricos, sociais e culturais que variam no decorrer do tempo. No primórdio da colonização portuguesa foi utilizado o termo negro da terra para classificar os ameríndios e negro de Guiné para classificar os africanos. Naquele momento, ser negro significava ser selvagem, ou seja, o contrário do colonizador, que era o civilizado (Santos *et al*., 2005: 28-29; Moura, 2004: 288-289; Alencastro, 2000: 117-187).

A escravidão africana foi um fato marcante do primórdio da colonização portuguesa até a Primeira República. Ser negro significava principalmente ser escravo, escravo africano, descendente de africano, quilombola[9], forro[10] e outras denominações nessa mesma linha (Lopes, 2004: 551-553; Moura, 2004: 24; Alencastro, 2000: 44-70). A escravidão é o denominador comum que influenciará os diversos tipos de negritudes e/ou identidades negras, que surgem no contexto mundial (Munanga, 1988: 5-7; Costa, 2006: 115-121; Gilroy, 2001: 369-370; Almeida, 2000: 234-235).

Em tese, com a abolição da escravidão, em 1888, o negro não deveria significar escravo. No entanto, permaneceu a sua associação ao passado escravista e aos traços físicos, como cabelos, lábios, nariz, pele escura que simbolizavam feiura, pouca inteligência, indolência e inumanidade. Os estereótipos raciais que classificavam os negros eram semelhantes ao do período colonial (Memmi, 1989: 21; Bhabha, 2005: 105-128; Pinto, 1998: 168-210).

Na virada do século XIX, a classificação hegemônica feita pelos cientistas apontavam que o negro era inferior biologicamente na sociedade brasileira (Arendt, 2006: 215-229;

[8] O Atlas racial brasileiro é um banco de dados eletrônico que reúne uma série de indicadores sociais reunidos por raça e cor.
[9] O negro quilombola era o negro que vivia nos quilombos que eram habitações onde viviam negros escravizados fugidos, e outras pessoas marginalizadas pelo o governo da época, cf. cap. II.
[10] O negro forro é aquele que conseguia a alforria, isso significa a liberdade do regime escravocrata.

Schwarcz, 1994: 137-152)[11]. Na década de trinta do século XX, os negros passaram a falar por si, com o aparecimento da entidade Frente Negra Brasileira – abordada no Capítulo 2 (Costa, 2006: 218). Para os frentenegrinos, ser negro era ser de uma cultura inferior – situação que poderia ser corrigida com a educação (Hofbauer, 1999: 296). Ser negro já não era ser inferior biologicamente; significava ser inculto e a única cultura a ser valorizada seria a cultura ocidental (Said, 2004: 86).

O sociólogo Gilberto Freyre foi uns dos intelectuais, que ao criticar o racismo biológico, optou pelo enfoque de cultura e civilização, isto é, estará implícito no seu argumento a idéia de cultura civilizada e cultura incivilizada que pode ser corrigida pela educação oferecida pela cultura superior (Guimarães, 2005c: 55). Os negros frentenegrinos coincidiam com Gilberto Freyre nessa idéia que associa o negro à raça atrasada. Essa foi uma influência da antropologia norte-americana, especialmente, do antropólogo teuto-americano Franz Boas, que foi professor de Gilberto Freyre (Hofbauer, 1999: 196; Greenfield, 2001: 35-52; Guimarães e Macedo, 2007: 1-17).

Na década de cinquenta do século passado, Alberto Guerreiro Ramos propôs uma outra dimensão para o significado de ser negro. Para Guerreiro Ramos ser negro significava ser povo brasileiro, em oposição ao branco, que significava ser elite. Por consequência desse pensamento, esse sociólogo vai sugerir que se juntem negros e pardos na classificação de negros em 1957, porque essas duas categorias, que indicam a pertença étnica e racial, possuiriam os mesmos indicadores sociais, também, representariam o povo brasileiro (Guimarães, 2005c: 89)[12].

Ser negro passou a ter uma outra dimensão, que não significava ser inferior biologicamente, nem culturalmente. Esse argumento foi sustentado por sociólogos de prestígio na academia brasileira como, Carlos Hasenbalg que, no seu livro clássico *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil,* agregou os termos negro e pardo para identificar os não-brancos, como havia proposto Guerreiro Ramos, chegando à conclusão de que existiriam desigualdades raciais em consequência do racismo no Brasil (Hasenbalg, 2005: 17-25).

Esta metodologia foi criticada, ao dizerem que seria uma importação acrítica do binarismo branco e negro norte-americano. Apesar das críticas, essa obra de Hasenbalg tornou-se um marco nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, instrumentalizando o

[11] Esse tema foi abordado com mais detalhes no primeiro capítulo.
[12] O sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães vai dizer que Guerreiro foi o pioneiro nessa proposta, porém a antropóloga Moema de Poli Teixeira diz que a agregação negro e pardo é sugerida desde Costa Pinto em 1952 (Teixeira, 2003: 52).

movimento negro, que já utilizava o procedimento de agregar negros e pardos por influência de Guerreiro Ramos e dos negros norte-americanos (Munanga, 2004: 138)[13].

Nos anos 1970, o Brasil vivia um período ditatorial que durou vinte e um anos[14], os movimentos sociais somente recuperaram o seu vigor com o enfraquecimento da ditadura[15]. Nesse contexto surge o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978. O MNU recebeu muitas influências do cenário mundial, como o movimento da negritude francês, dos 1930, que já haviam influenciado lideranças negras como Abdias do Nascimento nos anos 1950 (Guimarães, 2002b: 99-104; Césaire, 1971: 5-79). O movimento negro no Brasil também recebeu influências do movimento pan-africanista, que sustentava a idéia de valorização da história e cultura africana e o desejo de solidariedade de todos os africanos e negros da diáspora (Munanga, 1988: 34-48).

Nesse contexto a negritude brasileira, expressa especialmente através do movimento negro, passou a reagir de forma incisiva contra o estereótipo pejorativo atribuído à sua pertença étnica e racial, procurando a libertação do complexo de inferioridade que era atribuído à negritude (Fanon, s/d[1952]: 37-39). A partir de então, ser negro foi resignificado com atributos positivos. Um dos autores mais influentes dessa resignificação foi o intelectual norte-americano W. E. Du Bois, portanto, especialmente nesse momento ser negro deixou de ser motivo de vergonha passando a ser motivo de orgulho.

Ainda, no cenário norte-americano – nos anos 1960 e 1970 –, o mundo acompanhou o movimento pelos Direitos Civis e as atuações de lideranças de influência internacional como: Martin Luther King e Malcolm X que, apesar de serem pessoas diferentes, muitas vezes, divergentes, mostraram aos negros brasileiros que a negritude deveria ser altiva (Piza, 2002: 68; Cleaver, 1971: 63-79; Guimarães, 2002b: 9-16).

Além do cenário norte-americano, a luta pela libertação das colônias africanas, nomeadamente, as lusófonas envolvidas na guerra ultramar, levava ao movimento social negro, principalmente o MNU posicionar-se em uma atitude de solidariedade aos negros africanos. Os discursos proferidos iam em direção a estimular o sentimento de solidariedade entre os negros da diáspora, espalhados pelo mundo e também com os negros africanos (Costa, 2006: 112-121; Hall, 2007: 199-202; Cabral, 1976: 32-37).

Diante desse contexto, ser negro no Brasil passa a ser motivo de orgulho e transforma-se em um dos argumentos do movimento negro. Trata-se de uma atitude marcada pela reação

[13] Este assunto é melhor detalhado no Capítulo 1.
[14] A ditadura do Regime Militar foi instaurada pelo Golpe de Estado que tirou do poder o presidente João Goulart em 1964 e estendeu-se até 1985.
[15] Mais detalhes sobre esse assunto no Capítulo 3.

ao racismo, levando os ativistas negros a sentirem-se especiais. Esse significado especial seria um atributo de essencialidade inerente à negritude (Hall, 2007: 347; Fanon, s/d[1952]: 37). Essa condição de ser "especial", ou de possuir qualquer atributo que distingue a negritude denominada de ótica racista-anti-racista, em virtude, de se encontrar implícito o conceito de raça (Appiah, 1997: 75-76).

Nesse assunto, partilho com Guimarães a idéia da necessidade da raça e que a ótica praticada nas ações do movimento negro não seria racista-anti-racista, e sim racialista[16] anti-racista. A raça enquanto conceito analítico e de luta seria um instrumento à disposição dos movimentos sociais e da ciência para lidar com a realidade empírica, quando apresenta o componente racial inequívoco (Guimarães, 2005c: 67-68).

Ser negro, afinal, significa múltiplas negritudes na realidade brasileira nos dias de hoje. Essas negritudes coincidem e contrastam com as definições de negritudes teorizadas (Hall: 2007: 199-202). Tanto coexistem as idéias de negro identificado pelos próprios negros como complexado, ou inferior culturalmente, quanto com atributo "essencial especial" (Fanon, s/d[1952]: 38-39).

A expressão da negritude expressa no movimento negro desde os anos 1990 seria a negritude como "essencialismo estratégico". Portanto, o negro não ignora que, ao se identificar politicamente enquanto negro esteja a reivindicar uma identidade com caráter essencialista, realiza essa opção por necessidade estratégica, assim como sustenta Avtar Brah:

> Embora eu tenha argumentado contra o essencialismo, é claro que não é fácil tratar desse problema. Em sua necessidade de criar novas identidades políticas, grupos dominados muitas vezes apelarão para laços da experiência cultural comum a fim de mobilizar o seu público. Ao fazê-lo, podem afirmar uma diferença aparentemente essencial. Spivak e Fuss argumentaram a favor do tal essencialismo estratégico (Brah, 2006: 375).

Ser negro na sociedade brasileira não significa uma única negritude, identificar-se enquanto negro não significa necessariamente ignorar o caráter essencialista dessa identidade cultural. Estou plenamente de acordo com Paul Gilroy, quando sustenta que "a representação do corpo humano não pode ser o repositório fundamental da ordem racial" (Gilroy, 2001: 24). Porém, no contexto brasileiro identificar-se enquanto negro, em um essencialismo estratégico, tem alcançado algumas conquistas no objetivo da supressão do racismo.

Apesar dos riscos que todos os essencialismos podem proporcionar, trata-se de uma estratégia, que está sempre sujeita à crítica e reavaliações. Um exemplo das conquistas do

[16] Racialismo seria uma ótica racial que não necessariamente é racista (Guimarães, 2005c: 211-212).

movimento negro ao utilizar o essencialismo estratégico são as políticas de ação afirmativa conforme foi abordado no Capítulo 3.

Sempre se colocará a necessidade da reflexão de que, por trás da relação negro e branco, esconde-se um negro opressor. Admito, sou também opressor e partilho dos benefícios dessa opressão, mais concretamente, sou opressor enquanto homem e, consequentemente, me beneficio dos privilégios de uma sociedade machista (Memmi, 1989: 47). Outro ponto a ser considerado, esta dissertação contém uma narrativa na ótica masculina universalista, proveniente da minha cegueira machista (Haraway, 1995: 18; Mignolo, 2003: 649; Santos, 2002b: 226-235). Exponho-me nesta autocrítica, com o compromisso de me opor contra todo os tipos de opressão e contra todas as vantagens dela advindas (Santos, 2002b: 352). Começarei, então, pelo questionamento dos meus próprios privilégios. Esse será um objetivo a ser construído no dia-a-dia. Para concluir, resta dizer que, o fato de ser opressor não deslegitima a minha opção de ser contra a opressão, pelo contrário, torna à tarefa mais difícil.

4. Quadro geral da produção acadêmica brasileira sobre relações raciais

Em seguida, apresentarei uma tabela que procura traçar o quadro geral de teses e dissertações sobre relações raciais nas cinco regiões do Brasil: Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Essa tabela foi elaborada para juntar as informações gerais recolhidas em cada quadro individual que elaborei para cada universidade (cf. Apêndice 2). Essa tabela geral tornou possível elaborar os gráficos que serão utilizados em diferentes momentos desta dissertação. Contém as seguintes informações:

1) A universidade pesquisada.
2) O período que foi produzido as teses e as dissertações.
3) O total dos trabalhos levantados.
4) A área de concentração onde foram defendidas: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Agrárias.
5) A natureza dos trabalhos: mestrado ou doutorado.
6) Total dos resumos disponíveis.

Para facilitar a recolha de informações, nessa tabela, as universidades foram organizadas pelas regiões brasileiras: Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A ilustração abaixo mostra as cincos Regiões brasileiras.

Quadro geral da produção acadêmica brasileira sobre relações raciais
Total analisado: 606 teses e dissertações
Período: 1957-2007
Ilustração 1: Território brasileiro

Regiões do Brasil:

Sudeste

Sul

Centro-Oeste

Norte

Nordeste

Tabela 1 – Quadro geral da produção acadêmica brasileira sobre relações raciais

Região: Sudeste

UNIVERSIDADE	PERÍODO	REGIÃO DO BRASIL	TOTAL DOS TRABALHOS LEVANTADOS	ÁREAS DE CONCENTRAÇAO					NATUREZA DOS TRABALHOS		TOTAL DOS RESU-MOS DISPO-NÍVEIS
				Ciências Humanas	Linguística, Letras e Artes	Saúde	Ciências Sociais aplicadas	Ciências Agrárias	Mestrado	Doutorado	
1) Universidade Estadual do Rio de Janeiro	1993 – 2007	Sudeste	35	30	5	---	---	---	32	3	4
2) Universidade Federal do Espírito Santo	1999 – 2005	Sudeste	6	---	6	---	---	---	6	0	---
3) Universidade Federal de Minas Gerais	1984 – 2006	Sudeste	35	12	17	---	6	---	9	26	18
4) Universidade Federal do Rio de Janeiro	1976 – 2007	Sudeste	64	38	11	---	15	---	46	18	58
5) Universidade Federal de São Carlos	2003 – 2006	Sudeste	16	16	---	---	---	---	12	4	16
6) Universidade de Campinas	2000 – 2007	Sudeste	77	65	11	---	1	---	47	30	76
7) Universidade de São Paulo	1957 – 2006	Sudeste	146	103	26	3	13	1	78	63	145
SOMA DAS PARTES											
7	1957 – 2007	Sudeste	379	264	76	3	35	1	230	144	317

Tabela 2 – Quadro geral da produção acadêmica brasileira sobre relações raciais

Região: Sul

UNIVERSIDADE	PERÍODO	REGIÃO DO BRASIL	TOTAL DOS TRABALHOS LEVANTADOS	ÁREAS DE CONCENTRAÇAO					NATUREZA DOS TRABALHOS		TOTAL DOS RESU-MOS DISPO-NÍVEIS
				Ciências Humanas	Linguística, Letras e Artes	Saúde	Ciências Sociais aplicadas	Ciências Agrárias	Mestrado	Doutorado	
1) Universidade Federal do Paraná	----------	Sul	----------	----------	----------	---------	----------	----------	----------	----------	---------
2) Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1983 – 2006	Sul	40	29	6	1	4	----------	9	31	15
3) Universidade Federal de Santa Catarina	1991 – 2006	Sul	29	17	9	1	2	----------	25	4	28
SOMA DAS PARTES											
3	1983 – 2006	Sul	69	46	15	2	6	----------	34	35	43

Tabela 3 – Quadro geral da produção acadêmica brasileira sobre relações raciais

Região: Centro-Oeste

UNIVERSIDADE	PERÍODO	REGIÃO DO BRASIL	TOTAL DE TRABALHOS LEVANTADOS	ÁREAS DE CONCENTRAÇAO					NATUREZA DOS TRABALHOS		TOTAL DOS RESU-MOS DISPO-NÍVEIS
				Ciências Humanas	Linguística, Letras e Artes	Saúde	Ciências Sociais aplicadas	Ciências Agrárias	Mestrado	Doutorado	
1) Universidade Federal de Goiás	----------	Centro-Oeste	----------	----------	----------	---------	----------	----------	----------	----------	---------
2) Universidade Federal do Mato Grosso	2001 – 2006	Centro Oeste	3	2	1	---------	----------	----------	3	0	0
3) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	2003 – 2005	Centro Oeste	3	3	----------	---------	----------	----------	3	0	0
4) Universidade de Brasília	1974 – 2006	Centro Oeste	75	47	12	---------	16	----------	62	13	37
SOMA DAS PARTES											
4	1974 – 2006	Centro Oeste	81	52	13	---------	16	----------	68	13	37

Tabela 4 – Quadro geral da produção acadêmica brasileira sobre relações raciais

Região: Norte

UNIVERSIDADE	PERÍODO	REGIÃO DO BRASIL	TOTAL DOS TRABALHOS LEVANTADOS	ÁREAS DE CONCENTRAÇAO					NATUREZA DOS TRABALHOS		TOTAL DOS RESU-MOS DISPONÍVEIS
				Ciências Humanas	Linguística, Letras e Artes	Saúde	Ciências Sociais aplicadas	Ciências Agrárias	Mestrado	Doutorado	
1) Universidade Federal do Acre	----------	Norte	----------	---------	----------	------	----------	----------	---------	----------	---------
2) Universidade Federal do Amazonas	----------	Norte	----------	---------	----------	------	----------	----------	---------	----------	---------
3) Universidade Federal do Pará	1999-2006	Norte	5	4	----------	------	1	----------	5	0	4
4) Universidade Federal de Roraima	----------	Norte	----------	----------	----------	------	----------	----------	---------	----------	---------
5) Universidade Federal do Amapá	2000	Norte	1	----------	1	------	----------	----------	1	0	1
6) Universidade Federal da Rondônia	----------	Norte	----------	----------	----------	------	---------	----------	---------	----------	---------
7) Universidade de Tocantins	----------	Norte	----------	----------	----------	------	---------	----------	---------	----------	---------
SOMA DAS PARTES											
7	1999 – 2006	Norte	6	4	1	-----	1	----------	6	----------	5

Tabela 5 - Quadro geral da produção acadêmica brasileira sobre relações raciais

Região: Nordeste

UNIVERSIDADE	PERÍODO	REGIÃO DO BRASIL	TOTAL DOS TRABALHOS LEVANTADOS	ÁREAS DE CONCENTRAÇAO					NATUREZA DOS TRABALHOS		TOTAL DOS RESU-MOS DISPO-NÍVEIS
				Ciências Humanas	Linguística, Letras e Artes	Saúde	Ciências Sociais aplicadas	Ciências Agrárias	Mestrado	Doutorado	
1) Universidade Federal de Alagoas	2006	Nordeste	1	----------	1	------	----------	----------	1	----------	1
2) Universidade Federal da Bahia	1989-2005	Nordeste	41	32	7	------	2	----------	33	8	36
3) Universidade Federal do Ceará	1995-2005	Nordeste	7	4	2	1	----------	----------	6	1	0
4) Universidade Federal da Paraíba	1985-2006	Nordeste	9	8	----------	------	1	----------	9	0	9
5) Universidade Federal do Pernambuco	1983-2006	Nordeste	5	5	----------	------	----------	----------	5	0	4
6) Universidade Federal do Piauí	----------	Nordeste	----------	----------	----------	------	----------	----------	----------	----------	---------
7) Universidade Federal do Sergipe	2005	Nordeste	2	1	----------	1	----------	----------	2	----------	2
8) Universidade Federal do Maranhão	1999-2004	Nordeste	5	----------	----------	------	5	----------	4	1	1
9) Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2004	Nordeste	1	1	----------	------	----------	---------	1	----------	---------
SOMA DAS PARTES											
9	1983-2006	Nordeste	71	51	10	2	8	----------	61	10	53

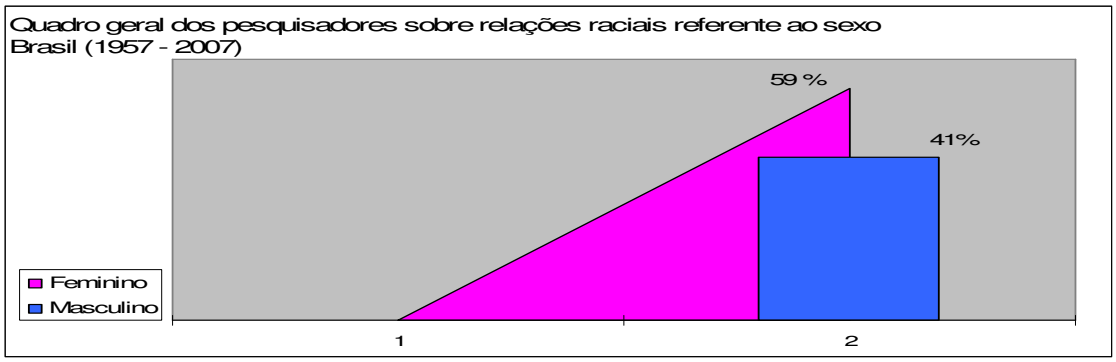
Nas tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 o primeiro aspecto que se nota é a confirmação de que a Universidade de São Paulo se destaca dentre as universidade na temática pesquisada. Tal instituição possui um maior número de teses e dissertações e em um intervalo de tempo mais longo.

Em todas as regiões brasileiras, esta pesquisa se estende de 1957 a 2007. A USP serviu também como modelo para as áreas de concentração que foram: Ciências Humanas, Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias e Linguística, Letras e Artes. Somente na Universidade de São Paulo aparecerá uma tese na área das ciências agrárias denominada: *Jovens brasileiros no mercado de trabalho: o conflito entre o estudo, trabalho e a crise do desemprego,* de Nancy de Deus Vieira Silva (Universidade de São Paulo, ESALQ[1], 2001). Essa produção de Silva analisa o jovem no mercado de trabalho considerando a discriminação racial na zona rural. Outro aspecto a ser notado nessa pesquisa é a expressividade da região Sudeste na produção sobre a temática racial[2].

O Gráfico 2, apresentado no início deste capítulo, apontou que no Brasil a área de ciências humanas concentra o maior número de produções sobre relações raciais. A distribuição das produções pesquisadas por área de concentração é a seguinte: Ciências Humanas, 69%; Linguística, Letras e Artes, 19%; Ciências Sociais Aplicadas, 11% e Saúde, 1%.

Em seguida, analisarei os dados levantados junto às teses e dissertações de acordo com o sexo dos pesquisadores.

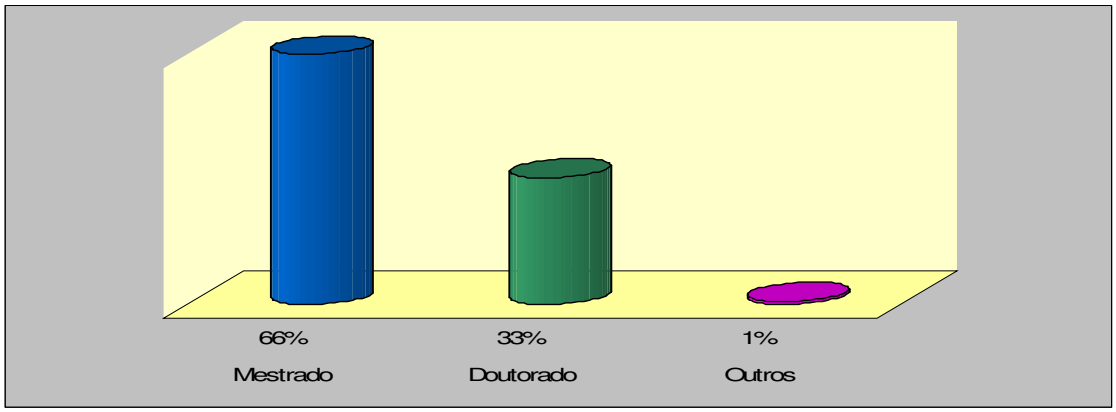
Gráfico 3
Os pesquisadores quanto ao sexo



[1] Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.
[2] As diferenças regionais serão abordadas no próximo capítulo.

As mulheres produziram 59% e os homens 41% do total das teses e dissertações. As implicações desses números estão detalhadas no Capítulo 2 e no próximo capítulo.

Gráfico 4
Natureza dos trabalhos – Brasil: 1957-2007



Quanto à natureza dos trabalhos, sobressaem-se as dissertações de mestrado. Neste gráfico, os trabalhos estão concentrados no mestrado 66%, doutorado 33% e outros 1%.

Os textos acadêmicos referentes a esses 1%, referem-se a teses de livre docência e de provimento de cátedra. Ao todo, são cinco, todas pertencentes à Universidade de São Paulo. Estes trabalhos foram contados à parte porque a Universidade de São Paulo é a fonte principal da pesquisa e também porque nessa pequena amostragem, encontra-se a tese clássica do sociólogo Florestan Fernandes, denominada *Integração do negro na sociedade de classes*, que foi analisada no primeiro capítulo. Abaixo, apresento as cinco produções contidas nesse pequeno percentual.

Tabela 6 – Teses de Livre Docência e de Provimento de Cátedra na Universidade de São Paulo

Nº	Ano	Nível	Título	Autor	Subárea
1	1964	Provimento de Cátedra	Integração do negro na sociedade de classes	Fernandes, Florestan	Ciências Sociais
2	1991	Livre Docência	Construções míticas e historia: estudos sobre as representações simbólicas e relações raciais em São Paulo do século XVIII a atualidade	Trindade, Liana Maria Salvia	Antropologia Social
3	1994	Livre Docência	Transformação de narciso: percursos, diálogos, reflexões em educação	Fischmann, Roseli	Ciências Humanas
4	1997	Livre Docência	Racismo e anti-racismo no Brasil	Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo	Sociologia
5	2005	Livre Docência	África: visita à contemporaneidade	Hernandez, Leila Maria Gonçalves Leite	História Contemporânea

5. Os temas apontados pela pesquisa dos resumos de teses e dissertações (Universidade de São Paulo: 1957-2006)

Tendo em conta que o meu pressuposto inicial era a ausência do branco enquanto tema de pesquisa, uma pergunta natural daí decorrente é: Se o branco não aparece, quais seriam os temas dos estudos sobre as relações raciais? O resultado da pesquisa apontou 34 temas no Brasil, dentro os quais 32 se encontram na Universidade de São Paulo.

Antes de analisar os temas apontados pelas 30 universidades nas 5 regiões do Brasil, restringir-me-ei a apresentar os temas encontrados na USP, já que esta instituição fornece mais elementos para que se possa compreender os diferentes períodos da produção acadêmica brasileira (Santos, 2006e: 217-226; Fanon s/d[1952], 45; Memmi, 1989, 126-127).

Tabela 7 – Temas encontrados na produção sobre as relações raciais na Universidade de São Paulo no período de 1957 a 2006

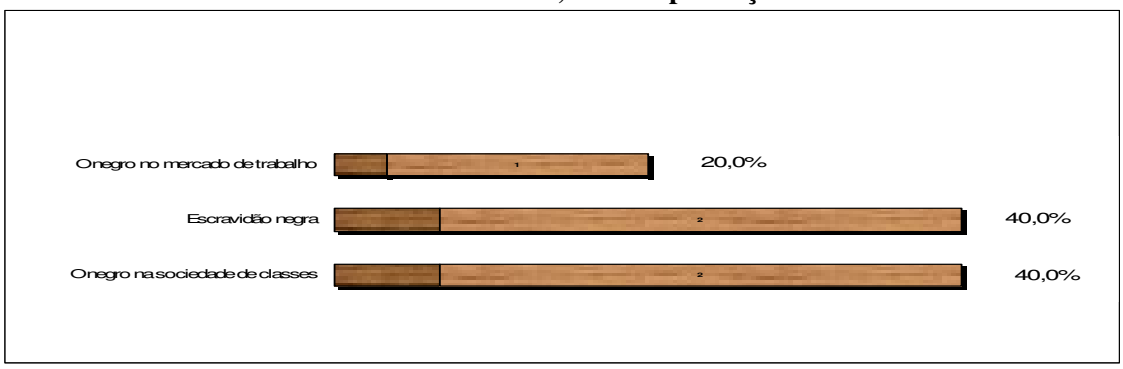
1	O negro estrangeiro (6), (8)
2	O negro na educação (7), (8)
3	Relação racial no Brasil imperial e na república (8)
4	Política de Ação Afirmativa (7), (8)
5	Cultura negra (7), (8)
6	Identidade negra (6),(8)
7	O negro na sociedade de classes (5), (6), (8)
8	Democracia racial (8)
9	Religiosidade afro-brasileira (7), (8)
10	O negro na mídia (6), (7), (8)
11	Desigualdade racial (8)
12	Juventude negra (7), (8)
13	Escravidão negra (5), (7), (8)
14	O negro nas letras e nas artes (6), (8)
15	Movimento negro (7), (8)
16	Identidade brasileira e relação racial e étnica (7), (8)
17	Mulher negra (8)
18	Anti-racismo (7), (8)
19	Branquitude (8)
20	Remanescentes de quilombos (8)
21	África (7), (8)
22	O negro na saúde (7), (8)
23	Psicologia do racismo (7), (8)
24	Movimento hip-hop (7), (8)
25	Personalidade negra (7), (8)
26	O negro e a justiça (7), (6)
27	O negro e a religião (6)
28	O negro na política (6)
29	O negro rural (7)
30	O negro no mercado de trabalho (5), (7)
31	Quilombos (7)
32	Branqueamento (7)

Diante dessa Tabela 7, o primeiro aspecto a ser ressaltado é o racismo (Guimarães, 2005c: 127), que será o ponto em comum abordado em todos os temas levantados na Universidade de São Paulo e nas outras vinte e nove universidades brasileiras que formam o *corpus* desta pesquisa. No cenário nacional, o questionamento atual sobre o racismo é sobre as suas conseqüências e quais medidas a ser tomadas para minimizar as desigualdades por ele proporcionadas (Fernandes, 1978, vol. II: 253-254 e 346; Hasenbalg, 2005: 230; Guimarães, 2005c: 198-199).

Diante dos 32 temas apresentados na Tabela 7, pude nomear quatro períodos significativos na história das relações raciais e especialmente do movimento negro. A periodização é a seguinte: (a) 1957 a 1970; (b) 1971 a 1989; (c) 1990 a 1999 e (d) 2000 a 2007.

Esses quatros períodos são referentes a momentos históricos da sociedade brasileira, sendo que a USP serviu como padrão para periodizar os temas que surgirem em todas as outras universidades pesquisadas. O meu principal critério para nomear os períodos foi o histórico, portanto, escolhi períodos significativos, a partir da ótica do movimento negro – conforme foi abordado no Capítulo 2.

Gráfico 5
O Brasil do período pós-Getúlio e do Teatro Experimental do Negro
Período: 1957-1970, total: 5 produções



O Gráfico 5 representa o período histórico de 1957 até 1970, esse período histórico foi analisado nos capítulos 2 e 3. Os temas que aparecem são o negro na sociedade de classes, a escravidão negra, e o negro no mercado de trabalho. O tema o negro na sociedade de classes é um assunto que se relaciona com os outros dois temas. Uma das razões seria a proeminência da orientação de Florestan Fernandes ao sustentar que para analisar o negro na sociedade de classes também é necessário analisar o período da escravidão negra no Brasil (Guimarães, 2005c: 93). A escravidão negra no Brasil é um tema que sempre volta à discussão das teorias

sobre o racismo no tocante à herança simbólica da escravidão que estigmatizaria o negro e os supostos prejuízos materiais do passado, que persistem de forma diferente no presente.

O tema o negro no mercado de trabalho aborda o conflito racial na sociedade de classes, quando o negro na condição de trabalhador livre passa a competir com o trabalhador branco, em uma disputa sempre desigual, uma vez que o branco é beneficiado pelo racismo (INSPIR, 1999: 117-123). Este tema – o negro no mercado – voltará a aparecer no Gráfico 7.

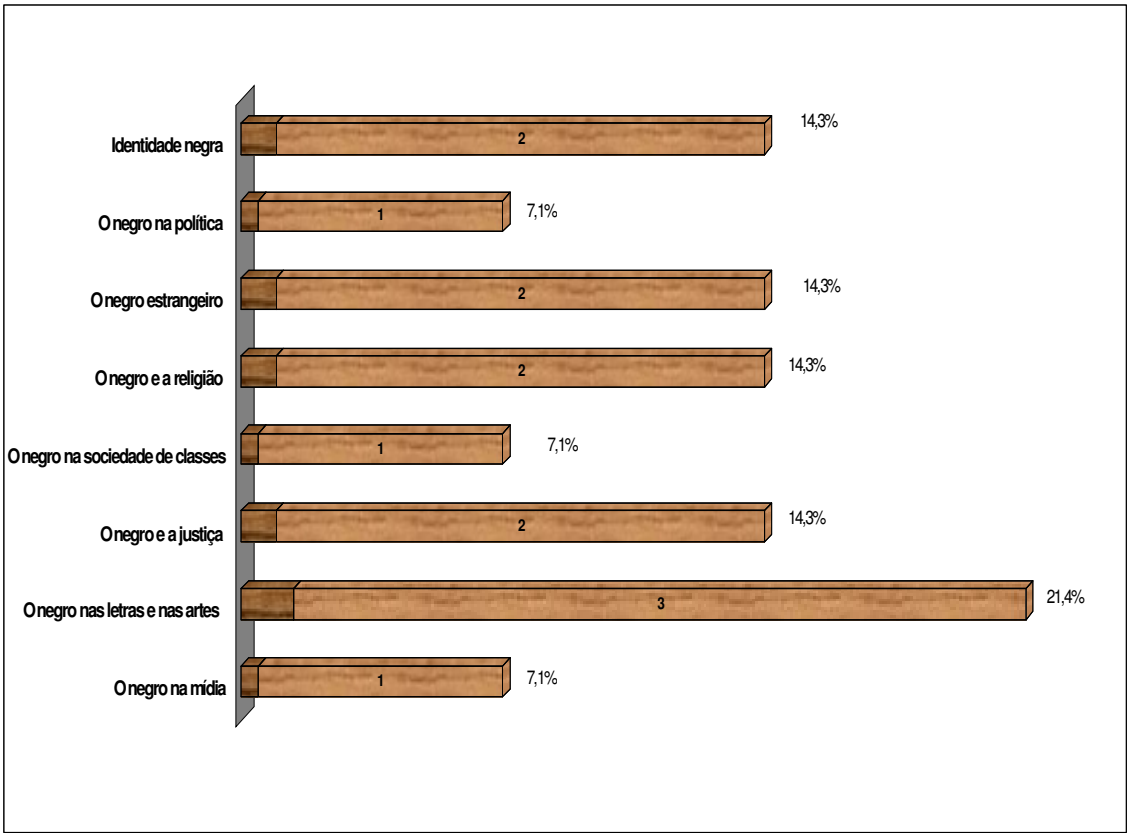
A discriminação racial no mercado de trabalho é uma das pautas controversas que o movimento negro propõe para o debate na sociedade brasileira questionando o privilégio que pessoas da mesma classe social têm em razão de sua pertença étnica/ racial, como será abordada no Capítulo 6 (Silva, 2000: 33-50 sob Nelson Valle; Bento, 2000a: 325-342).

Tabela 8 – As primeiras produções acadêmicas sobre relações raciais no Brasil

Nº	Ano	Nível	Título	Autor	Subárea
1	1957	Mestrado	Raça e mobilidade social em Florianópolis	Octávio Ianni	Ciências Sociais
2	1961	Doutorado	Negro na sociedade de castas	Octávio Ianni	Ciências Sociais
3	1961	Doutorado	Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul	Fernando Henrique Cardoso	Ciências Sociais
4	1964	Provimento de Cátedra	Integração do negro na sociedade de classes	Florestan Fernandes	Ciências Sociais

A Tabela 8 está relacionado com o Gráfico 5 e mostra as primeiras produções encontradas sobre relações raciais no Brasil na Universidade de São Paulo. Florestan Fernandes participou em todos trabalhos ao orientá-los ou como autor. Essas produções tornaram-se livros clássicos dos estudos sobre as relações raciais no Brasil (Guimarães, 2005c: 93).

Gráfico 6
Ditadura, redemocratização e surgimento do Movimento Negro Unificado
Período: 1971-1989, total: 15 produções



O período histórico desse Gráfico foi descrito nos capítulos 2 e 3. O Gráfico 6 mostra que os temas abordados se tornaram mais numerosos. Nessa diversidade surgiu o tema o negro e a religião, que não voltou a aparecer nos gráficos seguintes. Os temas que surgiram e retornarão nos períodos posteriores são o negro nas letras e nas artes, identidade negra e o negro na mídia.

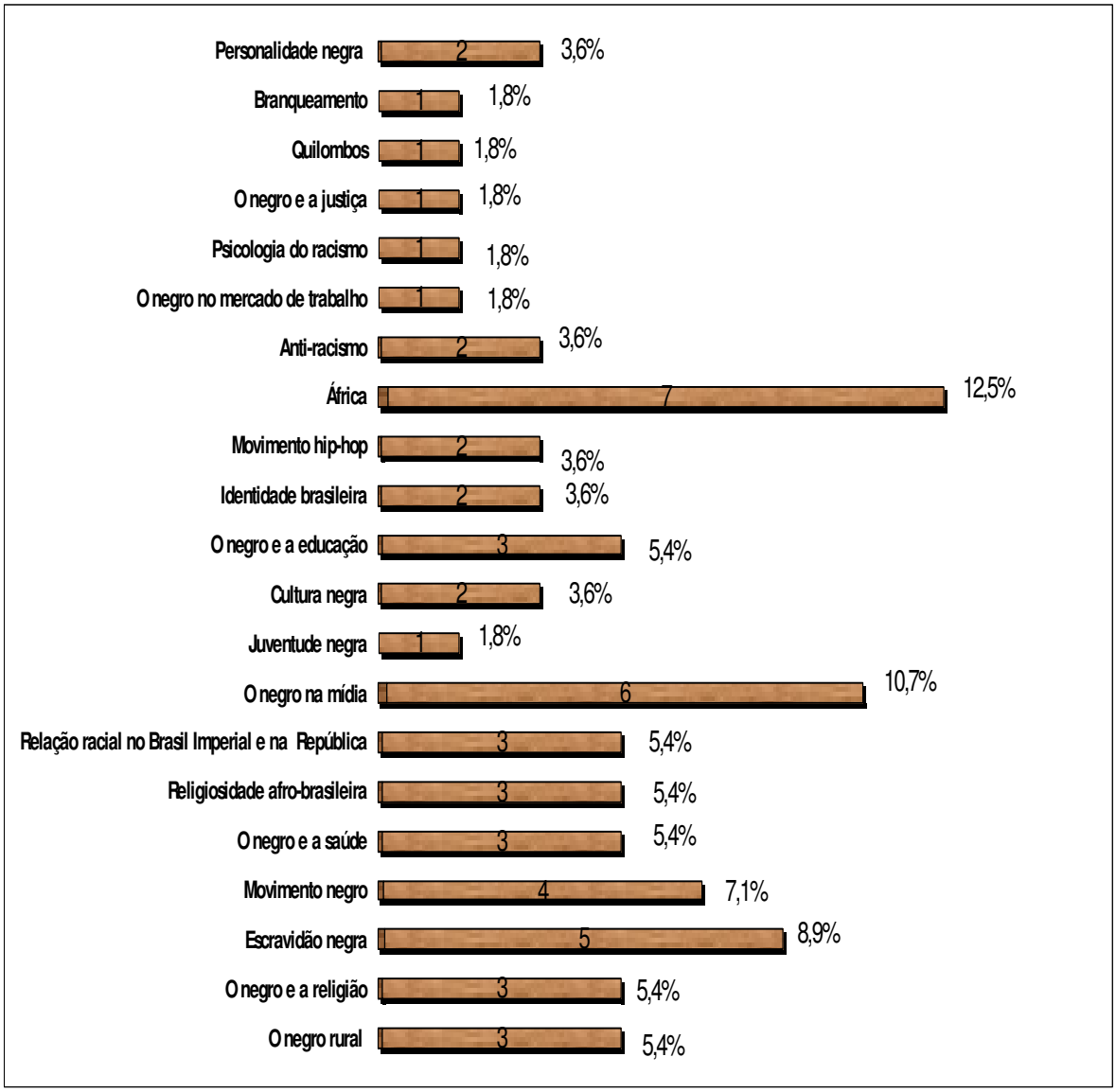
Esse gráfico mostra que o negro na sociedade de classes, que havia surgido no gráfico anterior (5), permanece. O tema negro nas letras e nas artes refere-se aos textos onde o negro aparece tematizado na literatura, artes plásticas, teatro, etc. O tema o negro na política não voltará aparecer nos gráficos seguintes.

Dentre os assuntos que aparecem, destaco o tema identidade negra. Nesse âmbito, sustenta-se o argumento de que pretos e pardos se identifiquem enquanto negros, para agirem de maneira mais eficaz contra as práticas de racismo (Heringer, 2002: 57-65).

O tema identidade negra coloca-se em uma postura de crítica à idéia de reinvenção do mito da democracia racial (Fernandes, 1978, vol. I: 253). A pesquisa realizada indica que o tema democracia racial aparece de forma autônoma e também derivando-se em duas formas

distintas: identidade negra e identidade brasileira. A identidade negra aparece como crítica à idéia da democracia racial. A identidade brasileira aparece como atualização da idéia de democracia racial. O tema o negro e a justiça surge também será abordado como políticas de ação afirmativa, falarei mais desse assunto no próximo capítulo (Hasenbalg, 2005: 231; Silva, 2000: 48-49 sob Nelson Valle).

Gráfico 7
Governo Fernando Henrique e a Marcha de Zumbi dos Palmares
Período: 1990-1999, total: 56 produções



O Gráfico 7 aborda o período de 1990 até 1999, tratados nos capítulos 2 e 3. Neste gráfico, os temas que mais aparecem são o negro na mídia e a África. O tema escravidão negra, que surgiu no primeiro período, (Gráfico 5) volta a aparecer. O tema o negro na mídia aparece em porcentagem expressiva. A África é o tema – surgido nesse Gráfico 7 – com

tendência de crescimento[3] esse tema sugere que o continente africano passe a ser abordado na história brasileira com referências positivas, procurando se livrar dos estereótipos pejorativos associados a esse continente (Gilroy, 2001: 18).

O tema branqueamento[4] diz respeito a uma ideologia, comumente interpretada como o desejo do negro tornar-se branco, como foi abordado no Capítulo 1 (Hofbauer, 1999: 243-245; Munanga: 2004: 56).

O aparecimento do tema anti-racismo é interessante porque durante um longo período negou-se a existência do racismo, o que se tornou muito difícil de sustentar com a atuação política do movimento negro e de intelectuais como Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg, como foi mostrado no Capítulo 1 (Guimarães 2005c: 100; Guimarães e Hasenbalg 2006: 259-268).

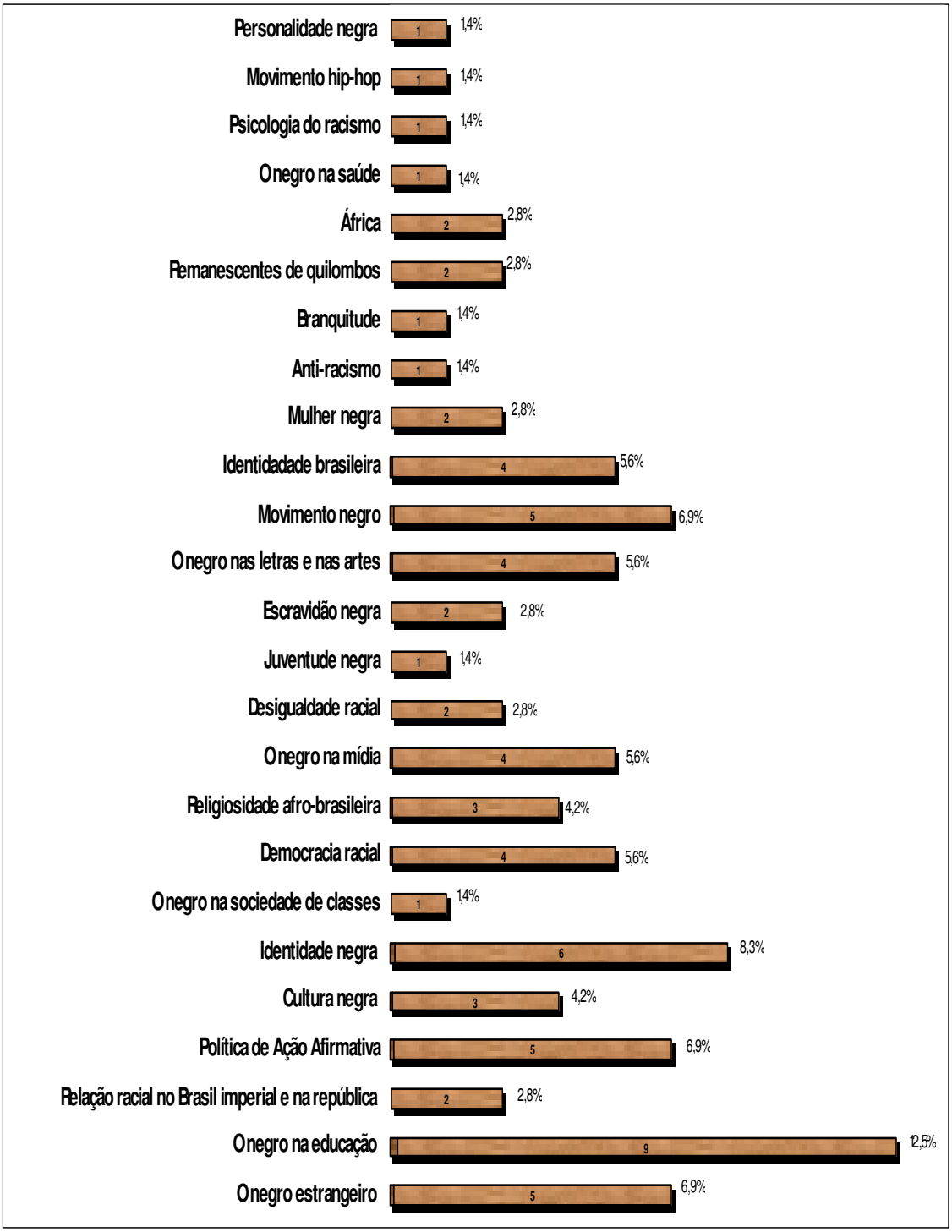
O tema o negro na mídia possui uma tendência de crescimento nos estudos sobre as relações raciais. Ele nos propõe a seguinte questão: como os estereótipos racistas são reinventados e/ou construídos em nossa sociedade em pleno século XXI? As produções sobre relações raciais nesse quesito têm indicado que o negro é simbolizado pejorativamente e o branco simbolizado elogiosamente nos meios de comunicação social. Esta seria uma maneira de reinventar e/ou construir estereótipos, como, por exemplo, negro símbolo do mal, feio, inculto e "não-inteligente", enquanto o branco simboliza o bem, bonito, culto e inteligente (Memmi, 1989: 21; Bhabha, 2005: 105-128; Pinto, 1998: 168-210).

O dado mais interessante apontado neste gráfico, seria a emergência do tema movimento negro, porque esse indício vai ao encontro de uma das hipóteses secundárias que sustenta a influência do movimento negro.

[3] O presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva sancionou a lei 10.639 em 2003, que obriga que as instituições de ensino no Brasil incluir em seu conteúdo programático o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas, social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

[4] É importante não confundir branqueamento com branquitude. Branqueamento seria uma ideologia onde se propõe o desejo de ser branco. Branquitude seria a identidade racial do branco, que muitas vezes não é problematizada.

Gráfico 8
Fortalecimento da democracia e Conferência de Durban
Período: 2000 até 2006, total: 72 textos



O período histórico apontado no Gráfico 8 também foi abordado nos capítulos 2 e 3. Nesse Gráfico o movimento negro – tema surgido no gráfico anterior –, volta a aparecer, além de aparecer também nas abordagens dos temas: juventude negra, movimento *hip-hop* e mulher

negra. Neste Gráfico, o tema negro na educação será aquele que aparecerá em maior quantidade. A discussão resume-se à idéia de a educação ser um espaço importante tanto para o incentivo ao respeito da igualdade e reconhecimento da diferença, quanto para a reprodução das desigualdades raciais (Santos, 2006d: 290; Rosemberg *et al.*, 2003: 125-146).

As políticas de ação afirmativa é o tema importante mostrado nesse gráfico. O gráfico retoma dois temas originários do primeiro período – gráficos 5 e 6 – que são: o negro na sociedade de classes e escravidão negra. O tema negro na sociedade de classes somente não apareceu no terceiro período, mostrado no Gráfico 7. Ele se sustenta como um dos dois grandes temas a respeito das relações raciais no Brasil em todos os tempos. A escravidão negra seria outro grande que vem sendo discutido ao longo dos anos. O próprio tema políticas de ação afirmativa recoloca em pauta a discussão sobre a herança da escravidão negra (Santos, 2006c: 86-125; Fernandes, 1978, vol. II: 346).

Os temas identidade negra, o negro estrangeiro, o negro nas letras e nas artes surgiram no período apontado pelo Gráfico 6. Ao passo que, o negro na educação, cultura negra, religiosidade afro-brasileira, juventude negra, movimento negro, identidade brasileira, anti-racismo, África, o negro na Saúde, Psicologia do racismo, movimento hip-hop e personalidade negra surgiram no período, apontado no período anterior.

Os temas que surgiram no período apontado neste gráfico são democracia racial, desigualdade racial, mulher negra, branquitude e remanescentes de quilombos. O tema democracia racial coloca-se como uma tradição cultural brasileira, em uma releitura da obra de Gilberto Freyre, enquanto o tema desigualdade racial vai demonstrar que o racismo produz desigualdade, em um contraste com o tema democracia racial (Fernandes, 1978, vol. II: 253-254 e 346; Maggie e Fry, 2004: 67-80).

A mulher negra é um tema que pouco aparece, apesar da maioria das teses e dissertações, serem produzidas por mulheres – no Capítulo 3 abordei esse assunto, também regressarei nele no capítulo seguinte. Quanto ao tema remanescentes de quilombos faz a interface entre a reivindicação por direito à terra, à pertença étnica e racial e o legado do passado colonial e escravocrata, o que implica em um dilema de reconhecimento de identidades e distribuição de bens materiais e simbólicos (Gomes, 2007: 1-32).

6. Breves considerações finais

No intervalo de tempo entre 2000 e 2006 (Gráfico 8), aparecem teses e dissertações que seguem uma tendência de temas diversificados. Esse período é o mais significativo para

esta dissertação, pois nesse contexto emergirá o tema branquitude. Esta emergência é relevante porque se relaciona com a hipótese central do trabalho: a emergência da branquitude nos estudos sobre as relações raciais (Santos, 2006c: 86-125).

Merecem destaque igualmente os resultados que se relacionam com as hipóteses secundárias. Refiro-me à afirmação de que o movimento negro influencia o Estado e a academia. Assim, como mostraram os Gráficos 7 e 8, o tema movimento negro, que surgiu no Gráfico 7, persiste no Gráfico 8. Este último seria um indício que o movimento negro enquanto tema passou a ser preocupação das universidades, isto também pode indicar sua influência, por outras palavras, o movimento negro tornou-se tão expressivo a ponto de se tornar uma preocupação acadêmica que leva pesquisadores a procurarem compreender as especificidades desse movimento social (Silvério, 2003: 57; Hall, 2005: 21).

A visibilidade do movimento negro, por um lado, converte-o em objeto de interesse e tema de estudo, por outro lado, sua influência e poder de mobilização também chama a atenção da reflexão acadêmica para algumas de suas pautas políticas, como é caso das políticas de ação afirmativa (Munanga, 2003: 117-28; Gomes, 2003b: 219-243). Nesta mesma linha de raciocínio, situa-se o tema política de ação afirmativa que emerge no período apontado no Gráfico 8. Esse aparecimento corrobora o indício de que as políticas de ação afirmativa seriam uma pauta que o movimento negro influenciou para que fosse incorporada pela academia, ao mesmo tempo, trata-se da principal pauta do movimento negro dos dias de hoje, como tem apontado a teoria sobre relações raciais no Brasil e esta pesquisa (Carvalho, 2003: 163-90; Silva, 2003: 45-54).

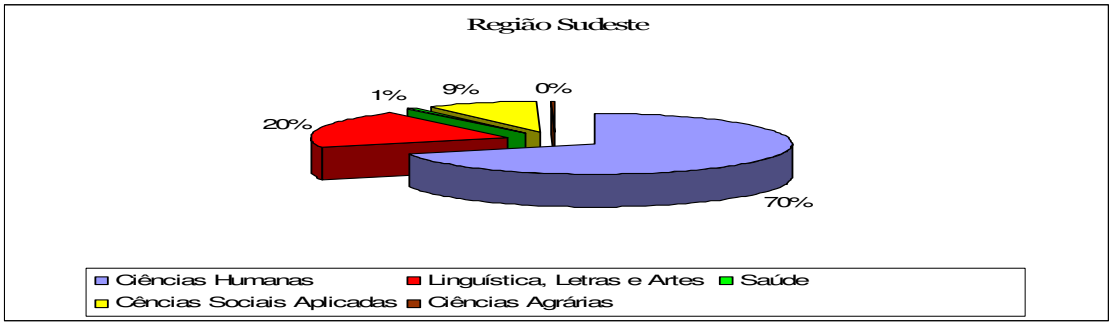
Capítulo 5: A produção acadêmica nas cinco regiões

1. A pesquisa no Brasil

Neste capítulo, pretendo aprofundar o quadro geral das teses e dissertações sobre as relações raciais no Brasil. Os gráficos que serão apresentados foram criados tendo por base as Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5 do capítulo anterior. De um total de 606 produções pesquisadas, foram analisados 455 resumos, isto é, 75% do total. Nos gráficos, procurarei analisar as nuances regionais por área de concentração, natureza dos trabalhos e sexo dos pesquisadores.

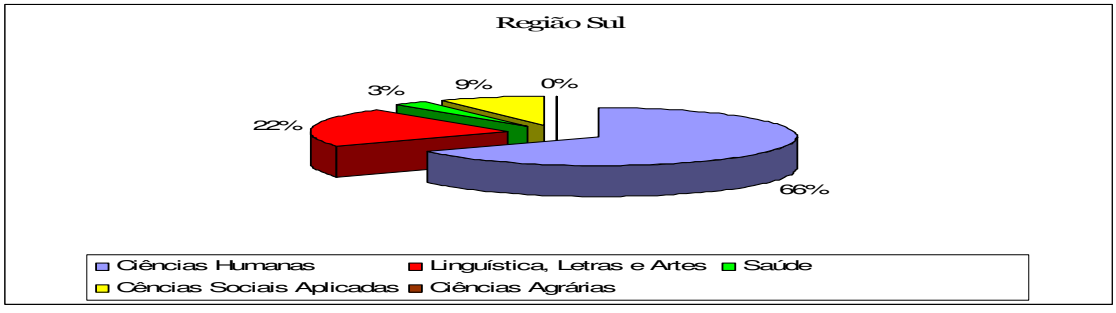
Área de Concentração

Gráfico 1
Áreas de concentração por região



O Gráfico 1, refere-se à produção acadêmica na região Sudeste do Brasil. Indica que as Ciências Humanas destacam-se como área de concentração com o maior número de trabalhos no tema, seguida de: Linguística, Letras e Artes com 20%; Ciências Sociais Aplicadas, 9%; Saúde 1% e Ciências Agrárias 0%.

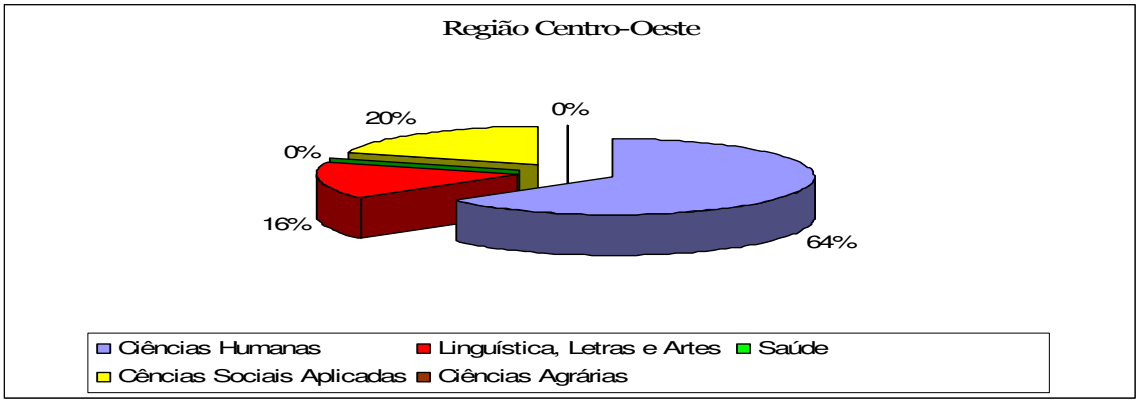
Gráfico 2
Áreas de concentração por região



De acordo com o Gráfico 2, na região Sul do Brasil, a área de concentração com maior número de trabalhos é novamente as Ciências Humanas (66%), seguido de: Linguística, Letras e Artes, 22%; Ciências Sociais Aplicadas, 9%; Saúde, 3%; e Ciências Agrárias 0%.

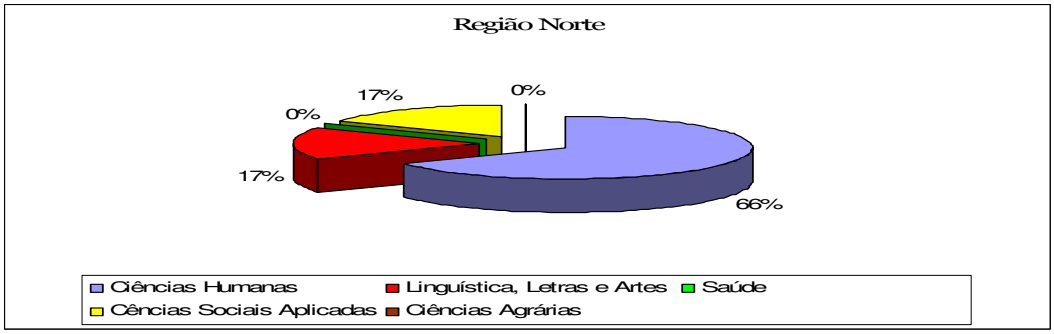
Como foi mencionado, a produção acadêmica na área da Saúde é nula, porque a única produção encontrada foi na Universidade de São Paulo.

Gráfico 3
Áreas de concentração por região



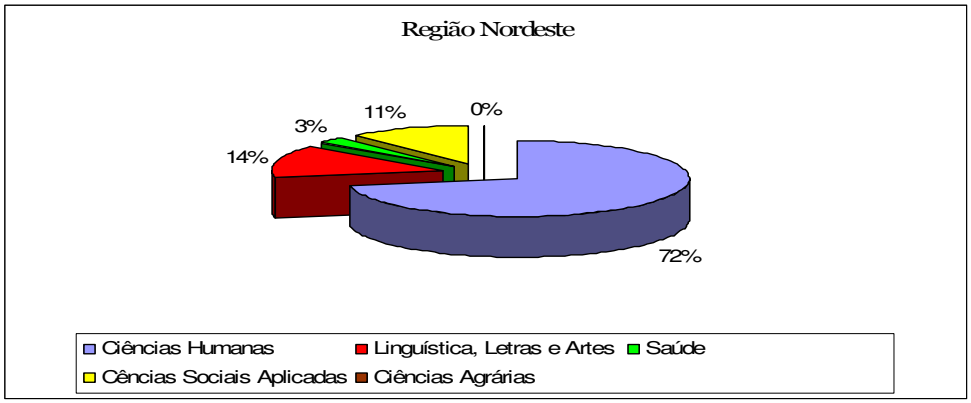
Na região Centro-Oeste por sua vez, a produção acadêmica sobre relações raciais destaca-se nas Ciências Humanas, 64%; Ciências Sociais Aplicadas, 20%; e Linguística, Letras e Artes, 16%. O Gráfico 3 – diferente dos outros dois anteriores –, apresenta uma maior porcentagem de produções na área de Ciências Sociais Aplicadas. Não apareceram produções na área da Saúde e Ciências Agrárias.

Gráfico 4
Áreas de concentração por região



O Gráfico 4 indica que na região Norte do Brasil, o maior número de trabalhos se concentra nas Ciências Humanas, 66%; seguida por Ciências Sociais Aplicadas, 17%; Linguística, Letras e Artes, 17%. Diferente dos outros gráficos apresentados, a área de Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes apresentaram o mesmo número de trabalhos. Da mesma forma que o gráfico anterior, não aparecem teses e dissertações nas áreas de Ciências Agrárias e Saúde.

Gráfico 5
Áreas de concentração por região



Na região Nordeste, o maior número de trabalhos concentra-se na área de Ciências Humanas, 72%; seguida por Linguística, Letras e Artes, 14%; Ciências Sociais Aplicadas, 11%; e Saúde 3%.

Como se vê, as produções nas áreas da Saúde aparecem escassamente nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste. Essa é uma área que não possui histórico de produção acadêmica sobre a temática racial.

A Tabela 1, abaixo, mostra as produções na área da Saúde encontradas nesta pesquisa.

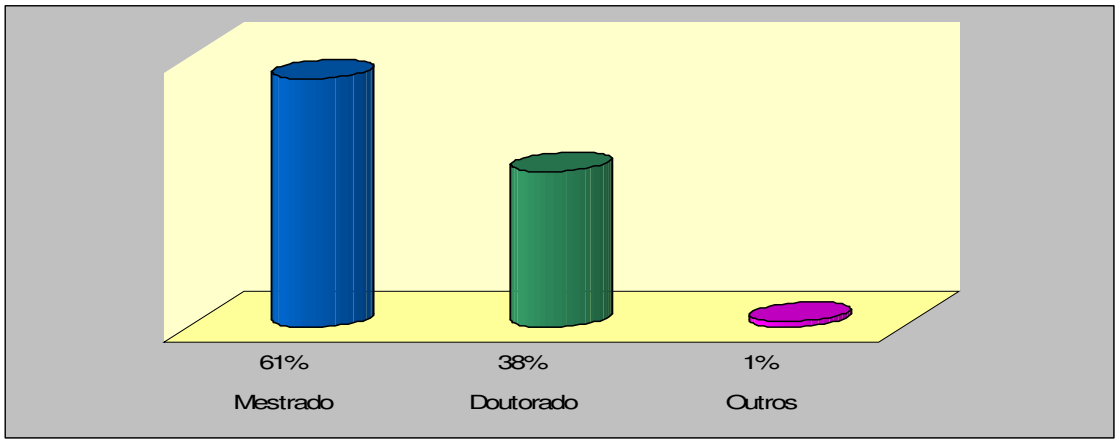
Tabela 1 – Produções sobre relações raciais na área da Saúde

Nº	Ano	Nível	Título	Autor	Subárea	Universidade
1	1993	M	Comparação refratometrica entre ciclopentolato e a atropina em crianças negras	Henrique, Maria Inês Resende Valim.	Oftalmologia	USP (Sudeste)
2	1998	D	Racismo e saúde	Barbosa, Maria Inês	Saúde	USP (Sudeste)
3	2004	D	Relações raça e gênero em jogo: a questão reprodutiva de mulheres negras e brancas	Souzas, Raquel	Saúde	USP (Sudeste)
4	2006	M	Raça, etnia e as complicações crônicas do diabetes melito tipo 2	Gerchman, Fernando	Medicina	UFRGS (Sul)
5	2002	M	A cultura popular e as atividades rítmicas: um estudo de caso em uma comunidade de raiz étnica germânica	Perini, Célia Guimarães	Educação física	UFSC (Sul)
6	1995	D	Validação das causas de insuficiência renal crónica terminal em negros em três Hospitais Universitários da cidade de Londres	Fernandes, Paula Frassinetti Castelo Branco Camurca	Medicina	UFCE (Nordeste)
7	2005	M	Crescimento e puberdade em pacientes portadores de anemia falciforme	Norma Lúcia Santos	Medicina	UFSE (Nordeste)

Se, por um lado, a pesquisa demonstrou uma escassez de produção do tema na área da saúde, por outro lado, revelou que a maior área de reflexão acadêmica sobre as relações raciais no Brasil são as ciências humanas.

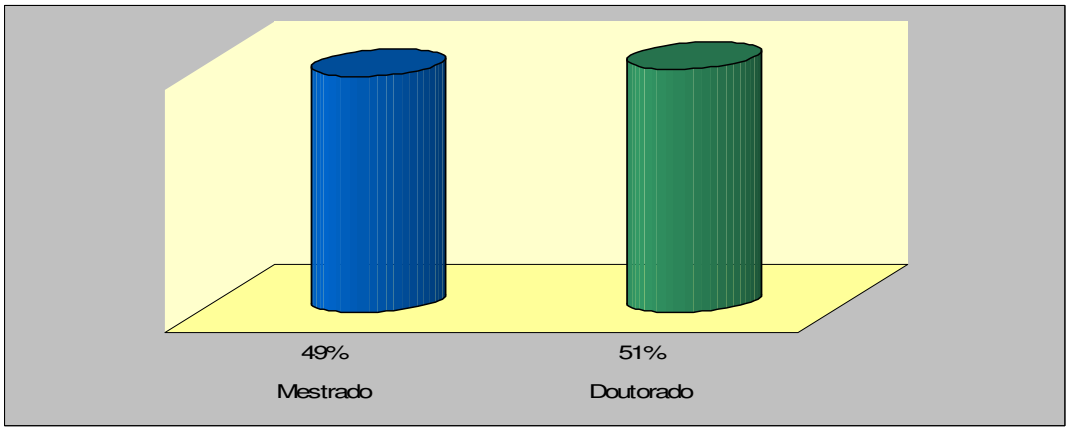
Natureza dos trabalhos

Gráfico 6 – Natureza dos trabalhos
Região Sudeste



O Gráfico 6 corresponde à região Sudeste. Nesta região, a maioria das produções concentram-se no mestrado 61%, seguidas por doutorado 38%. Esse 1% são aquelas produções defendidas na Universidade de São Paulo em outros níveis que não mestrado e doutorado (livre docência, especialização, etc.), já mencionadas no capítulo anterior. A Universidade de São Paulo foi a única instituição das pesquisadas onde se encontraram títulos sobre o tema relações raciais para além do mestrado e doutorado.

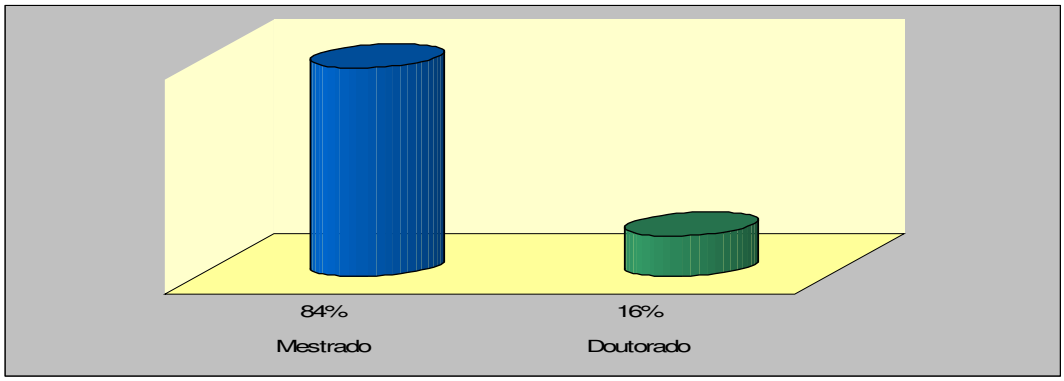
Gráfico 7 – Natureza dos trabalhos
Região Sul



O Gráfico 7, ao abordar a região Sul, mostra que a maioria dos trabalhos estão concentrados no nível de doutorado (51%), seguido por mestrado (49%). Neste gráfico o

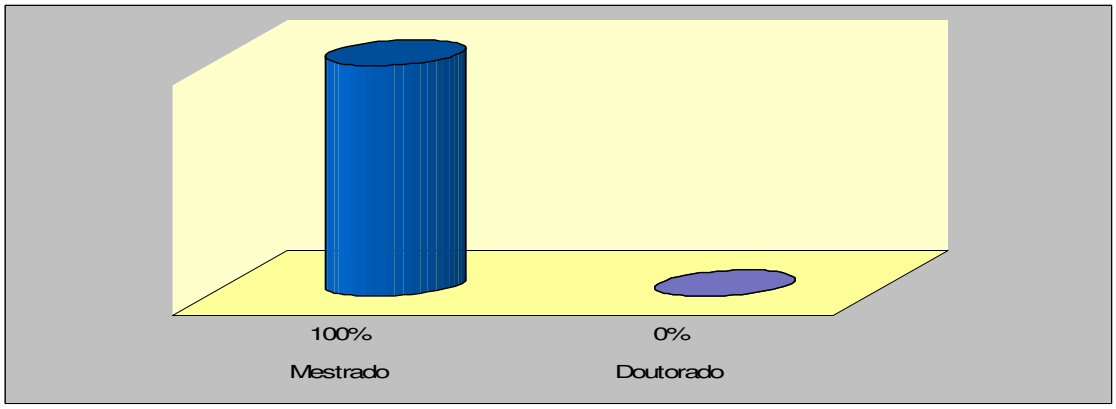
número de trabalhos defendidos no doutorado e no mestrado são praticamente iguais. Esse gráfico difere dos demais por indicar uma maior concentração dos trabalhos encontrados no nível de doutorado.

Gráfico 8 – Natureza dos trabalhos
Região Centro-Oeste



O Gráfico 8 refere-se à região Centro-Oeste do Brasil. A maioria dos trabalhos está concentrada no mestrado com 84%; o doutorado apresenta 16% do total de trabalhos. Este gráfico confirma a tendência de concentração dos trabalhos no nível de mestrado.

Gráfico 9 – Natureza dos trabalhos
Região Norte

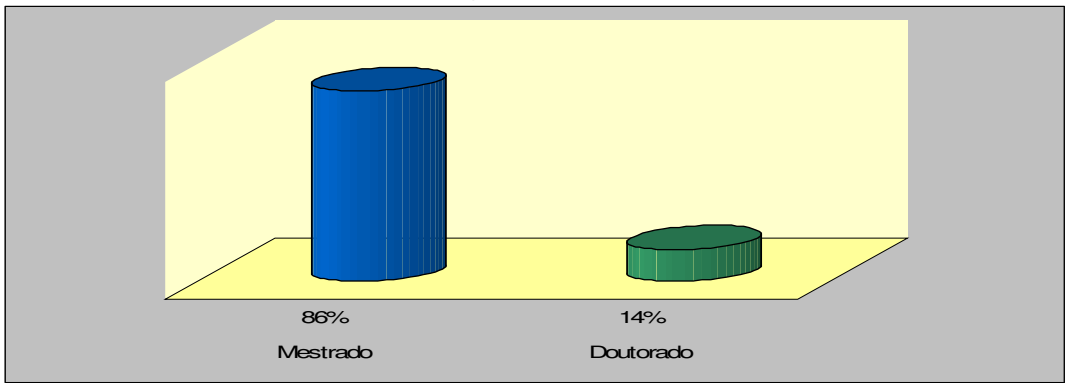


O Gráfico 9 é sobre a região Norte. Todos os trabalhos estão concentrados no mestrado (100%). Não foram encontradas teses de doutorado sobre relações raciais nesta região.

Do total de sete universidades pesquisadas, foram encontrados seis trabalhos, desses cinco pertencentes à Universidade Federal do Pará e o outro à Universidade Federal do Amapá. Não foram encontradas teses e dissertações nas outras cinco universidades pertencentes à região: (1) Universidade Federal do Acre, (2) Universidade Federal do

Amazonas, (3) Universidade Federal de Roraima, (4) Universidade Federal de Rondônia e (5) Universidade Federal de Tocantins.

Gráfico 10 – Natureza dos trabalhos
Região Nordeste



O Gráfico 10 refere-se à região Nordeste onde a maioria dos trabalhos estão concentrados no mestrado com 86%, enquanto o doutorado apresenta 14%. O Gráfico 10 assemelha-se ao Gráfico 8 (região Centro-Oeste) e indica a existência poucas teses de doutorado defendidas nesta região. Esse gráfico mantém a tendência de concentração dos trabalhos no mestrado.

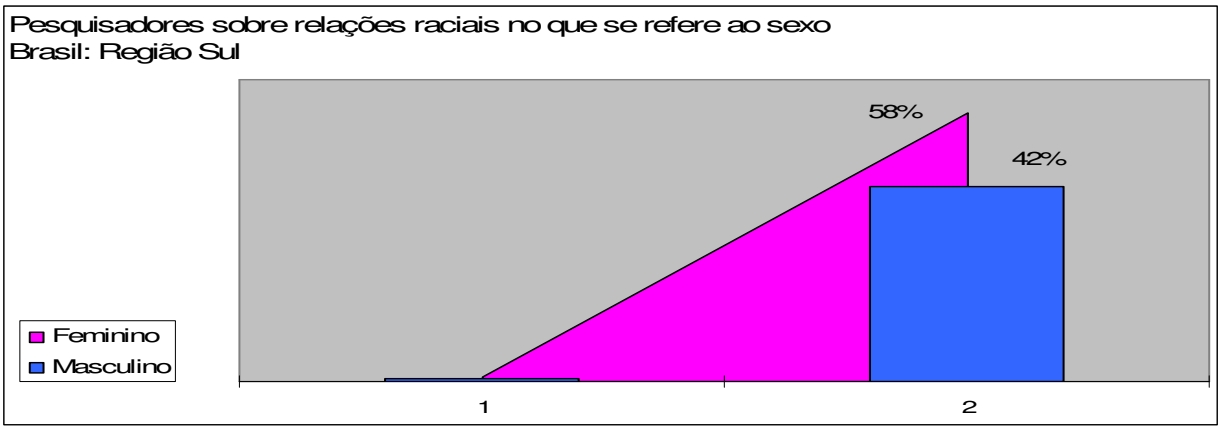
A pesquisa confirmou as disparidades regionais existentes no Brasil quanto ao volume e nível de formação na produção acadêmica. Nesse sentido, enquanto nas regiões Sul e Sudeste encontrou-se a maior quantidade de trabalhos na área com destaque para as produções no nível de doutorado, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de uma produção menor, a grande maioria dos trabalhos estão concentrados no nível de mestrado. Essa é uma disparidade da produção acadêmica em geral que se reflete no tema das relações raciais.

Sexo dos pesquisadores

Gráfico 11
Região Sudeste

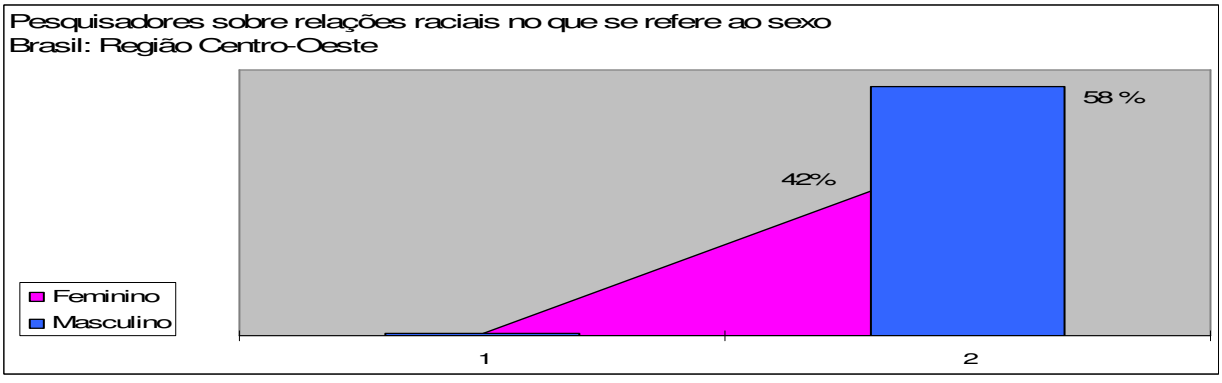
O Gráfico 11 mostra que a maioria dos trabalhos foi produzida por mulheres na região Sudeste. As mulheres produziram 61% das teses e dissertações levantadas, enquanto os homens produziram 39%.

Gráfico 12
Região Sul



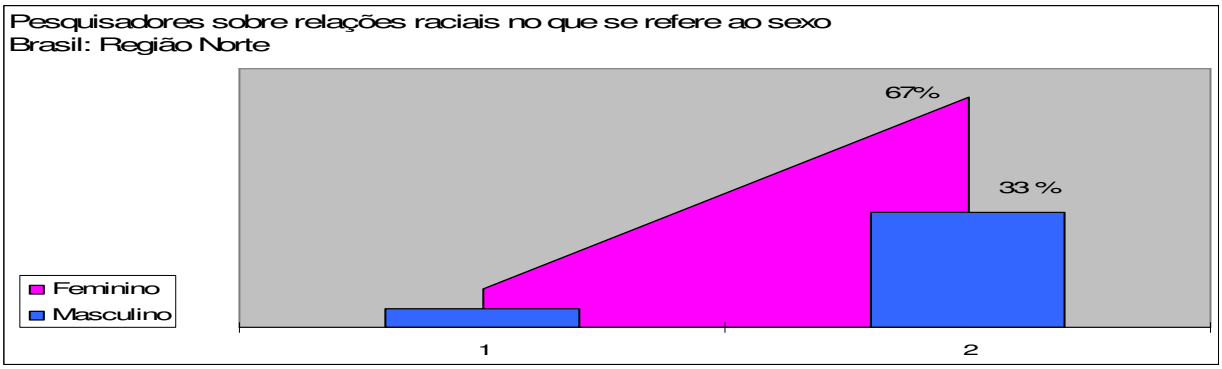
O Gráfico 12 mostra que também na região Sul a maioria dos trabalhos foi produzida por mulheres. As mulheres apresentam 58% do total dos textos acadêmicos analisados e os homens 42%.

Gráfico 13
Região Centro-Oeste



Diferente dos outros, o Gráfico 13 demonstra que a produção de trabalhos por homens se destaca na região Centro-Oeste. As mulheres apresentam 42% das produções analisadas e os homens 58%.

Gráfico 14
Região Norte



O Gráfico 14 mostra que a maioria das teses e dissertações foram produzidas por mulheres na região Norte. As mulheres apresentam 67% das teses e dissertações e os homens 33%. Esse gráfico seguirá a tendência de maior produção acadêmica por parte das mulheres no tema das relações raciais.

Gráfico 15
Região Nordeste

A distribuição das produções académicas por sexo do Gráfico 15 assemelha-se ao gráfico anterior. A diferença encontra-se no número de trabalhos: enquanto na região Norte foram encontradas 6 produções, a região Nordeste apresentou 71.

Quanto à distribuição por sexo, destacou-se na pesquisa a produção acadêmica das mulheres, que supera a dos homens em todas as regiões com exceção da região Centro-Oeste. Esse indicativo é interessante quando se reflete que, como demonstrado no Capítulo 2, a problematização da mulher enquanto tema, no âmbito das relações raciais, é ainda incipiente.

2. Resultados e discussão

Quanto à área de concentração, do total das teses e dissertações consultadas foram encontrados trabalhos apenas nas seguintes áreas: Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; Saúde; e Ciências Agrárias.

No que concerne à natureza dos trabalhos, os resultados indicam uma maior produção no nível de mestrado. Das cinco regiões apenas na região Sul foram encontradas mais teses de doutorado do que dissertações de mestrado. Na região Norte foram encontradas unicamente dissertações de mestrado[1].

A distribuição dos trabalhos pesquisados de acordo com o sexo dos pesquisadores indicou que a maioria dos trabalhos foram produzidos por mulheres. Das cinco regiões analisadas, apenas na região Centro-Oeste os homens apareceram com maior produções do que as mulheres. Apesar dos trabalhos serem produzidos pelas mulheres, na temática abordada ainda predominam temas que expressam a ótica universal masculina (Haraway: 1995: 18).

A pesquisa também mostrou a região Sudeste como a mais expressiva no campo da produção acadêmica sobre relações raciais, seguida pela região Sul. Contrariamente, a região Norte mostrou-se como a menos expressiva. Nessa região, destacou-se a produção da Universidade Federal do Pará (UFPA) onde foi encontrada uma dissertação sobre o tema políticas de ação afirmativa, tema que apareceu em dissertações e teses em todas as Regiões do Brasil.

O Nordeste é uma região que aponta indício de crescimento nas pesquisas sobre as relações raciais, no entanto, com destaque para o estado da Bahia. Na região Centro-Oeste, por sua vez, sobressai a Universidade de Brasília. A produção dessa universidade fez com que essa região se destacasse percentualmente na pesquisa nos quesitos quantidade, qualidade e diversidade dos trabalhos apresentados.

No que refere à produção da região Sudeste, os resultados da pesquisa apontam a Universidade de São Paulo (USP) como o mais expressivo centro de produção acadêmica sobre as relações raciais dentre todas as trintas universidades pesquisadas. Além disso, a região Sudeste mantém-se como a região brasileira com maior número de produções mesmo quando a USP é retirada da amostragem.

[1] As produções acadêmicas de outro nível que não se referiam a mestrado ou doutorado foram encontradas na Universidade de São Paulo e apresentadas no capítulo anterior.

Como referido anteriormente, foi possível testar o resultado da pesquisa ao comparar a Universidade de São Paulo com outras duas universidades da mesma região, a Universidade de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Nesta comparação, a USP apareceu como principal universidade da região Sudeste e, consequentemente do Brasil nos seguintes quesitos: quantidade e qualidade das produções, diversidade dos temas, influência nacional, quadro de professores, entre outros.

A despeito deste destaque, o tema ação afirmativa não tem sido tratado na USP com a mesma ênfase que tem sido abordado tanto na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) quanto na Universidade de Brasília (UNB). Foi possível observar na pesquisa que, sobre este tema a UFRJ e a UNB apresentam a maior variedade e quantidade dessas produções.

Nas tabelas que seguem, serão abordados os temas sobre as relações raciais que surgiram na pesquisa. Primeiramente apresentarei uma tabela geral dos temas abordados em todo o território brasileiro, depois apresentarei os temas que aparecem em cada região. O objetivo principal será perceber os matizes regionais que apresentam esses temas e relacioná-los com a hipótese central desta dissertação.

Tabela 2 – As cinco regiões brasileiras
Temas encontrados nas produções acadêmicas sobre relações raciais nas academias brasileiras do período de 1957 à 2007

1	O negro estrangeiro
2	O negro na educação
3	Relação racial no Brasil imperial e na república
4	Política de Ação Afirmativa
5	Cultura negra
6	Identidade negra
7	O negro nas sociedades de classes
8	Democracia racial
9	Religiosidade afro-brasileira
10	O negro na mídia
11	Desigualdade racial
12	Juventude negra
13	Escravidão negra
14	O negro nas letras e nas artes
15	Movimento negro
16	Identidade brasileira e relação racial e étnica
17	Mulher negra
18	Anti-racismo
19	Branquitude
20	Remanescentes de quilombos
21	África
22	O negro na saúde
23	Psicologia do racismo

24	Movimento hip-hop
25	Personalidade negra
26	O negro e a justiça
27	O negro e a religião
28	O negro na política
29	O negro rural
30	O negro no mercado de trabalho
31	Quilombos
32	Branqueamento
33	O negro e a homossexualidade
34	O branco estrangeiro

A Tabela 2 mostra que em todo território brasileiro foram acrescentados apenas dois temas além dos que já haviam sido encontrados na Universidade de São Paulo. Estes temas são o negro e a homossexualidade e o branco estrangeiro. Em seguida, apresento, esses temas distribuídos nas cinco regiões do Brasil.

Tabela 3 – Região Sudeste (subtraindo a Universidade de São Paulo)
Temas encontrados nas produções acadêmicas brasileiras sobre relações raciais no período de 1976 até 2007

1	O negro estrangeiro
2	O negro na educação
3	Relação racial no Brasil imperial e na república
4	Política de Ação Afirmativa
5	Cultura negra
6	Identidade negra
7	O negro nas sociedades de classes
8	Democracia racial
9	Religiosidade afro-brasileira
10	O negro na mídia
11	Desigualdade racial
12	Escravidão negra
13	O negro nas letras e nas artes
14	Movimento negro
15	Identidade brasileira e relação racial e étnica
16	Mulher negra
17	Anti-racismo
18	Remanescentes de quilombos
19	África
20	O negro na saúde
21	Psicologia do racismo
22	Movimento hip-hop
23	Personalidade negra
24	O negro e a justiça
25	O negro e a religião
26	O negro no mercado de trabalho
27	Branqueamento
28	O negro e a homossexualidade
29	O branco estrangeiro

Como mostra a Tabela 3 na região Sudeste, subtraindo a Universidade de São Paulo[2], aparecem 29 temas. Praticamente todos os temas já foram abordados – quando analisei os temas que aparecem na Universidade de São Paulo, no capítulo anterior –, falta apenas mencionar o tema o negro e a homossexualidade e o branco estrangeiro.

O tema o negro e a homossexualidade pouco aparece nas produções sobre as relações raciais. É um assunto invisibilizado pelo próprio movimento negro, talvez em razão de este absorver o estereótipo racista de que, sua performance sexual seria supostamente superior à do branco. Comentarei esse tópico adiante (Fanon, s/d[1952]: 73-93 e 95-114; Ware, 2004b: 283-305). .

O tema o branco estrangeiro tem particular relevância para o objeto desta dissertação porque aborda o branco enquanto tema na África do Sul. A ocorrência se deu na dissertação de autoria de Marcos Toffoli Simoens da Silva denominada *"Sea Kaffirs" ou "brancos Coloniais"-A Marcha contra o crime e os paradoxos da presença portuguesa na África do Sul* (Unicamp, Antropologia Social, 2005).

Tabela 4 – Região Sul
Temas encontrados nas produções acadêmicas brasileiras sobre relações raciais no período de 1983 até 2006

1	O negro estrangeiro
2	O negro na educação
3	Cultura negra
4	Política de ação afirmativa
5	Democracia racial
6	Religiosidade afro-brasileira
7	O negro na mídia
8	Escravidão negra
9	O negro nas letras e nas artes
10	Movimento negro
11	Identidade brasileira e relação racial e étnica
12	Mulher negra
13	Anti-racismo
14	Remanescentes de quilombos
15	África
16	O negro na saúde
17	O negro e a justiça
18	O negro na política
19	O negro rural
20	O negro no mercado de trabalho
21	Branqueamento

[2] Como foi mostrado na Tabela Geral ao acrescentar a USP, o número de temas da região Sudeste serão 34. A USP foi analisada no capítulo anterior.

A Tabela 4 aborda a produção académica da região Sul. Os temas que surgem são vinte e já foram abordados na apreciação feita sobre a Universidade de São Paulo. Chamo atenção para o fato de que tanto nesta região como na região Sudeste emergiram os temas movimento negro e política de ação afirmativa, ambos de particular interesse para as hipóteses levantadas nesta dissertação, conforme abordarei adiante.

Tabela 5 – Região Centro-Oeste
Temas encontrados nas produções acadêmicas brasileiras sobre relações raciais no período de 1974 até 2006

1	O negro estrangeiro
2	Política de Ação Afirmativa
3	Cultura negra
4	Identidade negra
5	O negro nas sociedades de classes
6	Democracia racial
7	Religiosidade afro-brasileira
8	O negro na mídia
9	Desigualdade racial
10	Escravidão negra
11	O negro nas letras e nas artes
12	Movimento negro
13	Mulher negra
14	Remanescentes de quilombos
15	África
16	O negro na saúde
17	Personalidade negra
18	O negro e a justiça
19	O negro e a religião
20	O negro rural
21	O negro no mercado de trabalho

A Tabela 5 demonstra os temas que apareceram nas teses e dissertações encontradas na região Centro-Oeste. Surgiram vinte e um temas todos já abordados. Novamente aqui emergem como temas o movimento negro e política ação afirmativa.

Tabela 6 – Região Norte
Temas encontrados nas produções acadêmicas brasileiras sobre relações raciais no período de 1999 até 2006

1	O negro estrangeiro
2	Política de Ação Afirmativa
3	Religiosidade afro-brasileira
4	Identidade brasileira e relação racial e étnica
5	Remanescentes de quilombos

A Tabela 6 refere-se à produção académica da região Norte. Emergem cinco temas e mais uma vez destaca-se o tema política de ação afirmativa.

Tabela 7 – Região Nordeste
Temas encontrados nas produções acadêmicas brasileiras sobre relações raciais no período de 1983 até 2006

1	O negro na educação
2	Política de Ação Afirmativa
3	Cultura negra
4	Identidade negra
5	Democracia racial
6	Religiosidade afro-brasileira
7	Desigualdade racial
8	Juventude negra
9	Escravidão negra
10	Movimento negro
11	África
12	O negro na saúde
13	Personalidade negra
14	O negro rural
15	O negro no mercado de trabalho
16	Branqueamento
17	O negro e a homossexualidade

A Tabela 7 ao demonstrar a produção académica na região Nordeste revela dezessete temas também abordados na análise dos resultados da Universidade de São Paulo, com exceção do tema o negro e a homossexualidade, conforme já referido na análise da Tabela 3. Nesta tabela, confirma-se a recorrência dos temas política de ação afirmativa e o movimento negro.

3. Apontamentos da pesquisa

Com base na pesquisa apresentada, desenvolvi minha hipótese central e cinco secundárias – mostradas no capítulo anterior –, entretanto, no manuseio das fontes surgiram outras sete hipóteses que não se referem necessariamente aos objetivos principais a serem desenvolvidos neste trabalho. Abordá-las-ei brevemente com a intenção de desenvolvê-las em futuras análises. Foram hipóteses paralelas que emergiram no decorrer da pesquisa:

1) O debate nacional sobre política de ação afirmativa reconfigura a abordagem da relação entre os temas negro, direito e justiça.

2) As dissertações sobre as relações raciais no Brasil expressam o poder patriarcal.

3) O movimento negro possui resistência em trabalhar com o tema negro e a homossexualidade, introjetando o pensamento racista de que ele é “superior” na performance

sexual, sem muitas vezes refletir que, nesse suposto "elogio", encontra-se implícita a associação da sexualidade negra à animalidade.

4) Em sua diversidade, o movimento negro brasileiro expressa múltiplas negritudes que podem ser igualmente contraditórias.

5) As produções sobre o movimento negro tendem a caminhar para além do binarismo negro e branco.

6) É possível pensar em movimento *hip-hop* e movimento negro, não somente movimento *hip-hop* **ou** movimento negro.

7) Personalidades negras brasileiras, como Lima Barreto, poderiam ter-se destacado mais se não houvesse o racismo.

Negro, direito e justiça

A discussão sobre o negro e a justiça remete-se ao período da escravidão com leis que buscaram coibir o tráfico negreiro e combater a escravidão e culminaram com a Lei Áurea de 1888 que tornou o trabalho compulsório ilegal. Em um segundo momento, a relação entre negro e direito é transposta para o plano da regulação dos conflitos raciais. Nesse sentido, foi criada a Lei Afonso Arinos de 1951, que considerava a prática de preconceito racial como uma contravenção penal[3]. Com a Constituição de 1988, a prática do racismo foi considerada crime sujeito à pena de prisão, inafiançável e imprescritível. O texto constitucional abriu caminho para a aprovação da Lei "Caó" que, ao revogar Lei Afonso Arinos, procurou desestimular a discriminação racial "injusta" aplicando penalidades mais rigorosas (Silva Jrº; 2003: 99-114).

O primeiro trabalho encontrado sobre o tema o negro e a justiça foi de Eunice Prudente denominada *Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil.* Com as políticas de ação afirmativa, o tema o negro e a justiça ganha outra dimensão. Não se trata mais de discutir a regulação dos conflitos raciais e a aplicação formal do princípio da igualdade com a criminalização da prática de racismo, trata-se de propor políticas para minimizar os efeitos das práticas racistas que se encontram inscritas na estrutura da sociedade, inclusive na elaboração e aplicação das leis.

Nesse aspecto o tema negro e a justiça ultrapassa a discussão da criminalização do racismo e a controvérsia sobre a existência ou inexistência desse fenômeno, para contemplar a

[3] No direito penal brasileiro, a contravenção penal diferencia-se do crime sobretudo na gravidade das penas que lhe é aplicada. Enquanto o crime é punido com pena de detenção e reclusão, a contravenção é punida com multa e pena de detenção.

igualdade em sentido material e a consagração do reconhecimento da diferença (Santos, 2006d: 259-293).

Gênero e raça

A ótica patriarcalista que emergiu das teses de dissertações levantadas foi discutida no Capítulo 1, subcapítulo "gênero e raça", onde se sugere que o pesquisador, homem ou mulher independente da pertença étnica e racial e da instituição académica a que está vinculada, de modo geral, expressa nas suas produções a idéia do homem enquanto universal. Do mesmo modo, foi desenvolvida a hipótese de uma possível emergência na problematização da relação entre mulher e raça na reflexão académica futura, sobretudo devido à proatividade de mulheres pesquisadoras com interesse pelo tema e que se fortalecem como lideranças do movimento negro.

Negro e homossexualidade

Este tópico está relacionado com o anterior no que respeita à universalidade da idéia de masculinidade. Concentrar-me-ei na idéia de negro "super masculino" que emerge em algumas das dissertações pesquisadas[4]

Particularmente, os pesquisadores, inclusive aqueles do movimento negro, teriam supostamente absorvido a concepção racista de que em sua performance sexual o negro seria superior ao branco. Frantz Fanon aborda essa idéia:

> (…) Quando se trata do Judeu, o problema é claro: desconfia-se dele, porque quer possuir as riquezas ou instalar-se nos postos de comando. O preto, esse, está fixado ao genital; ou pelo menos aí o fixaram. Dois domínios: o intelecto e o sexual. O pensador de Rodin em ereção, eis uma imagem que choca. Não é possível decentemente estar-se excitado em todo o lado. O preto representa o perigo biológico. O Judeu, o perigo intelectual. Ter fobia do preto, é ter medo do biológico. Porque o preto não é senão biológico. São animais. Vivem nus. E só Deus sabe… (…) (Fanon, s/d[1952]: 196).

Esse mito de "super virilidade negra" leva a uma barreira na associação entre o negro e a homossexualidade. Essa associação contrariaria o único quesito em que o negro "supostamente" seria superior ao branco. O caráter de "tabu" desse tema possivelmente reflete-se nas poucas produções com essa abordagem por parte do próprio movimento negro.

[4] São elas: (1) María Elvira Diaz Benitez (2005), *Negros homossexuais: raça e hierarquia no Brasil e na Colômbia*, Universidade do Rio de Janeiro; (2) Antônio Carlos da Hora (2000), *Cor-de-rosa e Carvão: "o discurso afirmativo da diferença"*, Universidade Federal do Rio de Janeiro; e (3) Suely Aldir Messeder (1999), *É só um jeito de corpo: um estudo sobre masculinidade a partir das representações e do uso do corpo por jovens, negros, de setores populares na cidade do Salvador*, Universidade Federal da Bahia.

Frantz Fanon durante três e quatro anos nos 1950 entrevistou cerca de 500 homens brancos: franceses, alemães, ingleses e italianos.

A análise dessas entrevistas mostram que os brancos de diferentes nacionalidades mitificavam a sexualidade negra. Se o anti-semitismo se expressa pelo suposto "perigo" que o judeu representa ao grupo branco por causa de uma ameaça intelectual, o negro seria uma ameaça física, um verdadeiro perigo para as mulheres brancas. Para o branco, o negro seria um animal; senão é o tamanho do pênis, é a potência sexual que o impressiona (Fanon, s/d [1952]: 200). Essas idéias míticas sobre a sexualidade negra choca-se com a idéia de negro homossexual, particularmente incomoda a idéia que os negros homossexuais recusem o único quesito em que eles são considerados superiores aos brancos.

Eldridge Cleaver interpreta o "pretenso" elogio da "suposta" superioridade física do homem negro da seguinte forma: O homem branco pode até aceitar um homem negro que se destaca no plano físico, mas antipatiza com aquele que se destaca no terreno intelectual. Simbolicamente o negro seria o corpo e o branco, o cérebro. Os dois estão em níveis hierárquicos diferentes, cabe ao cérebro comandar o corpo; não há disputa entre um e outro. O branco se incomoda quando encontra um negro que considere com capacidade intelectual igual a sua, pois estaria competindo com ele no mesmo plano (Cleaver, 1971: 152).

Nesse sentido, os homens pesquisadores negros seriam simbolicamente "cérebros", que geralmente não questionam o mito atribuído à sua sexualidade, isto é, a idéia deles próprios como "corpo" porque, ao absorveram a ideologia machista e não questionarem a sexualidade heteronormativa, acabam por se silenciarem sobre a expressão racista branca que classifica o negro como "super-masculino". Este silêncio produz praticamente a ausência de uma produção crítica sobre a sexualidade negra (Santos, 2006c: 86-125) e o negro homossexual torna-se um problema não só para uma concepção machista mas também para as conseqüências do racismo expressas no próprio homem negro.

Movimento negro e negritude(s)

Esse tópico foi abordado no Capítulo 2, a hipótese sugerida é a seguinte: a afirmação de que a negritude expressa no movimento negro no Brasil seria de essencialismo ingênuo não se sustenta totalmente, quando se olha mais de perto.

O movimento negro expressa múltiplas negritudes, entre elas, negritudes "de essencialismo inocente" no sentido de que considera sua negritude um atributo essencial especial (Hall, 2003: 347). Existem igualmente outras negritudes que se expressam contra a própria idéia de raça porque são a favor de uma sociedade sem raças bem como negritudes

racialistas que utilizam a raça como “essencialismo estratégico”. Esta última seria a tendência mais acentuada no movimento negro, sobretudo depois dos anos 1990 (Brah, 2006: 329-376).

Para além do binarismo negro e branco

Os textos acadêmicos pesquisados indicaram a preocupação de ultrapassar a bipolarização branco *vs.* negro no estudo das relações raciais. Foram encontradas teses e dissertações que intersecionam a relação racial com outros assuntos: movimento negro e movimento feminista, movimento negro e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, negritude e homossexualidade, remanescentes de quilombos e movimentos indígenas, economia solidária e igualdade racial.

Esse diálogo que procura contemplar em uma abordagem diferentes temas e que começa a ocorrer também na articulação das diferentes plataformas políticas dos movimentos sociais, poderia ser enquadrado como uma prática de tradução intercultural, nos moldes propostos por Boaventura de Sousa Santos:

> O trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas, de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles. Dado que não há uma prática social ou um sujeito colectivo privilegiado em abstrato para conferir sentido e direção à história, o trabalho de tradução é decisivo para definir, em concreto, em cada contexto histórico, quais as constelações de práticas com maior potencial contra-hegemônico (Santos, 2006c: 118).

A idéia da “tradução intercultural” das práticas sociais colabora para que os movimentos sociais fortaleçam-se em escala local e global na sua luta por justiça distributiva, igualdade e reconhecimento da diferença. A pesquisa que realizei, revela que o movimento negro começa a expressar a “tradução intercultural” nas suas pesquisas, isto é, começa a emergir na produção acadêmica negra uma produção cuja preocupação vai além da dualidade negro e branco.

Santos também argumentará que o trabalho de “tradução intercultural” se tornou mais importante, depois da organização do Fórum Social Mundial (FSM) em 2001. Esta iniciativa, que seria um movimento, ou “movimento dos movimentos”, colocando-se como uma alternativa à globalização neoliberal hegemônica, tem visibilizado inúmeras práticas sociais alternativas no mudo.

Movimento negro e/ou movimento hip-hop

Há ativistas que consideram o movimento *hip-hop* parte do movimento negro, enquanto outros consideram dois movimentos distintos. O ponto em comum entre os dois seria a denúncia ao racismo no Brasil. A principal divergência seria a atitude em relação ao racismo. O movimento negro nas suas ações passou a ter uma atitude mais propositiva, enquanto que o movimento *hip-hop* permanece acentuadamente com uma atitude denunciativa.

Quanto ao movimento *hip-hop* ser parte integrante do movimento negro, seria mais adequado argumentar que pessoas do movimento *hip-hop,* também são do movimento negro, ou seja, há integrantes que são ao mesmo tempo *hip-hop* **e** ativista negros; não necessariamente, *hip-hop* **ou** ativista negro, ou hip-hop parte constituinte do movimento negro. Cabe ao movimento *hip-hop* aprender com a história do movimento negro, para deixar de repetir os discursos antigos da militância negra, ao supor autenticidade e novidade. De forma semelhante convém ao movimento negro aprender com o *hip-hop* a prática de atrair pessoas de pertença étnica e racial, gênero e classes diferentes.

O movimento *hip-hop* pode contribuir de forma significativa com a atuação dos movimentos sociais ao proporcionarem "imagens desestabilizadoras", que causam indignação. O *hip-hop* causa sentimento de revolta e espanto e alcança de modo especial a juventude negra com a sua expressão o *rap* (Santos, 2006j: 75; Gomes, 2006b: 1-79).

No Brasil, o *rap* é uma tendência em crescimento, destacando-se com as suas músicas de protesto sobretudo de raça e classe. O *rap* é uma abreviatura de *Rhythm and Poetry* – Ritmo e Poesia – faz parte do movimento *hip-hop* que possui três expressões: *o break,* o *grafite e o rap*. A palavra hip significa quadril e hop pular, saltar, dançar (Gilroy: 2001: 176-182).

O *hip-hop* seria uma "gíria" da união dos termos dançar e quadril, na prática ultrapassa o sentido linguístico. Na sociedade brasileira, muitos se destacam nessa expressão política e cultural entre eles: Thaíde, DJ Hum, Gog, Nelson Triunfo, Nino Brown, Maurício Villaça, MV Bill, Dina Di, Lady Chris, Nega Gizza. O grupo de maior expressão são os Racionais MC'S, dos quais analisarei trechos das canções abaixo[5]:

> O homem na estrada recomeça sua vida
>
> sua finalidade, a sua liberdade, que foi perdida, subtraída
>
> e quer provar a si mesmo que realmente mudou

[5] http://vagalume.uol.com.br/racionais-mcs/

que se recuperou e quer viver em paz

não olhar para trás, dizer ao crime nunca mais

(…)

Equilibrado num barranco incomodo, mal acabado e sujo

porém seu único lar seu bem e seu refúgio

cheiro horrível de esgoto no quintal

por cima ou por baixo, se chover será fatal

um pedaço do inferno aqui é onde eu estou

até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou

numerou os barracos, fez uma pá de perguntas

logo depois esqueceram, filha da puta

acharam uma mina morta e estuprada

deviam estar com muita raiva, mano quanta paulada

estava irreconhecivel, o rosto desfigurado

deu meia noite e o corpo ainda estava lá

coberto com lençol, dessecado pelo sol, jogado

o IML estava só dez horas atrasado.

Esse trecho da música o *Homem na Estrada*, de 1993 – de autoria de Mano Brown –, conta a história de um ex-presidiário, que depois de livre, foi acusado de um crime que não praticou e acabou sendo assassinado pela polícia. A crítica essencial de Brown no decorrer da letra é a seguinte: a pessoa estigmatizada primeira como negra, depois como ex-detento tem poucas margens de escolha para sobreviverem na sociedade longe da vida da criminalidade. Essa música critica também o desemprego, a proliferação das drogas lícitas e ilícitas, a violência desenfreada, o descaso do Estado com pobres, sobretudo os negros, esse autor denunciará neste e outros *raps* o extermínio de negros.

Diria que o *rap* no plano geral e esse autor de modo particular revelam o contexto brasileiro "para além da linha abissal" onde vigora "o paradigma da apropriação e da violência" (Santos, 2007: 3-46).

(…)

uma ambulância foi chamada com extrema urgência

loucura violência, exagerada

estourou a própria mãe estava embriagado

mas bem antes da ressaca ele foi julgado

arrastado pela rua o pobre do elemento

inevitável linchamento, imaginem só

ele ficou bem feio, não tiveram dó

os ricos fazem campanha contra as drogas

e falam sobre o poder destrutivo dela

por outro lado promovem e ganham muito dinheiro

com o alcool que é vendido na favela

empapuçado ele sai,vai dar um rolê, não acredita no que vê, não daquela maneira

crianças, gatos, cachorros disputam palmo a palmo

seu café da manhã na lateral da feira

(…)

Essas músicas, por vezes, se tornam "clipes" musicais que provocam indignação naqueles que assistem; um sentimento de revolta que torna difícil ignorar os horrores existentes do outro "lado da linha abissal". Paradoxalmente a propagação da arte via música ou filme faz com que as pessoas acabem por naturalizar o horror devido à própria repetição exaustiva das letras e dos filmes e aos programas televisivos que exibem diariamente os conflitos que ocorrem nos bairros pobres, editando a idéia de ladrão, pobre, negro, "bandido" *versus* policial, pobre, branco "mocinho" (Sovik, 2004a: 377-384), recorrendo, assim, à imagem dos antigos filmes de faroeste norte-americanos.

Não poderia deixar de mencionar que o *rap* em particular e o movimento *hip-hop* como um todo expressam em suas músicas uma ótica machista que beira a misoginia, também os *rappers* acabam por reivindicarem para si a idéia de super virilidade como mostra o estrofe seguinte:

(…)

É bonita, gostosa e sensual.

Seu batom e a maquiagem a tornam banal...

> Ser a mau, fatal, legal, ruim... Ela não se importa!
>
> Só quer dinheiro, enfim.
>
> Envolve qualquer um com seu ar de ingenuidade.
>
> Na verdade, por trás vigora a mais pura mediocridade.
>
> Te domina com seu jeito promíscuo de ser,
>
> Como se troca de roupa, ela te troca por outro.
>
> Muitos a querem para sempre
>
> Mas eu a quero só por uma noite, você me entende?
>
> (…)

Essa música “mulheres vulgares” pode ser considerada um “exemplo clássico” de música machista. A idéia central seria um conselho dos Racionais MC’S para que os homens enquanto ingênuos protejam-se da ardilosa mulher, que possui interesse econômico nele. Quanto ao homem cabe ser mais habilidoso e usar seu corpo sexualmente – “somente por uma noite”.

Concluindo, compete ao movimento *hip-hop* bem como ao próprio movimento negro reverem suas posturas machistas. A prática de “tradução intercultural” entre movimentos pode contribuir para isto.

O desperdício da experiência do negro

Este item relaciona-se com a minha auto-reflexão. A preocupação principal seria com o desperdício da experiência do negro sobretudo do intelectual e ativista anti-racista. A hipótese refere a dimensão “inquantificável” da injustiça proporcionada pelo racismo. Santos chama atenção para esse desperdício no artigo *Sociologia das ausências e das emergências*.

A questão que se coloca é a seguinte: o quanto poderia ser realizado senão houvesse o racismo? Essa questão destina-se a todos aqueles que, ao nascerem, foram classificados como negros e se colocaram contra essa opressão. Somente na imaginação seria possível conceber um mundo em que tivesse sido abolido o racismo.

Essa seria a sagacidade criativa, talvez, necessária para fortalecer as teorias anti-racistas. Uma sociologia das ausências e das emergências desafia-nos a alargar a imaginação sociológica, e sugere que se elabore a questão do desperdício da experiência da seguinte forma: quais coisas deixamos de fazer porque estamos envolvidos em um conflito cujos termos e a vigência não foram escolhidos pelo subalternizado?

A intenção não seria de fugir da realidade, e sim, buscar não restringi-la somente à "realidade existente" (Santos, 2002b: 23-36). Como foi mostrado no Capítulo 2, o racismo que persiste e se modifica desde a rebelião das senzalas faz com que negros desperdicem suas potencialidades desde os tempos imemoriais. A história do Brasil, portanto, também é a história do desperdício do talento negro desde sempre. Por exemplo, Luísa Mahin, Luís Gama, Benedita da Silva, Abdias do Nascimento, Lélia Gonçales, Esmeralda Ribeiro, Rita de Cássia Camargo, Cuti, Geni Guimarães; Nilma Gomes[6] (Oliveira [org.], 1998: 12-13), pode-se dizer que essas pessoas possuem em comum muito do talento desperdiçado por causa da luta contra a escravidão e o racismo – mesmo que o racismo potencialize outros saberes.

4. Epílogo

De acordo com as hipóteses apresentadas, (a) a branquitude seria uma emergência nos estudos sobre as relações raciais no Brasil; (b) a branquitude foi uma pauta que o movimento negro influenciou para que fosse incorporado pela academia; (c) o movimento negro influencia a academia e (d) as políticas de ação afirmativa predominam na pauta do movimento negro na atualidade. Os resultados da pesquisa, até o presente momento, apontam a branquitude como um tema emergente no período de 2000 a 2006.

De acordo com os dados levantados, o movimento negro é tema na produção acadêmica de quatro das cinco regiões do país. Do mesmo modo, as políticas de ação afirmativa, como principal pauta do movimento negro (Silvério, 2003: 57-77), são objeto de estudos em universidades de todas as cinco regiões do Brasil.

Os resultados da pesquisa confirmam a expressividade do movimento negro e sua influência nacional. A investigação também mostrou que, como resultado da influência e mobilização do movimento negro, uma de suas pautas principais na medida em que se converteu em tema de debate nacional também repercutiu nacionalmente como tema de reflexão académica – refiro-me particularmente à política de ação afirmativa.

Quanto à hipótese central, o tema branquitude emerge na região Sudeste sob influência das pesquisas sociais realizadas na Universidade de São Paulo, conforme salientado no capítulo anterior. Os dados recolhidos demonstram que a Universidade de São Paulo é o principal centro de produção acadêmica sobre relações raciais no Brasil. No tema da

[6] Todas essas pessoas são personalidades conhecidas especilamente pelas pessoas do movimento negro.

branquitude, a produção da USP também se destaca. A relevância da branquitude enquanto tema para academia brasileira será abordada na Conclusão desta dissertação.

Esta pesquisa apresentou como resultado:

(1) a influência do movimento negro e sua repercussão nacional; e

(2) a repercussão na academia do tema política de ação afirmativa.

Resta melhor sustentar o argumento de que a branquitude é um tema emergente nos estudos sobre as relações raciais. Para alcançar este objetivo, analisei a emergência dos termos branquitude, movimento negro e política de ação afirmativa, apresentado nos capítulos referentes aos respectivos temas.

No capítulo seguinte, além de fortalecer o argumento de que a branquitude é uma emergência, será mostrado que o tema branquitude já foi abordado na academia brasileira de maneira implícita, isto é, em textos que abordam a temática étnica e racial de grupos brancos (brasileiros de descendência italiana e alemã), sem necessariamente classificarem esses trabalhos como estudos sobre branquitude no Brasil.

No Capítulo 6 mostrarei igualmente que a branquitude brasileira é um tema emergente de repercussão internacional. Refiro-me, por exemplo, à pesquisadora holandesa Dieuwertje Dyi Huijg que realizou trabalho de campo no Brasil e defendeu uma dissertação intitulada *Feministas brancas, tirando às máscaras: a expressão da branquitude feminina nas relações raciais intra-gênero*. Este trabalho, além de outros temas, aborda a branquitude na sociedade brasileira foi defendido no Departamento de Letras da Universidade de Leiden, na Holanda.

No mundo globalizado, uma dissertação que aborda a branquitude no contexto brasileiro, produzida na Holanda pode influenciar a produção acadêmica no Brasil, do mesmo modo, que o livro organizada por Iray Carone e Maria Aparecida da Silva Bento *Psicologia social do racismo* (2002) influenciou esta pesquisadora holandesa a aprofundar seus estudos sobre a branquitude no Brasil. É possível perceber essa influência no conteúdo da dissertação de Huijg, também, porque Bento é uma referência importante nos estudos sobre a branquitude no Brasil e outros países, como Holanda e Estados Unidos (Huijg, 2007: 11 e 91; Bento, 2002b: 25-57; Sovik, 2004b: 315-325).

No diálogo entre Dieuwertje Dyi Huijg e Maria Aparecida da Silva Bento vê-se a mútua influência entre os contextos local e global (Santos, 2002c: 56) e, por essa razão a dissertação de Huijg pode influenciar os estudos sobre as relações raciais no Brasil, além disso, trata-se de outro indício de emergência do tema branquitude na academia brasileira.

Capítulo 6: A branquitude no Brasil

1. Prólogo

Este capítulo abordará como tema principal o conceito branquitude no contexto brasileiro. Refiro-me a essa categoria analítica e política como identidade racial branca (Bento, 2002b: 5; Guimarães, 2002b: 50), assim como a negritude seria a identidade racial negra. Esse tema é proposto para aprofundar a discussão acerca das teorias e movimentos anti-racistas.

Os estudos sobre a branquitude compõem uma dimensão da análise sobre as relações raciais geralmente invisibilizada na academia brasileira e pouco debatida nos movimentos sociais, por conseguinte, as teorias produzidas sobre o racismo não questionam o impacto do preconceito racial e do racismo para o grupo classificado como branco e, por sua vez, acabam por não indagar também os privilégios e poder que o branco possui em uma sociedade racista em virtude de ser assim classificado (Hasenbalg, 2005: 230 – 231; Miles, 1994: 28-29).

A pesquisa realizada mostra a branquitude[1] como um tema emergente nos estudos sobre relações raciais. Essa emergência relaciona-se particularmente com o protagonismo do movimento negro (Santos, 2006c: 86 - 125). Esse movimento social ao questionar o branco aponta que este possui identidade racial como qualquer outro grupo étnico e racial e, nesse sentido, revela que o branco não questionado é, na verdade, inventado como um ser universal (Frankenberg, 2004: 307-338; Pincus e Howard, 1999: 11-13).

O movimento negro no Brasil ao propor o tema branquitude critica essa suposta universalidade e, assim, contribui para "provincializar" o branco, tratarei dessa questão principalmente na Conclusão deste trabalho. Neste momento, estender-me-ei um pouco mais a respeito da produção teórica sobre o conceito branquitude. Considerando a centralidade dos Estados Unidos como centro irradiador da discussão nesse tema, as análises sobre a identidade racial branca nos países periféricos e semi-periféricos devem levar em consideração a influência simbólica advinda da construção teórica da branquitude nos países centrais, pois os brancos dessas nações estariam, hipoteticamente, em uma posição hierárquica superior à dos brancos nos países periféricos e semi-periféricos (Ramos, 1995[1957]b: 215-240).

[1] Estou utilizando o termo branquitude, alguns autores utilizam o termo branquidade, de acordo com a revisão da literatura que fiz, no Brasil, ambos possuem o mesmo significado. Esta diferença seria uma questão da tradução do conceito em inglês. Eu optei por utilizar o termo branquitude, para seguir a linha dos trabalhos acadêmicos brasileiros que optam pelo termo branquitude.

2. A branquitude nos Estados Unidos

Em meados dos anos 1990, nas universidades americanas, fortalecem-se as tendências de investigação em que o branco é tomado como objeto de estudo. Esses trabalhos ficaram conhecidos como estudos críticos da branquitude. A formulação e a aplicação do conceito branquitude alterou o modo como se pesquisava a categoria raça na sociedade estadunidense. Antes se presumia que a abordagem sobre as relações raciais deveria se restringir aos grupos classificados como negros, e/ou grupos não-brancos, contudo, as pesquisas acerca da identidade racial branca evidenciaram que, como com qualquer outro grupo étnico e racial, o estudo sobre as relações raciais se beneficia com a pesquisa sobre o branco.

Ao pensar o conceito branquitude, a raça é compreendida como construto social e, portanto, retoma-se o debate a respeito da relevância da utilização do conceito raça como instrumento analítico. Nesta altura, acredito não ser mais necessário retomar essa discussão[2]. Porém, vale sublinhar que, a branquitude possui distintos significados de acordo com a visibilidade dada a esse conceito, principalmente nos Estados Unidos e Reino Unido.

Os autores dos estudos críticos da branquitude, nomeadamente Ruth Frankenberg e David R. Roediger – para citar apenas dois dos mais destacados –, dialogam sobretudo com a linha dos estudos culturais, além teoria feminista, pós-colonial e marxista (Hall, 2003: 25-50; Gilroy, 2001: 9-25; Said, 2004: 1-31; Fanon, s/d[1952]: 35-45). Entre vários outros autores, citaria Stuart Hall e Paul Gilroy como aqueles que têm contribuído significativamente com os estudos críticos sobre a identidade racial branca.

Neste âmbito de estudo, destacam-se duas vertentes principais. Em uma primeira linha de análise, sustenta-se que o ideal do ativismo e da teoria anti-racista consiste em suprimir a identidade racial branca em sua inclinação subjugadora, forjando uma identidade racial anti-racista e isenta de culpa (Ware, 2004a: 9-10). A proposta dessa linha de estudos seria de resignificar e reconstruir a identidade racial branca que, sem deixar de ser branca, deixaria de possuir traços racistas. Não se propõe, portanto, a supressão da diferença e sim o fim da hierarquia entre os diferentes que resulta no favorecimento de uns em detrimento de outros (Santos, 2006d: 290).

A segunda vertente dos estudos críticos da branquitude sustenta que a identidade racial branca assim como foi construída pode ser desconstruída, defendendo a abolição da idéia de raça branca (Roediger, 2000: 1-17). Parte-se do pressuposto de que a pertença étnica e racial branca é uma construção histórico-social e a resolução dos problemas sociais advindos dessa

[2] As controvérsias políticas e analíticas em torno do conceito de raça foram abordadas no primeiro capítulo.

identidade cultural resolve-se com sua supressão. Esta linha de teóricos críticos não está convencida da possibilidade de expurgar o traço racista da identidade racial branca, portanto, propõe a abolição da branquitude e, por via de consequência, a abolição da negritude.

Para esses teóricos – cuja maior expressão é o historiador David R. Roediger –, a branquitude somente faria sentido quando relacionada com a negritude. No fundo esses autores, propõem um caminho para a supressão de todas as opressões (de gênero, opção sexual, classe, etc.). Remete-se à idéia da libertação da negritude e da branquitude de Frantz Fanon (Fanon, s/d[1952]: 37-39; Rachleff, 2004: 109). Por outro lado, ao proporem a extinção da raça, recorrem a uma tradição marxista que prevê a necessidade de se abolir todos os grilhões que prendem homens e mulheres a uma situação de subjugação, ainda que, para isso, seja necessário um processo revolucionário (McLaren; 2000: 263; Ware, 2004a: 10; Santos, 2002a: 42). Enquanto a primeira linha de estudos críticos da branquitude propõe a reconstrução da raça branca, mantendo-se uma sociedade racializada com a supressão das hierarquias sociais; a essa segunda linha de pensamento subjaz o projeto de uma sociedade não racializada.

Apesar de considerar convincente a idéia de Frantz Fanon de a "humanidade libertar-se da negritude e da branquitude", minha opção caminha em direção à linha de estudos que propõe a resignificação da branquitude. Essa opção é feita tendo em conta a realidade brasileira e a necessidade de a raça ser utilizada de maneira emancipatória[3]. Conforme sustenta Stuart Hall (2003: 347), o conceito raça não seria uma categoria de essência, trata-se de um conceito histórico e social que, portanto, se modifica no decorrer do tempo. Isto significa que existe a possibilidade de reconstruir o conceito eliminando a classificação social superior e inferior que lhe é atribuída.

O negro, ao reconstruir sua identidade racial, geralmente, elimina o traço de inferioridade que é atribuído à negritude[4] (Munanga, 1988: 57-79). O branco poderia agir de forma semelhante, ao reconstruir sua branquitude, expurgar o traço de superioridade. Considero que mais importante do que a abolição da raça é a supressão do racismo.

3. O conflito do branco anti-racista

Em uma sociedade racista como a brasileira, as pessoas logo ao nascerem são classificadas em diferentes níveis hierárquicos, aqueles classificados socialmente como

[3] No que diz respeito à utilização emancipatória do conceito raça, cf. Capítulo 3.
[4] A crítica à idéia de que ser negro é ser especial foi abordada no Capítulo 2, cf. também Munanga (1988).

brancos gozam naturalmente de privilégios em virtude dessa classificação. Ao grupo branco adiciona-se a construção de uma identidade racial que recebe o legado simbólico de referências positivas como: inteligente, belo, culto, civilizado, capitalista, comunista, democrático, etc. A concepção estética e subjetiva da branquitude é, dessa maneira, dignificada, o que leva a que a idéia de superioridade se constitua como um dos seus traços característicos (Fanon, s/d[1952]: 37-39; Jacobson, 2004: 63-96).

Evidentemente, ninguém nasce racista, porém o argumento que sustenta "que a branquitude foi construída como lugar racial da superioridade" é uma tese consensual entre distintos teóricos da branquitude (Britzman, 2004: 161-181; Hage, 2004: 139-160; Nuttall, 2004: 183-217). Esse argumento não é uma expressão injuriosa direcionada ao indivíduo branco, trata-se de uma crítica direcionada à significação da branquitude como o lugar racial da superioridade (Haraway, 1995: 7-41; Steyn, 2004: 115–137). A idéia de superioridade racial constituinte da identidade racial branca, não é um traço de essência, é uma construção histórica e social e, por isso, pode ser desconstruída (Hall, 2003: 335 - 349). Aliás trata-se de uma tarefa a ser realizada cotidianamente por brancos anti-racistas, que vivem o conflito de, por um lado, pertencerem a um grupo opressor e, por outro lado, colocarem-se contra a opressão.

A teoria anti-racista que propõe a abolição da branquitude parece não estar convencida da possibilidade de expurgação do traço racista da branquitude, o que me leva sugeri a hipótese de que esta perspectiva compreende o racismo como uma característica inata da identidade racial branca e não como uma construção histórica e social. Nessa linha de raciocínio, acaba-se por essencializar o racismo e a branquitude tornando-os conceitos de essência e indissociáveis (Roediger, 2000: 1-17), isto é, em uma perspectiva em que toda idéia de raça seria considerada racista[5] e, portanto, o grupo branco seria um grupo racista sem possibilidade de não o ser. A única alternativa encontrada seria a extinção da branquitude.

O problema não está na diferença, e sim, na utilização da distinção que objetiva inferiorizar (Santos, 2006d: 290). Essa é mais uma das razões que faz com que considere que mais imprescindível do que a supressão da raça é a abolição da concepção de superioridade atribuída à idéia de raça.

[5] Este assunto foi tratado no Capítulo 1, relembro que para o sociólogo brasileiro Antonio Sérgio Alfredo Guimarães nem toda idéia de raça é necessariamente racista. No mesmo sentido, tanto pode existir a prática racista anti-racista – que propõe o filósofo Paul Satre – quanto pode existir a prática racialista anti-racista (Guimarães, 2005c: 67). Cabe ressaltar que venho denominando as ações do movimento negro contemporâneo no Brasil como exemplo de prática racialista anti-racista, ou seja, esse movimento social utiliza o conceito raça de maneira não racista.

À luz do que foi dito anteriormente, não pretendo encorajar o esquecimento ou dissimular sobre os privilégios obtidos com a opressão. Estou de acordo com Albert Memmi, quando sustenta que, aquele que pertence ao grupo opressor obtém vantagens em razão dessa pertença (Memmi, 1989: 47) – mesmo que seja involuntário. Os privilégios que resultam do pertencimento a um grupo opressor é um dos conflitos a serem enfrentados, particularmente, pelos brancos anti-racistas. Esse conflito pessoal tende a emergir no momento em que se visibiliza a identidade racial branca. Desta forma, a branquitude crítica segue mais um passo em direção à reconstrução de sua identidade cultural com vistas à abolição do seu traço racista. A primeira tarefa talvez seja uma dedicação individual cotidiana e, depois, a insistência da crítica e autocritica quanto aos privilégios do próprio grupo.

Na sociedade brasileira os intelectuais "brancos"[6] reconhecidos por abordarem a temática racial, como por exemplo, Florestan Fernandes e Octávio Ianni (Fernandes, 1978, vol. II: 456-463; Ianni, 2004a: 21-30), não refletiram sobre esse conflito, que poderia denominá-lo "conflito de zona fronteiriça", que representa, sobretudo, o branco anti-racista que, ao mesmo tempo, que se encontra no grupo opressor se coloca contra a opressão[7] (Santos, 2002a: 134).

Assim como praticamente todos os seus pares, os intelectuais Florestan Fernandes e Octávio Ianni – apesar de sua inequívoca contribuição para as ciências sociais no Brasil – não transpuseram para os seus escritos sobre relações raciais esse conflito do branco anti-racista, provavelmente, porque a branquitude não era assumida como uma preocupação científica. No mesmo sentido, não chegaram a realizar uma autocrítica sobre a possibilidade de que suas identidades culturais pudessem se refletir em sua produção intelectual, parafraseando, Boaventura de Sousa Santos (2003a: 50-55 e 1995b: 123-249) não refletiram sobre a possibilidade de que o conhecimento que produziram seja também auto-conhecimento.

[6] Como foi abordado no Capítulo 1, esses intelectuais são reconhecidos pelos seus estudos sobre a temática racial. No que diz respeito à pertença étnica e racial seria aconselhável perguntá-los, todavia, não será possível porque eles não se encontram mais entre nós. Contudo, nas suas publicaçãoes científicas, eles não se identificam como brancos, porém sempre identificaram o negro como o outro, colocando-se, portanto, como não-negros ou como brancos de maneira implícita. Na verdade, esses autores seguem a tendência hegemônica de investigação sobre relações raciais no Brasil, não pesquisam o tema branquitude e restringem-se à negritude. Segundo a pesquisadora Edith Piza – uma das poucas estudiosas brancas que assume o branco como objeto de estudo –, esses autores seriam brancos que utizam o eu-narrador numa posição de neutralidade racial (Piza, 2002: 60-61).

[7] Essa nomeação conflito de zona fronteiriça é inspirada no conceito cultura de fronteira de Boaventura de Sousa Santos (2002a: 132-137). Arriscaria dizer que, o "conflito de zona fronteiriça" pode ser a todos os intelectuais e ativistas "progressistas" que, privilegiados enquanto grupo por um determinado tipo de exploração ou opressão, se colocam contra todas as explorações e opressões existentes.

4. A branquitude acrítica: a superioridade racial e a pureza nacional

Denominarei “branquitude crítica”[8] àquela pertencente ao indivíduo ou ao grupo de brancos que desaprova publicamente o racismo. Em contraposição a essa perspectiva, nomearei “branquitude acrítica” a identidade branca individual ou coletiva que argumenta a favor da superioridade racial. O percurso crítico desenvolvido pelos sociólogos Florestan Fernandes e Octávio Ianni ilustram bem o exemplo da branquitude crítica.

Porém, nem todas as expressões da branquitude desaprovam o racismo, basta pensar em todos os brancos de pensamentos e/ou pertencentes a grupos de ultradireita ou, mais concretamente, nos integrantes dos grupos neonazistas, ou nos membros da *Ku Klux Klan* e outros brancos que, silenciosamente, comungam com a ideologia da superioridade racial e não desaprovam as práticas racistas. Apesar do apoio a práticas racistas ou da inação diante delas, a branquitude acrítica pode não se considerar racista porque, segundo sua concepção, a superioridade racial branca seria uma realidade inquestionável. Enfim, a branquitude acrítica acentua seu traço racista tornando-se por vezes uma identidade racial homicida como, por exemplo, nos casos de assassinatos e genocídios praticados em decorrência da pertença étnica e racial das vítimas (Ware, 2004a: 9-10).

Não obstante o holocausto que vitimou judeus, ciganos, homossexuais e outras identidades culturais inferiorizadas pelos nazistas durante a guerra (Arendt, 2006: 559), neste início de século, ressurgem e proliferam grupos neonazistas no Brasil e em outros territórios. O discurso principal dessa branquitude acrítica sustenta-se na idéia de existência de uma superioridade racial, mesmo em um contexto em que essa ideologia é francamente desautorizada e rechaçada pela comunidade internacional.

As organizações neonazistas, outros grupos e indivíduos que comungam pensamentos de ultradireita crescem e se fortalecem utilizando sobretudo a Internet como ferramenta de contato e mobilização. A virtualidade dos contatos é também uma forma de se esquivarem de penalidades pela prática de “crimes de ódio” e/ou crimes contra a humanidade. Ao agir assim, a branquitude acrítica busca refúgio em uma solidariedade global, que poderia ser expressa ironicamente na seguinte sentença: “povo branco superior do mundo, uni-vos!”[9].

[8] A autora Dieuwertje Dyi Huijg na sua dissertação de mestrado também utiliza a designação branquitude crítica com outro significado, mas na perspectiva de criticar a noção de invisibilidade da branquitude que abordarei adiante Cf. (Huijg, 2007: 38-39)

[9] Depois dessa paródia, resta-me pedir desculpas ao ilustre autor revolucionário. Se, por um lado, o pensamento de Karl Marx inspira as idéias de brancos anti-racistas revolucionários que propõem a abolição da identidade racial branca (Roediger, 2000: 1-71), por outro, a branquitude acrítica expressa o mais acentuado pensamento racista da ultradireita.

A superioridade branca sustenta-se no mesmo argumento de diferença biológica que defendia o Conde Arthur de Gobineau no século XIX (Schwarcz, 2007: 13)[10]. Nos países centrais do sistema mundial, em especial, os atos racistas em defesa da integridade racial também se recostam no argumento sobre a necessidade de proteger os habitantes originais do Estado nacional. A identidade nacional é associada à identidade racial e étnica, logo, o nacional autêntico seria o branco, ilustrando essa idéia, o estadunidense autêntico seria o branco, o inglês autêntico seria o branco, o francês autêntico seria o branco.

Por via consequência, as práticas racistas, por vezes homicidas, são dirigidas igualmente aos imigrantes e não necessariamente apenas aos negros. Neste caso particular, o conceito imigrante substituiria a categoria negro. Esse tipo de racismo tem sido denominado como neo-racismo, racismo sem raça, etnicismo racial e racismo cultural – que se afastaria da idéia biológica de raça e se aproximaria mais da identidade nacional e étnica (Balibar, 1991: 17-28; Sowell, 1999: 291-304). Assim como foi mencionado no Capítulo 1, a denominação desses racismos dependerá de cada autor. Quanto às críticas dirigidas a essas nomeações, em resumo, argumenta-se que a dilatação e metaforização do racismo poderia esvaziar o seu conteúdo (Hofbauer, 2006: 9-56).

O conceito de racismo cultural de Paul Gilroy também se encaixa na perspectiva de racismo contra os imigrantes e outras identidades culturais. De acordo com Gilroy:

> Enfrentamos, de forma crescente, um racismo que evita ser reconhecido como tal, porque é capaz de alinhar "raça" com nacionalidade, patriotismo e nacionalismo. Um racismo que tomou uma distância necessária das grosseiras idéias de inferioridade e superioridade biológica busca, agora, apresentar uma definição imaginária da nação como uma comunidade cultural unificada. Ele constrói e defende uma imagem de cultura nacional – homogênea na sua branquidade, embora precária e eternamente vulnerável ao ataque dos inimigos internos e externos… Este é um racismo que responde à turbulência social e política da crise e à administração da crise através da restauração da grandeza nacional na imaginação. Sua construção onírica de nossa ilha coroada como etnicamente purificada propicia um especial conforto contra as devastações do declínio (nacional) (…) (Paul Gilroy apud Hall, 2005: 64).

Deve-se lembrar que Frantz Fanon, antes de Paul Gilroy, utilizou o conceito racismo cultural, porém o significado desse conceito para Fanon – pensado no contexto colonial africano – seria o que hoje se denomina de racismo estrutural, isto é, a prática racista que se encontra inscrita na estrutura social, histórica e cultural (Fanon, 1980: 36). Enquanto que para Gilroy – pensado no contexto europeu pós-moderno – seria a prática racista contra a

[10] A ideías do Conde Arthur de Gonbineau foram abordadas no Capítulo 1.

identidade étnica, isto é, o imigrante, sobretudo, considerado não-branco, portanto não se restringe a uma prática racista dirigida aos negros africanos e negros da diáspora.

A branquitude acrítica, analisada com propriedade por autores dos países centrais como Paul Gilroy e Stuart Hall, seria uma “branquitude acrítica nacionalizante” e “etnicizante”, como por exemplo, “a inglesidade” – leia-se branco inglês: único nacional autêntico (Hall, 2005: 61-65). Essa branquitude acrítica nos seus discursos se coloca contra a população imigrante. Se, por um lado, não utiliza o argumento de pureza racial, por outro, sustenta a idéia essencialista de povo original homogêneo branco, como aponta Gilroy.

Essa branquitude acrítica, quando se expressa de maneira extrema, pratica extermínios e, quando age de forma mais branda, procura se inserir no jogo democrático propagando discursos racistas dissimulados de nacionalistas. Em 2002, a vitória no primeiro turno nas eleições presidenciais francesas de Jean-Marie Le Pen, líder da Frente Nacional – partido de ultradireita – ilustra bem o exemplo dessa branquitude acrítica que, objetivando o poder, se insere nas disputas eleitorais.

5. Branquitude: privilégio & diferenças

Ao observar o grupo branco de longe, de repente, pode surgir a impressão de que a branquitude é homogênea, porém com a aproximação percebe-se o quanto os brancos são diversos. O principal aspecto em comum, apontado por teóricos da branquitude, diz respeito ao privilégio que o grupo branco obtém em uma sociedade racista, tanto no contexto local, quanto no global (Bento, 2002b: 25-57; Frankenberg, 1999a: 70-101; Hage, 2004: 139-160; Roediger, 2000: 1-71).

Como foi demonstrado, a branquitude se expressa tanto desaprovando os privilégios obtidos com essa identidade racial, quanto argumentando em favor da superioridade racial e pureza nacional. Se por um lado, a branquitude crítica não se preocupa em se pensar como um grupo racial, por outro lado, a branquitude acrítica propaga direta e indiretamente a superioridade e pureza racial branca[11].

[11] Nesta dissertação com exceção do tópico *A branquitude acrítica: a superioridade racial e a pureza nacional* a minha análise se dirige, sobretudo à branquitude crítica, ou seja, à branquitude que desprova publicamente o racismo. Nesse aspecto, o meu trabalho segue a tendência da maioria da literatura, que tenho pesquisado, sobre as relações raciais, todavia considero de suma importância a emergência de estudos sobre a branquitude acrítica, que propagam a idéia de superioridade racial e pureza nacional, por vezes, ao praticar extermínios. Acerca desse assunto, o teórico da comunicação social aponta que existem poucas pesquisas a respeito dos indivíduos e grupos que expressam essa identidade branca acrítica (Downing, 2002: 136-144).

No início da colonização na América – diante da dualidade civilizado e selvagem –, o branco representava o civilizado sendo a Europa central o berço da civilização ocidental, aliás única cultura civilizada reconhecida. No entanto, é possível distinguir que entre os brancos colonizadores (espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses) também existiam níveis hierárquicos. Para os ingleses, os portugueses seriam povos semelhantes aos selvagens. Nessa mesma perspectiva, se para os escravizados africanos e os indígenas os portugueses eram brancos, para os ingleses, eram brancos em um patamar inferior ao seu.

Nessa mesma perspectiva, Santos salienta a existência de uma hierarquia entre os brancos colonizadores e os brancos ingleses que se consideravam superiores aos portugueses no período clássico do colonialismo. Para esse autor, a Inglaterra, enquanto metrópole hegemônica praticou uma forma de colonialismo mais influente. O sistema colonial português, por seu turno, enfrentava mais problemas de implementação, sobretudo se comparado ao britânico. Santos argumenta que o colonialismo ibérico levava a que o próprio colonizado tivesse dúvidas sobre quem era seu autêntico colonizador, se Portugal ou Inglaterra, levando-se em consideração que o território português se tornou uma espécie de "colônia" da coroa britânica devido à dependência econômica e fragilidade militar para manter seus territórios, entre outros fatores (Santos, 2006e: 211-255).

A emergência dos estudos sobre a branquitude poderão colaborar para uma maior complexificação das pesquisas a respeito dos pontos comuns e da diversidade constituinte da identidade racial branca levando em conta outras intersecções referentes, por exemplo, ao sexo, gênero, faixa etária, nacionalidade, religiosidade, classe, etc.

Os estudos sobre o branco pobre realizado nos Estados Unidos pelo sociólogo Matt Wray ilustram bem a relevância de pensar as especificidades da branquitude. Wray também aponta a lacuna sobre a pesquisa referente ao branco no mundo rural americano. De acordo com esse autor, o branco pobre seria "menos branco", porque caminha em direção contrária ao progresso, seria uma espécie de branco "degenerado", mesmo assim não chegaria a ser considerado um negro (Ware, 2004a: 36 e 2004b: 339-361).

No Brasil, Maria Aparecida Bento (2002a: 141) chama atenção que o branco independente da classe social tende a ser solidário, quando se sente discriminado, por medidas como as políticas de ação afirmativa destinadas a negros. Nesse exemplo, os brancos de classe alta e média procuram denunciar essa injustiça praticada contra o branco pobre. Porém, essa união da branquitude independente de suas diferenças tem um objetivo comum: a manutenção do *status quo*. Os privilégios que o grupo branco obtém – mesmo quando pobre – devido ao racismo estrutural, podem ser verificados em pesquisas que apontam as desigualdades sociais

causadas inequivocamente pelo racismo, conforme foi apontado no primeiro capítulo (Guimarães, 2004a: 18).

Problematizar o branco pobre ilustra a complexidade existente quando se olha de perto o indivíduo ou grupo branco. Em uma modesta hipótese, acredito que problematizar a branquitude na sua diversidade pode contribuir para ampliar e aprofundar o conhecimento sobre as sutilezas da lógica de classificação social que, ao resultar em múltiplas e distintas hierarquias, gera prejuízos para uns e privilégios para outros. Se, como já foi assinalado, o ponto em comum entre os diversos grupos brancos seria a obtenção de privilégios, é natural que os privilégios obtidos sejam diversos entre si. A compreensão dos múltiplos aspectos da branquitude pode resultar na maior complexificação das diferentes formas de privilégios obtidos pelos brancos em práticas racistas, por vezes, sutis.

Nessa perspectiva, as pesquisadoras Dieuwertje Dyi Huijg e Maria Aparecida da Silva Bento sustentam que a noção de privilégio é indispensável para compreender as teorias sobre racismo. A intelectual McIntosh colabora nessa discussão ao mencionar distintas e sutis formas de obtenção de privilégio racial (Bento, 2002b: 28):

> 8. Eu posso estar segura de que meus filhos vão receber materias curriculares que testemunhem a existência da sua raça.
>
> 13. Se eu usar cheques, credit cards ou dinheiro, eu posso contar com a cor da minha pele para não operar contra a aparência e confiança financeira.
>
> 15. Eu não preciso educar os meus filhos para estarem cientes do racismo sistêmico para a sua própria proteção física diária.
>
> 21. Eu nunca sou pedida para falar por todas as pessoas do meu grupo racial.
>
> 24. Eu tenho bastante certeza de que se eu peço para falar com a 'pessoa responsável', eu vou encontrar uma pessoa da minha raça.
>
> 27. Eu posso voltar para casa da maioria das reuniões das organizações as quais pertenço, sentir-me mais ou menos conectada, em vez de isolada, fora de lugar, ser demais, não-ouvida, mantido à distância, ou ser temida,
>
> 34. Eu posso me preocupar com racismo sem ser vista como auto-interessada ou interesseira.
>
> 40. Eu posso escolher lugares públicos sem ter medo de que pessoas de minha raça não possam entrar ou vão ser mal-tratadas nos lugares que escolhi.
>
> 41. Eu posso ter certeza de que se precisar de assistência jurídica ou médica, minha raça não irá agrir contra mim
>
> (McIntosh, 1989 *apud* Huijg, 2007: 32)

6. A branquitude como "propriedade" e outros "ganhos materiais"

A identidade racial branca recria-se ao longo do tempo, incorpora novas ações e mantém inquestionados seu poder e prestígio durante as gerações ao se revestir como invisível. Inscreve-se em muitos setores da sociedade, ao possuir um "valor em espécie", como aponta o historiador George Lipstz, isto é, a branquitude se manifesta no acesso desigual à habitação, à hipoteca, à educação, à oportunidade de emprego e à transferência de riqueza herdada entre as gerações. Esse "valor em espécie" estimularia os brancos a "investirem"' na sua identidade racial e manterem-se coesos (Rachleff, 2004: 103).

George Lipsitz reflete o contexto norte-americano, no caso da realidade brasileira, "esse valor em espécie" também é perceptível, sobretudo, no conceito desigualdade racial cunhado por Carlos Hasenbalg. A academia brasileira, em consequência da tendência hegemônica das pesquisas sobre relações raciais serem direcionadas ao negro, não pensa no racismo estrutural como um "valor em espécie" para os brancos. A lógica de raciocínio da intelectualidade restringe-se em pensar no conflito racial como causador de um "déficit em espécie" para os negros, não pensando na implicação da branquitude nesse processo (Piza, 2002: 67).

Nessa mesma perspectiva em que a branquitude significa mais do que um bem simbólico, Cheryl Harris, sustenta que, dentro do sistema jurídico norte-americano, a branquitude se torna uma forma de "propriedade". Embora a branquitude não seja "reconhecida" oficialmente, infiltra-se na forma como os institutos jurídicos são criados e defendidos. Para Harris, a branquitude é uma propriedade protegida pela lei desde o período colonial e escravocrata, nas distinções entre liberdade e escravidão, no acesso ao direito de voto e à cidadania, na proteção das vantagens raciais, e na acumulação de privilégios no decorrer das gerações. No cenário atual, a branquitude se apresenta na deliberação de ato de inconstitucionalidade das políticas de ação afirmativa (Rachleff, 2004: 99-100). Nesses "ganhos materiais" da identidade branca está pressuposta a idéia de inexistência racial, explicitada na definição abaixo:

> Definir a raça como sendo simplesmente cor e, portanto insignificante, é tão subordinador como definir a raça como cientificamente determinante de deficiência inerente. A velha definição cria a falsa ligação entre raça e inferioridade, a nova definição nega a verdadeira ligação entre a raça e a opressão, sob uma supremacia branca sistemática. Distorcendo e negando a realidade, as duas definições sustentam a subordinação de raças. Como argumentou Neil Gotarnda, "não ver cor" é uma forma de subordinação de raça no sentido de que nega o contexto histórico da dominação branca e subordinação negra [1993: 1768] (*apud* McLaren, 2000: 262).

David Roediger fala na existência de “salários da branquitude”, desde os primórdios da colonização norte-americana. O branco pobre receberia um salário baixo acrescido pelo *status* que é ligado a certos benefícios materiais como, por exemplo, o acesso exclusivo a certos ofícios e bairros ou a possibilidade de terem trabalhadores negros em serviços domésticos – apesar de pobres. Para os brancos foi dada igualmente a permissão para descontar suas frustrações nos seus tumultos raciais e linchamentos.

Na sociedade americana em transição para o trabalho livre, Roediger aponta para uma divisão da branquitude, a que se poderia aplicar os termos branquitude crítica e acrítica. Roediger remete-se ao passado para demonstrar a persistência de “ganhos materiais” que se obtêm com a branquitude desde tempos seculares. Essa identidade étnica e racial não é estática e homogênea, transforma-se e as pessoas classificadas como brancas continuam a obter “ganhos simbólicos” e “ganhos materiais” na sociedade contemporânea e, nesse sentido, a perseverança do racismo também significa a persistência de “ganhos simbólicos” e “ganhos materiais” atribuídos ao grupo branco no decorrer das gerações (Rachleff: 2004: 97-113).

7. O branco como grupo minoritário: a branquitude na África do Sul

Devido à importância das pesquisas correntes sobre o branco nos Estados Unidos, pode se chegar à equivocada suposição de que os estudos críticos sobre branquitude restringem-se à realidade norte-americana e são daí transportados irrefletidamente para o estudo de outros contextos. A pesquisa sobre a branquitude norte-americana como toda forma de conhecimento é um conhecimento situado (Brah, 2006: 329-376). No entanto, a literatura anglosaxônica pode contribuir para a análise de outras realidades locais pois todo conhecimento local é também global. Além disso, há de se considerar a necessidade de dialogar com a produção norte-americana uma vez que, em outras regiões, a reflexão teórica sobre o branco é escassa. Em uma perspectiva a partir de diferentes escalas de análise, a emergência dos estudos críticos sobre a branquitude nas nações periféricas e semi-periféricas pode trazer novas idéias para o debate e contribuir para o aprofundamento acerca da homogeneidade e heterogeneidade existentes na configuração da identidade racial branca em escala nacional e internacional.

Há que se assinalar que a reflexão sobre branquitude nos países centrais naturalmente influencia a discussão sobre branquitude nos países periféricos e semi-periféricos, dada a hierarquia estabelecida entre essas nações. Os brancos dos países pobres seriam considerados

"menos brancos" do que aqueles dos países ricos, aliás, no mesmo sentido, os brancos dos países pobres podem ser considerados não brancos nos países ricos (Santos, 2006d: 276-277; Ware, 2004a: 23-24).

Os Estados Unidos, ao fabricar e importar uma cultura de entretenimento de larga escala (Black: 2004: 219-282), acaba por se tornar um elemento de influência sobre a noção de branquitude nos contextos locais. Para ilustrar essa idéia, diria que os EUA, através da indústria cinematográfica, associa ao grupo branco um certo ideal de beleza e a reprodução internacional desses filmes acabam por colaborar com o fortalecimento da idéia de superioridade do grupo branco em escala transnacional (Santos, 2002a: 127).

O "poder"[12] atribuído à nação norte-americana fortalece no ideário da identidade racial branca naquele país a idéia de virtude como característica intrínseca da branquitude. Desde os primórdios da construção desta nação, esse "valor" atribuído ao branco teria sido sempre colocado à prova "no seu fardo do homem branco" na luta, por exemplo, contra os nativos – que resultou no extermínio do "outro", não branco. Para os grupos brancos e não brancos dos países periféricos e semi-periféricos, a difusão de um ideal do cidadão norte-americano "poderoso" é transmitida sob a ideologia de uma branquitude "gloriosa".

Neste contexto de êxitos e virtudes, o branco pobre seria um incompetente ou degenerado, mas nunca negro. Em uma sociedade racista marcada por desigualdades econômicas e sociais, por mais que a situação do branco seja de miserabilidade, ele sabe que não é um negro e, portanto, encontra-se em um nível hierárquico superior ao do negro, ainda quando inferior ao branco rico, ou, como branco dos países centrais, superior ao branco dos países periféricos e semi-periféricos (Wray, 2004: 339-361). A África do Sul e o Brasil representam duas realidades, fora do eixo dos países centrais, onde o investimento em pesquisas sobre o tema da branquitude pode ser especialmente revelador. Neste instante, abordarei primeiro o contexto sul-africano, e logo em seguida o contexto brasileiro, que trata de meu tema central neste capítulo.

Ao escrever sobre o branco na África do Sul, Melissa Steyn argumenta que o contexto africano pode exercer uma influência nos estudos críticos da branquitude. Em princípio porque na África do Sul os brancos são minorias. Além disso, neste país, a dualidade branco e negro está marcada pela dicotomia entre dois tipos ideais de estereótipos racistas: branco europeu *versus* negro africano.

[12] Militar, econômico, político, cultural, etc.

Com a chegada de Nélson Mandela à Presidência da República, os brancos sul-africanos sentiram-se ameaçados. Eles que sempre foram conscientes de sua branquitude, sabiam que essa identidade cultural implicava privilégios raciais (Hall: 2005: 7-12) e era um elemento de influência nos diversos aspectos de sua vida cotidiana. Se por um lado, a branquitude dos países centrais em uma "suposta" invisibilidade racial resulta em uma justificativa para a ausência de questionamentos acerca dos privilégios do grupo branco, por outro lado, no contexto das relações raciais sul-africanas, a identidade racial sul-africana branca é afirmada de forma explícita. A idéia de que os brancos não se enxergam enquanto pessoas racializadas não se encaixa perfeitamente no caso da branquitude sul-africana. O branco sul-africano enxerga sua pertença étnica e racial.

À medida que a África do Sul começa a se afastar da história do *apartheid*, passa a adotar o discurso de um Estado intercultural, baseado no objetivo de se construir uma nação mais justa e equitativa e, portanto, reforça a necessidade de suprimir o racismo e a segregação racial. Portanto, a ascensão de um negro ao poder, ao propor mudanças que alterem o *status quo* leva necessariamente a conflitos. Os brancos começam a perder parte de suas vantagens, começando pela liderança política do país.

Entretanto, o branco sul-africano ao perder parte do seu poder político, sente-se como se tivesse perdido a totalidade. Na África do Sul, persiste uma enorme diferença entre negros e brancos quanto à qualidade de vida. Apesar do negro conquistar parte do poder no país, a branquitude sul-africana permanece poderosa e recebe vantagens econômicas e outros benefícios que, em grande medida, derivam do fato de deterem o conhecimento técnico adequado. Além disso, a branquitude desfruta de uma hegemonia cultural, através do *status* internacional proveniente da associação da identidade branca sul-africana à branquitude dos países centrais.

A autora Melissa Steyn aponta que os brancos sul-africanos têm se sentido como "vítimas" de políticas públicas voltadas a minimizar as desigualdades provocadas pela discriminação "injusta", como é caso, das ações afirmativas (Steyn, 2004: 115-117). Ao se deparar com a horrenda segregação racial praticada durante o *apartheid*, a atitude do grupo branco é a de responsabilizar alguns – os líderes – e tentarem eximir-se de quaisquer responsabilidades. A Comissão para Verdade[13] fez com que o branco se deparasse com as atrocidades do *apartheid* e tivesse de lidar com ela, o que implicou para alguns brancos um certo "sentimento de culpa". No cenário atual, ocorre o crescimento da identificação dos

[13] Durante o seu mandato o presidente Nelson Mandela constituiu a Comissão para Verdade e Reconciliação com o objetivo de cuidar das feridas causadas no período do *apartheid*.

brancos com a própria África com uma ótica positiva, antes relegada somente à Europa, por consequência, aumenta a identificação enquanto africano branco, diferente de branco vivendo em um país do continente africano. Melissa Steyn dirá que isto pode sugerir dois significados: primeiro, trata-se de uma reciclagem do velho discurso africânder, que reivindica o direito de existir e possuir terras; segundo, aponta para uma nova relação do branco com o continente africano e com os negros africanos. Semelhante à realidade brasileira, a reflexão acadêmica acerca do branco ainda se encontra em fase embrionária na África do Sul.

Diante de tudo que foi mencionado, também, como ressalva, não é prudente fechar os olhos para a atuação do chefe de Estado negro em um país de maioria negra, supostamente, por causa de sua pertença étnica e racial. A persistência das desigualdades raciais na África do Sul devem-se também ao fato de os governos negros não terem rompido com as diretrizes políticas sugeridas pelas potências centrais aos países periféricos e semi-periféricos, como aponta Shamim Meer.

Portanto, a condição de pobreza que vivem os negros sul-africanos e brancos sul-africanos, não se restringem apenas ao colonialismo, *apartheid*, racismo estrutural e privilégio branco (Meer, 2004: 225-257; Beissinger e Young, 2002: 19-50). Não se trata apenas de um problema racial e étnico ou uma consequência da herança colonial. Igualmente não se trata totalmente de uma questão de classe que seria resolvida com a revolução socialista ou comunista (McLaren, 2000: 263). A questão é mais complexa, interrelacionada e profunda.

Neste momento, o país sul-africano serviu-me como exemplo de que governantes negros ou brancos ao seguirem as orientações econômicas fixadas pelas nações centrais e seus organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio) provavelmente colaborarão para o agravamento de suas desigualdades sociais (Santos, 2007: 3-46). O governo protagonizado por negros sul-africanos ilustra bem a idéia de que, se caso não houver predisposição política para contrariar os interesses particularmente dos mercados internacionais[14], os políticos independentes de sua pertença étnica e racial encontrarão enormes dificuldades para que seus discursos de campanha em favor da maioria sejam concretizados. Ao fazer essa ressalva, não significa que torna inválido o argumento da Melissa Steyn, quando sustenta que a branquitude é um construto ideológico do projeto modernista de colonização de êxito e, portanto, seria por definição um construto de poder (Steyn, 2004: 113). Isto é, ser branco não significa apenas se encontrar no poder de modo geral; ser branco é também ser poder.

[14] Esse assunto também foi abordado no Capítulo 3.

8. A branquitude no Brasil

Diferente do contexto sul-africano, a branquitude na sociedade brasileira significa ser poder e estar no poder, entre outras coisas. No Brasil, o negro ainda não alcançou o principal cargo político do país e, portanto, o grupo negro não provocou ao grupo branco sensações de desconforto – semelhante ao que sentem os brancos sul-africanos – desestabilizando a lógica de domínio nas relações de poder. Entretanto, um homem de origem pobre e baixa escolaridade chegou ao cargo de Presidente da República, refiro-me ao político Luís Inácio Lula da Silva. O perfil do ex-torneiro mecânico que se tornou Presidente da República do Brasil provoca reações que expõem os preconceitos de classe da sociedade, por vezes expressa os preconceitos da própria mídia (Chomsky, 2002: 16 - 72).

De forma semelhante à realidade sul-africana – diga-se de passagem também australiana –, de modo geral (Hage, 2004: 139-160), a produção científica brasileira não focaliza o branco enquanto tema. Entretanto, a branquitude tornou-se um tema emergente na produção acadêmica brasileira[15] sobre relações raciais, particularmente, na área da psicologia e comunicação. Na literatura consolidada, são poucos os autores que assumem esse tema como preocupação analítica. Na revisão da literatura para a dissertação, encontrei os seguintes: Alberto Guerreiro Ramos, (1995[1957]a); Edith Piza (2000: 97–125; 2002: 59-90); César Rossato e Verônica Gesser (2001: 11-37); Maria Aparecida da Silva Bento (2002a: 1-10; 2002b: 25-57; 2002c: 147-162) e Liv Sovik (2004b: 315-325).

Na tabela seguinte, aponto concretamente as publicações sobre a branquitude no Brasil, indico também o ano da primeira edição e o tipo de material em que foi publicado. O principal ponto que será destacado nesta tabela será a análise da suposta idéia de que a invisibilidade é umas das características principais da branquitude expressa principalmente em dois artigos de Edith Piza. Os artigos de autoria de Alberto Guerreiro Ramos e de Maria Aparecida Bento serão analisados com mais detalhes posteriormente. Esses dois autores, enquanto integrantes do movimento negro, fortalecem a minha hipótese de que a branquitude seria uma emergência nas pesquisas sobre relações raciais em grande parte estimulada pela atuação do movimento negro.

[15] Como foi mostrado nos capítulos 4 e 5, a pesquisa que realizei apontou a emergência do tema da branquitude na produção académica brasileira.

Tabela 1 – O tema branquitude brasileira nas publicações

Nº	Autoria	Edição	Título	Material
1	Alberto Guerreiro Ramos	1957	"Patologia social do 'branco' brasileiro"	Livro
2	Edith Piza	2000	"Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu"	Livro
3		2002	"Porta de vidro: entrada para a branquitude"	Livro
4	César Rossatto e Verônica Gesser	2001	"A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses"	Livro
5	Maria Aparecida da Silva Bento	2002	"Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresarias e no poder público"	Tese de doutorado
6		2002	"Branqueamento branquitude no Brasil"	Livro
7		2002	"Branquitude o lado oculto do discurso sobre o negro"	Livro
8	Liv Sovik	2004	"Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *media* no Brasil"	Livro
9		2004	"We are family: Whiteness in the brazilian media"	Periódico

A Tabela 1 mostra que foram encontradas nove publicações: sete artigos publicados em livros, um artigo publicado em um periódico científico e uma tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo. Essa tabela revela que a primeira publicação que abordou o branco enquanto tema foi do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos em 1957, esse mesmo texto foi republicado em 1995. Os artigos de Edith Piza serão tratados logo adiante. O artigo de César Rossatto e Verônica Gesser aborda o tema branquitude no Brasil e nos Estados Unidos, o eixo de argumentação desses autores é a importância do conceito branquitude na luta anti-racista e, nesse âmbito, destacam o papel da educação e a aplicação de uma pedagogia que colabore com a supressão das hierarquias raciais (Rossatto e Gesser: 2001: 11-37).

Os artigos de Liv Sovik são os textos mais recentes sobre a branquitude no Brasil. Enquanto pesquisadora da área da comunicação social, Sovik refletirá sobre o papel da mídia para o estímulo dos estereótipos favoráveis ao branco e depreciativos ao negro. Demonstra que a comunicação social é uma área imprescindível para a pesquisa científica brasileira sobre a branquitude. Essa autora também vai criticar o argumento de que debater a branquitude no

Brasil seria importar uma idéia estrangeira. A reflexão sobre a branquitude é necessária para a sociedade brasileira e, consideradas suas particularidades, pode contribuir para melhor se compreender as formas sutis do racismo no Brasil (Sovik, 2004a: 384).

8.1 O branco “invisível”?

Na Tabela 1, apresentada anteriormente, encontram-se dois artigos da psicóloga social Edith Piza: *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu* e *Porta de vidro: entrada para a branquitude*. Em ambos artigos, a autora desenvolve a idéia de que o branco não se enxerga como um ser racializado. Isso significa que, Edith Piza refletirá sobre o branco desenvolvendo a idéia de branquitude como identidade racial não marcada. Neste ponto seu principal referencial teórico é a autora Ruth Frankenberg (Piza, 2000: 97-125 e 2002: 59-90; Frankenberg, 1999b: 70-101). A idéia de invisibilidade racial como uma característica significativa da branquitude é um dos principais argumentos desenvolvidos por Piza, como demonstra o seguinte trecho:

> Talvez uma metáfora possa resumir o que comecei a perceber: bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isto resume, em parte, o descobrir-se racializado
>
> (...)
>
> Porém, à medida que vai se buscando os sinais dessa suposta “invisiblidade”, vai-se também descobrindo os vãos da porta. Toda porta de vidro tem vãos. Nunca estão totalmente encaixadas na moldura (Piza, 2002: 61-62).

Nos trechos acima, a idéia de invisibilidade da identidade racial branca é colocada como a metáfora “Porta de vidro”. Piza sugere que o branco ao perceber que ele possui identidade racial assemelha-se a um choque em uma porta vidro. Isto é, o branco não enxergaria sua identidade racial branca porque umas das características dessa identidade cultural seria se expressar enquanto invisível. Portanto, quando o branco se apercebe enquanto grupo racial, o impacto é tamanho, que a autora compara ao impacto do choque de uma pessoa distraída em uma porta de vidro. Aliás, de acordo com Edith Piza, um dos passos a para construção de uma branquitude que suprima seus traços racistas, seria justamente o branco enxergar-se como grupo racial, assim como enxerga os outros grupos não brancos.

A idéia de invisibilidade como uma das características principais da branquitude tornou-se objeto de controvérsia na teoria sobre branquitude. Há autores que argumentam

nessa direção (Ware, 2004a: 34; Frankenberg, 1999b: 70-101; Rachleff, 2004: 108), enquanto outros, com os quais partilho a idéia, criticam o argumento de que o branco não se enxerga como grupo racial (Frankenberg, 2004: 307-338; Wray: 2004: 353). Como foi mostrado em outra parte, o branco sul-africano não considera sua identidade racial branca invisível.

A própria autora Ruth Frankenberg, que sustentava que a invisibilidade era um dos traços significativos da identidade racial branca, acabou por rever sua posição. Agora, sustenta que a invisibilidade como uma característica da branquitude é uma idéia fantasiosa, a concepção de que a identidade racial branca seria uma categoria não marcada não se sustenta. Desde o primeiro encontro dos europeus com os africanos e ameríndios, houve uma delimitação em que portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e alemães foram marcados ou se automarcaram como brancos. Portanto, mais importante do que pensar sobre a suposta invisibilidade racial do grupo branco, seria analisar as formas como essa identidade cultural é marcada (Frankenberg, 2004: 307-338). Vale sublinhar que, a idéia de invisibilidade acaba por ser outra marcação para branquitude, uma significação que acaba por ser praticada pelos próprios teóricos, sobretudo norte-americanos, pelo que não seria prudente aos pesquisadores brasileiros seguirem nessa perspectiva sem maiores questionamentos.

Matt Wray vai dizer que a definição da branquitude como norma, geralmente seguida pela idéia de que ela é "invisível", acaba por privilegiar o ponto de vista dos brancos, que sem auto-consciência, não têm como questionar suas vantagens raciais. Esse autor sustentará que a branquitude não é invisível para muitos brancos e serve igualmente para distinguir os brancos entre si, como é caso do branco pobre e do rico. Por fim, "a branquitude tem sido historicamente visível tanto para aqueles que são excluídos de integrá-la, quanto para aqueles que exercem essa exclusão"(Wray, 2004: 354).

8.2 A "patologia social do 'branco' brasileiro": um artigo pioneiro

O sociólogo Alberto Guerreiro Ramos em *A patologia social do 'branco' brasileiro* foi o primeiro autor que problematizou o branco no Brasil. Enquanto os estudos críticos da branquitude se fortalecem a partir dos anos 1990, Guerreiro Ramos propõe que se problematize o branco enquanto tema em 1957.

Guerreiro Ramos em *A patologia social do "branco" brasileiro* argumentou que a minoria dominante branca, para garantir a espoliação, recorria não somente à violência, como também utilizava um sistema de pseudojustificações e estereótipos (Ramos 1995[1957]b: 220). Portanto, havia a afirmação dogmática da excelência da branquitude e degradação da

estética do negro. Isso acabou por se tornar patológico, na medida que o processo de miscigenação fez com que, naquela época, pessoas antes consideradas brancas, fossem estereotipadas como negras, por deterem ancestralidade negra, todavia elas rejeitam totalmente sua parte negra biológica e cultural em favor de uma identidade branca eurocêntrica ou norte-americana. Esse é o período em que as teses científicas de superioridade racial, especialmente nos quesistos inteligência e beleza, ainda vigoravam na academia brasileira e no imaginário popular, refiro-me à ideologia do branqueamento que foi abordada no primeiro capítulo.

Em resumo, a tese central de Guerreiro Ramos é a seguinte: existe na sociedade brasileira uma patologia social do ‘branco’ que consiste na negação de pessoas com qualquer descendência biológica ou cultural negra.

Por outras palavras, o brasileiro no geral considerava vergonhosa qualquer associação à sua descendência negra, seja no âmbito cultural ou biológico. Esse autor, irá sustentar que devido ao passado considerado “positivo” da história da identidade racial branca – a história de uma aristocracia econômica e intelectual – faz com que ocorra a tendência que o pardo fosse classificado como branco, e os pretos como pardos, resultando em um branqueamento e empardecimento da sociedade brasileira e, por consequência, no desaparecimento da classificação preto.

A classificação preto, pardo e branco é feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os resultados do censos populacionais de 1940 apontaram tendências, por vezes paradoxais: a pesquisa revelou maior concentração de pessoas classificadas como pretos na região Sul, que possui a menor concentração da população não-branca; e a menor quantidade na região Norte e Nordeste, que possui a maior parcela da população não-branca. Para este sociólogo, esse recenseamento de 1940 indicava a tendência de desaparecimento do negro da região Norte e Nordeste, enquanto que a população da região Sul enegrecia.

Ramos, ao mesmo tempo em que considerava esses dados inverosímeis, interpretava-os como indício do quadro patológico das relações raciais no Brasil. Em síntese, o negro tende a identificar-se como pardo; o pardo como branco, e o branco recusa qualquer mistura biológica ou cultural com o negro, e argumentava a favor de sua ancestralidade européia. Enfim, desejava ser branco centro-europeu ou branco norte-americano, influenciado pela hierarquia racial entre os países (Ware, 2004a: 24).

Porém, Guerreiros Ramos era otimista quanto ao futuro, sustentou que no Brasil daquela época (anos 1950), ao passo do seu desenvolvimento econômico-social, não

proporcionaria mais suportes concretos que permitiriam às minorias brancas[16] sustentarem suas atitudes "arianizantes". Para extinguir essa patologia social do branco as seguintes condições eram necessárias: (1) um trabalho de reeducação e discussão sobre essa patologia, tratava-se de um trabalho, que provavelmente faria com que muitas pessoas se libertassem desta idéia pejorativa sobre si próprias; e (2) uma articulação entre as gerações, seria compreensível que as características desta patologia apresentem-se mais acentuadas nas gerações mais próxima do regime escravocrata; as gerações mais jovens se mostram mais disponíveis a admitir os novos critérios, que podem levar a rever sua própria identidade racial (Ramos, 1995[1957]b: 234-235).

Na perspectiva de Guerreiro Ramos, a rejeição do branco brasileiro a qualquer atribuição à mistura biológica e cultural com o negro e a cultura negra, tratava-se de uma idéia que tendia a desaparecer na medida em que se distanciava a memória da escravidão. Na prática, essa hipótese de Ramos não se concretizou, nem tende a realizar-se, mesmo porque as expressões artísticas e a mídia de modo geral tendem a reatualizar a memória da escravidão ao sublinhar e, até mesmo, abusar da imagem do negro como "escravo". Além disso, o próprio movimento negro procura se associar ao período da escravidão ao resgatar as histórias individuais e coletivas da rebelião negra contra a escravidão.

Portanto, essa memória passa a ser "positivada" pelos próprios negros. Se em determinados períodos, particularmente nos anos 1950, o movimento negro expresso na entidade Frente Negra Brasileira[17] rejeitava a cultura de matrizes africanas como a religião Candomblé em favor do catolicismo, o movimento negro, sobretudo do início dos anos 1980, procurava utilizar a religiosidade afro-brasileira como símbolo de orgulho da cultura negra.

Quanto às gerações mais novas tenderem a ser mais flexíveis e, por isso, questionarem a própria branquitude, não divirjo dessa hipótese de Guerreiro Ramos, inclusive acredito que o movimento negro tem colaborado particularmente nesse âmbito. Com a emergência do tema branquitude, os brancos que desaprovam o racismo tendem a questionar seus privilégios raciais, começando, talvez, pelos brancos anti-racistas teóricos e ativistas especialistas nos estudos sobre o negro. Como afirmei anteriormente, a consolidação de uma branquitude crítica depende em grande parte de um exercício autoreflexivo sobre o seu lugar racial (Bento, 2002b: 25-57; Ramos, 1995[1957]c: 163-211).

[16] Guerreiro Ramos sempre coloca "branco" brasileiro entre aspas, para sustentar à idéia que dificilmente existe branco puro, que seria aquele que não possui nenhuma mistura cultural e/ou biológica com o negro e a cultura afro-brasileira (Hall, 2003: 335-349).
[17] Conforme foi mostrado no Capítulo 2.

Para concluir diria que, Guerreiro Ramos neste artigo pioneiro acaba por analisar o impacto da ideologia do branqueamento no grupo branco. Os pesquisadores do seu tempo tendiam a pensar o impacto dessa ideologia apenas para o grupo negro; discorriam longamente a respeito do desejo do negro com “complexo de inferioridade” de ser branco. Na *Patologia do branco* pode-se tentar de forma semelhante compreender “o complexo de inferioridade” do branco do país periférico. Se o negro brasileiro desejava ser branco brasileiro, da mesma maneira, muitos brancos brasileiros desejavam ser branco norte-americanos, ou brancos ingleses, brancos alemães. Talvez muitos ainda desejem (Ware, 2004a: 24-26; Santos, 2006i: 179-209)

9. A branquitude implícita e intelectuais “brancos” ou não negros

As tabelas que serão apresentadas abaixo foram elaboradas com base nas teses e dissertações pesquisadas junto às universidades brasileiras e apontam para um quadro geral da emergência do termo branquitude no Brasil. Também indicam em qual universidade e subárea aparece esse termo. O termo branquitude não foi encontrado nas regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Tabela 2 – Quadro geral da emergência do termo branquitude

Termo	Universidade	Aparece em	Subárea
Branquitude	1) UNICAMP (**Sudeste**; Doutorado; Linguística, Letras e Artes)	2005	Letras
	2) USP (Sudeste; Doutorado; Ciências Humanas)	2000	Antropologia

A Tabela 2 mostra que o termo branquitude aparece primeiramente na Universidade de São Paulo na subárea antropologia.

A Tabela 3 indica que a branquitude vem sendo pesquisada no Brasil de maneira implícita, ou seja, foram encontradas seis dissertações e uma tese de doutorado que versam sobre a pertença étnica e racial dos grupos brancos de origem alemã e italiana. Também são referidas as universidades onde foram encontradas o termo, a região do Brasil a que pertencem, o ano da defesa, o grau acadêmico, a subárea, o título da produção e autoria. Foram encontrados textos somente na região Sudeste e Sul.

Tabela 3 – O tema branquitude implícita nas produções acadêmicas brasileiras

Universidade	Ano	Grau	Subárea	Títulos	Autoria
1) UERJ (Sudeste)	2002	M	História	Os "Auslanddeutsche" no Brasil. As colônias Alemãs no contexto das Relações Brasil-Alemanha. Um olhar sobre o Vale do Itajaí-Açu (1937-1945).	Mônica Velloso Azevedo
2) UFRJ (Sudeste)	2004	M	História	Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora - 1858/1921).	Deivy Ferreira Carneiro
3) UFRGS (Sul)	2001	M	Comuni-cação	O desenho de humor no resgate da identidade cultural análise de personagens	Augusto Franke Bier
4) UFRGS (Sul)	2005	D	História	A trajetória de uma liderança étnica: J. Aloys Friedrichs (1869-1950).	Haike Roselane Kleber da Silva
5) UFSC (Sul)	2002	M	Educação física	A cultura popular e as atividades rítmicas: um estudo de caso em uma comunidade de raiz étnica germânica.	Célia Guimarã es Perini
6) UFSC (Sul)	2004	M	Ciências Humanas	Representações sociais e etnia: um retrato interdisciplinar de Escola Agrícola.	Márcia Santos de Souza
7) UFSC (Sul)	2001	M	História	Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória.	Branco, Juçara de Souza Castello

O aspecto mais relevante que pretendo demonstrar com a Tabela 3 é que a branquitude vem sendo estudada de maneira implícita na academia brasileira desde 2001, esse é um dado novo que a pesquisa apontou. Considero que o estudo sobre a branquitude nestes casos é implícito porque problematiza certos grupos brancos sem localizá-los no quadro geral das relações raciais e, portanto, sem problematizar sua pertença étnica e racial.

Nas tabelas 4 e 5 apresento os intelectuais de prestígio sobre a temática racial que defenderam textos acadêmicos na USP. Em primeiro lugar, mostro a produção acadêmica de intelectuais expressivos que se autodefinem como negros, de modo geral. Em segundo lugar, indico a produção acadêmica de intelectuais que não definem a sua identidade racial, porém, definem o "outro", negro, como seu objeto de pesquisa preferencial. Denominarei esses intelectuais de não negros, ou branco entre aspas, porque seria mais aconselhável perguntar-

lhes sobre a sua pertença étnica e racial[18]. Edith Piza, que se autodefine como branca, define esses autores como brancos (Piza, 2002: 59-90).

Escolhi a Universidade de São Paulo porque esta se confirmou na pesquisa que realizei como a principal universidade na produção acadêmica sobre relações raciais. As tabelas ainda mostram a quantidade de produções, o ano da defesa, o grau acadêmico, o título, a autoria e a subárea do curso.

Tabela 4 – Produção de intelectuais “brancos” ou não negros expressivos

Nº	Ano	Grau	Título	Autor	Subárea
1	1957	Mestrado	Raça e mobilidade social em florianopolis	Octávio Ianni	Ciências Sociais
2	1961	Doutorado	Negro na sociedade de castas	Octávio Ianni	Ciências Sociais
3	1961	Doutorado	Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul	Fernando Henrique Cardoso	Ciências Sociais
4	1964	Provimento de Cátedra	Integração do negro na sociedade de classes	Florestan Fernandes	Ciências Sociais
5	1992	Doutorado	Homens de ciência e a raça dos homens: cientistas, instituições e teorias raciais no Brasil em finais do séc. XIX	Lilia Moritz Schwarcz	Antropologia
6	1997	Livre Docência	Racismo e anti-racismo no Brasil	Antonio Sérgio Alfredo Guimarães	Ciências Sociais

A Tabela 4 aponta seis autores, todos eles têm pautado a discussão sobre o preconceito racial, racismo e discriminação “injusta” no Brasil. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso seguiu a trajetória política e não tem, particularmente, produzido mais artigos sobre a temática racial, todavia prefaciou recentemente a segunda edição do livro “clássico” de Carlos Hasenbalg chamado *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Lila Mortiz Schwarcz e Antonio Sérgio Alfredo Guimarães têm contribuído para o tema com suas produções e, atualmente têm atuado no debate sobre as políticas de ação afirmativa. Octávio Ianni e Florestan Fernandes – que foram mencionados no primeiro capítulo – já são autores falecidos, porém deixaram importantes publicações sobre muitos assuntos, inclusive essas obras fundacionais nos estudos sobre as relações raciais, mostradas na Tabela 4.

[18] Penso que no doutorado será possível entrevistar alguns desses autores durante a pesquisa de campo, poderei, então, perguntar-lhes sobre como se de definem do ponto de vista étnico e racial. As respostas poderão me levar a rever minha opção de denominá-los como não negros ou branco entre aspas. O dado direto na fonte somente será possível de colher com: Fernando Henrique Cardoso, Lilan Mortiz Schwarcz e Antonio Sérgio Alfredo Guimarães.

Tabela 5 – Intelectuais negros expressivos

Nº	Ano	Nível	Título	Autor	Subárea
1	1980	Mestrado	Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil	Eunice Aparecida de Jesus	Direito
2	1998	Doutorado	Racismo e saúde	Maria Inês da Silva Barbosa	Saúde
3	1999	Doutorado	A negação do Brasil: identidade racial e estereótipos sobre o negro na história da telenovela brasileira	Joelzito Almeida de Araujo	Comunicação
4	2000	Doutorado	Chic Show e Zimbabwe e a construção da identidade nos bailes black paulistanos	João Batista Félix	Antropologia
5	2002	Doutorado	Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte	Nilma Lino Gomes	Antropologia
6	2002	Doutorado	Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público	Maria Aparecida da Silva Bento	Psicologia escolar
7	2003	Doutorado	Veredas das noites sem fim: um estudo com famílias negras de baixa renda sobre o processo de socialização e a construção do pertencimento racial	Eliane dos Santos Cavalleiro	Educação
8	2005	Doutorado	A construção do outro como não-ser como fundamento do ser	Sueli Carneiro	Filosofia e Educação

A Tabela 5 mostra os intelectuais negros expressivos, todos pertencentes ao movimento negro. Eunice Aparecida de Jesus defendeu uma dissertação pioneira que relaciona racismo e direito. Maria Inês Barbosa trata do tema saúde da população negra, em sua tese de doutorado percebeu a desigualdade entre negro e branco também na causa de morte, o negro é morto na maioria dos casos à bala, enquanto o branco morre de ataque cardíaco, como abordei em outra parte. Joelzito desenvolverá o argumento que o Brasil, principalmente com o protagonismo da mídia, ao rejeitar o negro acaba por negar a si próprio, rejeitar o negro é também a própria negação do Brasil. João Batista Félix pensará como os bailes negros contribuem para construção da identidade negra, questionando a idéia de negro do movimento politizado *versus* negro do baile alienado.

Nilma Lino Gomes ao estudar um salão de cabeleireiro em Minas Gerais, mostrará como os traços de corporeidade se inscrevem na construção da identidade negra sem deixar de relacionar com o contexto social e político. Maria Aparecida da Silva Bento é autora da única tese encontrada que aborda a branquitude no Brasil, que tratarei em seguida, Eliane Cavalheiro estará preocupada em abordar o racismo ocorrido na educação. E Suely Carneiro, ao desenvolver o conceito de bio-poder de Michel Foucault, relaciona-o com a opressão

machista e racista. Com exceção de Maria Aparecida da Silva Bento, todos os autores tratarão do negro como tema, assim como os autores não negros ou “brancos”.

10. Epílogo: a emergência da branquitude

Como foi mencionado, Maria Aparecida da Silva Bento é a autora da única tese de doutorado acerca do tema branquitude no Brasil. A idéia principal a ser desenvolvida pela autora, seria o conceito “pacto narcísico”, isto é, os brancos procuram unir-se para defender seus privilégios raciais. Desde 1992, essa autora preocupa-se com as práticas racistas motivada pela defesa dos privilégios praticada pelo grupo opressor. Esse será o ponto central de Bento, ao fugir da idéia corrente de que a desigualdade racial seria fruto somente do preconceito racial, ou racismo estrutural – mesmo quando não intencional.

A tese de doutorado dessa autora analisará como as expressões da branquitude podem colaborar para manter as hierarquias raciais, ou mais concretamente, o lugar do branco de privilégio racial. Maria Aparecida Bento analisa os discursos dos gestores de pessoal: chefe e profissionais de Recursos Humanos no serviço público de duas prefeituras. Ela chegará à conclusão de que o profissional de RH branco tende a contratar pessoas do mesmo grupo de pertença, entre outras razões, porque o semelhante lhe inspira confiança.

Na concepção de branquitude de Bento encontra-se a idéia de invisibilidade racial, semelhante ao significado empregado por Piza, contudo, essa autora, mesmo considerando as dimensões subjetivas da identidade racial branca e sua suposta invisibilidade, ao desenvolver a idéia de “pacto narcísico”, acaba por seguir mais em direção a apontar que a branquitude significa privilégios simbólicos e materiais palpáveis, não se alongando na idéia de identidade racial não marcada. O argumento central defende que o pacto narcísico traz vantagens que se acumulam e reproduzem as desigualdades. Enfim, para compreender melhor as desigualdades raciais no Brasil, é importante entender a pacto entre brancos e os preconceitos e práticas de racismo “por interesse” que resultam na manutenção da branquitude enquanto ser poder e estar no poder, além do prestígio.

Maria Aparecida da Silva Bento com base em sua tese de doutorado publicou dois artigos: “Branqueamento e branquitude no Brasil” e “Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro”, ambos publicados no livro *Psicologia social do racismo*, organizado por ela e Iray Carone. No primeiro artigo, criticará a idéia dos intelectuais brancos que sustentavam que

o negro que ascendia socialmente embranquecia, portanto o lugar do negro seria o lugar de precariedade social.

No segundo texto, mostrará como a experiência da organização que coordena, o Centro de Estudos da Relação de Trabalho e Desigualdades – CEERT – pode colaborar para a discussão do tema racismo e branquitude, em uma discussão voltada para pessoas ligadas ao feminismo e sindicalismo que procuram restringir a interpretação ao gênero e classe e não se questionam como "mulher branca" ou "sindicalista branco" (Bento, 2002c: 147-162).

Se, por um lado, *A patologia social do "branco" brasileiro* de Alberto Guerreiro Ramos representa o projeto de se problematizar o branco nas pesquisas sobre relações raciais, por outro lado, *Psicologia social do racismo* representa a colocação em prática desse projeto, que não foi possível diante do contexto histórico no qual viveu Guerreiro Ramos e também porque o movimento negro não possuía a mesma força. Ainda era muito forte a ideologia de democracia racial, partilhada pelo próprio movimento em certa altura.

O protagonismo intelectual e acadêmico de Maria Aparecida da Silva Bento coloca-a como a pesquisadora mais importante sobre a branquitude no Brasil, sem deixar de mencionar a importância da contribuição de Edith Piza (Bento, 2002b: 25-57). Além disso, a pesquisadora Liv Sovik tem abordado esse tema na área da Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o que pode resultar em novas publicações bem vindas e necessárias. É justo que Maria Aparecida Bento seja reconhecida pela produção científica e pela elaboração de eventos que promovem a discussão sobre a branquitude através da entidade que coordena o CEERT.

O livro *Psicologia social do racismo* tornou-se uma referência significativa para discutir a relação racial no Brasil, inclusive para os estudantes interessados em focalizar o branco em suas áreas de estudo, como muitos que, hoje em dia, estão realizando estudos de pós-graduação fora do Brasil em países como: Holanda, Estados Unidos e Portugal – no meu caso particular.

Refiro-me nomeadamente a dissertações de mestrado que ainda se encontram em curso como, por exemplo, a de Jaime Amparo (2008) *The Death Of Evils: Penal Sate, Black Youth, And Urban Violence In A Brazilian Shantytown;* e a de *Márcia Lopes (2008) Between the Modernist Brasilia and the Colonial Planaltina: an ethnographic study of urban space racialization in Distrito Federal*[19], ambas as pesquisas estão sendo desenvolvidas nos Estados

[19] O título destes trabalhos é provisório. Apesar de não assumirem a branquitude como principal objeto de estudo, o tema está presente na preocupação e é uma da linhas de análise por qual optam.

Unidos, na Universidade do Texas em Austin[20], e são indícios que reforçam a minha convicção de que branquitude é um tema emergente.

Nesta altura estou convencido de que a branquitude se tornou uma emergência devido sobretudo ao fortalecimento do movimento negro e sua articulação com o Estado e a academia, discutidos nos capítulos 2 e 3. A discussão sobre os possíveis efeitos e impactos dessa emergência será tratada na Conclusão desta dissertação.

[20] No capítulo anterior também mencionei nesse mesmo assunto a dissertação de mestrado de Dieuwertje Dyi Huijg (2007) intitulada *Feministas brancas, tirando às máscaras: a expressão da branquitude feminina nas relações raciais intra-gênero*, defendida na Holanda no ano passado.

Conclusão

Nesta dissertação a minha primeira preocupação foi, ao olhar para produção acadêmica brasileira sobre relações raciais, analisar a escassez do branco enquanto tema de pesquisa e sua preponderância no papel de pesquisador. Com o propósito de realizar uma sociologia das ausências e das emergências pesquisei em diferentes universidades brasileiras teses e dissertações[1] na área das relações raciais. Pude, então, perceber a emergência do tema branquitude e, nesse âmbito, a contribuição trazida pela influência e mobilização do movimento negro (Santos, 2006c: 86-125).

A importância do ativismo negro foi tratada no Capítulo 2. No Capítulo 3 reforcei esse argumento e sublinhei a influência do movimento negro em todo território nacional. Meu principal argumento sustentou as políticas de ação afirmativa como um exemplo de pauta da comunindade negra absorvida pelo Estado e pelas universidades nas cinco regiões do Brasil.

Com o levantamento de dados, pude rever meu pressuposto inicial de que o número escasso de publicações sobre a branquitude era um indício da ausência de pesquisa nesse tempo no campo das relações raciais[2]. Com a análise do resumo das teses e dissertações e articulando esses dados com a história e o papel do movimento e de algumas de suas lideranças fiquei convencido que a branquitude não seria um tema ausente. Muito embora tenha estado ausente no período de 1960 a 2000. Neste início de século, a branquitude é uma emergência na produção acadêmica brasileira.

Contextualmente, várias razões contribuíram para esta emergência. Por um lado, o fortalecimento dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil sobretudo depois das políticas neoliberais incentivadas pela adoção das decisões do Consenso de Washington no Brasil. Por outro lado, deve ser apontada igualmente a mudança na postura política do Estado no tocante ao tema das relações raciais. A partir dos anos 1990, o Estado passou a aproximar-se da concepção de um Estado intercultural e, nesse sentido, contraria uma postura historicamente consolidada em que os conflitos entre as identidades culturais tentavam ser acomodados no conceito de identidade nacional (Munanga, 2004: 118).

Nesta dissertação desenvolvi as seguintes hipóteses, para além da emergência da branquitude nos estudos sobre relações raciais:

1. a branquitude foi uma pauta que o movimento negro influenciou para que fosse incorporado pelo Estado e pela academia;
2. o movimento negro influencia a academia;

[1] Cf. capítulos 4 e 5.
[2] Cf. Capítulo 1.

3. as políticas de ação afirmativa são um exemplo de pauta do movimento negro que influencia a reflexão acadêmica e a adoção de políticas por parte do Estado.

O resultado da pesquisa confirmou essas hipóteses. Também como uma decorrência dos dados levantados, passei a considerar como marco simbólico da emergência do tema branquitude no Brasil a tese *Pactos narcísicos no racismo* de autoria de Maria Aparecida da Silva Bento defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo[3].

Os argumentos que sustentam as hipóteses central e secundárias foram desenvolvidos no decorrer desta dissertação, ficando para esta parte final a reflexão sobre o significado dessa emergência. Porém, antes, retomarei minha auto-reflexão para expor outros aspectos que perpassam essa pesquisa.

O pesquisador sob suspeita: auto-reflexões finais

Ao afirmar que o movimento negro exerce influência em todo território nacional e que a branquitude foi absorvida pela academia devido à mobilização e expressividade desse movimento, coloco-me em suspeita. Afinal, seria um negro militante "que fala" que o movimento social ao qual faz parte é importante.

Levando-se em consideração que esta pesquisa expressa a pessoa que sou, minha postura foi de "auto-vigilância epistemológica". Partindo do pressuposto de que a absoluta neutralidade cientifica seria improvável. Por essa razão, antes de ser neutro procurei ser objetivo no sentido proposto por Donna Haraway (Haraway, 1995: 21 Santos, 2002b: 31).

Assim, para sustentar a credibilidade das conclusões alcançadas nesta dissertação, procurei realizar um trabalho rigoroso e minucioso com base nas principais teorias sobre racismo, sobretudo dos principais intelectuais que abordam o contexto brasileiro. Igualmente, realizei uma pesquisa ampla cuja metodologia combinou métodos quantitativos e qualitativos.

Foram vários os testes a que submeti meus resultados para validar as conclusões que deles surgiram. Nesse sentido, por exemplo, não me restringi apenas à Universidade de São Paulo, à Região Sudeste ou à área das Ciências Humanas para investigar a produção acadêmica sobre relações raciais – o que seria natural dada a preponderância dos trabalhos

[3] Cf. Capítulo 5.

naquela universidade, região e área de estudo. Procurei ir além, levantando dados em mais 29 universidades, em todas as regiões do país e em todas as áreas de estudo.

A preponderância da produção da Universidade de São Paulo também não foi assumida como natural pela pesquisa e, no estado de São Paulo, levantei dados junto a mais duas outras universidades de forma a comparar a amplitude da produção da USP. A pesquisa em si foi executada procurando combinar diferentes termos relacionados às relações raciais e de forma a poder encontrar o maior número de resultados possíveis. De posse dos dados, as conclusões também contaram com a análise qualitativa dos resumos de teses e dissertações e seu enquadramento no pano de fundo da reflexão teórica sobre as relações raciais, bem como do contexto histórico do Estado e do movimento negro.

O objetivo perseguido foi sempre de maior aprofundamento para que pudesse compreender com amplitude distintos aspectos e testar minhas hipóteses. Estou acordo com Stuart Hall quando utiliza a expressão conclusões "provisórias" para se referir aos resultados de um trabalho de pesquisa. No que toca à minha pesquisa, o termo "provisório" não significa que as conclusões não sejam credíveis mas, como é óbvio, também não implica que os resultados encontrados não tenham limitações.

Devido às minhas fontes terem sido documentais, não pude testar minhas hipóteses com entrevistas a militantes do movimento negro para verificar se concordavam, ou percebiam o indício de que o movimento do qual fazem parte exerce influência com impacto nacional. Também com relação aos pesquisadores brancos cuja teoria foi discutida no Capítulo 1, não lhes perguntei como se autodefiniam sobre sua pertença étnica/racial.

Quando tive que me referir a alguns desses pesquisadores, utilizei o denominação "branco" entre aspas, contrariando a minha postura adotada no início da dissertação de não utilizar o conceito branco com aspas, mesmo porque já havia revelado que utilizo essa categoria com o significado de construto social. Apesar de me parecer evidente que não se definem como negros seria mais aconselhável a autodefinição do que a minha classificação de não negro ou "branco" entre aspas. Realizei essa classificação a partir da constatação de que esses autores em suas produções mantêm a dicotomia "eu" e o "outro" e, neste caso, somente "o outro", "o negro" é denominado (Said, 2004: 127).

Elísio Estanque dirá que o processo de conhecimento humano contém uma dimensão autobiográfica (Estanque: 2000: 101-102). Uma das preocupações surgidas no decorrer desta dissertação seria com o desperdício da experiência negra provocado pelo envolvimento na

luta anti-racista[4]. Esta dissertação não deixa de ser outra atividade em que empenho minha corporeidade e imaginação abstrata com o objetivo de colaborar na luta para a abolição do racismo.

Quantas coisas não deixei de fazer por causa do enclausuramento e reflexão no desenrolar desta dissertação? Faz parte de minha identidade a poesia, sou chamado de poeta – por algumas pessoas – e, por vezes, apresento-me publicamente como tal. Essa seria outra das marcas de minha estadia em Coimbra.

A questão que se coloca seria a seguinte, quantos poemas deixei de escrever por causa deste trabalho? A poesia que escrevi – que se seguirá abaixo – existiria se não tivesse focalizado no meu tema de trabalho?

pesquisador negro, objeto branco[5]

Lourenço Cardoso

branco que é
brancu mesmo
quando é homuns acadêmicus
odeia negro pesquisador

é o cúmulo!
o sujeito pesquisar
o próprio objeto

pior cúmulo!
é pensar
o branco enquanto objeto

mas, sí…

[4] Cf. Capítulo 4.
[5] Poesia de Lourenço Cardoso não publicada, em 2008, a pesquisadora Maria Ivete da Silva Coelho apresentou o projeto de mestrado **A representação do negro como personagem ficcional, mediante a escrita literária do escritor afro-brasileiro, Lourenço Cardoso,** na Universidade Estadual da Paraíba no Brasil.

objeto for

que seja objeto do branco

tá proibido!

Pesquisador negro, objeto branco

branco que é…

brancu mesmo

odeia ser rato de laboratório

Provincializar o branco

Uma das conclusões "provisórias" para a qual essa dissertação aponta é que, a atuação do movimento negro, ao visibilizar e questionar o branco, faz com que ele seja particularizado ou "provincializado"[6] (Santos, 2002b: 83).

A "visibilidade" do movimento negro expressa em sua influência nacional leva ao questionamento do lugar racial do branco. Em outras palavras, a branquitude, que se recusa a pensar sobre seu privilégio racial, quando se sente discriminada por políticas de discriminações "justas" – como as ações afirmativas, por exemplo – passa a questionar a idéia de pertença étnica e racial.

Os discursos que vigoram irão em dois sentidos. Primeiro, na direção de sustentar uma inconsistência da fundamentação científica da idéia de raça, procurando distanciá-la do seu significado biológico originário. Segundo, os argumentos vão na direção da inexistência de negro e branco porque todos os brasileiros seriam híbridos bilogicamente e culturalmente.

A "invisibilidade" do grupo branco ocorre tanto no argumento de "invisibilidade" da própria idéia de raça, quanto na idéia de que o brasileiro seria a síntese de todas as diferenças (Munanga, 2004: 110). Isto significa que, no Brasil, não existiriam "nem negros; nem brancos". As políticas de ação afirmativa seriam uma prática injusta para aqueles brasileiros que recusam se identificarem como negros, ou como brancos, em uma lógica de classificação arbitrária de influência abusiva norte-americana.

Essa construção fictícia da "invisibilidade" branca que se expressa nos dias atuais origina-se nos anos 1930. Ela é a expressão do mito da democracia racial – abordado no

[6] A expressão "provincializar o branco" foi inspirado na publicação de Chakrabarty (2000).

primeiro capítulo. Essa perspectiva consiste na construção social da "invisibilidade" do branco, ao invisibilizar o negro e conflito racial (Fernandes, 1978, vol. I: 249-251).

O Brasil viveu sob a perspectiva da invisibilidade do conflito, questionada pelo movimento negro e por acadêmicos "brancos", como Florestan Fernandes, até meados dos anos 1990. Depois se tornou mais difícil sustentar esse argumento, nesse sentido, colaboraram pesquisas que comparam a qualidade de vida entre negros e brancos e apontam a existência de racismo estrutural no Brasil.

A divulgação e discussão das pesquisas sobre as desigualdades raciais confrontam-se, na comunicação social, com a difusão da idéia de um país que se deseja branco ou de um país que se orgulha como povo mestiço.

As diferentes perspectivas sobre as relações raciais estão presentes, ao mesmo tempo, na sociedade. O movimento negro acaba por reivindicar a idéia de identidade negra em um contraponto à idéia de mestiço.

Também persiste, por exemplo, a ideologia de branqueamento[7] – que seria o desejo de um país branco. A branquitude possui suas hierarquias, supostamente, o branco brasileiro gostaria de ser branco dos países centrais; o pardo, branco brasileiro; o negro, pardo e ninguém, gostaria de ser "preto" e/ou negro – Guerreiro Ramos aborda esse assunto, detalhado no Capítulo 6.

Na ideologia do branqueamento, o branco não é "invisibilizado", pelo contrário, seria o ideal desejado de uma nação. Na medida em que os discursos neo-freyrianos invisibilizam a raça propondo sua integração na identidade nacional, a militância negra procura "visibilizar" o branco propondo a identidade negra. A ideologia do branqueamento, assim, vai perdendo espaço para se pronunciar.

Neste caso específico, refiro a existência de uma branquitude crítica[8], isto é, aquela que desaprova o racismo, todavia, esses brancos consideram-se como ideal de ser humano – esta idéia estaria naturalizada. Na sociedade brasileira contemporânea, essa perspectiva é silenciada tanto pela discussão pública em torno da identidade negra quanto pela ótica neo-freyriana que divergem em relação ao tema políticas de ação afirmativa.

O movimento negro tem "provincializado" o branco tanto da ótica neo-freyriana, quanto da ideologia do branqueamento. As políticas de ação afirmativa contribuem para essa provincialização quando emerge a idéia de o branco se sentir discriminado.

[7] A ideologia do branqueamento foi tratada em detalhes no Capítulo 1.
[8] Quanto à branquitude crítica confira o capítulo anterior.

O tema branquitude permite ir além porque discute os privilégios do grupo branco em virtude do racismo, ideologia reprovada socialmente na comunidade internacional a partir dos anos 1950.

Se as políticas de ação afirmativa levam os brancos a se sentirem injustiçados, ou se solidarizarem com seu grupo de pertença; o tema branquitude leva a refletir sobre o significado dessa solidariedade branca que rompe a barreira da classe, religião, região territorial, ideologia política e outras distinções.

O movimento negro, ao provincializar o branco, começa a questionar a suposta humanidade exclusiva do branco. Resultando em um duplo processo em que o negro é pessoa e o branco também. O negro reivindica seu caráter de pessoa, luta pela igualdade com o reconhecimento da diferença e, ao fazê-lo, ingressa na categoria de pessoa universal, antes apenas ocupada pelo branco (Santos, 2006d: 289-291, Bento, 2002b: 55)

O negro ao reivindicar o caráter universal em sua luta faz com que a pessoa universal tenha no mínimo duas cores. A luta pelo reconhecimento étnico e racial do movimento negro seria a luta para ser pessoa, contudo, com uma qualidade específica: pessoa negra.

Se, por um lado, o movimento negro – movimento social dos oprimidos –, ao assumir sua identidade cultural como uma forma de afirmação na luta contra a opressão, ascenderia à universalidade, por outro lado, o branco terá maior dificuldade de se identificar como branco.

A queda do branco do lugar de universalidade onde se encontrava resultará, primeiramente, em uma postura defensiva, pois qualquer identificação racial, étnica e coletiva seria uma degradação do seu estatuto anterior; enquanto para o negro seria justamente o contrário.

No caso dos pesquisadores "brancos" brasileiros, eles se inserem dentro de um paradigma moderno de ciência em que não questionam idéias estandardizadas como a da neutralidade científica e tampouco auto-reflem sobre suas próprias práticas científicas. Enquanto o cânone se coloca como neutro e universal, a ciência se consolida como predominantemente ocidental, branca e masculina (Santos, 2002b: 83). Por outro lado, a produção científica é tomada com um estatuto de conhecimento superior aos outros saberes e, nessa perspectiva, os principais teóricos brasileiros sobre relações raciais quando identificam o negro como o "outro" fundam nessa dicotomia uma espécie de axioma de onde se extrai que os estudos acadêmicos sobre relações raciais devem ter como ponto de partida a dicotomia negro-branco em que aquele é sempre o objeto de estudo (Munanga: 1988: 14). O negro que sempre foi objeto de pesquisa quando se torna pesquisador mantém essa mesma lógica. Nesse aspecto, Maria Aparecida Bento se distinguiu de todos os outros em sua tese de doutorado.

O branco "invisível" por interesse e ignorância

A emergência do tema branquitude, ao contribuir para a provincialização do branco, coloca em discussão sua "invisibilidade"[9], por ignorância e por interesse. A branquitude crítica desaprova o racismo e todavia não renuncia seus privilégios raciais encaixam-se na idéia de "invisibilidade" branca movida pela defesa do *status quo*.

Para minimizar as desigualdades raciais dessa expressão da branquitude não basta a "visibilização" da identidade racial branca. Compete ao Estado brasileiro, articulado com as organizações da sociedade civil e movimentos sociais, um papel fundamental.

A branquitude crítica "invisível", por ignorância no papel desempenhado especialmente pelo movimento negro, pode assumir diferentes reações: continuar a dissimular que continuam a ignorar sua identidade racial; tornar-se a branquitude que sustenta a "invisibilidade" pela defesa do *status quo*, sublinhar a desaprovação do privilégio racial, mesmo que não resulte em ações práticas individuais e coletivas.

A invisibilidade da identidade racial branca tornou-se umas das questões controversas na teoria sobre branquitude. Ao pensar na realidade brasileira, essa idéia de branco "invisível" parece realmente "ficção", porque sugere a concepção de uma identidade racial não marcada – como foi abordado no Capítulo 5 (Frankenberg, 2004: 307-338). Mesmo que mitos como a democracia racial invisibilizem o conflito não significa que esse não existia. Invisibilidade não significa ausência.

O movimento negro ao visibilizar o conflito desencadeia reação por parte da branquitude. Essa atitude, mesmo que seja a negação da pertença étnica racial, pode ser um indício de que o argumento de não questionamento da identidade racial por parte do branco é questionável.

Esse será mais um dado para ser verificado em pesquisas empíricas no Brasil no trabalho futuro. Neste momento estou convicto de que, a emergência do tema branquitude pode não resultar na superação da dualidade "eu e o outro"; mas, sem dúvida, trilha mais um passo para a abolição da hierarquia contida nessa dualidade, que revela a relação opressor/oprimido.

[9] Os privilégios raciais motivados pelo interesse do grupo são uma preocupação sobre a dimensão do racismo discutida desde os anos 1990 no Brasil por Maria Aparecida da Silva Bento (2002b: 28-32).

BIBLIOGRAFIA GERAL

ACHEBE, Chinua (2007), "Colonialist Cristicism", *in* ASHCROFT, Bill *et al.,* (ed.) (2007), 73-76.

AD HOMINEM (2000) *Tomo III-Política. J. Chasi: a determinação ontonegativa da politicidade.* São Paulo: Estudo e edições Ad Hominem.

ALENCASTRO, Luis Felipe de (2000), *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um Mar da Cor da Terra – Raça, cultura e Política de Identidade.* Oeiras: Celta.

AMPARO-ALVES, Jaime (2008), *The Death Of Evils: Penal Sate, Black Youth, And Urban Violence In A Brazilian Shantytown*. Master Report, University of Texas, at Austin [mimeo].

ANZALDÚA, Gloria (ed.) (1990), *Haciendo caras: criative and critical perspectives by feminist of color,* San Francisco: Aunt Lute Books.

APPIAH, Kwame Anthony (1997), *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura.* Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto.

ARENDT, Hannah (2006), *As origens do totalitarismo.* 2ª ed., Trad. Roberto Raposo, Lisboa: Dom Quixote.

ARISTÓTELES, (2001), *Ética a Nicômaco*. Trad. de Pietro Nasseti, São Paulo: Martin Claret.

ASHCROFT, Bill (2002), "Globalism, Postcolonialism, and African Studies", *in* GOLDBERG, David Theo and SOLOMOS John (eds.) (2002), 511-520.

_____ *et al.,* (ed.) (2007), *The Post-colonial studies reader.* 2ª ed. USA and Canada: Routledge Taylor & Francis Group.

BACK, Les (2002), "The Fact of Hybridity: Youth Ethnicity, and Racism", *in* GOLDBERG, David Theo and SOLOMOS John (eds.) (2002), 439-454.

BALIBAR, Etiene (1991), "Is There a 'Neo-racism'?, *in* BALIBAR, Etiene e WALLESTEIN, Immanuel (1991), 17-28.

_____ e WALLESTEIN, Immanuel (1991), *Race, Nation, Class:* ambiguous identities, London: Verso.

BANTON, Michael (1977), *A Ideia de Raça*. Lisboa: Ed.70.

_____ (2002), "Race Relations", *in* GOLDBERG, David Theo and SOLOMOS John (eds.) (2002), 90-96.

BARBOSA, Muryatan Santana (2006), "Guerreiro Ramos: o personalismo negro", *Tempo soc.*, São Paulo, vol. 18, nº. 2, 217-228.

BARDIN, Laurence (2002), *Análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70.

BEISSINGER, Mark R. e YOUNG, Crawford (2002), "Convergence to crisis: pre-independence state breakdown", *in* BEISSINGER, Mark R. e YOUNG, Crawford (ed.) (2004), 19-49.

_____ (ed.) (2004), *Beyond State Crisis? Postcolonial Africa and Pos-Soviet Eurasia in Comparative Perspective.* Washington: Woodrow Wilson Center Press.

BENTO, Maria Aparecida da Silva (2000a),"Igualdade e diversidade no trabalho", *in* BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.) (2000), 13-32.

_____ (2000b), "Racismo no Trabalho: o movimento sindical e o Estado", *in* HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.) (2000), 325-342.

_____ (2002a), *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade.

_____ (2002b), "Branqueamento e branquitude no Brasil", *in* CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.) (2002), 25-57.

_____ (2002c), "Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro", *in* CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.) (2002), 25-57 e 147-162.

_____ (org.) (2000) *Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, Livraria e Editora, Ltda.

BHABHA, Homi K. (2005), *O local da cultura.* 3ª Ed. Trad. Myriam Ávila *et al.*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

BLACK, Les (2004), "Longe dos olhos: a música sulista e a colorização do som", *in* WARE, Vron (org.) (2004), 219-282.

BOBBIO, Norberto (2001), *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.* trad. Marco Aurélio Nogueira, 2ª. Ed. revista e ampliada, São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BRAH, Avtar (2006), "Diferença, diversidade, diferenciação", *Cadernos Pagu, Janeiro-*Junho, 329-376.

BRANDÃO, André (2006), *Teses e dissertações sobre desigualdades educacionais e ação afirmativa.* (Série Ensaios & Pesquisas 5), Rio de Janeiro: UERJ, LPP/PPCOR, Brasília: Governo Federal: SEPPIR.

BRITZMAN, Deborah P. (2004), "A diferença e tom menor: algumas modulações da história, da memória e da comunidade", *in* WARE, Vron (org.) (2004), 161-181.

CABRAL, Amílcar (1976), *Unidade e Luta.* Lisboa: Seara Nova.

CARDOSO, Fernando Henrique (1961), *Formação e desintegração da sociedade de castas.* (Tese de doutorado) São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.) (2002), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

CARVALHO, José Jorge (2003), "Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico", *in* SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (org.) (2003), 163-190.

CAVALLERO, Eliane (2001), Racismo e anti-racismos na educação: repensando a escola. São Paulo: Editora Selo Negro.

CÉSAIRE, Aimé (1971), *O discurso sobre o colonialismo.* Trad. Carlos S. Pereira, Porto: Ed. Poveira.

CHASIN, J. (2000), "Democracia, Política e Emancipação humana", *in* AD HOMINEM (2000), 91–100.

CHAKRABARTY, Diespesh (2000), *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference, Princeton Universitty Press.*

CHOMSKY, Noam (2002), *A manipulação dos media. Os efeitos extraordinários da propaganda.* Lisboa: Editorial inquérito.

CLEAVER, Eldridge (1971), *Alma no exílio*. Trad. Antônio Edgardo S. da Costa Reis, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CODATO, Adriano Nervo (2005), "Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia", *Rev. Sociol. Polit.*, nº.25, 83-106.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças (2001), "Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história", *Psicol. estud*, vol. 6, nº. 2, 11-19.

COSTA, Antonio Firmino da Costa (2005), "A pesquisa de terreno em sociologia", *in* SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (org.) (2005), 129-148.

COSTA, Sérgio (2006), *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo.* Belo Horizonte: Ed. UFMG.

CRUZ, Heloísa de Faria (2001), "Projeto Arquivos de Polícia em São Paulo", *Revista Histórica*, São Paulo, 61-68.

DAMATTA, Roberto (1984), *O que faz o brasil Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Rocco.

DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA, (2002), Porto: Editora.

DOMINGUES, Petrônio José (2002), "Negros de alma branca? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo 1915-1930", *Estud. afro-asiát*., Ano 24, nº 3, Rio de Janeiro: UCAM, 563-599.

_____ (2005), A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937). (Tese de doutorado), São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____ (2007), "Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história anti-racista no Brasil", *Cadernos Pagu,* nº 28, Janeiro-Junho, 345-374.

DOWNING, John. D. H. (2002), *Mídia: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.* Trad. Silvana Vieira, São Paulo, Editora Senac - SP.

ESTANQUE, Elísio (2000), *Entre a fábrica e a comunidade. Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado.* Porto: Edições Afrontamento.

_____ (2004), "A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à emancipação global", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2004b), 297-334.

FANON, Frantz (s/d[1952]), *Pele Negra Máscaras Brancas*. Trad. Alexandre Pomar, Porto: Edição A. Ferreira.

_____ (1980), *Em defesa da revolução africana*. Terceiro Mundo, Tradução de Isabel Pascoal, Portugal: Livraria Sá da Costa Editora.

FERNANDES, Florestan (1978), *A integração do negro na sociedade de classes.* 3ª ed., vol. I e II, São Paulo: Editora Ática.

FRANKENBERG, Ruth (1999a), *White women, race masters: The social construction of whiteness*. USA: University of Minnesota.

_____ (1999b), "Race, sex and Intimacy I: Mapping a discourse", *in* FRANKENBERG, Ruth (1999 a), 70-101.

_____ (2004), "A miragem de uma branquidade não marcada", *in* WARE, Vron (org.) (2004), 307-338.

FREYRE, Gilberto (2003), *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia Patriarcal.* Lisboa: Edição Livros do Brasil.

GANLEY, Toby (2003), "What´s all this talk about whiteness?", *Dialogue,* vol. 1, nº 2, 12-30.

GILROY, Paul (1998), "Race ends here", Abingdon, Oxford: Ethnic and racial studies, vol. XXI, nº 5, 838-847.

_____ (2000), *Against race. Imagining Political Culture Beyond The Color Line.* Cambridge: Belknap Press/Havard.

_____ (2001), *Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência.* Trad. Cid Knipel, São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Sociais Afro-Asiáticos.

GOHN, Maria da Glória (2004), *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Edições Loyola.

GOLDBERG, David Theo e SOLOMOS John (eds.) (2002), *A Companion to Racial and Ethnic Studies*, *Blackwell Companions to Cultural Studies, 4*. Malden, Mass. & Oxford: Blackwell.

GOMES, Lilian Cristina Bernardo (2007), *Identidade e direitos dos quilombolas no Brasil: Contemplando um horizonte de reconhecimento e redistribuição.* Coimbra: Oficina do CES, nº 268, 1-32.

GOMES, Nilma (1995), *A mulher negra que vi de perto.* Belo Horizonte: Mazza Edições.

_____ (2003a), "Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra", *in II Seminário Internacional de Educação Intercultural*, *Gênero e Movimentos Sociais*, 2003, Florianópolis, Anais, Florianópolis: UFSC, 1-14.

_____ (2003b), "Ações afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra", *in* SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (org.) (2003), 219-243.

_____ (2006a), "Movimento Negro, saberes e um projeto educativo emancipatório", *Seminário de Pós-doutorado, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 1-79 [mimeo.].

_____ (2006b), *Sem perder a raiz. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica.

GOMES, Tiago de Melo (2003), "Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente a imigração afro-americana (1921)" *Estud.afro-asiát.,* Ano, 25, nº 2, 307-331.

GONÇALVES, Luis Alberto e PINTO, Regina Pahim (org.) (2007), *Educação.* São Paulo: Contexto (Série justiça e desenvolvimento/IFP – FCC).

_____ e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (2000), "Movimento negro e educação", *Revista Brasileira de Educação,* Set./Out./Nov./Dez., 134-159.

GORENDER, Jacob (1990), *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Editora Ática.

GREENFIELD, Sidney M. (2001), "Nature/nurture and the anthropology of Franz Boas and Margaret Mead as an agenda for revolutionary politics", *Horiz. antropol*. Porto Alegre, vol. 7, nº. 16, 35-52.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2000), "Apresentação", *in* HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.) (2000), 17-30.

_____ (2002a), "Intelectuais negros e modernidade negra", *Reunião ANPOCS, Caxambu, GT, Teoria Social e Transformações Contemporâneas,* 1-60.

_____ (2002b), *Classes, raças e democracia.* São Paulo: Editora 34.

_____ (2003a), "Como trabalhar com 'raça' em sociologia", Educação e Pesquisa, São Paulo, vol. 29, nº 1, 93-107.

_____ (2003b), "The Race Issue in Brazilian Politics (The Last Fifteen years)", *in* KINZO, Mari D. e Dankerley (eds.) (2003), 251-268.

_____ (2004a), "Preconceito de cor e racismo no Brasil", *Revista de Antropologia.* São Paulo, USP, vol. 47, nº 1, 9-43.

_____ (2004b), *Preconceito e discriminação.* São Paulo: Editora 34.

_____ (2005a), "Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil", *in* GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo, *Comunicação ao Seminário Internacional Ações Afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban*, Ministério da Educação, Câmara Federal, Brasília, 20 a 22 de setembro de 2005, 1-12.

_____ (2005b), "Racial democracy", *in* SOUZA, Jessé e SINDER Valter (org) (2005), *Imagining Brazil (Global Encounters)* 1ª ed. Lanham, Md.: Lexington Books, 119-140.

_____ (2005c), *Racismo e Anti-racismo no Brasil.* 2ª ed, São Paulo: Editora 34.

_____ (2006), "Depois da democracia racial". *Tempo soc.*, vol.18, nº 2, 269-287.

_____ e HASENBALG, Carlos (2006), "Entrevista com Carlos Hasenbalg", *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 18, 259-268.

_____ e MACEDO, Márcio (2007), "Presention of Black Racial Democracy in the 1940's", *in* Antonio Sérgio Alfredo Guimarães at the conference on *Culture and the State in the Lusophone Black Atlantic,* Institute for Study of the Américas, London 17 to 20 January 2007.

HAGE, Ghassan (2004), "A 'Ásia' e a crise da branquitude no mundo ocidental", *in* WARE, Vron (org.) (2004), 139-160.

HALL, Stuart (2003), *Da diáspora: identidades e mediações culturais.* Liv Sovik (org.), Trad. Adelaine La Guardia Resende *et al*., Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.

_____ (2005), *A identidade cultural na pós-modernidade.* Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 10ª. ed. Rio de Janeiro: DP&a.

_____ (2007), "Cultural identity and diaspora", *in* ASHCROFT, Bill *et al.* (ed.) (2007), 435-438.

HARAWAY, Donna (1995), "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva", *Cadernos Pagu*, nº 5, 7-41.

HASENBALG, Carlos (2005), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.* 2ª ed., Trad. Patrick Burglin, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

HERINGER, Rosana (2002), "Racial inequalities in Brazil: a synthesis of social indicators and challenges for public policies", *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 18, 57-65.

HOBSBAWM, Eric J. (1995), *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

HOFBAUER, Andreas (1999), *Uma história de 'branqueamento' ou o ´negro' em questão.* (Tese de Doutorado), São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia.

_____ (2006), "Ações Afirmativas e o debate sobre o racismo no Brasil", *Lua Nova,* São Paulo, 68, 9-56.

HOOKS, Bell (1990), "Talking back", *in* ANZALDÚA, Gloria (ed.) (1990), *Haciendo caras: criative and critical perspectives by feminist of color.* San Francisco: Aunt Lute Books, 207-211.

HUIJG, Dieuwertje Dyi (2007), *Feministas brancas, tirando às máscaras: a expressão da branquitude feminina nas relações raciais intra-gênero.* (Dissertação de mestrado), Holanda: Departamento de Letras da Universidade de Leiden.

HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.) (2000), *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra.

IANNI, Octávio (1996), "A sociologia de Florestan Fernandes", *Estud. av*., São Paulo, vol. 10, nº. 26, 25-33.

_____ (2004a), "Dialética das relações raciais", *Estud. av*., São Paulo, vol. 18, nº. 50, 21 - 30.

_____ (2004b), "Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil", *Estud. av*., São Paulo, vol. 18, nº. 50, 6-20.

INSPIR (1999), *Mapa da população negra no mercado de trabalho*. São Paulo: INSPIR, AFL-CIO.

JACOBSON, Matthew Frye (2004), "'Pessoas brancas livres' na Republica, 1790 - 1840", *in* WARE, Vron (org.) (2004), 63-96.

JEANSON, Francis (s/d[1952]), "Prefácio", *in* FANON, Frantz (s/d[1952]), *Pele Negra: Máscaras Brancas*. Trad. Alexandre Pomar, Porto: Edição A. Ferreira, 7-34.

KINZO, Mari D. and Dankerley (eds.) (2003), *Brazil since 1985, Economy, Polity and Society.* Londres: Institute of Latin American Studies.

LARSON, Charles (2007), "Heroic Ethnocentrism the idea of universality in literature", *in* ASHCROFT, Bill *et al.,* (ed.) (2007), 77-79.

LEITE, José Correia e CUTI (1992), *...E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura.

LOPES, Márcia (2008), Between the Modernist Brasilia and the Colonial Planaltina: an ethnographic study of urban space racialization in Distrito Federal, Master Report, University of Texas, at Austin [mimeo].

LOPES, Nei (2004), *Enciclopédia brasileira da diáspora africana.* São Paulo: Selo Negro.

MACEDO, Márcio José de (2005), *Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado (1914-1968)*, (Dissertação de Mestrado), São Paulo: Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter (2004), "A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras", *Estud. av*., São Paulo, vol. 18, nº 50, 67-80.

MAIO, Marcos Chor (1999), "O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.14, nº. 41, 141-158.

MCLAREN, Peter (2000), *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia para o novo milênio.* Trad. Márcia Moraes e Roberto Cataldo Costa, Porto: Alegre Artes Médicas Sul.

MEER, Shamim (2004), "Que trabalhadores, que mulheres, que interesses? Raça, classe, gênero na África do Sul pós-apartheid", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa Santos (org.) (2004a), 225-257.

MEMMI, Albert (1989), *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.* 3ª ed., Trad. Roland Corbizer e Mariza Pinto, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MENDES, José Manuel de Oliveira (2004), "Média públicos e cidadania: algumas notas breves", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 147-158.

MENDONÇA, Luciana Ferreira Moura (1996), *Movimento negro: da marca da inferioridade racial a construção da identidade étnica.* (Dissertação de mestrado), São Paulo: Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MENESES, Maria Paula (2005a), "A questão da 'Universidade Pública' em Moçambique e o desafio da Pluralidade de Saberes", *in* SILVA, Teresa Cruz e *et al*., 46-66.

_____ (2005b), "Quando não há problemas, estamos de boa saúde, sem azar nem nada: para uma concepção emancipatória da saúde e das medicinas," *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2005), 425-467.

MIGNOLO, Walter (2003), "Os esplendores e a miséria da 'ciência': colonidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003a), 631-671.

MILES, Robert (1994), *Racism: After 'race relations'. Reprinted,* London and New York: Routledge.

MONTEIRO, John Manuel, (1994), "Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo". 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

MOTTA, Roberto (2000), "Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil", *Estud. afro-asiát.,* Rio de Janeiro, n º. 38, 113-133.

MOURA, Clóvis (2004), *Dicionário da escravidão negra no Brasil.* São Paulo: Edusp.

MUNANGA, Kabengele (1988), *Negritude: usos e sentidos.* 2ª ed., São Paulo: Ática.

_____ (2003), "Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas", *in* SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (org.) (2003), 117-128.

_____ (2004), *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra*. 2. ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica.

_____ (org.) (2002), *Cem anos e mais de bibliografia sobre o negro no Brasil. (obra revisada, corrigida e ampliada – classificação por assunto)*, São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Cultural Palmares.

NASCIMENTO, Abdias do (2004), "Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões", *Estud. av.,* São Paulo, vol. 18, nº. 50, 209-224.

_____ e NASCIMENTO, Elisa Larkin (2000), "Reflexões sobre o movimento negro no Brasil", *in* HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.) (2000), 203-235.

NOGUEIRA, Oracy (1998), *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga*. Apresentação e edição Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. São Paulo: EDUSP.

NUNES, João Arriscado (2003), "Um discurso sobre as Ciências 16 anos depois", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003a), 57-80.

NUTTALL, Sarah (2004), "Subjetividades da branquitude", *in* WARE, Vron (org.) (2004), 183-217.

OLIVEIRA, Eduardo (org.) (1998), *Quem é quem na negritude brasileira.* São Paulo: Congresso Nacional Afro-brasileiro; Brasília: Secretaria da Justiça.

PIETERSE, Jan Nedeveen (2002), "Europe and its Others", *in* GOLDBERG, David Theo and SOLOMOS John (eds.) (2002), 17-24.

PINCUS, Fred L. e HOWARD, J. Ehrlich (1999), "The Study of Race and Ethnic Relations", *in* PINCUS, Fred L. and HOWARD, J. Ehrlich (ed.) (1999), 11 - 13.

_____ (ed.) (1999), *Race and ethnic conflict: contending views on prejudice, discrimination, and ethnoviolence.* USA: Westview Press.

PINTO, L.A. Costa (1998), *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças em uma sociedade em mudança.* 2ª. ed., apresentação Marcos Chor Maio, Rio de Janeiro: UFRJ.

PIZA, Edith (2000), "Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu", *in* HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.) (2000), 97-125.

_____ (2002), "Porta de vidro: entrada para branquitude", *in* CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.) (2002), 59-90.

PNUD/Cedeplar (2004), *Atlas Racial Brasileiro*. Brasília: PNUD/Cedeplar.

POUTIGNAT, Philippe e FENART-STREIFF, Jocelyne (1998), *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.* Trad. Elcio Fernandes, São Paulo: Editora Unesp.

RACHLEFF, Peter (2004), "Branquidade: seu lugar na historiografia da raça e da classe nos Estados Unidos", *in* WARE, Vron (org.) (2004), 97-113.

RAMOS, Alberto Guerreiro (1995[1957]a), *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____ (1995[1957]b), "Patologia social do 'branco' brasileiro", *in* RAMOS, Alberto Guerreiro (1995[1957]a), 215-240.

_____ (1995[1957]c), "O problema do negro na sociologia brasileira", *in* RAMOS, Alberto Guerreiro, 163-211.

_____ (1996[1963]), *A redução sociológica.* 3ª. ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

RIBEIRO, Matilde (2006), "O feminismo em novas rotas e visões", *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 14 (13): 272, 801-811.

ROCHA, Edmar José da e ROSEMBERG, Fúlvia (2007),"Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos (as)", *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, nº. 132, 759-799.

RODEGHERO, Carla Simone (2002), "Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria", *Rev. Bras. Hist.* vol. 22, nº. 44, 463-488.

ROEDIGER, David R. (2000), *Towards the Abolition of Whiteness.* London, New York: Verso.

_____ (2004), "Sobre autobiografia e teoria: uma introdução", *in* WARE, Vron (org.) (2004), 41-62.

ROLAND, Edna (2000), "O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas", *in* HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.) (2000), 237-256.

ROSEMBERG, Fúlvia (2007), "A implementação do Programa IFP no Brasil pela Fundação Carlos Chagas", *in* GONÇALVES, Luis Alberto Gonçalves e PINTO, Regina Pahim (org.) (2007), 13-20.

_____ *et al.,* (2003), "Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura". *Educação e Pesquisa*, vol. 29, nº. 1, 125-146.

ROSSATO, César e GESSER, Verônica (2001), "A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileira e estadunidense", *in* CAVALLERO, Eliane (2001), 11-37.

SAID, Edward W. (1995), *Cultura e imperialismo.* Trad. Denise Bottman, São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2004), *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente.* Trad. Pedro Serra, Lisboa: Edições Cotovia.

_____ (2007), "Orientalism", *in* ASHCROFT, Bill *et al.,* (ed.) (2007), 24-27.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995a), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. Nova Iorque: Routledge.

_____ (1995b), "The Law of the oppressed: the construction and reproduction of legality in pasargada", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (1995a), 123-249.

_____ (2002a), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8ª edição, Porto: Edições Afrontamento.

_____ (2002b), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.* vol. 1, 2ª Ed., Porto: Edições Afrontamento.

_____ (2002c), "Os processos da globalização", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002a), 31-106.

_____ (2003a), *Um discurso sobre as ciências.* 14ª Edição, Porto: Edições Afrontamento.

_____ (2003b), "Introdução geral," *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003b), 11-23.

_____ (2005), *Reinventar la democracia: reinventar el Estado.* Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

_____ (2006a), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. vol. 4, Porto: Edições Afrontamento.

_____ (2006b), "Para uma concepção intercultural dos direitos humanos", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (2006a), 401-435.

_____ (2006c), "Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (2006a), 86-125.

_____ (2006d), "A construção intercultural da igualdade e da diferença", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (2006a), 259-293.

_____ (2006e), "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (2006a), 211-255.

_____ (2006f), "Introdução: Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e de outro*", in* SANTOS, Boaventura de Sousa (2006 a), 23-43.

_____ (2006g), "A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (2006a), 295-316.

_____ (2006h), "A reinvenção solidária e participativa do Estado", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (2006a), 317-349.

_____ (2006i), *Nuestra América:* reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição, 179-209.

_____ (2006j), *A queda do Angelus Novus: o fim da equação moderna entre raízes e opções*, 47-85.

_____ (2007), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes", *in* Revista *Crítica de Ciências Sociais*, nº 78, 3-46.

_____ (org.) (2002), *Globalização fatalidade ou utopia?* 2ª ed., Porto: Edições Afrontamento.

_____ (org.) (2003a), *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Edições Afrontamento.

_____ (org.) (2003b), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento.

_____ (org.) (2003c), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* Porto: Afrontamento.

_____ (org.) (2004a), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Edições Afrontamento.

_____ (org.) (2004b), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento.

_____ (org.) (2005), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ e AVRITZER Leonardo (2003), "Introdução: para ampliar o cânone democrático", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003b), 39-69.

_____ e NUNES, João Arriscado (2004), "Introdução: Para ampliar o cânone do reconhecimento da igualdade e da diferença", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2004a), 20-51.

_____ e RODRIGUEZ, César (2003), "Introdução para ampliar o cânone da produção", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2003c), 21-66.

_____ *et al.,* (2005), "Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2005), 21-121.

SANTOS, Gevanilda Gomes dos (1992), *Partidos Políticos e etnia negra.* (Dissertação de mestrado), São Paulo: Departamento de Ciências Sociais, PUC-SP.

SANTOS, Helio (2000), "Uma avaliação do combate às desigualdades Raciais no Brasil", *in* HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.) (2000), 53-74.

_____ (2001), *A busca de um caminho para o Brasil. A trilha do círculo vicioso.* São Paulo: Editora SENAC.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (1994), "Espetáculo da miscigenação," *Estud. av*., São Paulo, vol. 8, nº. 20.

_____ (2007), *O Espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil: 1870-1930.* São Paulo: Companhia das Letras.

SEPPIR (2006), *Promoção da igualdade racial.* (Relatório de gestão 2003-2006), Presidência de República, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

SEREQUEBERHAN, Tsenay (2007), "The critique of Eurocentrism", *in* ASHCROFT, Bill *et al.,* (ed.) (2007), 89-92.

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (org.) (2005), *Metodologia das Ciências Sociais.* 13ª ed., Porto: Edições Afrontamento.

SILVA Jrº, Hédio (2003), "Ação Afirmativa para negros (as) nas universidades: a conclusão de um princípio constitucional de igualdade" *in* SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (org.) (2003), 99-114.

SILVA, Nelson Valle (2000), "Extensão e natureza das Desigualdades Raciais no Brasil", *in* HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (org.) (2000), 33-51.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (2003), "Negros na universidade e produção do conhecimento", *in* SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (org.) (2003), 45-54.

_____ e SILVÉRIO, Valter Roberto (org.) (2003), *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.* Brasília: INEC/MEC.

SILVA, "Salloma" Salomão Jovina da (2000), *A Polifonia dos Protestos Negros Movimentos Culturais e Musicalidades Negras Urbanas anos 70/80 Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro.* (Dissertação de mestrado), São Paulo: PUC-SP.

SILVA, Teresa Cruz e *et al*., (org.) (2005), "*Lusofonia" em África: História, Democracia e Integração Africana.* Dakar: CODESRIA.

SILVEIRA, Oliveira (2003), "Vinte de Novembro: história e conteúdo" SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (org.) (2003), 23-42.

SILVÉRIO, Valter Roberto (2003), "O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro", *in* SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto (org.) (2003), 57-77.

SOARES, Vera (2000), "As ações afirmativas para mulheres na política e no mundo do trabalho no Brasil", *in* BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.) (2000), 33-50.

SOLLORS, Werner (2002), "Ethnicity and Race", *in* GOLDBERG, David Theo and SOLOMOS John (eds.) (2002), 97-104.

SOUZA, Jessé e SINDER Valter (org) (2005), *Imagining Brazil (Global Encounters)* 1ª ed. Lanham, Md.: Lexington Books.

SOVIK, Liv (2004a), "Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil", *in* WARE, Vron (org.) (2004), 363-386.

_____ (2004b), "We are family: Whiteness in the brazilian media", *in Journal of Latin American Cultural of Studies,* vol., 13, nº 13, 315-325.

SOWELL, Thomas (1999), "'New racism and' old dogmatism" in PINCUS, Fred L. e HOWARD, J. Ehrlich (ed.) (1999), 291-304.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2007), "Can the subaltern speak?" (Abbreviated by author), *in* ASHCROFT, Bill *et al.,* (ed.) (2007), 28-37.

STEYN, Melissa (2004), "Novos matizes da 'branquitude': a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática, *in* WARE, Vron (org.) (2004), 115-137.

TEIXEIRA, Moema de Poli (2003), *Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Pallas Editora.

TOURAINE, Alain (1998a), *Iguais e Diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto

_____ (1998b), "Os movimentos sociais", *in* TOURAINE, Alain (1998a), *Iguais e Diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget, 127-172.

VALA, Jorge (2005), "A Análise de conteúdo", *in* Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira (org.) (2005), 100-128.

VALENTIM, Joaquim Pires (2003), "Luso-tropicalismo e Lusofonia: uma perspectiva psicossocial", *Via Latina,* Série VI*,* nº 2, março, 67-73.

WALLERSTEIN, Immanuel (1996), "El Eurocentrismo y sus avatares: los dilemas de la ciência social", Coloquio Regional de Asia Oriental, AIS. *The future of Sociology in* East Asia, 22-23 noviembre de 1996, Seúl, Corea; Asociación Sociológica de Corea y la Asociación de Sociologia Internacional, 95-200.

_____ (2000), *O albatroz racista: a ciência social, Jörg Haider e a resistência.* Cadernos CES, Coimbra: Edições Afrontamento e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

WARE, Vron (2004a), "Introdução: O poder duradouro da branquidade 'um problema a solucionar'", *in* WARE, Vron (org.) (2004), 7-40.

_____ (2004b), "Pureza e perigo: raça, gênero e histórias do turismo sexual," *in* WARE, Vron (org.) (2004), 283-305.

_____ (org.) (2004), *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.* Rio de Janeiro: Garamond.

WIEVIORKA, Michel (2002), "The Development of Racism in Europe" *in* GOLDBERG, David Theo and SOLOMOS John (eds.) (2002), 460-474.

WING, Adrien Katherine (2002), "Critical Race Feminism: Legal Reform for the Twenty-first Century", *in* GOLDBERG, David Theo and SOLOMOS John (eds.) (2002), 160-169.

WRAY, Matt (2004), "'Pondo a ralé branca' no centro: implicações para as pesquisas futuras" *in* WARE, Vron (org.) (2004), 339-361.

APÊNDICE

Tabela 1 - A tradução entre a raça e outros temas na produção acadêmica brasileira sobre as relações raciais

Universidade	Ano	Nível	Sub-área	Títulos	Autora/ Autor	Temas
UFMA	[1] 2004	Doutorado	Políticas Públicas	Direitos Humanos e Estado Multicultural: políticas e direitos étnicos na Constituição Federal de 1988	Marcos Antonio Barbosa Pacheco	Remanescentes de quilombos & Movimento Indígena
USP	[2] 2005	Doutorado	Comunicação & Arte	Movimentos sociais: cultura, comunicação e participação política	Nogueira, Silas	MN & MST [1]
UFRJ	[3] 2006	Mestrado	Economia	Economia solidária e igualdade racial: contribuições para a construção de um diálogo	Giaccherino Irene Rossetto.	Igualdade racial & Economia Solidária
UFBA	[4] 1999	Mestrado	Ciências Sociais	É só um jeito de corpo: um estudo sobre masculinidade a partir das representações e do uso do corpo por jovens, negros, de setores populares na cidade do Salvador.	Suely Aldir Messeder	Negritude & Homossexualidade

[1] Movimento Negro & Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra